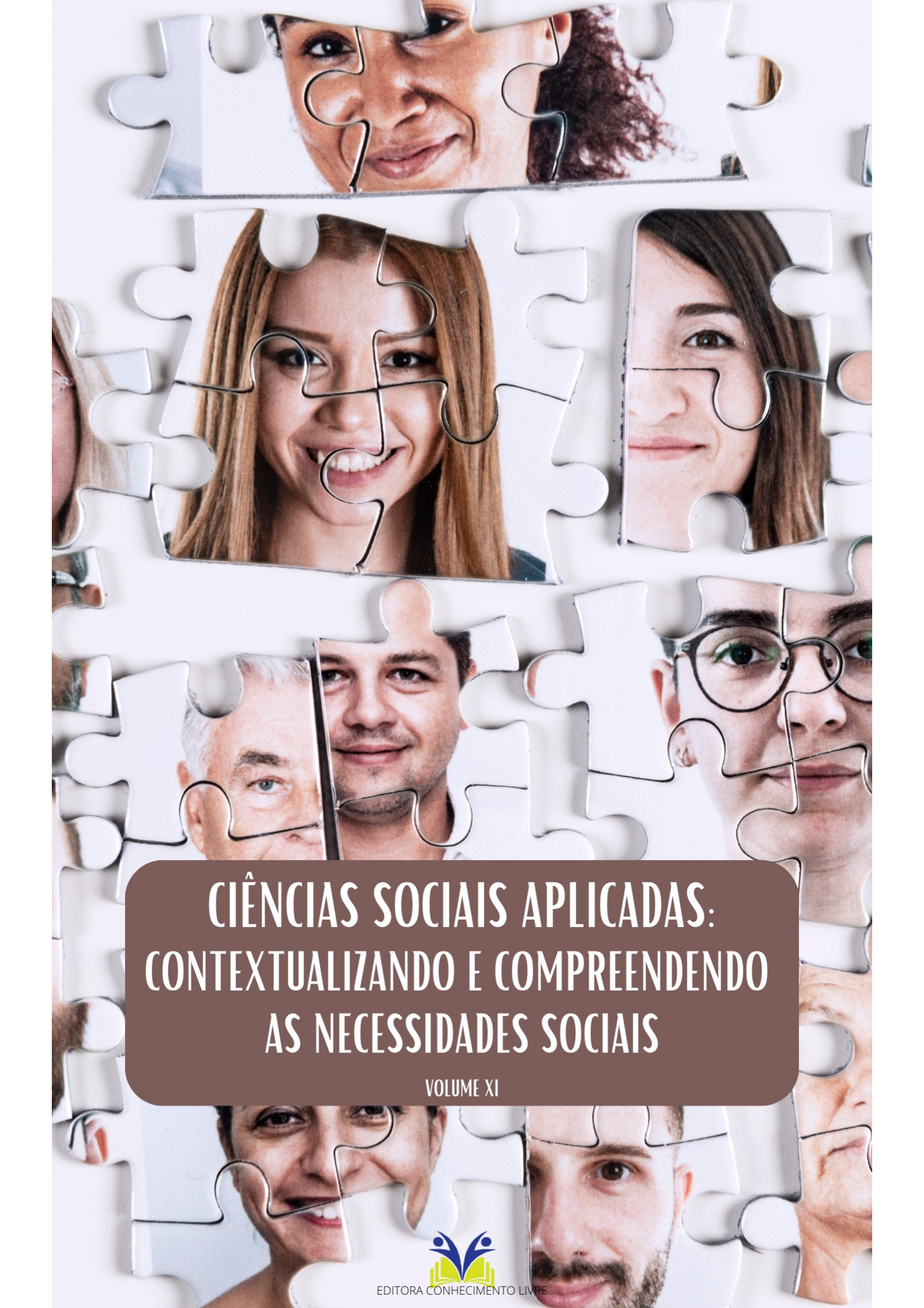




CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XI

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

11^a ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

11ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

206 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl792

ISBN: 978-65-5367-400-4

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl792>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORIA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

CAPÍTULO 1	6
A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Samuel Vieira da Silva	
Adílio Jorge Marques	
DOI 10.37423/230908148	
CAPÍTULO 2	24
A SOCIEDADE E O ENSINO DA MÚSICA	
Rodrigo Marcelo Sabbi	
Gleison Juliano Wojciekowski	
DOI 10.37423/230908158	
CAPÍTULO 3	43
A FAMÍLIA, UM LUGAR PARA SE CONSTRUIR RELAÇÕES DE AJUDA.	
carlos santos leal	
FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA	
Heven de Paula Soares	
DOI 10.37423/230908160	
CAPÍTULO 4	60
A FAMÍLIA, CONCEPÇÕES HISTÓRICAS.	
carlos santos leal	
FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA	
Heven de Paula Soares	
DOI 10.37423/230908161	
CAPÍTULO 5	73
DOMENICO ZIPOLI E A DRAMATICIDADE DE SEU “ELEVAZIONE”: UM PROGRAMA APOLOGÉTICO	
Adilson Felicio Feiler	
DOI 10.37423/230908165	
CAPÍTULO 6	88
O IDOSO FRENTE AO ISOLAMENTO SOCIAL: FATORES RELACIONADOS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO.	
Josenildes Clovié Mendes	
Íris Adriana Cavalcante Pereira	
Vânia Fonseca Barros	
Andressa Barros Ribeiro	
Carlos Eduardo de Castro Silva	
Carlos Laércio Clovié Mendes	
Luan de Jesus Pereira Araújo	
DOI 10.37423/230908181	

CAPÍTULO 7	109
CONSUMO SUSTENTÁVEL: A VISÃO DO CONSUMIDOR SOBRE A SUSTENTABILIDADE	
Wanessa Regina de Tolentino Santiago	
Eduardo Gonçalves Serra	
DOI 10.37423/230908184	
CAPÍTULO 8	132
MEDIÇÃO DE CONFLITOS COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE	
BRUNO VIEIRA DA CUNHA	
DOI 10.37423/230908209	
CAPÍTULO 9	154
TELETRABALHO NA PANDEMIA DO COVID-19: A EXPERIÊNCIA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS	
Roseli Ferreira Lima	
Lisleandra Machado	
Domingos Sávio da Cunha Garcia	
Leonardo Amorim de Araújo	
Carlos Arthur Alevato Leal	
Arthur Nascimento Assunção	
Lucas Mendes Ferreira	
Samuel Alves de Freitas	
Gustavo José Santiago Rosseti	
Silvana Rodrigues Pires Moreira	
DOI 10.37423/230908218	
CAPÍTULO 10	177
O BRANDBOOK COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DA MARCA	
André Luis Gambetta Mafra	
Manoel Alexandre Schroeder	
DOI 10.37423/230908246	

CAPÍTULO 11 196

LEVANTAMENTO SOBRE O CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONCEITO DO IT YOURSELF
E DE SUA APLICAÇÃO PARA O MERCADO DE MÓVEIS

Flávio da Silva Waltz

Alexandre Berti Valente

Aline Silva Vieira

Bruno Henrique Tkatch

Gustavo Florencio e Silva

Joselena de Almeida Teixeira

Laíze Márcia Porto Alegre

Roberto Cordeiro Waltz

DOI 10.37423/230908254

Capítulo 1



10.37423/230908148

A INFLUÊNCIA MAÇÔNICA NA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Samuel Vieira da Silva

Universidade Federal Fluminense

Adílio Jorge Marques

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



A professora doutora, Célia Maria Marinho de Azevedo, do departamento de História da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), no prefácio do livro *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*, de autoria de Alexandre Mansur Barata (1999), comentou sobre a importância de trazer à cena a atuação da Ordem maçônica nas últimas décadas do século XIX. Segundo a professora, Barata (1999), após cuidadosa pesquisa, comprovou que a instituição se engajou nos mais diversos debates intelectuais no final do século XIX, formando um grupo de pressão política em defesa da abolição da escravidão, de um Estado laico e da universalização do ensino, sobretudo das classes populares e da inclusão feminina (BARATA 1999, p. 16).

O termo *Ilustração Brasileira* ou *movimento Ilustrado* tem como cerne a crença absoluta no poder das ideias, confiança total na ciência ou espírito científico e a certeza de que a educação intelectual é o caminho legítimo para aperfeiçoar os homens, dando-lhes, inclusive, um destino moral. Herança iluminista “acrescida de uma visão histórica que seria fundamental para a nossa imagem do mundo” (BARROS, 1986, p. 23). Segundo Barros (1986), os defensores da *ilustração* brasileira tinham o propósito de ilustrar o país, iluminando-o pela ciência e pela cultura, fazer das escolas “focos de luz” com o objetivo de criar uma identidade nacional.

Era a crença de que a mentalidade do nosso povo só alcançaria o nível de países mais avançados com a renovação cultural e reforma no ensino público. Esse movimento, de acordo com Barros (1986), é “antes de tudo um esforço de universalização” tendo como marco os primeiros anos da década de 1870, e como base natural dessa transformação a escola. O autor informa que a *ilustração brasileira* não foi um movimento popular e sim proveniente da elite da época. A ideia de ilustração trouxe consigo uma ameaça ao catolicismo, religião oficial do Brasil Imperial (BARROS, 1986, p. 25-27).

Barata (1999) destaca a compreensão de Barros (1986) em relação ao movimento *ilustrado brasileiro* que trouxe, a partir da década de 1870, uma gama de debates no seio da sociedade. As discussões buscavam traçar linhas a fim de nortear a organização social do país através de um esforço de integração a cultura do velho continente. Esperava-se que, através do ensino, do aperfeiçoamento da instrução, surgisse uma mentalidade nova, integrada a modernidade europeia da época (BARATA, 1999, p. 19).

Conforme salienta Barata (1999), esse fenômeno denominado *Ilustração Brasileira*, descrito por Roque Spencer Maciel de Barros (1986), estrutura-se em três matrizes de mentalidades que marcariam a intelectualidade do final do século XIX no Brasil: a católico-conservadora, a liberal e a cientificista. Os liberais defendiam a liberdade de consciência e a individualidade em face de uma visão

social que demandava a preponderância da sociedade sobre o indivíduo, em se tratando de Brasil, resolver os problemas entre Estado e indivíduo (BARATA, 1999, p. 19-20).

Por sua vez, os cientificistas baseavam-se na supervalorização da ciência para solucionar todos os males humanos. Compreendiam que a evolução humana estaria ligada a obediência às leis naturais. No Brasil, os cientificistas eram influenciados pelo positivismo de Auguste Comte que propunha uma evolução humana em conformidade com as leis dos estados teológicos, metafísicos e positivos. Já a mentalidade conservadora possuía sua representatividade na Igreja Católica. Essa corrente de pensamento acreditava que a única interpretação legítima seria a do clero, eram contrárias as visões liberais e cientificistas (VIEIRA & MARQUES, 2019). Negavam as liberdades de culto e de consciência em defesa da Monarquia que consideravam a melhor forma de governo, repudiavam a educação laica, e concordavam com os privilégios católicos advindos do Estado (BARATA, 1999, p. 20-21).

Barata (1999) destaca os interlocutores do pensamento liberal e do pensamento conservador no país. A Maçonaria herdeira das luzes iluministas representava o movimento liberal e cientificista. A Igreja Católica fortalecida pelo processo de romanização era a defensora do pensamento conservador. Essa dicotomia entre progresso (pensamento liberal) e atraso (pensamento conservador) foi amplamente debatida após 1870. Barata (1999) fala que o pensamento liberal visava criar uma nova identidade através da recusa ao atraso representados pela Monarquia, pelo Português, pela Colônia e pela Igreja. Os Pedreiros Livres brasileiros estiveram inteiramente ligados ao movimento da *Ilustração Brasileira* do final do século XIX, principalmente pelos prismas das dimensões dos discursos e de sua organização (BARATA, 1999, p. 22).

Os *Boletins Maçônicos*^{1,2} (figuras 1 e 2) deixam claro o embate entre a Maçonaria, no que chama de século de ilustração com seu pensamento liberal e a Igreja Católica defensora do pensamento conservador.

Figura 1 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

Depois das bullas pontificias de Clemente XII, Benedicto XIV, Pio VII e Leão XII e do assassinato de Jacques de Molay, a nossa instituição parecia livre da perseguição dos jesuitas, sendo para notar que a ultima enciclica de Pio IX organisasse de novo uma formidavel cruzada neste seculo de illustração, contra uma associação, tão conhecida por suas nobres tendencias e tão injustamente calumniada pela ignorancia crassa e pelo cego fanatismo.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

Figura 2 – recorte do Boletim Maçônico de 1873

O menino, aprende a oração dominical, a invocação e a saudação angelica, mas não as orações adrede forjadas para incutir-lhe no espirito o temor de Deus, que quer ser amado, mas não temido.

Torna-se homem, aprofunda seu saber e encara as cousas com os olhos limpados pela sciencia e não obscurecidos pela ignorancia.

O Jesuitismo não é para o nosso seculo, porque elle quer dominar e hoje o povo é livre e não escravo, elle préga a ignorancia e o povo illustra-se, fugindo do convento para a escola.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º ano, julho de 1878, p. 297.

A compreensão do discurso maçônico da época, visto através de uma visão interna, torna possível entender sua atuação no espaço social como a instituição que propagou as ideias liberais no Brasil, principalmente após a década de 1870. Entretanto, não é simples pesquisar uma instituição reservada, que utiliza um vocabulário específico composta de símbolos e rituais estranhos à maioria da população (ANJOS & MARQUES, 2020). Isso sem dúvida é uma barreira que dificulta pesquisas acadêmicas, mas

que pode e deve ser transposta por pesquisadores, pois há um lastro gigantesco de documentos e livros que podem dimensionar estudos sobre a Ordem e sua participação na história brasileira (BARATA, 1999, p. 22).

A Maçonaria tem como marco inicial formal a Inglaterra em 1717, todavia, foi na França que se solidificou e se organizou. As suas atividades na França remontam a 1725. A Ordem dos Pedreiros Livres como instituição associativa primava pelo ingresso de membros voluntários e livres. Suas decisões internas pautavam pela democracia através do voto de seus membros, sua organização bem estruturada influenciaria seus adeptos pela transformação mental e cultural de uma ilustração basicamente liberal (VIEIRA & MARQUES, 2018). Era uma espécie de poder que praticava direitos civis acobertado pelo véu do segredo dentro de um Estado absolutista (BARATA, 1999, p. 32-34).

Mundialmente falando, dois expoentes maçônicos despontaram na Europa: a Inglaterra e a França. No Brasil a Maçonaria francesa era bastante influente conforme salientado por Magalhães (2013), assim como no velho continente, onde sua influência no século XIX irradiava movimentos políticos e sociais, ambos de caráter liberal e anticlerical. Estudantes brasileiros, residindo nos grandes centros europeus foram iniciados em Lojas maçônicas, e ao retornarem ao país tornaram-se propagadores dos ideais do liberalismo e do anticolonialismo (MAGALHÃES, 2013, p. 26).

As bases do Iluminismo francês baseiam-se na convicção do progresso através do saber humano, do racionalismo, do controle da natureza, da revolução industrial e da confiança na ciência; esse movimento iria influenciar a cultura e pensamento da época. O trinômio iluminista de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” iria irradiar-se pelo mundo até chegar a América, trazendo consigo os movimentos revolucionários (MAGALHÃES, 2013, p. 37-38).

Ao longo do século XIX, as luzes iluministas foram penetrando na elite brasileira. Nomes como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Alexandre Vandelli (1784-1862), citados em capítulo anterior, foram, dentre outros, precursores do movimento iluminista no Brasil nos anos iniciais do século XIX (MARQUES, 2012, p. 30). Entretanto, foram nas décadas de 1870 e 1880 que o movimento intelectual ganhou destaque, principalmente por causa da desagregação da ordem político-imperial. A expressão “geração de setenta” ou “movimento intelectual da geração de 1870”, foi assim nomeada numa referência à juventude de seus membros. Uma espécie de analogia ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das ideias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (VITAL, 2015, p. 74).

Morel e Souza (2008) ressaltam que ciência e razão são vistos pela Maçonaria como os principais instrumentos que levam a humanidade a atingir um futuro de moral e virtudes vistos como certos e comuns a todos os povos, promovendo assim a igualdade. A liberdade de consciência também é uma das divisas da Ordem, pois as Lojas são consideradas espaços onde não há restrições a ideias e opiniões. Segundo os autores, essa liberdade permitiu e estimulou os debates políticos formando uma espécie de escola política (MARQUES, 2023). Esse tipo de sociabilidade aliada ao caráter secreto serviu de abrigo a muitos pensadores em momentos de perseguições (MOREL; SOUZA, 2008, p. 46- 47).

A sociabilidade maçônica deu ao preceito da fraternidade um aspecto abrangente. Morel e Souza (2008) elencam as principais atividades englobadas a essa fraternidade, tais como: auxílio mútuo (mutualismo maçônico), filantropia, caridade e modo de convívio entre irmãos. A Ordem maçônica adotou das corporações de ofício da Idade Média o socorro mútuo, ajuda aos irmãos necessitados. Esse auxílio entre irmãos fez com que a instituição ganhasse historicamente uma coesão e cooptasse com maior facilidade novos membros. Essa fraternidade é revivificada e fortalecida no convívio entre irmãos, pautada na cordialidade, no pacifismo e no respeito (MOREL; SOUZA, 2008, p. 48-49).

A solidariedade entre *irmãos*³ vai do auxílio financeiro aos maçons mais necessitados aos seus familiares. Além do auxílio mútuo, a partir de 1870, os Pedreiros Livres brasileiros voltaram suas atenções a filantropia externa. Diversas atividades beneficentes destinadas ao custeio de asilos, orfanatos, hospitais e etc, foram adotadas pelas Lojas maçônicas (BARATA, 2017).

Dentre as palavras bases do Iluminismo, a igualdade sempre esteve presente no interior das Lojas mundo afora. No convívio maçônico não há diferenças de raças, credos, classes, nacionalidade e condições socioeconômicas; sentam, comem, votam, são votados e expressam opiniões igualitariamente (MOREL; SOUZA, 2008, p. 49).

A Maçonaria, como instituição estruturada no seio da sociedade, expôs seus ideais socialmente, entretanto, o meio mais concreto utilizado para a divulgação de suas ideias foi sem sombra de dúvida o investimento na educação através da criação e manutenção de escolas, aulas noturnas e bibliotecas (VIEIRA & MARQUES, 2017). O jornal *Aurora Escossez*⁴ (figura 3), em 1881, publicou uma matéria sobre a atuação maçônica na educação afirmando que, ao ensinar os jovens estará influenciando sobre os governantes que caminham à frente da sociedade (BARATA, 2017).

Figura 3 – recorte do jornal Aurora Escosseza

Disse um celebre escriptor que para transformação da sociedade era necessario transformar o individuo. N'este sentido devemos estar, como a luz, em toda a parte: actuar sobre a educação, que dá a primeira fôrma aos corações humanos, sobre as sociedades em que se agrupam os individuos, e assim influindo sobre os governos que caminham á frente das sociedades.

Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, p. capa, 01 de novembro de 1891.

Eram frequentes as publicações em *Boletins Maçônicos*⁵ incentivando o engajamento em prol da instrução do povo (figura 4). Essa nova corrente de pensamento foi abraçada pela instituição que adotou a educação como o melhor caminho para o aperfeiçoamento do ser humano, onde a crença na ilustração brasileira daria ao homem uma moral mais elevada, através da prática das virtudes, da caridade e da fraternidade (MAGALHÃES, 2013, p. 88).

Figura 4 – recorte do Boletim Maçônico de 1891

INSTRUCCÃO

O § 14 do artigo 324 da lei administrativa dos regulamentos geraes estabelece como um dos principaes deveres de uma loja regular: *Promover a illustração dos seus membros e do povo, quer por meio de conferencias de interesse social, quer pela criação de bibliothecas ou escolas, quer por todos os meios ao seu alcance.*

Esta obrigação que a nossa lei impõe ás officinas não deve por ellas ser descurada.

E' talvez o maior serviço que a Maçonaria hoje possa prestar: o desenvolvimento da instrucção.

Por muito que façam, quer o Governo Federal, quer o dos Estados, não póde ser dispensado o concurso dos particulares.

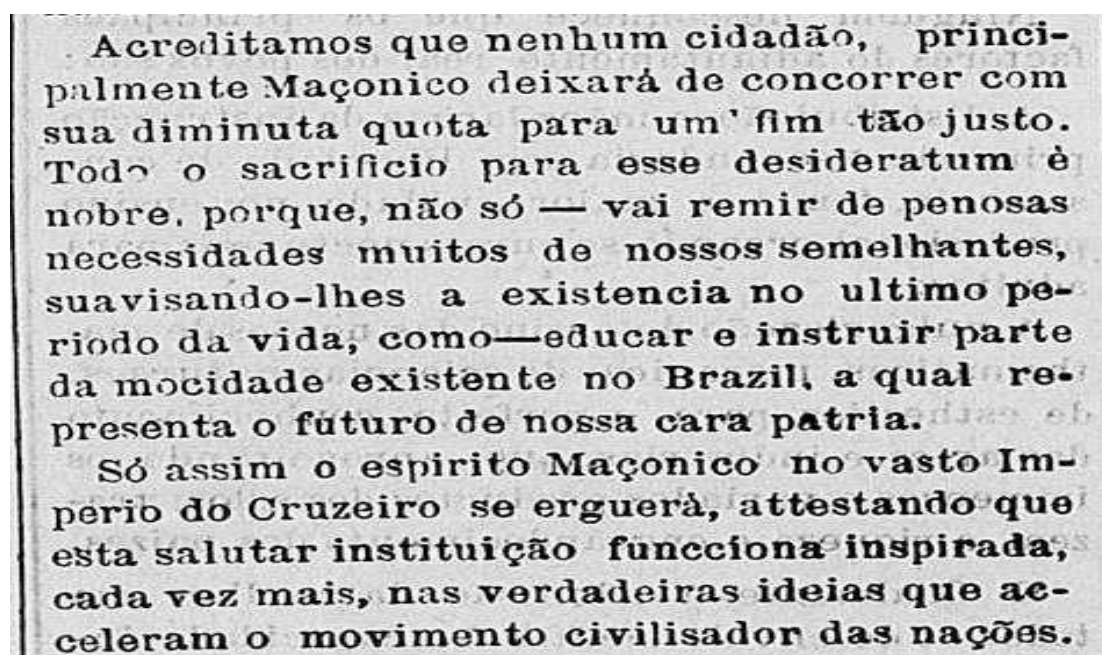
E' preciso ainda que as officinas maçonicas se esforcem por desarraigar do espirito do povo a prevenção contra a nossa Ordem, fructo da educação jesuitica que até hoje tem predominado.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

Foram adotadas, além da educação, outras frentes de atuação no final do século XIX, como por exemplo a política parlamentar e o uso de cargos públicos no alto escalão do Império. Contudo, foi a imprensa que propiciou um importante canal para a divulgação de projetos formulados para o Brasil. Os panfletos e jornais tornaram-se mecanismos destinados a moldar a opinião pública. A partir de 1870, surgiram os primeiros órgãos oficiais da imprensa maçônica (Boletins Maçônicos) destinados a um público específico, os maçons (GONÇALVES, 2012, p. 66).

O periodismo da Ordem, paralelamente a educação, tornou-se um dos principais meios de ação da instituição em relação as estratégias de penetração e intervenção na esfera pública. Segundo os ideais maçônicos da época, para alcançar à modernidade, era necessário instruir a nação, tornando-a mais civilizada. Nos boletins, as visões de civilização e progresso foram vinculadas à racionalidade moderna e associadas diretamente ao Iluminismo (GONÇALVES, 2012, p. 67).

Figura 5 – recorte do Jornal Aurora Escosseza



Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição 03, p. 02, 01 de março de 1892.

Jornais ligados a Maçonaria, como o jornal *Aurora Escosseza*⁶ (figura 5), abordavam frequentemente a ideia de que para superar a ignorância a sociedade brasileira deveria ser guiada pela razão, que ao promover o acesso ao conhecimento o país chegaria mais rápido ao progresso.

Nos impressos maçônicos oficiais, o “antigo” aparecia relacionado à ideia de “atraso”, situação que fomentou inúmeras críticas ao tradicionalismo de muitas instituições, especialmente ao da Igreja Católica em sua versão ultramontana. Em contrapartida, o “novo” era representado pelo trinômio “ciência, civilização e progresso” (GONÇALVES, 2012, p. 68).

Vital (2015), ao falar da desagregação política no final do Império, faz menção ao surgimento do Partido Republicano e a criação de clubes republicanos entre 1870 e 1889 no eixo Rio-São Paulo. O órgão oficial desse partido na imprensa era o jornal *A República* que, “publicado a 3 de dezembro de 1870, trazia estampado em sua primeira página o Manifesto do Partido Republicano (...)” (VITAL, 2015, p. 66).

Não podemos igualmente deixar de ressaltar que este partido desponta no país num momento em que se instaura a Terceira República na França, país cuja tradição republicana serviria de referência ao movimento que despontava no Brasil no início daquele decênio. Nomes do movimento político e intelectual de 1870 como Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho aderiram à sua causa e estavam entre suas principais lideranças, tendo inclusive seus nomes entre os signatários do manifesto do partido na imprensa (VITAL, 2015, p. 67).

Vital (2015) traz em seu texto uma lista de nomes de intelectuais atuantes no campo da política, do direito e da atividade jornalística da época, tais como: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, José do Patrocínio, Sílvio Romero, Tobias Barreto, Teixeira Mendes, André Rebouças (VITAL, 2015, p. 76). Boa parte desses nomes possuem em comum a vivência maçônica, embora não citadas pelo autor.

Vital (2015), no início de seu texto fez uma analogia para contextualizar a geração brasileira de 1870 com a do Iluminismo francês, apesar das diferenças espaciais e temporais. A singularidade se dá quando “os homens de letras de ambos os movimentos políticos-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio.” Esse contexto explica o pensamento dos ilustrados brasileiros que associavam a monarquia brasileira ao Antigo Regime (VITAL, 2015, p. 17).

O Império em nosso país, além de ser uma barreira a ascensão desses intelectuais, era retratado como o atraso ao progresso. “Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, cem anos depois, na queda do regime imperial brasileiro” (VITAL, 2015, p. 77).

(...) essas ideias, tal como o liberalismo, constituíam-se em ferramentas teóricas, disponíveis no repertório espiritual do Oitocentos, que auxiliavam os membros do movimento contestatário na sua árdua empreitada: a de pensar o Brasil de tal maneira a definir uma identidade castiçamente nacional (...). Muitos dos representantes do movimento pugnavam contra as instituições da Monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública (...) (VITAL, 2015, p. 78).

Costa (2010) explica o liberalismo através de sua atuação teórica e prática para entender esse fenômeno no Brasil. “Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram as suas próprias necessidades” (COSTA, 2010, p. 134). Os dogmas do liberalismo não poderiam se afirmar numa sociedade que desprezava o trabalho manual, que cultivava o ócio e a ostentação, que favorecia os laços de família, que promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade ao invés de seus méritos e talentos, que instituía o arbítrio, que fazia da exceção à regra e negava os direitos do homem e do cidadão a maioria da população (COSTA, 2010, p. 134).

A sociedade letrada brasileira acreditava que em países civilizados as práticas liberais estavam atreladas a teoria, que o atraso brasileiro residia na falta de prática do liberalismo. A partir de 1870 criou-se a expectativa de que a promessa do liberalismo seria cumprida. Surgiram críticas às instituições numa espécie de “crença ingênua na capacidade redentora do progresso, da ciência e das reformas institucionais” (COSTA, 2010, p. 168). De fato, o liberalismo nesse período era uma espécie de utopia, principalmente para as elites. A grande maioria da população se encontrava entregue a um sistema de patronagem e clientelismo. O liberalismo era, portanto, uma retórica vazia (COSTA, 2010, p. 169).

Uma gama de historiadores brasileiros reconheceu e incluiu a Maçonaria, ou mais designadamente os maçons, como integrantes dessa intelectualidade. A Ordem através de seus membros foi difusora das correntes de pensamento influenciadas pelo ideário francês e liberal. e posteriormente, do cientificismo. Portanto, o avanço dos ideais liberais e cientificistas no país no final do século XIX devem muito à Ordem maçônica que sem dúvida foi “um agente integrante das transformações culturais ocorridas no século XIX.” (COLUSSI, 1998, p. 56).

Colussi (1998) ressalta os aspectos positivos da produção bibliográfica acadêmica em relação a atuação da Ordem no campo das ideias políticas. A Maçonaria foi no século XIX uma das principais instituições que promoveram a transformação cultural no país. Mesmo em pesquisas isoladas relacionadas ao processo de independência do Brasil e a Questão Religiosa tornam possíveis uma apreciação mais abrangente de sua atuação na história do Brasil, principalmente ao longo de todo o século XIX. No meio acadêmico, a Questão Religiosa tem sido vista “como momento especial de confronto e construção do pensamento político brasileiro” (COLUSSI, 1998, p. 56).

Na maioria das vezes o ente (instituição) age através da atuação de seus membros ou de parte deles. No final do século XIX, nesse cenário de ideias, emerge a figura de Benjamin Constant, aluno e posteriormente professor da Escola Militar.

Magalhães (2013), destaca o estadista Benjamin Constant como um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro em 1878. Os positivistas, principalmente os militares, baseavam-se na construção de uma sociedade fundamentada em preceitos morais concretos, objetivando o desenvolvimento científico da nação, um Estado laico que promovesse a conquista de direitos sociais, conduzindo o país ao progresso (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

Magalhães (2013), destaca o entendimento de Benjamin Constant ao alinhar a noção de progresso ao desenvolvimento científico.

À noção de progresso, conforme entendido por Benjamin Constant, ligava-se estreitamente a ênfase no desenvolvimento das ciências, em busca das conquistas tecnológicas da civilização moderna. Assim como preconizam os ensinamentos iniciáticos maçônicos expressos em seus rituais, o pensamento pedagógico de Constant pauta-se na ênfase no ensino das ciências, consideradas fundamentais, como a Geometria, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e a Sociologia; assim como atividades físicas, como a Ginástica, através da qual o estudante era levado ao contato com o mundo e a sociedade, conforme uma interpretação predominantemente positivista, bastante próxima ao que a Maçonaria professa na educação de seus neófitos (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

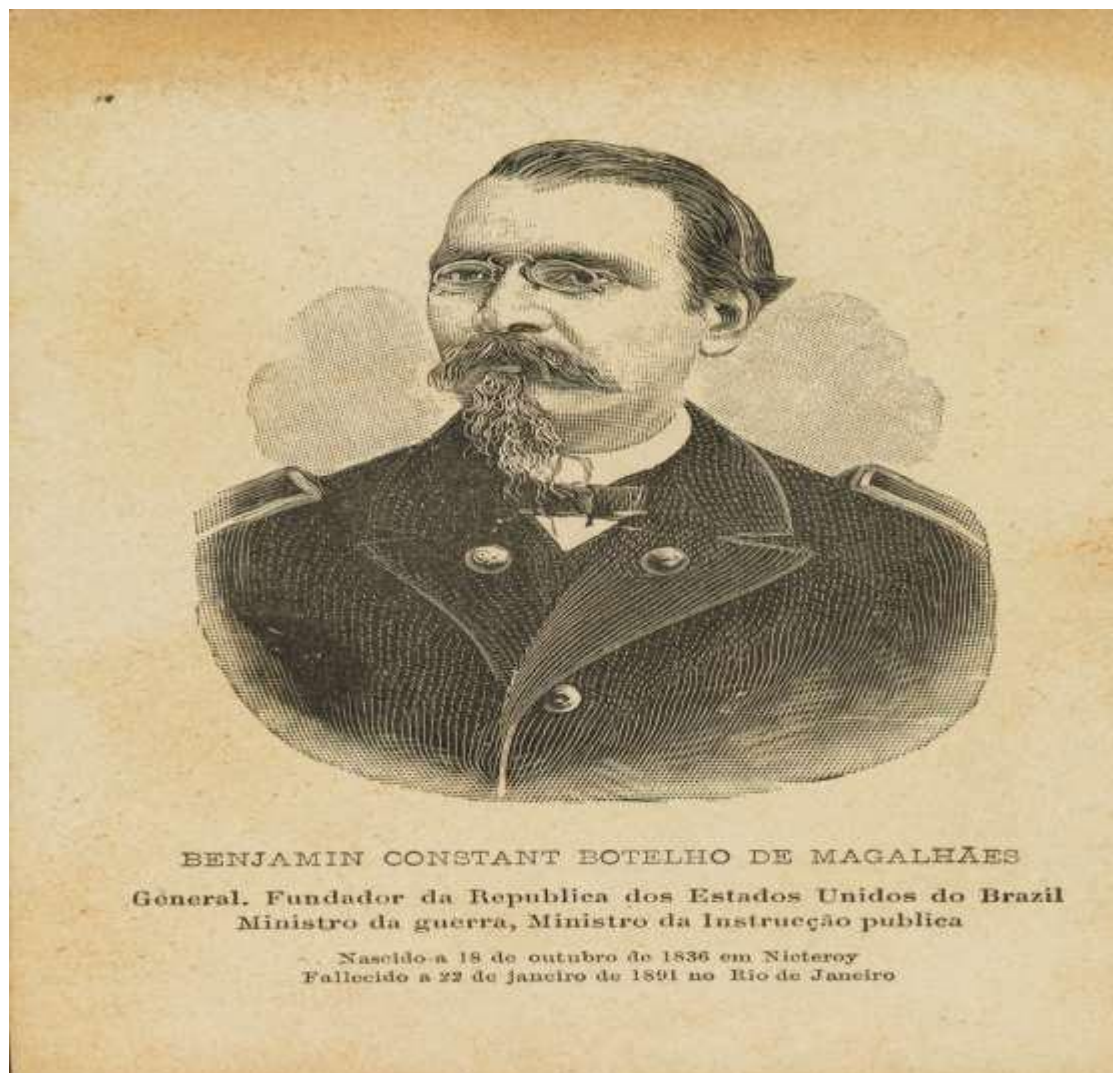
Essas ideias políticas desencadearam o movimento de instauração da República no país. Elementos comuns como: civismo, progresso científico-tecnológico, patriotismo e moralidade com a finalidade de aperfeiçoamento do homem através do conhecimento, eram sistematicamente transmitidos na Escola Militar. Após a Proclamação da República, Benjamin Constant foi nomeado Ministro da Instrução, cargo que ocupou por menos de dois anos, quando veio a falecer (MAGALHÃES, 2013, p. 83).

Neste curto período na pasta promoveu profundas mudanças no ensino brasileiro, dentre elas, a criação de escolas normais estaduais e escolas públicas secundárias federais por todo o país. As mudanças ainda promoveram a não obrigatoriedade do ensino de religioso, o implemento de uma formação científica, pautada no ideário maçônico e positivista. De todas as mudanças, não poderia ficar de fora a marca do positivismo defendido por Benjamin Constant, a ênfase dada ao ensino de matemática como sendo a mais importante das ciências, passando a ter papel central nos estudos dos alunos de primeiro e segundo grau (MAGALHÃES, 2013, p. 83-84).

As ideias propostas por Benjamin Constant⁷ (figura 6) para a educação eram inspiradas no iluminismo pombalino e com fortes inspirações maçônicas. As reformas pombalinas, intimamente ligadas ao Iluminismo, implementadas em Portugal e nas Colônias expulsaram os jesuítas do comando da

educação. O Iluminismo europeu da época enfatizava a razão, a laicidade, o ideário liberal secular e democrático. (MAGALHÃES, 2013, p. 84).

Figura 6 – imagem de Benjamin Constant



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Enquanto Ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, Constant inspirado nesse corolário de ideias reorganizou por completo a educação nacional, principalmente estabelecendo como base a laicidade do ensino público, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Essas reformas diminuíram significativamente a influência da Igreja Católica no ensino em todo o país (MAGALHÃES, 2013, p. 85).

A fusão de ideias do Iluminismo, Liberalismo e Positivismo foram recepcionadas pela Maçonaria da época, que de certa forma moldaram a crença na ilustração brasileira, onde “a educação é o caminho mais legítimo para o aperfeiçoamento do ser humano, dando-lhe uma destinação baseada na moral mais elevada, embasada na prática das virtudes, da fraternidade e da caridade” (MAGALHÃES, 2013, p. 89).

Magalhães (2013) destaca da importância de estudar essas doutrinas para sabermos quem somos atualmente.

Enfim, estudar as transformações das doutrinas europeias neste período de mudanças e novidades e questionarmo-nos sobre as influências que tais confluências exerceram no seio da sociedade brasileira desde então, é um caminho para o melhor entendimento de quem somos na atualidade. Na biografia de Benjamin Constant percebemos uma relação entre as suas práticas e forma de atuação, assinalando pistas para o melhor entendimento da tessitura política e social do Brasil republicano.

Nesse emaranhado de linhas filosóficas, a Ordem dos Pedreiros Livres aparece como ponto de encontro. Uma instituição eclética, ligada a ciência, ao liberalismo e ao positivismo, mesmo que moldada de acordo com as necessidades brasileiras da época. Portanto, a instituição maçônica no final do século XIX, mesclando diversas concepções filosóficas, atuou no sentido de influenciar o pensamento nacional (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 106). E, também: “A presença da Maçonaria brasileira nos debates que visavam construir uma nova noção de identidade nacional foi uma constante” (BARATA, 1994, p. 91). Segundo o autor, foi a principal e mais bem estruturada organização, dentre as quais se engajaram na criação de uma sociedade mais secularizada. Portanto, diante da fragilidade dos mecanismos estatais existentes no período imperial e no início da república, a organização maçônica assumiu uma função pedagógica de formação ideológica de seus membros para com isso influir nas bases formadoras da sociedade brasileira, barrando assim o conservadorismo da Igreja Católica (BARATA, 1994, p. 92).

Ao contrário da historiografia tradicional no país que aponta como inexpressiva a atuação maçônica no final do século XIX, Barata (1999), entre outros do meio acadêmico, vem demonstrando que a Ordem no Brasil foi uma das principais instituições na luta pela estruturação de uma nova identidade nacional. A identificação de seus membros com a chamada *Ilustração Brasileira* foi de grande valia ao influenciar a opinião pública pela busca da modificação da face brasileira. A Maçonaria brasileira na defesa de um Estado laico, de princípios liberais e positivistas, do casamento civil e da educação pública e obrigatória, deixou um legado que, apesar de esquecido por muitos historiadores, vem se descortinando no século XXI (BARATA, 1999, p. 148-149).

REFERÊNCIAS

1.FONTES PRIMÁRIAS

Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, 1º de novembro de 1891, capa. Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição 03, 1º de março de 1892, p. 2.

Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição nº 10, 1º de outubro de 1892, p. 2.

1.1 BOLETINS DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º ano, de julho de 1878, p. 297.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número nº 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1873-1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=074594>>. Acesso em: 02 set. 2023.

Boletim do Grande Oriente do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1871-1899. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/boletimgrandeorientebraasil/709441>>. Acesso em: 01 set. 2023.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. O ensino jurídico, a elite dos bacharéis e a Maçonaria do séc. XIX. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005.

ANJOS, Marcus Vinícius Teixeira dos; MARQUES, Adílio Jorge. Sobre a Maçonaria na história moderna e o grau de mestre. Gnarus Revista de História – vol XI - nº 11 – outubro, 2020.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. Revista USP, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez.1996-fev.1997.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822). 2002. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

_____. Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910). Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. A Maçonaria e a ilustração brasileira. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul.- out. 1994. . Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade. O Ponto Dentro do Círculo, 2016. Disponível em: <https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2016/11/08/a-proclamacao-da-republica-e-a-maconaria-parte-ii/>. Acesso em: 29 ago 2023.

BARROS, Roque S. M. de. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. São Paulo: Convívio/Edusp, 1986.

COLUSSI, Eliane Lucia. A Maçonaria Brasileira no Século XIX. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____.A Maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX). Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000a.

_____. A Maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: EDIUPF, 2000b.

_____. Plantando Ramas de Acácia: a Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. 1998. 489 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: história, textos e contextos. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2010.

GONÇALVES, Thiago Werneck. Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874). 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MAGALHÃES, F. da Silva. Maçonaria e Educação: Contribuições para o Ideário Republicano (1889-1930). 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, Adílio Jorge. O Iluminismo no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Sapere, 2012.

MARQUES, Adílio Jorge. A liberdade, sob a óptica da Arte Real. Freemason.pt - 2023. In: <https://www.freemason.pt/a-liberdade-sob-a-optica-da-arte-real/>. Acesso em 08 set 2023.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 28, p. 3-22, 2001.

VIEIRA, Samuel; MARQUES, Adílio Jorge Marques. Origens e Relações Secretas no Brasil e no Mundo. Rio de Janeiro: Sabedoria Arcana/Clube de Autores, 2018.

VIEIRA, Samuel; MARQUES, Adílio Jorge Marques. Maçonaria e educação no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Sabedoria Arcana/Clube de Autores, 2019.

VIEIRA, Samuel; MARQUES, Adílio Jorge Marques. A participação da Maçonaria na educação no final do século XIX no Brasil. Revista Mundo Antigo – Ano VI, V. 6, N° 12 – Junho, 2017.

VITAL, Dievani Lopes. Iluminismo e revolução nas ideias e nas práticas políticas da “ilustração” brasileira. 2015. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

NOTAS

¹Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 01, 2º ano, janeiro de 1873, p. 17.

²Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 07, 7º na, julho de 1878, p. 297.

³Maçonicamente, já no Poema Régius do ano de 1390, o mais antigo documento maçônico conhecido, recomenda-se o tratamento de “caro irmão” entre os maçons (CAMINO, 2004, p. 215).

⁴Jornal Aurora Escosseza, ano I, edição 01, p. capa, 01 de novembro de 1891

⁵Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira, número 03, 17º ano, maio de 1891, p. 77.

⁶Jornal Aurora Escosseza, ano II, edição 03, p. 02, 01 de março de 1892.

⁷BENJAMIN Constant Botelho de Magalhães: General, Fundador da República dos Estados Unidos do Brasil, Ministro da guerra, Ministro da Instrução publica. Rio de Janeiro, RJ: Livraria de J. G. de Azevedo, [18]. 1cartão, zincogravura, p&b, 13,4x9cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon1387672.jpg>. Acesso em: 2 nov. 2017. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon1387672.html>. Acesso em: 2 nov. 2017.

Capítulo 2



10.37423/230908158

A SOCIEDADE E O ENSINO DA MÚSICA

Rodrigo Marcelo Sabbi

Universidade de Passo Fundo - UPF

Gleison Juliano Wojciekowski

Universidade de Passo Fundo



Resumo: Este texto irá abordar alguns aspectos do desenvolvimento do ensino da música ao longo da história. A fim de centralizar o estudo e não torná-lo disperso, uma vez que a música se faz presente desde os primórdios da humanidade, achou-se por bem trabalhar apenas dentro de um pequeno recorte da história. O período abordado aqui é aquele que vai desde a Idade Média até o início do século XIX, momento em que a sociedade passa por grandes transformações.

Palavras-chave: corporação, conservatório, método.

Primeiramente, deve-se compreender a concepção não só de música, mas da arte como um todo em cada momento histórico específico. A concepção de música do homem pré-romântico, em muito se difere da de hoje. Antes de tudo, a música deveria ser ouvida em sua totalidade e, para isso, necessária era a sua compreensão.

Em períodos como este abordado nessa pesquisa, o conhecimento era um privilégio que estava ao alcance de poucos e, desta maneira, a ciência musical por muito tempo esteve ao alcance de uma minoria. A apreciação musical com entendimento só poderá ser desfrutada pelo sujeito através de uma educação musical de qualidade.

A música expressava aquilo que não podia ser dito. Falava diretamente aos seus ouvintes contemporâneos, pois era feita para aquela sociedade, para aquela época. A música cumpria uma função que transcendia o simples entretenimento e era parte indispensável da vida das pessoas. A criação musical devia transparecer à novidade, da mesma forma que as demais ciências, como a engenharia, por exemplo, deveriam inovar com novas moradas atendendo as exigências da sociedade. (Harnoncourt, 1990, p. 13)

A música funcionava como uma linguagem realmente viva, no sentido que as composições executadas nos concertos eram contemporâneas e direcionadas especificamente para aquele público, para aquele lugar. Com certeza era motivo de insatisfação para o público chegar a um concerto e ver no programa composições de música de tempos anteriores àquele atual. O pensamento dos ouvintes estava ansioso por receber informações novas, instigar a imaginação, ser surpreendido pelo compositor. (Harnoncourt, 1990, p. 17)

Pode-se fazer uma comparação com o que acontece hoje. Nos programas dos concertos, raramente encontrarmos composições feitas para nossa época. O ouvido do homem moderno está mais habituado com a música anterior ao século XX do que propriamente com aquela música feita para o nosso tempo. Há uma mudança em nossa concepção musical que não cabe aqui maiores aprofundamentos, mas é um ponto a ser destacado para, assim, termos uma melhor visão da música do período precedente.

Desde os tempos do início da polifonia² até fins do século XIX, é interessante notar como a música contemporânea era tratada pelos seus ouvintes. Com certeza, músicas de épocas anteriores eram também apreciadas pelo público, porém, em geral, estas dificilmente vinham sem um novo tratamento ou na harmonia³, na forma⁴, na melodia⁵, instrumentação⁶etc.

Era próprio do pensamento musical da época executar a música antiga sempre com uma interpretação nova. (Harnoncourt, 1990, p. 17)

Pode-se entender interpretação como a maneira como o instrumentista, o cantor ou o regente percebe ou entende o pensamento do autor da obra a ser executada. Uma boa interpretação está relacionada com o grau de qualidade da obra a ser interpretada. É necessário, porém, o intérprete ter o cuidado para apenas assumir o papel de intermediário entre o compositor e o público, não vindo aquele a interferir no trabalho deste, com intervenções e colaborações que possam a vir descaracterizar tal obra. (Borba/Graça, 1962, p. 25)

O culto e a curiosidade do público pela novidade a cada concerto obrigavam os compositores a uma rotina de trabalho composicional intensa. A produção musical no período barroco⁷, por exemplo, era tamanha que o período ficou conhecido pela expressão “a celebração do efêmero”. Segundo Haynes (2006, p. 20), essa expressão faz uma comparação com os modernos designers⁸ da moda do vestuário, que estavam sempre a criar novos modelos para o vestuário.

Na Inglaterra do final do século XVIII, músicas que haviam sido compostas em um espaço de tempo de aproximadamente vinte anos, já eram tidas como música antiga:

As pessoas hoje pensam em A Sagração da Primavera, de Stravinsky, como "moderno", por exemplo, apesar de ter sido estreada em 1913. A concepção atual da música contemporânea pode, assim, incluir a música de quase um século de idade. Por outro lado, na Inglaterra do final do século XVIII, a música que tinha sido composta a cerca de vinte anos, era executada no rol dos programas de música antiga. (Haynes; B., The End of Earley Music, 2006, p. 21)

O público se dirigia aos concertos ansioso por ouvir a novidade que o compositor havia preparado. Existia um grande interesse por uma música da qual nunca haviam escutado antes. A plateia participava dos concertos não apenas escutando mas também interagindo e expressando a sua emoção cada vez que a música atingia algum efeito particularmente eficaz. Semelhante comportamento temos hoje nas platéias de música rock, onde aplausos espontâneos entre uma música e outra, ou ainda enquanto o músico está tocando são comuns. (Haynes, 2006, p. 21)

Outra característica do período pré-romântico⁹ refere-se a improvisação. O estudante de música desse período era treinado a estar sempre improvisando ou, de certa forma, compondo em determinados trechos da música. Nota-se que tal improvisação nem sempre vinha escrito na partitura. Era necessário o músico dominar esta habilidade, sem a qual dificilmente poderia executar a música desse período. (Haynes, 2006, p. 4)

A escrita musical barroca caracterizou-se por seu reduzido volume de informações musicais. Era o que poderia se chamar uma escrita econômica ou, uma *“thin writing”*¹⁰. Os compositores raramente acrescentavam muitas indicações, como é comum hoje, tais como fraseado, dinâmicas, variações de tempo, etc. Para o músico daquele período, essas informações estavam inseridas dentro do contexto da obra. (Haynes, 2006, p. 108)

Desta maneira, deduz-se que o músico, ou o estudante de música, necessariamente deveria, antes de tudo, estar familiarizado com o que deveria tocar. Certamente as informações que não estavam escritas na partitura deveriam ser absorvidas através da vivência musical e de preferência com a supervisão de um bom professor. (Haynes, 2006, p. 4)

Pode-se fazer um paralelo do músico do Período Barroco com um músico contemporâneo de jazz, por exemplo. Profissionais de leitura impecável e profundos conhecedores da arte musical, com habilidade ímpar para a composição, o músico barroco desenvolvia alto domínio sobre a improvisação e, certamente, não necessitavam de muitas informações escritas na partitura. Estes não deveriam tocar somente o que estava escrito, correndo o risco de cair no desagrado do público. (Haynes, 2006, p. 108)

O mestre de música formava aprendizes de acordo com a sua especialidade. Havia uma relação entre aprendiz e mestre na música, similar àquela que, durante séculos, houve entre os artesãos. Ía-se a um determinado mestre para aprender com ele o “ofício”, sua maneira de fazer música. Tratava-se, antes de tudo, da técnica musical: composição e instrumento. (Harnoncourt, 1990, p. 29)

O mestre ensinava ao aprendiz a sua arte, todos os aspectos desta arte. Ele não ensinava somente a tocar um instrumento, ou cantar, mas também a interpretar a música. A evolução dos estilos se processava gradativamente, de geração à geração. Qualquer mudança nos conceitos, nas idéias, não era uma mudança propriamente dita, mas sim um crescimento e uma transformação orgânicos. (Harnoncourt, 1990, p. 29)

Na Europa do século XII, havia o que se chamavam associações de artesãos e mercadores: organizações de cunho sócio-pedagógico, onde se recebiam jovens aprendizes para preparar os futuros mestres nos seus respectivos ofícios. A tal associação era outorgada o monopólio do exercício e do ensino de seu respectivo ofício, dentro de um determinado limite territorial. (Rugiu, 1998, p. 24)

Essas associações, de acordo com lugar e a região onde se estabeleciam, recebiam denominações diferentes:

Arte na Toscana, Colégio em Roma, Consulados em parte da Lombardia, Universidade no Piemonte e outros, Companhia na Emília, Grêmio na Sardenha, Confrarias ou Irmandades no Vêneto, Mestranças na Sicília, Ministérios em alguns centros norte-ocidentais, Paratici em zona ex-longobarda, etc. Na Grã-Bretanha e nos países alemães, prevaleceram em geral, respectivamente, *guilds* e *Gilden*; na península Ibérica, Grêmios; na França, *métiers* ou *devoirs*. (Rugiu, A.S., Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 23)

O sistema de associação foi difundido por toda a Europa e teve seu auge no século XIV, vindo, a partir daí, a entrar em constante queda. Sua supressão se dá no início do século XIX, quando a Revolução Industrial¹¹ transforma o mecanismo de funcionamento da sociedade. Embora encontrem-se diversos sinônimos para o termo associação, como as citadas acima, o termo que nos faz aproximar àquela realidade é corporação.

Nós, para entendermos aquela realidade, usamos em geral o termo Corporações, termo esse, porém, relativamente recente, difundido na Itália somente na segunda metade do século passado e depois propagado pelo fascismo por ocasião do seu projeto de neocorporativização da Itália “disciplinada, laboriosa e produtiva”. Antes do final do século XIX, o termo Corporações era raramente usado para entender aquilo a que aqui chamamos Artes. (Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 23)

Ainda sobre as associações, a estas era atribuído o poder discricionário, ou seja, tinham liberdade para atuar no ensino sem restrições, cabendo a elas a formação de um currículo que mais convinha, de acordo com o contexto cultural e social de cada região. Esse é um dos exemplos mais típicos dos privilégios dos quais gozavam as associações. (Rugiu, 1998, p. 24)

As associações não se limitavam a simples produtores de bens, existentes desde os tempos antigos [...], mas sim em verdadeiras ligas profissionais caracterizadas por direitos e deveres particulares, por privilégios e por vínculos reconhecidos e garantidos pelo poder público, ele mesmo, em medida mais ou menos sensível, condicionado pelas organizações das Artes presentes no território. (Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 24)

Com o aumento das cidades e da burguesia, as associações precisavam se organizar, como uma espécie de órgão regulador, no sentido de garantir a cada associação a boa relação entre seus membros. Era necessária também a providência de segurança contra as possíveis concorrências que vinham das cidades vizinhas.

Com a crise do feudalismo¹² e o consequente aumento da urbanização em torno dos muros ao redor dos feudos expande-se as relações comerciais entre a população. Há um aumento significativo na produção em termos de quantidade e também de qualidade dos produtos, o que também proporcionou um salto no desenvolvimento da tecnologia (Rugiu, 1998, p. 29)

Foi necessário um salto tecnológico e de organização do trabalho e preliminarmente uma maior flexibilidade e eficácia dos produtores, ou seja, novas modalidades produtivas e reprodutivas, implicando, por sua vez um aumento na taxa de instrução básica e especializada. (Rugiu; A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 29)

A ideologia do mundo feudal soa bastante estranha, em muitos aspectos, para a mentalidade de nossa época. Antes do surgimento das corporações, o conceito de trabalho tinha um sentido muito diferente do que temos hoje. O homem trabalhava para pagar seus pecados, como uma forma de penitência de seu próprio pecado original. A ideia de lucratividade só virá mais tarde, com a ascensão da burguesia¹³ e a consequente mudança do sistema de mundo e de pensamento. (Rugiu, 1998, p. 29)

Os sistemas de trocas foram, gradativamente, sendo substituídos pelos de compra e venda, não sendo assim mais encaradas como ato pecaminoso¹⁴. O homem passou a contabilizar e apropriar-se do tempo, elemento esse antes de propriedade Divina. A burguesia, no intuito de obter lucratividade passa a emprestar seus bens a juros, estabelecendo assim os alicerces para o nosso sistema bancário, vigente no mundo inteiro até os dias de hoje. (Rugiu, 1998, p. 30)

Assim como o tempo, a palavra também era considerada de propriedade divina. O manuseio da palavra, seja mentalmente ou materialmente, podia representar ofensas sérias a Deus. É somente a partir do Humanismo¹⁵ que o homem passou a se apoderar da palavra como instrumento fundamental de comunicação e conhecimento. (Rugiu, 1998, p. 30)

É interessante notar como a própria Igreja acabou por fornecer as bases para o modelo que, mais tarde, viriam a suceder as corporações, pois dentro do mosteiro funcionava um rígido e organizado sistema de distribuição do trabalho e do ensino. Antes ainda do século XI, as formas de produção material e cultural sobreviviam fechadas em lugares isolados e fortificados, artesãos de vários gêneros [...] formavam-se nas oficinas dos mosteiros. (Rugiu, 1998, p. 27)

Segundo A. Ponce (apud Rugiu, 1998, p. 27), a economia monástica apoiava-se sobre uma organização do trabalho com regras precisas de disciplina. O castelo feudal era quase exclusivamente o acampamento de guerra no qual o senhor repousava depois do saque e se preparava para o próximo. O mosteiro, ao contrário, constituía uma lição viva do trabalho organizado e racionalizado, a tal ponto que acabou por influenciar, e não pouco, as sucessivas burguesias. (A. Ponce apud Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 27)

Todas as atividades produzidas nas corporações, sejam elas a manufatura de algum produto ou até mesmo as intelectuais, eram traduzidas como arte. Porém, as atividades intelectuais estavam geralmente ao encargo dos clérigos ou de pessoas com uma melhor influencia dentro da burguesia.

Esse fato faz com que a atividade intelectual receba um status maior em relação às atividades manuais. (Rugiu, 1998, p. 31)

Esse distanciamento entre a atividade manual e intelectual levou Giovanni da Dinamarca, no século XIII, a propor a distinção de ambas como sendo Artes mecânicas e Artes liberais:

As primeiras compreendendo todas as atividades artesanais, inclusive aquela dos médicos, desvalorizados pelo próprio nome de “mecânicas”, que, segundo o frade dinamarquês, seria derivado de *mecor*, *aris* (*moechor*, *aris*, no latim clássico = rebaixar, adulterar, depreciar); as segundas, ao contrário, correspondiam a todas as atividades implicadas no Trívio (gramática, retórica e lógica) e no Quadrívio (matemática, geometria, astronomia, música). (Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 30)

Sobre o termo arte, é interessante constatar que:

O que é uma arte? Não é uma ciência, mas uma técnica. Arte é técnica, é a especialidade do professor, como aquela do marceneiro, do ferreiro... uma arte é qualquer atividade racional e justa do espírito aplicado à fabricação de instrumentos, sejam materiais, sejam intelectuais. É uma técnica inteligente do fazer. (Le Goff; J. apud Rugiu; A.S., Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p.31)

Voltemos à questão do ensino-aprendizagem dessa realidade. Como aprendia o aprendiz? Preservava-se muito a cultura do segredo, ou seja, jamais um mestre revelaria tudo o que soubesse ao aprendiz. Este, por sua vez, dependeria do seu grau de interesse e percepção¹⁶ para que, ouvindo e observando o que seu mestre fazia, pudesse, assim, desvendar os mistérios de sua arte:

A relação mestre-aluno era principalmente denotada por essa dialética entre o esforço de esconder e esforço de entender os segredos. Ensinar era principalmente saber dosar atentamente aquilo que se podia ou não mostrar aos futuros concorrentes na arte, assim como aprender significava assimilar os dados visíveis e intuir certas maneiras de projetar e de realizar, suscetíveis de imitação e, se possível, de superação. (Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 135)

Não havia uma organização entre faixas etárias como existe hoje. Sendo assim, podia-se encontrar em um mesmo banco escolar, crianças, adolescentes e adultos. Essa ideia de se organizar os alunos por idade só virá mais tarde com o desenvolvimento do sistema de ensino e o advento dos colégios, a partir do século XVI. O cenário que talvez mais se assemelhe a uma aula dentro dessas associações são os nossos teatros, onde há o personagem principal em destaque e uma plateia heterogênea a ouvi-lo. (Rugiu, 1998, p. 40)

Segundo Hauser (apud Rugiu 1998, p. 39), as corporações, no seu período de ouro, ou seja, até o século XIV, concederam ampla liberdade aos mestres ao determinarem a duração e as formas do tirocínio dos aprendizes e daqueles dos auxiliares. O mestre era assim um verdadeiro patriarca na comunidade formativa que, às vezes, se estendia da oficina à própria casa, aonde vinham “colegiados” aprendizes e auxiliares. (Hauser apud Rugiu, A.S. Nostalgia do Mestre Artesão, 1998, p. 39)

A duração do curso, os conteúdos e metodologias de ensino, ou a composição das classes dos alunos diferiam muito de situação para situação, enquanto não se tinham ainda afirmados critérios pedagógicos universais. De fato, quando algum aprendiz hospedava-se junto à casa de seu mestre, em uma espécie de regime de internato, os critérios da aprendizagem ultrapassavam o nível técnico, promovendo assim ao aprendiz, uma oportunidade de socialização com os próprios membros da família e demais pessoas daquele ambiente. (Ariès apud Rugiu, 1998, p. 40-41)

A partir de termos como observar, ouvir, apreender, entre outros, uma forte presença da oralidade nas relações de ensino-aprendizagem. Esta, sem dúvida, foi o meio pelo qual os mestres e aprendizes se apropriaram a fim de transmitir o conhecimento. O papel era um recurso restrito para uma minoria. Aliás, saber ler e escrever eram uma qualidade reservada apenas para os doutos.

A tradição oral, que esteve sempre paralela com o ensino do sistema de notação, é com certeza necessária no intuito de decifrar os variados símbolos musicais e, todo aquele que lê música deve ou deveria ter isso em mente. Ler a música do período barroco, por exemplo, significa compreender o que os sinais significam no sentido de que tipos de elementos podem ser adicionados ou substituídos e, ainda, o que se fazer com aqueles elementos que não aparecem escritos na partitura. (Haynes, 2006, p. 105)

“A notação barroca implica em muitas coisas que não estão explícitas na pauta. Além das convenções estilísticas, este tipo de notação implica em um maior conhecimento musical por parte do músico executante.” (Haynes, B., The End of Early Music, 2006, p. 108)

A concepção de ensino das corporações, diferente daquela do ensino institucionalizado, prevê para o aprendiz uma espécie de formação contínua ao longo de toda sua carreira. De certa forma, todo aluno aprendiz, mesmo que já acabado o seu ciclo dentro da corporação, ficava, de alguma maneira, amparado por seus mestres no sentido de acompanhá-lo no bom andamento de seu ofício. (Rugiu, 1998, p. 138)

As corporações, ao contrário, eram um sistema formativo integral no sentido sincrônico e diacrônico: ensinavam ao aprendiz a fazer e comportar-se como um “artista matriculado”; depois, o acompanhavam, empregavam-no, sustentavam-no e controlavam-no nas suas atividades sucessivas, induziam-no a atualizar-se ou a deixar a atividade. (Rugiu, A.S., *Nostalgia do Mestre Aprendiz*, 1998, p. 138)

A relação mestre-aprendiz sofrerá, no decorrer da história, algumas rupturas que passarão a questioná-la e a modificá-la. De todas as transformações que a Revolução Francesa promoveu, distingue-se a função fundamentalmente nova que passaram a ter a formação e a vida musical de modo geral. É aí que entra a maneira institucionalizada de se ensinar música, traduzido pelo conservatório musical. (Harnoncourt, 1990, p. 29)

Genericamente, o conservatório, tal como o entendemos hoje, está consagrado ao ensino superior da música. A origem desse termo provém da Itália e, no entanto, suas primeiras funções não foram exclusivamente musicais. Os primeiros conservatórios funcionavam em uma espécie de orfanato e as crianças ali hospedadas recebiam conhecimentos do que fosse indispensável à vida e também à prática musical. (Borba/Garça, 1962, p. 348)

O primeiro conservatório voltado exclusivamente para a música surgiu em Milão em 1808. Aos poucos foram surgindo vários conservatórios por toda a Europa, e sua abrangência pedagógica aumentava a medida que iam sendo introduzidas novas disciplinas em seus currículos. Muitos conservatórios hoje oferecem não só o ensino da música mas também outras formas de expressão cultural como a dança, as artes plásticas, etc. (Borba/Garça, 1962, p. 348)

A Revolução Francesa foi certamente um ponto culminante para a história da música ocidental, um divisor de águas, pois mudou para sempre muitos aspectos do pensamento musical de toda uma época, interferindo na maneira de se fazer arte, bem como na forma de se transmitir os conhecimentos. Para muitos, tal intervenção acabou por ser nociva, rebaixando a música apenas ao seu aspecto “belo”, função de ornamento, sem mais precisar compreendê-la.

A tentativa mais bem sucedida de simplificar a música a fim de torná-la compreensível a todos se deu em seguida à Revolução Francesa. Tentou-se, então, pela primeira vez, num grande Estado, colocar a música a serviço de ideias políticas: o minucioso programa pedagógico do conservatório foi o primeiro exemplo de uniformização na nossa história da música. (Harnoncourt, N., *O Discurso dos Sons*, p. 15)

As transformações pelas quais passou o ensino da música, desde a Idade Média até o século XIX, é tão somente consequência das transformações sofridas nas várias esferas do saber como política, economia, tecnologia, etc. No método francês, a música deveria ser integrada ao processo político

geral. Para isso, os estilos musicais deveriam ser padronizados, uniformizados. (Harnoncourt, 1990, p. 29)

A princípio, a ideia central era que a música deveria ser suficientemente simples para poder ser compreendida por todos. O sentido de compreender nesse momento difere daquele abordado no início do capítulo, uma vez que, na época precedente, a música era feita para os cultos, ou seja, era necessário que realmente a pessoa tivesse uma educação musical de qualidade para, de fato, compreender o que estava escutando. (Harnoncourt, 1990, p. 29)

A partir desse momento, a comunidade elitista de músicos e ouvintes cultos começa a deixar de existir. A música deve cumprir um papel diferente, ou seja, o de agradar o ouvido, sensibilizar o público, que seja o mais fácil e acessível possível e, para isso, seria necessário eliminar qualquer parâmetro que requer compreensão ou entendimento sobre música. (Harnoncourt, 1990, p. 30)

Há nesse momento, portanto, uma mudança na concepção de música por parte dos músicos e da sociedade como um todo. Mudanças em suas ideias e mentalidade, a partir de novos paradigmas, simbolizados inclusive pela Revolução Industrial, além da já comentada Revolução Francesa, irão desencadear novas maneiras de se fazer e se ensinar música.

Essa mudança de pensamento e mentalidade é, sobretudo, consequência de profundas transformações na vida da sociedade. Se, no intuito de aprender um ofício, o aprendiz ia no passado até seu mestre e com este ficava subordinado por toda uma vida, agora, com o sistema de ensino institucionalizado e subordinado ao estado, interessa à sociedade que tal instituição entregue um produto pronto em um espaço de tempo limitado.

A nova ideologia de que *time is money* (tempo é dinheiro), não suporta mais que se gaste tanto tempo em instruir e adestrar um aprendiz. O título de mestre, obtido após longa e pesada aprendizagem, já não tem valor legal. Para o novo sistema, o que importa é o produto final e a sua aceitação (venda) por parte da sociedade. Em resumo o que irá ser valorizado é a própria vontade do indivíduo e não tão valorizado o sistema de aprendizagem. (Rugiu, 1998, p. 129-130)

Não é que a instrução escolar seja desprezada; ao contrário, é agora instrumento indispensável para dar a devida eficácia aos dons naturais a quem queira se destacar da massa de operários e camponeses. Para quem, porém, se satisfaz em ficar ali no anonimato da massa, dado o parcelamento e a simplificação das funções de que se falou, a instrução escolar é tão supérflua quanto aquela profissional aprendida nas oficinas. (Rugiu, A.S., Nostalgia do Mestre Aprendiz, 1998, p. 130)

É nesse contexto que surge o profissional autodidata. Como a instrução é necessária mas não prioritária, o sujeito podia instruir-se por si só, desde que alcançasse os conhecimentos necessários para se distinguir da massa. Grandes tecnólogos do século XVIII se destacaram desta forma, sem nunca terem frequentado um banco escolar elementar ou profissional. (Rugiu, 1998, p. 130)

Para consignar as novas ideias de *égalité* (igualdade), que estavam emergindo por toda a Europa, os músicos e professores de música precisavam realizar algo que viesse de acordo com esse ideal. Nesse contexto surgem novos métodos bem como novas terminologias para identificar os elementos da música. Expressões como o *sostenuto*¹⁷ e o *legato*¹⁸ surgem nessa época, embora tais elementos já fossem usados havia longa data, porém, de uma forma convencionada e não notada. (Harnoncourt, 1990, p. 30)

A articulação musical (na música dos séculos XVII e XVIII) era, por um lado, algo óbvio para o músico que deveria orientar-se apenas pelas regras gerais de acentuação e de ligação, quer dizer, pela “pronúncia” musical; por outro lado, existiam – e existem – para determinadas passagens que o compositor desejaria que fossem articuladas de maneira particular, alguns signos (pontos, traços verticais e horizontais, linhas onduladas, ligaduras) e palavras (*spiccato*, *staccato*, *legato*, *tenuto*, etc) que mostram a execução desejada. (Harnoncourt, N., O Discurso dos Sons, 1990, p. 49)

Importantes professores de música da França precisavam se adequar aos novos ideais da Revolução Francesa e, nestas condições, Cherubini¹⁹ encomendou às grandes autoridades da época obras didáticas que deveriam cumprir na música tal função. Assim, Baillot²⁰ escreveu sua Arte do Violino e Kreutzer²¹ os seus Estudos. Pedagogicamente houve uma grande mudança, pois, se antes a retórica era o principal meio para a transmissão do conhecimento, agora as informações deveriam ser assimiladas pelo papel. (Harnoncourt, 1990, p. 30)

As transformações que vem junto com o século XIX, intervêm, dentre outras coisas, na escrita musical. A partir de agora temos uma escrita mais precisa, com as indicações do que exatamente o músico deve executar. É uma maneira mais rígida de se interpretar a música, uma vez que torna o músico mais dependente da partitura e acaba por subtraindo deste, a arte do improviso, muito presente na música dos períodos precedentes.

O lado positivo é que, com a escrita, ganha-se um verdadeiro registro, mais completo e autêntico, a respeito de uma determinada obra. Graças as indicações feitas por J. S. Bach²² em muitas de suas obras, para os seus alunos iniciantes que não haviam ainda dominado a arte da articulação²³, é que hoje podemos ter um melhor entendimento de como realmente eram executadas as obras daquele período. (Harnoncourt, 1990, p. 52)

As transformações que ocorrem no ensino da música se dá em fins do século XVIII e início do século XIX, e é, de fato, uma ruptura com a história. As principais mudanças nos formatos e técnicas de cada tipo de instrumento no início do período romântico, por exemplo, não acontece de forma lenta: menos de duas gerações, o que para a história é um período bastante curto. (Haynes, 2006, p. 5)

O abandono do antigo sistema de corporações reflete as transformações ocorridas na sociedade em seus vários níveis de organização tais como político, econômico, tecnológico, científico, etc. Passa-se de uma visão global de ensino para uma visão fragmentada, decompõe-se o ensino, dividindo de forma a tentar organizá-lo dentro de um espaço de tempo.

Se antes o que existia era aquele ensino doméstico, familiar (de pai para filho na maioria dos casos), o novo paradigma da aprendizagem que se estabelece é o ensino institucionalizado e organizado por níveis de instrução. Se nas corporações havia pouca ou nenhuma organização no que diz respeito à separação dos aprendizes, seja por idade ou nível de conhecimento, agora, o novo modelo exigirá o cumprimento de uma série de regulamentos, transformando essas primeiras instituições de ensino em verdadeiras escolas da arte da organização e disciplina.

Uma “anatomia política”, que é igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (Foucault; M. “Vigiar e Punir”, 2007, p. 119)

Essa nova anatomia política vai ao encontro dos respectivos objetivos que fazem parte da nova ideologia implementada. A música ou o ensino desta deve estar em consonância com a mecânica do poder e, assim, extrair um produto com a máxima rapidez e eficácia que o sistema determina. A maneira institucionalizada de se ensinar a música tem como característica a fragmentação do processo, a máxima atenção aos detalhes é exigida, o menor movimento é cuidadosamente estudado com o objetivo de obter a máxima economia do tempo e o menor desperdício de energia possível.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado ao seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. (Foucault; M. “Vigiar e Punir”, 2007, p. 129)

Conforme já mencionado em texto anterior, o tempo, antes de propriedade Divina e agora controlado pelo homem, é um elemento fundamental para toda e qualquer atividade humana. O corpo deve estar submisso na aplicação do seu trabalho e, por isso, o mesmo deve aproveitá-lo de forma pura e racional, de maneira a não desperdiçá-lo.

Desde a época clássica, o homem se interessa pelo uso do corpo como forma de objeto e alvo de poder. No século XVIII, com base em regulamentos militares, escolares, hospitalares, bem como os de ordem empírica para controlar as operações do corpo, começou-se a observar mais a fundo a questão do corpo e trabalhar-se no sentido de desenvolver ações que entrassem em concordância com os ideais da época. (Foucault, 2007, p. 117)

O ensino institucionalizado trouxe mudanças na forma de se fazer e de se ensinar música. A atenção dada ao corpo, mesmo no menor de seus movimentos, contribuíram, entre outras coisas, para o fortalecimento e aprimoramento da técnica²⁴. Por sua vez, o desenvolvimento da técnica trouxe a exigência de um aprimoramento da escrita musical, como visto anteriormente, uma escrita igualmente mais atenta aos detalhes.

Forma-se toda uma pedagogia analítica, muito minuciosa (decompõe-se até aos mais simples elementos a matéria do ensino, hierarquiza no maior número possível de graus cada fase do progresso) e também muito precoce em sua história (antecipa largamente as análises genéticas dos ideólogos dos quais aparece como o modelo técnico). (Foucault, M., "Vigiar e Punir", 2007, p. 118)

A organização de forma ordenada possibilita todo um investimento da duração pelo poder: a possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual durante o transcurso do tempo; classificação e a consequente utilização dos indivíduos de acordo com seus respectivos níveis; o controle do tempo de das atividades que convergem o indivíduo para o seu resultado final. O poder se articula diretamente sobre o tempo. Trabalha-se no sentido de evitar o seu desperdício visando a lucratividade. (Foucault, 2007, p. 135)

O ensino institucionalizado incorpora justamente essa ideologia. Em geral, os conservatórios estão organizados através de um programa, com relativo grau de rigidez, o qual o aluno deverá cumprir. Ali está traçado previamente o caminho que o indivíduo deverá percorrer para atingir o seu objetivo. Esse caminho não é feito de forma aleatória, ele é cuidadosamente formatado e orienta o aluno sobre a maneira do como fazer.

Esse caminho, como será visto no próximo capítulo, é materializado através do que chamamos de método. O método é justamente um produto dessa nova ideologia, dessa nova anatomia do poder. Hoje as instituições de música adotam os mais diversos métodos em seus currículos para o cumprimento de sua função: decompor de forma detalhada cada passo do estudo gerando uma forma progressiva de ensino.

Os conservatórios substituíram o velho sistema mestre-aprendiz com um sistema de pedagogia que enfatiza a técnica, ignorando de certa forma a musicalidade. A partir de então, métodos sistemáticos para desenvolver a técnica foram, gradualmente, sendo utilizados pela maioria dos mestres musicais. Os conservatórios tiveram muita influência por toda a Europa, e muitas de suas inovações estão ainda hoje em uso. (Haynes, 2006, p. 75)

Dessa forma, o ensino da música chega ao século XX trazendo consigo uma visão romântica, onde a “fidelidade à partitura” impera mesmo sobre a musicalidade, onde muitos elementos da tradição da música antiga foram esquecidos, sendo a interpretação desta música forjada no legado romântico.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Martins Fontes. São Paulo. 1998.
- BORBA, Tomás, GRAÇA, Fernando Lopes. Dicionário de Música. Lisboa, Edições Cosmos. 1962.
- BRITO, Teca Alencar de. Koellreutter educador: O humano como objetivo da educação musical. São Paulo: Peitrópolis, 2001.
- BRUGGER, Walter. Dicionário de Filosofia. Editora Herder, São Paulo: 1969
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro. Vozes, 2007.
- GOBBI, Valéria – Org. Questões de Música. Passo Fundo: UPF, 2004
- GROVE, Dicionário de Música Edição Concisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- HARNONCOURT, Nikolaus. O discurso dos sons. Rio de Janeiro. Jorge Zahar 2ª Ed., 1990.
- HAYNES, Bruce. The end of early music. Oxford Un. Press. 2006.
- RUGIU, Antonio Santoni. Nostalgia do mestre artesão. Campinas, SP. Autores Associados Ed. 1998.

NOTAS

¹A Idade Média (adj. medieval) é um período da história da Europa entre os séculos V e XV. É o período intermédio da divisão clássica da história ocidental em três períodos; a Antiguidade, Idade Média e Idade moderna. A Idade Média é ainda frequentemente dividida em dois ou três períodos.

²É em princípio, a sobreposição de muitas vozes ou muitos instrumentos, exprimindo cada qual as suas ideias, quase sempre em ritmos diferentes (...) a polifonia atinge já no século XII uma expressão superior de grande arte.

³Arte e doutrina da formação e encadeamento dos acordes segundo as leis da tonalidade. (...) O que até fins da Idade Média não podia este vocábulo ter era a significação, que hoje lhes damos, de ciência ou arte de sobrepor sons musicais, porque semelhante fenómeno era a esta altura desconhecido.

⁴ Forma é a coordenação, num todo homogêneo, dos vários elementos que constituem a obra de arte. Na arte musical esses elementos são a tonalidade, o compasso, o ritmo, o andamento, motivos melódicos, temas, etc.

⁵Em princípio, melodia é uma sucessão ascendente ou descendente de sons musicais a diferentes intervalos, cuja força vital lhe provém, não apenas de uma regular combinação de valores, mas muito especialmente a acentuação que o ritmo lhe determina.

⁶ Por instrumentação deve muito principalmente entender-se o contato mais ou menos direto, para bem os conhecer, com os instrumentos de que se compõe uma orquestra, uma banda ou outros agrupamentos constituídos por instrumentos de qualquer natureza (...)

⁷Barroco é o nome dado ao estilo artístico que floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVIII, inicialmente na Itália, difundindo-se em seguida pelos países católicos da Europa e da América, antes de atingir, em uma forma modificada, as áreas protestantes e alguns pontos do Oriente.

⁸Estilistas de moda.

⁹ O romantismo foi um movimento artístico, político e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que perdurou por grande parte do século XIX. Caracterizou-se como uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo e buscou um nacionalismo que viria a consolidar os estados nacionais na Europa.

¹⁰ Escrita magra.

¹¹ A revolução industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Iniciada no Reino Unido em meados do século XVIII expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX.

¹² O feudalismo foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais (servis). Tem suas origens na decadência do Império Romano. Predominou na Europa durante a Idade Média.

¹³ A Burguesia é uma palavra originária da língua francesa ("Bourgeoisie"), usada nas áreas de economia política, filosofia política, sociologia e história, e que originalmente era uma classe social que surgiu na Europa na Idade Média (séculos XI e XII) com o renascimento comercial e urbano. No mundo ocidental, desde o final do século XVIII, a burguesia descreve uma classe social, caracterizado por sua propriedade de capitais, sua relacionada "cultura", e sua visão materialista do mundo

¹⁴ Na Idade Média, Deus é o centro do universo e a Igreja é a principal referência na terra. Qualquer tipo de lucratividade era tida como pecado. Até mesmo o trabalho tinha uma concepção diferente da que temos hoje, ou seja, o homem trabalhava não para lucrar, mas para pagar seus pecados. (Rugiu, 1998, p. 30)

¹⁵ O Humanismo é um termo relativo ao Renascimento, movimento surgido na Europa, mais precisamente na Itália, que colocava o homem como o centro de todas as coisas existentes no universo. Nesse período, compreendido entre a transitoriedade da Baixa Idade Média e início da Moderna (séc. XIV a XVI), os avanços científicos começavam a tomar espaço no meio cultural.

¹⁶ As excitações que impressionam os nossos sentidos podem provocar em nós fenômenos diversos: (...) A percepção implica a "crença" na realidade exterior e um sentimento de "objetividade". Acompanha-se ainda de um verdadeiro "juízo de exterioridade". Essas reações mentais não resultam, somente, da visão do objeto. Nelas toma parte o cabedal de nossas experiências passadas. A percepção é um fenômeno complexo em que se reúnem, numa síntese, várias operações psicológicas; sensações, memória, associação, comparação, juízo, etc.

¹⁷ Sustentado, refreado ou continuado, na expressão do andamento.

¹⁸ Que é executado de um fôlego, sem interrupções. O estilo ligado é uma das principais características da música de órgão. O ligado, ou legato, que é o antônimo de destacado, ou staccato, tem na prática várias formas de realização, inerentes, naturalmente, à técnica especial de cada instrumento.

¹⁹ Luigi Cherubini (1760-1842): compositor italiano que viveu e trabalhou na França.

²⁰ Pierre Marie François de Sales Baillot (1771-1842): violinista e compositor francês. O método de Baillot tinha muita influência na técnica e desenvolvimento musical.

²¹ Rodolphe Kreutzer (1766-1831): violinista, professor, regente e compositor de ópera francês.

²² Johann Sebastian Bach nasceu em 1685 em Eisenach, na região da Turíngia, no coração da Alemanha. Foi o genial ápice de uma dinastia familiar que havia dado à região, durante mais de duzentos anos, músicos muito talentosos. A linhagem musical de Bach remonta ao seu tataravô, Veit Bach, um moleiro que tocava alaúde.

²³ Na linguagem é a pronúncia exata e distinta de cada sílaba e na música é a emissão clara e nítida de cada nota, usando-se dos meios próprios de cada instrumento. (...) articulações de braço, pulso, e dedos, nos instrumentos de tecla e arco; articulações de lábios, língua e dentes, nos de sopro.

²⁴ Termo que se refere à parte mecânica da execução de um instrumento, a qual se adquire mediante exercícios especiais: escalas, arpejos, etc. Diz também das maiores ou menores capacidades de realização de um compositor, as quais se adquirem pela prática escolar da harmonia, do contraponto, das formas, etc.

Capítulo 3



10.37423/230908160

A FAMÍLIA, UM LUGAR PARA SE CONSTRUIR RELAÇÕES DE AJUDA.

carlos santos leal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA

Universidade Federal do Maranhão

Heven de Paula Soares

Universidade Federal do Maranhão



A centralidade da família, nas palavras de Lukas, traduz-se como “embrião de toda vida humana”, é através dela que se imprimem as principais referências nos primeiros anos de vida e se estendem por toda a trajetória existencial da pessoa. As famílias carregam em sua essência, não só a vida humana propriamente dita, mas a responsabilidade de influenciar a existência do ser e de estimular neste o sentimento de pertencimento ao núcleo que o gerou (LUKAS, 1990, p. 27; PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Nesta perspectiva, Papalia e Feldman (2013) asseveram que a família exerce papel primordial na formação integral dos filhos, na construção da identidade e no desenvolvimento psíquico, emocional e social destes, para que tal efeito torne-se positivo é essencial que as crianças se sintam integralmente pertencentes e importantes dentro das relações familiares a qual estão inseridas. Rogers (2009), afirma que quando os seres humanos se sentem aceitos, pertencentes, inseridos e afetivamente vivos na relação estabelecida, possuem a tendência natural de moverem-se na direção à autorrealização.

Desta forma, as relações interpessoais quando vividas de maneira positiva, autêntica e prazerosa nos mais diversos contextos interpessoais, dentre eles o familiar, tornam-se facilitadoras para a promoção da criatividade, bem-estar e autorrealização da pessoa humana (SCORSOLINI-COMIN, 2015 et.al).

Em se tratando dos relacionamentos familiares, Dias (2011, p.154) sublinha que os adultos, neste caso pais ou responsáveis, “(...) exercem papel decisivo no pleno desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores que sustentam as competências do sistema [familiar] como um todo.”, atuação esta que perpassa as interações educativas e formativas dos seus membros. Ou seja, os pais/responsáveis são figuras determinantes na condução de relações facilitadoras propulsoras do crescimento pessoal dos seus filhos.

No que tange às relações pais e filhos, faz-se necessário discorrer brevemente sobre os estilos parentais. Acerca deste assunto, Bardagi (2002) considera que as relações entre pais e filhos apresentam padrões diferentes no seu modo de atuação dentro da família, ou seja, os procedimentos dos pais na educação dos filhos revelam como esses estilos se estabelecem dentro de cada núcleo familiar. Sendo assim, torna-se indispensável trazer à tona questões relacionais referentes aos estilos parentais e suas implicações nos aspectos educativos, comportamentais e psicológico dos filhos.

Compreende-se por estilo parental “(...) um padrão de comportamento dos pais, que se expressa dentro de um clima emocional criado pelo conjunto de suas atitudes, o qual inclui as práticas disciplinares parentais e outros aspectos da interação entre pais e filhos.” (DARLING; STEINBERG, 1993 apud SILVA, 2009, p. 23). Bardagi (2002) versa sobre como padrões adotados pelos pais/responsáveis

refletem diretamente na relação dos filhos com o mundo, com o outro e consigo mesmos. O referido autor ainda destaca que esses estilos estão estritamente ligados a valores e a princípios dos próprios pais que são transmitidos aos filhos por meio destes padrões comportamentais, que por sua vez, afetam a constituição destes enquanto pessoa.

Definir um estilo parental vai muito além de uma escolha, condiz com a história de cada família, especificamente com a história de vida e com a educação recebida por cada pai/responsável, apresenta também implicações ambientais, socioeconômicas, crenças, valores e objetivos vivenciados e adotados por estes (WAGNER et al, 2012). Ainda nesse sentido também é preciso destacar como as expectativas, desejos e anseios dos pais também estão intimamente ligadas a estes padrões de comportamento, ora por projeção de medos pessoais ora por expectativas em relação ao outro, neste caso, os filhos (OLIVEIRA; FRIZZO; MARIN, 2000).

Os primeiros estudos caracterizando os estilos parentais surgiram em meados da década de 70 com os estudos de Baumrind (1967,1971), sendo complementados por Maccoby e Martin (1983), resultando nas definições de estilos: autoritário, autoritativo, permissivo, indulgente e negligente - sendo estes dois últimos provenientes do padrão permissivo (BARDAGI, 2002; SILVA, 2009)

Sobre esses estilos é possível considerar que influenciam os filhos de modo que:

(...) pais com estilo parental autoritativo estabelecem a conduta, valorizam o respeito às regras e reconhecem as qualidades, as competências e demonstram interesse pela vida dos filhos. (...) no estilo autoritário os pais tendem a agir de forma rígida, buscando a obediência, o respeito pela ordem e tradição e não valorizam o diálogo. (...) no estilo indulgente raramente fazem exigências e oferecem apoio afetivo incondicional. (...) os pais considerados como negligentes não apresentam nenhum tipo de exigência e ainda não são afetuosos. (HUTZ; BARDAGI, 2006 apud SILVA, 2009, p.48)

O importante a ser considerado são os diversos aspectos que correspondem às atitudes e expectativas dos pais, ou seja, o padrão global de atitudes, assim como também o contexto em que estas interações se estabelecem (BARDAGI, 2002). Portanto, torna-se evidente através dos estudos de Baumrind (1967,1971) e de Maccoby e Martin (1983) que, dependendo do padrão comportamental, algumas condutas podem acarretar consequências negativas ou positivas para a expressão emocional dos filhos, no bem-estar psicológico, na interação deles com outras pessoas, entre outros (BARDAGI, 2002).

Nesse sentido, Papalia e Feldman (2013) apontam que na segunda infância (3 a 6 anos) e na terceira (6 a 11 anos) são formadas a identidade e consolidadas a autoestima e a concepção de autoconceito,

é válido considerar que se torna relevante atentar para a forma que esses estilos influenciam na criação, especialmente nos anos iniciais do ser humano, portanto, “O que se recebe quando se é criança não se apaga mais. Estas marcas permanecem para sempre e forjam os homens e as mulheres do amanhã.” (DIAS, 2011, p. 144).

Papalia e Feldman (2013, p.285) ressaltam que na segunda infância, por exemplo, as crianças passam por uma fase de associações representativas na qual sua identidade e sua autopercepção são medidas numa escala de “tudo ou nada”, baseada na projeção dos pais por diversas vezes supervalorizada, ou seja, a percepção que os filhos tem de si, nesta fase, oscilam entre uma imagem real ou ideal (projetada) de quem ele é. Destacam ainda a importância dos estilos parentais que, após essa fase, na terceira infância, os valores impostos pelos pais são internalizados de forma mais realistas, contribuindo para a formação do senso de valor pessoal da criança.

Assim, o papel dos pais enquanto transmissores e construtores da identidade de seus filhos ainda pode refletir na forma como estes encaram as situações a sua volta e os estilos de parentalidade são questões preponderantes que podem “(...) afetar a competência da criança em lidar com seu mundo.” (PAPALIA e FELDMAN, 2013, p.303). À exemplo disso estão os filhos cujos pais não estimulam a autoestima, negligenciam o colo afetivo (negligentes) ou são demasiadamente autoritários, essas crianças tendem a internalizar sofrimentos, angústias e crescerem frustradas, conseqüentemente poderão emitir padrões comportamentais de desistência, falta de controle das emoções e menos abertas ao diálogo (SILVA, 2009).

Papalia e Feldman (2013) dissertam sobre como os ambientes familiares são de importância central na educação dos filhos ao mencionar que famílias rodeadas por conflitos estão enquadradas em estilos parentais ineficazes. Corroborando com essa ideia Kaczynski et al. (2006, p. 359) em sua pesquisa acrescenta.

(...) crianças expostas a discórdia parental e parentalidade insatisfatória [tendem] a apresentar altos níveis tanto de comportamentos internalizantes, como ansiedade, medo e depressão, como de comportamentos externalizantes, como agressividade, brigas, desobediência e hostilidade (KACZYNSKI, et al. p. 359).

Portanto, Silva (2009) assevera a importância de proporcionar um ambiente adequado para uma educação saudável, no qual haja maior abertura para relações dialógicas. A autora ainda ressalta que é inevitável o estabelecimento de regras e limites, mas que a interação pais/responsáveis e filhos seja norteada pela flexibilidade, pelo diálogo e pelo respeito mútuo afim de estabelecer relações de ajuda satisfatórias.

Devido a influência que os pais/responsáveis produzem nos filhos através do estilo familiar adotado, salienta-se dentre os diversos olhares teóricos propostos pela a Psicologia, tem-se a psicologia humanista como possibilidade para oferecer suporte no sentido de demarcar a importância do ser humano na promoção de relações interpessoais satisfatórias no contexto familiar, dentre outros. Acerca disso, Schultz (2009), narra:

(...) a psicologia humanista enfatiza o poder do homem, bem como as suas aspirações positivas, a experiência consciente, o livre-arbítrio, a plena utilização do potencial humano e a crença da integridade da natureza humana. (SCHULTZ, 2009, p. 411).

Para Gallegos (2015) é possível a utilização dos conhecimentos da psicologia humanística descrito por Rogers (2009) em diversas áreas do conhecimento humano. Leal (2020), nesta mesma perspectiva afirma que estes conceitos podem ser vivenciados em quaisquer espaços onde as dimensões interpessoais se façam presentes, a família, portanto se configura como lócus vital para a constituição do ser humano em sua totalidade.

Nesta perspectiva, os pais/reponsáveis tornam-se figuras fundamentais para construir um clima adequado e facilitador para o crescimento humano no ambiente familiar, o que sob a ótica da Abordagem Centrada na Pessoa pode acontecer mediante algumas condições facilitadoras que propiciem um clima ideal para o crescimento e desenvolvimento dos filhos.

Para Rogers (2009) as principais condições facilitadoras do desenvolvimento humano que colaboram para o crescimento pessoal são: A compreensão empática, a aceitação positiva incondicional e a congruência (autenticidade). Segundo o autor "(...) a autenticidade, a compreensão empática e a consideração positiva incondicional constituem as condições necessárias e suficientes para o crescimento humano, então elas devem da mesma forma estar presentes nas mais diversas relações humanas (ROGERS, 2009).

Embora seja mais comum que as condições facilitadoras descrevam mais sobre a relação terapia-cliente, Rogers (2009), enfatiza que estas devem estar presentes nas relações humanas, nos mais diversos ambientes, em destaque aqui o ambiente familiar. Portanto, entende-se que os pais são os principais agentes facilitadores neste processo, compreendendo o facilitador como aquela pessoa que, "por sua forma de ser ou agir, favorece a outros a possibilidade de entrar em maior contato com suas próprias vivências ou de expressá-las." (ROGERS, 2018, p. 7).

Facilitar aos filhos caminhos para o autoconhecimento e acesso irrestrito às emoções mais íntimas, é um dos recursos viáveis que os pais/responsáveis devem utilizar para que as relações de ajuda aconteçam de modo eficiente.

Neste sentido, uma das condições facilitadoras relevantes para as relações de ajuda é a compreensão empática, posto que atuando através, se torna possível melhorar a comunicação e o relacionamento interpessoal entre as pessoas (ROGERS, 2009). A respeito desta condição facilitadora, o autor define:

Compreensão empática é a (...) capacidade de se imergir no mundo subjetivo do outro e de participar na sua experiência, na extensão em que a comunicação verbal ou não verbal o permite. É a capacidade de se colocar verdadeiramente no lugar do outro, de ver o mundo como ele o vê (ROGERS, 1977, p. 56).

Rogers (2018) enfatiza a necessidade desta disposição para adentrar no universo psíquico e emocional dos filhos a partir da perspectiva deles, tomando o cuidado necessário para movimentar-se nesta posição como facilitador, sem anular suas significações, mas apenas se colocar no lugar deles. Acerca da compreensão empática o autor defende que quando “Uma pessoa é amada compreensivamente, (...), desabrocha e desenvolve seu eu próprio e único.” (ROGERS, 2018, p. 14). Portanto, quando uma pessoa vivencia nas relações interpessoais o sentimento de ser compreendida empaticamente em sua singularidade, evolui rumo a autorrealização e se reconhece como um ser repleto de potencialidades e valor único.

Segundo Rogers (1959), outra condição facilitadora que deve permear as relações humanas é a aceitação positiva incondicional, que como o próprio nome diz, refere-se a um aceitar o outro naquilo que se faz presente, sem que haja juízo de valor ou qualquer forma de discriminação, é aceitá-lo em toda sua diversidade e particularidade. Considerar positiva e incondicionalmente alguém, não é necessariamente, concordar com esta pessoa, mas valorizar, reconhecer e respeitar o que ela é, o que sente e o que pode vir a ser. Rogers (2018, p. 39) afirma que “se as pessoas são aceitas e consideradas, elas tendem a desenvolver uma atitude de maior consideração em relação a si mesmas.”e, conseqüentemente, acredita-se, tenderão a considerar positivamente outras pessoas também.

Rogers (2018) acredita que a aceitação genuinamente positiva e incondicional permite que os filhos se sintam acolhidos, compreendidos e amados pelo que são, favorecendo a abertura para que estes compartilhem aspectos mais íntimos do seu eu, suas alegrias, frustrações, angústias, medos, preocupações, sonhos e fantasias. Aceitar a pessoa pelo que ela é, não pelo que se pensa a respeito dela, nem pelas expectativas depositadas “(...) é uma maneira bem mais difícil, porém mais enriquecedora de viver uma relação íntima e satisfatória.” (ROGERS, 2018, p. 27).

De acordo com Rogers (2018), outra condição facilitadora é a Congruência ou autenticidade, que consiste em ser espontâneo, transparente e coerente em suas atitudes, é ser você mesmo na relação com o outro, removendo as barreiras pessoais e se permitindo “viver abertamente os sentimentos e atitudes que fluem (...)” (ROGERS, 2018, p. 38).

Logo, quando a paternidade/maternidade é exercida com transparência, e os pais vivenciam abertamente sentimentos e atitudes que fluem na relação com os filhos, maior a possibilidade de que estes cresçam de maneira construtiva, mais seguros acerca de si e dos seus sentimentos, ou seja, maiores são as chances de alcançarem a sua própria autonomia e autenticidade.

Ademais, salienta-se que atrelado às condições facilitadoras estão outros elementos que também são essenciais na promoção das relações humanas. Estes elementos são: a segurança a confiança e a afetividade. Vivenciar nas relações humanas a sensação de confiança, segurança e afetividade é conseguir estabelecer consigo e com o outro a abertura para a interação no processo relacional, e isso é essencial segundo Cavalcante Jr e Sousa (2008) para que se possa explorar e manifestar diferentes partes de si mesmo e experienciar o próprio desenvolvimento como pessoa.

As famílias podem através do conhecimento sobre as condições facilitadoras tornarem-se promotoras de relação de ajuda e construir mudanças nas relações interpessoais no ambiente doméstico. As condições facilitadoras propostas por Rogers (2009) são recursos para auxiliar nas mudanças do comportamento humano, e podem ser vivenciadas em quaisquer áreas do conhecimento que visam a promoção da relação de ajuda.

Sobre relações de ajuda, Rogers (2009) disserta:

Entendo por esta expressão uma relação na qual pelo menos uma das partes busca promover na outra o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida. (...) em outras palavras, a relação de ajuda pode ser definida como uma situação na qual um dos participantes procura promover numa ou noutra parte, ou em ambas, uma maior apreciação, uma maior expressão e uma utilização mais funcional dos recursos internos latentes do indivíduo (ROGERS, 2009, p. 45-46).

Assim, as relações de ajuda podem ser experienciadas em uma família quando esta objetiva facilitar o crescimento de seus filhos, valorizando-os, comunicando-se com eles, proporcionando mutuamente expressões de si mesmos, com o propósito de ajudá-los a desvelar de forma mais funcional todos os seus potenciais enquanto ser em contínuo desenvolvimento, em constante processo do tornar-se.

Ainda sobre esse aspecto, Rogers (2009, p. 60) disserta:

(...) considero que a lição mais fundamental para quem deseja estabelecer uma relação de ajuda de qualquer espécie é a de se mostrar sempre tal como é, transparente. Se numa dada relação sou suficientemente congruente, se nenhum sentimento referente a esta relação é escondido quer de mim mesmo quer do outro, posso estar então quase seguro de que se tratará de uma relação de ajuda.

Compreende-se que, no âmbito das relações familiares, quando os pais/responsáveis estão sensivelmente conscientes de seus sentimentos, acolhendo-os e agindo de modo congruente, aumentam-se as chances de se obter uma relação de ajuda mais satisfatória com os filhos.

Ademais, de acordo com Rogers (2018), os sentimentos pessoais possuem importância em questões familiares, como em quaisquer outras relações humanas. Para o autor, é importante que a família se comunique abertamente, visto que a relação de abertura com autenticidade de ambas as partes tende a favorecer à liberdade da expressão emocional tão importante para o autoconhecimento dos envolvidos quanto para estreitar suas relações. Nessas condições de inteireza, as chances de a comunicação verdadeira acontecer e atingir seu ápice aumentam significativamente.

Desta forma, acredita-se que questões conflitantes consideradas de difíceis resoluções nas relações familiares podem ser dialogadas e melhor conduzidas pelos envolvidos quando lhes é facilitado um clima de maior abertura e comunicação mais livre.

Acerca do exposto, Buber (1982) afirma que a autenticidade do ser, a expressão mais íntima e verdadeira para si e para o outro, está na base que constitui a conversação genuína, tal expressão torna-se essencial para que a comunicação existencial aconteça. Nestas circunstâncias em que uma profunda autenticidade encontra outra ocorre o encontro que o autor denomina de “relação Eu-Tu”, permeado por um movimento dialógico que consiste em voltar-se para o outro através da “reciprocidade da ação interior”, do comportamento mutuamente congruente de um ser para com o outro (BUBER, 1982, p. 41).

Rogers (2009) considera que nas relações de ajuda, comportamentos autênticos devem ser acompanhados de tomada de consciência das atitudes e dos sentimentos, quando isso acontece a pessoa se torna unificada, ressalta que a experiência de encontros autenticamente recíprocos proporciona aos envolvidos a confiança e a segurança para ser o que se é. Do contrário, incongruência ou contradições nas posturas dos pais pode gerar falta de confiança e segurança, e prejudicar a comunicação com os filhos. Para Rogers (2009) portanto, é neste ponto que pode residir o fracasso de muitas relações, e por consequência, o insucesso no ato educativo e nas proposições de relações de ajuda.

Rogers (2009) faz um adendo a esse respeito afirmando que a aprendizagem essencial para quem deseja estabelecer relações de ajuda é ser o que se é, é ser transparente. Contudo, o autor escreve expressar os sentimentos não é uma tarefa fácil, mas que estes não devem ser ocultados. O autor propõe que a melhor forma de expressar os sentimentos é os pais se permitirem a buscar relações de ajuda, o autoconhecimento. Deste modo, se torna mais fácil identificar possíveis entraves nas relações, e assim estabelecer um novo relacionamento afetivo com os filhos, mais construtivo.

Destaca-se no processo de comunicar-se verdadeiramente, a primordialidade do ouvir. O ouvir ativo, acurado, empático e participativo é, na concepção rogeriana, algo fundamental na relação de ajuda. Rogers (2018) disserta sobre a importância desta prática, que compreende escutar profundamente o que é falado, mas sobretudo, significa acolher e aceitar a pessoa em sua plenitude e alteridade.

A cerca do exposto, Rogers (2018) disserta.

Quando as pessoas são ouvidas de modo empático, isto lhes possibilita ouvir mais cuidadosamente o fluxo de suas experiências. Mas à medida que uma pessoa compreende e considera o seu eu, este se torna mais congruente com suas próprias experiências. A pessoa torna-se mais verdadeira e mais genuína. Essas tendências que são a recíproca das atitudes do psicoterapeuta [e dos pais/responsáveis], permitem que a pessoa seja uma propiciadora mais eficiente de seu próprio crescimento. Sente-se mais livre para ser uma pessoa verdadeira e integral (Rogers, 1962).” (ROGERS, 2018, p. 39)

Rogers (2009) acredita que desta forma a pessoa, neste caso os filhos, tornam-se mais próximos da pessoa que almejam ser, aumentam seu senso de valor e tendem a se apresentar mais autoconfiantes e autodirigidas.

O enfoque na escuta empática é destacada também por Papalia e Feldman (2013), ambas consideram que pais que escutam e reconhecem os sentimentos dos filhos os ajudam a focar na solução dos problemas, estimulam a empatia, o desenvolvimento pró-social, as habilidades sociais e, por consequência, também promovem a autoestima da criança. Ou seja, nota-se que sob estas condições seus recursos internos são ativados e toda potencialidade do ser tende a se manifestar de forma evolutiva.

Segundo Amatuzzi (2012) para que a comunicação [relação] aconteça de maneira positiva, no entanto, há um elemento crucial para além de todos os descritos anteriormente, que é a disposição, pois na sua ausência, esvaziam-se os sentidos de todos os outros descritos. Portanto para o autor é preciso que haja disposição para que ocorra um diálogo fértil, uma comunicação emocional, uma escuta sensível, um acolhimento afetivo, um bom relacionamento interpessoal e um bom convívio social.

Amatuzzi (2012, p. 24) admite que as disposições ou atitudes, estão inteiramente vinculadas aos valores que estão implícitos no agir, e são mais decisivas do que o próprio comportamento em si. As disposições compõem a ética que norteia a Abordagem Centrada na Pessoa, que consiste em uma ética das relações humanas entrelaçada por três valores essenciais: “valor da pessoa” relacionado a atitude aceitadora, “o da comunhão inter-humana” tem relação com atitude compreensiva e por último “o da honestidade em relação as diferenças” associado a atitude autêntica. E, é por uma disposição, um valor, que a pessoa se inclina numa determinada direção, ou seja, é através destes que a pessoas vai direcionar seus comportamentos dependendo da situação.

A finalidade do que Amatuzzi ((2012) elucidou acerca das disposições e valores são de suma importância, pois fundamentam as relações de ajuda, cujo objetivo consiste em promover a mudança e o crescimento pessoal, não só no nível individual e interpessoal como no nível da convivência social, para o autor esses valores são o suficiente para sustentar uma convivência humana mais íntima e profunda.

Destaca-se, contudo, que as disposições referidas se encontram vinculadas a outros valores humanos de maneira indissociáveis e que são indispensáveis para a educação das crianças, dentre elas, a principal é a noção de que cada pessoa é detentora de um valor absoluto, e que todas precisam ser respeitadas, sem sobrepor-se umas às outras (AMATUZZI, 2012).

No entanto, quando o comportamento dos pais/responsáveis não carrega essa disposição para o encontro com os filhos, tornando-se emocionalmente distantes ou indiferentes aos sentimentos dos filhos, estes tendem a se sentir menos estimados e amados, podendo afetar negativamente a autoestima e o comportamento destes, consequentemente podendo repercutir negativamente em suas futuras relações (ROGERS, 2018).

Rogers (2018) destaca que quando uma pessoa não é estimada ou apreciada, não só se sente diminuída, como seu comportamento é atingido por seus sentimentos. Nesta ordem, Papalia e Feldmam (2013) asseguram que os filhos ficam mais propensos a desenvolverem comportamentos autodestrutivos e de desrespeito a autoridades ou apresentar atitudes antissociais.

Neste sentido, compreende-se a importância dos encontros afetivos, genuínos e recíprocos para que as relações de ajuda entre pais e filhos se tornem mais humanizadas, e para que os filhos possam manifestar expressões de si sem receio, que através da consideração positiva se sintam valorizados.

Mediante todas as considerações, há de se ressaltar também a importância do afeto para as relações de ajuda no ambiente familiar. Rogers (2009) discorre sobre a relevância de vivenciar atitudes positivas como o afeto, carinho, respeito e cuidado, de demonstrar interesse pelo outro e experienciar com ele, sentimentos positivos.

De acordo com Brazão (2015) o afeto é inato ao homem, está no cerne das suas primeiras experiências existenciais, portanto, intrínseco tanto ao seu processo de desenvolvimento cognitivo, simbólico e emocional quanto ao seu processo de socialização, em síntese, o afeto é imprescindível para a constituição da pessoa, haja vista a influência que exerce tanto no âmbito físico, cognitivo como nos aspectos intersubjetivos.

Ao nível das interações familiares, entre pais e filhos as relações afetivas como demonstrações de carinho (abraços afetuosos) e expressão de sentimentos positivos aumentam a sensação de segurança e fortalecem os vínculos de amor e pertencimento entre os familiares (Rogers, (2009). Do contrário, afirma Brazão (2015), a falta de afetos pode acarretar danos comprometedores para o desenvolvimento pessoal e causar prejuízos significativos na personalidade, assim nos relacionamentos futuros.

Rogers (2018), por sua vez, assegura que quando condições facilitadoras (compreensão empática, congruência e aceitação positiva incondicional) são exercitadas na prática, mudanças efetivas tendem a acontecer no autoconceito, no comportamento e na personalidade dos filhos.

Para a abordagem humanista de Carl Rogers (2009), a educação a partir da aprendizagem significativa é “aquela que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas suas atitudes e na sua personalidade.” (ROGERS, 2009, p.323). Ou seja, essa proposta pretende uma educação que facilita o desenvolvimento do potencial do indivíduo, que é íntima, afetiva e comprometida com o ser humano em desenvolvimento, com sua formação emocional e psíquica.

Falar de educação é falar da formação do ser humano frente a um contexto sociocultural. Isto posto, Rogers (2009) aponta as condições facilitadoras como necessárias para que ocorra a aprendizagem significativa frente as experiências vividas, seja na relação terapeuta-cliente ou educador-educando. O autor destaca que através da aprendizagem significativa tem-se um melhor conhecimento e reconhecimento de si, de seus sentimentos, do mundo e do outro. Papalia e Feldman, (2013) consideram que os benefícios desta forma de educar, através do significativo, promovem

contribuições que vão para além do seio familiar, mas refletem no futuro dos filhos bem como os valores e traços de personalidade.

A aprendizagem significativa está relacionada com o criar um ambiente propício para tal, com o deixar o educando livre para escolher o caminho para adquirir os aprendizados necessários, e isto é promover relação de ajuda através do educar (ROGERS, 2009).

A partir do exposto vale salientar que não se trata de romantizar a educação enquanto uma receita para o sucesso, e sim ressaltar esta como processo desafiador, elencando aspectos possíveis de serem colocados em prática para uma formação mais humana e significativa do ser humano através da promoção de relações de ajuda.

Assim, é preciso ter em vista que o responsável educador, seja ele pai ou mãe, ou qualquer pessoa que exerça este papel, também é uma pessoa e deve ser visto como tal para que possa da melhor maneira possível pôr em prática a aprendizagem significativa proposta por Rogers (2017). Destacando-se que a família é a principal matriz educacional dos filhos, e exerce um papel central nos processos psicoemocionais, afetivos e sociais destes, influenciando diretamente na formação subjetiva, capaz de ser promotora do crescimento da pessoa desenvolvimento. (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, Mauro Martins. Rogers: ética humanista e psicoterapia. 2.ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2012.
- ARAÚJO, Cláudia Valéria F. de Oliveira. Pai, mãe e filho - reflexões sobre família e educação na modernidade. Estilos Clin. v.7, n.12, São Paulo, 2002.
- ARÌES, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARDAGI, Marúcia Patta. Os estilos parentais e sua relação com a indecisão profissional, ansiedade e depressão dos filhos adolescentes. Porto Alegre, 2002.
- BARROS, Sônia; VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça. A evolução histórica da família: uma revisão teórica. REME - Revista Mineira de Enfermagem; 9 (1): 70-76, jan/mar, 2005.
- BARROS, Sérgio Resende. Direitos humanos da família: principais e operacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- BÍBLIA DE ESTUDO DA MULHER SÁBIA. Trad. João Ferreira de Almeida: revista e corrigida. Várzea Paulista – SP: Casa Publicadora Paulista, 2016.
- BIROLI, Flávia. Família: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BORGES, Patrícia Kellis Gomes. O reconhecimento da família anaparental como entidade familiar estável e sua consequente legitimidade para pleitear adoção, à Luz da jurisprudência do STF. FIDES, Natal, v.5, n. 2, jul./dez. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas - SP: Papyrus, 1996.
- BRAZÃO, José Carlos Chave. A implicação do afeto na Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva contemporânea. Psicologia: ciência e profissão, v.35, n.2, Brasília, apr./june, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370302222013>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. O pluralismo no direito de família brasileiro: realidade social e reinvenção da família. Direitos fundamentais do direito de família. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- BRASIL, Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.neca.org.br/programas/eca-pos-lei-12.010.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília/DF: Conanda, 2006. Disponível em: <http://www.neca.org.br/programas/pncfc.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

BUBER, Martin. Do diálogo e do dialógico. Trad. Marta Ekstein de Souza Queiroz, Regina Weinberg. Editora Perspectiva, 1982.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASSETARI, Beni Lara de Moraes. A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1352/A+configura%C3%A7%C3%A3o+da+fam%C3%ADlia+socioafetiva+como+fam%C3%ADlia+extensa+em+atendimento+ao+dispositivo+do+Estatuto+da+Crian%C3%A7a+e+do+Adolescente> Acesso em: 08 fev. 2021.

CARNUT, Leonardo.; FAQUIM, Juliana Pereira Silva. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. JMPHC - Journal of Management & Primary Health Care, v. 5, n. 1, abr. 2014.

CAVALCANTE JR, Francisco Silva; SOUSA, André Feitosa de. Humanismo de Funcionamento Pleno: tendencia formativa na abordagem centrada na pessoa – ACP. Campinas – SP: Alínea, 2008.

COELHO, Heidi Miriam Bertolucci. "De tempos em tempos..." eis a sua família. Rev. Mal-Estar Subj. [online]. v.10, n.3, 2010.

COSTA, Joares Soares. Pensando sobre as famílias e suas histórias. Disponível em: <http://www.familia.med.br/imagens/file/PENSANDO%20SOBRE%20AS%20FAMILIAS.pdf> Acessado em: 09 jun. 2020.

CRISAFULLI, Pedro Henrique de Assis. O direito de família e a filosofia eudemonista. 2011. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011.

DENSIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. União homossexual – aspectos sociais e jurídicos. Revista Brasileira de direito de família. Porto Alegre, n.4., v.1, jan./mar., 2000.

DIAS, Maria Oliveira Dias. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. Gestão e desenvolvimento, 19 (2011), 139-156.

DUARTE, Mónica Rodrigues. Percepções, sentimentos e receios de famílias de crianças com deficiência: um estudo de casos múltiplos. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Konder, Leandro. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. (1920/1923) Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. vol. 15.

- GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6ªed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p. 68-110, 2005.
- LACAN, Jacques. Complexos familiares. Porto: Assírio e Alvim, 1981.
- LEAL, Carlos Santos. Minicurso sobre metodologia da pesquisa científica. 2018, Universidade Federal do Maranhão. Supervisão em projeto de monografia. São Luís, MA. 2018.
- LEAL, Carlos Santos. Supervisão Clínica na abordagem centrada na pessoa. Universidade Federal do Maranhão. Supervisão de Estágio no Núcleo de Psicologia Aplicada, NPA. São Luís. 2020.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- LUKAS, Elizabeth. Mentalização e Saúde: a arte de viver e a logoterapia. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- MACHADO, Lia Zonatta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. Interface. Botucatu, v.5, n.8, fev., 2001
- MACHADO, Janaína Marissol dos Santos. A pluralidade das entidades familiares e suas novas modalidades. Santa Maria: UFSM, 2012.
- MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas. Novas modalidades de família na pós-modernidade. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5.ed.rev. ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. Estud. Pesqui. Psicol., Rio de Janeiro, v.4, n.1, jun.,2004.
- NETOFERREIRA,LetíciaRodrigues.Patriarcalismo.2020.Disponívelem:<https://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- NEUMANN, Débora Martins Consteila; MISSEL, Rafaela Jarros. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. Pensando Fam. Porto Alegre, v.23, jul./dez., 2019
- NORONHA, Carlos Silveira. Conceito e fundamentos de família e sua evolução na ordem jurídica. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, v. 10, n. 10, 1994.
- OLIVEIRA, Ebenézer A. de; FRIZZO, Giana B.; MARIM, Angela H. Atitudes Maternas diferenciais para com meninos e meninas de quatro e cinco anos. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v.13, n. 3, 2000.
- OLIVEIRA, Martha Loures Choucair de. Família Ocidental: a tragédia de um conceito na produção bibliográfica das ciências humanas. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora, 2010.

PAPAPALIA, Diane.E; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEDROSO, Claudia Maria dos Santos; BONFIM, Evandro Luiz Soares. O impacto da tecnologia no ambiente familiar e suas consequências na escola. E-FACEQ: Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós. ano 6, num.10, agosto, 2017.

PETRINI, Giancarlo. Significado social da família. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, v. 16, n. 18-19, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

ROGERS, Carl Ransom. Tornar-se pessoa. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROGERS, Carl Ransom. Um jeito de ser. São Paulo: E.P.U., 2018

ROGERS, Carl Ransom; KINGET G. Marian. Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não diretiva. Belo Horizonte: Interlivros. 2 v. 1977.

SANTANA, Clara Vanessa Maciel De Oliveira. A Família na atualidade: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Universidade de Tiradentes. Aracaju, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Claudia Maria Rinhel. Família, Adolescência e os estilos parentais. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SILVA, Célio Egídio da. História e desenvolvimento do conceito de família. 2005. Puc-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8393>. Acesso em: 7 out. 2019.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. et al. Adoção, Cenários e Práticas. Editora Vetor. São Paulo. 2015.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. 9.ed. São Paulo: Editora Cengage, 2009.

SOUZA, Dilean Baptista de Melo. Teologia Bíblica do casamento no pentateuco. Atibaia. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/37947600/Teologia_B%C3%ADblico_do_casamento_no_Pentateuco. Acesso em: 04 mar. 2021.

SOUZA, Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio; FERNANDES, Manoela Gomes. Família extensa ou adoção: critérios para a efetividade do princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente nos processos de colocação em família substituta. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 15(2), 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1987.

VIANNA, Roberta Carvalho. O instituto da família e a valorização do afeto como princípio norteador das novas espécies da instituição no ordenamento jurídico brasileiro. Revista da ESMESC, v. 18, n. 24, 2011.

WAGNER, Adriana et al. Projeto para os filhos e estratégias de socialização: a perspectiva de pais e mães. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 24, jan./abr. 2012.

WALD, Arnaldo. O novo direito de família. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Capítulo 4



10.37423/230908161

A FAMÍLIA, CONCEPÇÕES HISTÓRICAS.

carlos santos leal

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

FRANCISCA MORAIS DA SILVEIRA

Universidade Federal do Maranhão

Heven de Paula Soares

Universidade Federal do Maranhão



Ao pensar em família é comum remeter-se a referência de família nuclear a qual uma parcela da sociedade acredita ser a referência, este modelo de organização envolve pai, mãe, filhos, por vezes, inclui os avós ou outro parente, todos residentes em uma mesma casa. Porém este modelo apresenta uma configuração historicamente recente que diverge de outras formações, variando conforme o contexto social, cultural, religioso e político de cada sociedade em épocas específicas. Neste sentido, as diferentes formações familiares presentes tanto nas comunidades mais antigas quanto nas contemporâneas tornaram-se determinantes na ordem social de cada momento histórico.

Até a primeira metade do século XIX, a história da família foi estudada sob a influência da religião cristã que se baseava no pentateuco, que são os cinco primeiros livros da bíblia, se constituindo na forma mais antiga de identificação da estrutura familiar cuja organização fundamentou-se no patriarcalismo, sistema social onde se reconhece o sexo masculino como figura central para o exercício da autoridade, sobretudo, no âmbito familiar (ENGELS, 1984; NETTO, 2020).

No fim do século XIX os pesquisadores Johann J. Bachofen (1861) com seu livro Direito Materno e Lewis H. Morgan (1871) com sua obra Sistemas de Consanguinidade e de Afinidade na Família Humana deram início aos estudos sistemáticos sobre a história da família, sendo os pioneiros de maior destaque neste assunto. Ambos os autores trazem considerações relevantes para compreensão dos estágios iniciais da formação, do desenvolvimento e da evolução das primeiras organizações familiares que, por sua vez, demonstraram características bem diferentes da família patriarcal até então reconhecida pelos cristãos do ocidente (ENGELS, 1984).

Nos estágios pré-históricos da humanidade, período que antecede a invenção da escrita, já existiam estruturas grupais primitivas que viviam de forma rudimentar, estas eram nômades, dominavam o fogo e se sustentavam através da caça, da pesca, e evoluíram para a criação de animais e cultivo de plantas, ou seja, eram considerados os primeiros povos existentes na terra. Esses grupos foram denominados de Selvagens e depois de Bárbaros, sucessivamente. Assim, o processo evolutivo das famílias primitivas e os seus modos de organização se davam à medida que os povos se apropriavam de novas técnicas de cultivo (MORGAN, 1871 apud ENGELS, 1984; OLIVEIRA, 2010).

Desse modo, Engels (1984) ressalta que as primeiras famílias da terra se estruturavam de acordo com seus meios de subsistência, baseavam-se em uma economia comunitária primitiva, bem como em aspectos biológicos, através de laços de parentesco e vínculos de consanguinidade matrilinear (linhagem materna), cujas formações e desdobramentos serão delineados mais adiante.

De acordo com Bachofen (1861), nas sociedades primitivas predominava a ginococracia, uma forma de governo em que as mulheres exerciam o domínio absoluto nos grupos familiares e nas formas de organização das tribos. Estas eram livres, gozavam de elevado prestígio social e possuíam o direito materno sobre os filhos em caso de dissolução do vínculo conjugal (ENGELS, 1984). A influência da mulher foi preponderante nesta fase, pois era comum a prática da promiscuidade sexual entre os povos primitivos, tal costume dificultava a identificação segura da paternidade, dessa forma a descendência só podia ser contada por linha feminina, o que delegou às mulheres o poder matriarcal, ou seja, o direito materno que marcou as primeiras famílias e a sociedade da época (MORGAN, 1871, apud ENGELS, 1984; OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma, o sistema familiar primitivo se configurou em três modelos forjados no matriarcalismo, também marcados pelo matrimônio grupal, dentre estes modelos está a família consanguínea, a família punaluana e a família sindiásmica (MORGAN, 1871 apud ENGELS 1984, p.37-48).

Segundo Morgan (1871), a primeira formação familiar chamada de consanguínea foi formada por grupos conjugais entre “irmãos uterinos” (mesma mãe) e “irmãos colaterais” (primos) entre si, e assim sucedia nas gerações posteriores, estes classificados como marido e mulher que praticavam relações sexuais entre si, sendo que pais e filhos(as) eram excluídos destas relações (MORGAN, 1871 apud ENGELS, 1984, p.38).

A formação evoluiu para a família punaluana onde o incesto gradativamente passou a ser proibido, assim as relações carnis entre “irmãos uterinos”. No decorrer de um complexo processo evolutivo o modelo punaluana de família passou a proibir não só o matrimônio entre esses irmãos, como também excluía qualquer vínculo conjugal entre parentes descendentes da mesma mãe, o que incluiu também os “irmãos colaterais”. O modelo de família punaluana instituiu as gens, “(...) isto é, [os] (...) parentes consanguíneos por linha feminina, (...) não (...) podem casar uns com os outros.” (MORGAN, 1871 apud ENGELS, 1984, p.44).

Progressivamente, sucedeu a abertura para o estabelecimento do casal individual, ligados por vínculos ainda instáveis, ambos poderiam decidir pelo divórcio, que neste período era o simples afastar-se, não implicando aqui ainda questões jurídicas. Desse modo, novos elementos sociais surgiram configurando a família da “verdadeira mãe” ao lado do “verdadeiro pai”, ou seja, formada por um único marido e sua respectiva esposa (ENGELS, 1984, p.58).

Torna-se válido ressaltar que essas mudanças não ocorreram de forma simultânea, pois cada tribo expressou esses processos evolutivos segundo a sua região territorial, economia, religião e costumes.

Através das transformações culturais estabelecidas pelo novo matrimônio, os filhos passaram a pertencer a gens do pai por meio da atribuição de um nome, pelo qual tornavam-se herdeiros deste, seguindo assim o processo de transição do “direito materno” para o “direito paterno”, estabelecendo uma forma intermediária de configuração familiar conhecida como família sindiásmica ou pré-monogâmica (BACHOFEN, 1861 apud ENGELS, 1984).

Segundo o autor a Família Monogâmica surge a partir da família sindiásmica, que é um tipo de família matriarcal segundo a qual o vínculo conjugal é fragilizado (a infidelidade masculina e o divórcio são aceitos), contudo, os filhos ainda permanecem sob a régia do poder da mãe. O êxito da família sindiásmica (pré-monogâmica) ocorreu no período histórico correspondente a barbárie, fase importante que deu início a transição do matriarcado para o patriarcado (ENGELS, 1984).

Os povos considerados bárbaros, foram denominados assim pelos gregos devido ao fato de apresentarem a língua e a cultura diferentes destes. Os bárbaros tinham como traço comum o uso da cerâmica, a domesticação e a criação de animais e a agricultura. É nesta fase que pedras e tijolos começaram a ser utilizados nas mais diversas construções, assim como os trabalhos com metais; etapa esta que não se deu de maneira uniforme entre os povos de cada hemisfério, em consequência das distintas condições da natureza (ENGELS, 1984).

A invenção da escrita, os fundamentos da arquitetura como arte e a evolução dos meios de produção que ocorreram em um período nomeado como “superior” a barbárie, deram novos contornos aos arranjos familiares, com estruturação das famílias monogâmicas, e marcaram a fase inicial da chamada Civilização (ENGELS, 1984, p. 26).

Nesta fase de transição, Engels (1984) assinala que, a família monogâmica caracterizou-se por um certo número de pessoas, escravos e livres, submetidos ao poder do chefe de família. Nestes moldes, de acordo com o autor, o homem assumia o papel de protagonista da família e a mulher assumia o papel de servidora disponível ao prazer do homem e de “mero instrumento de reprodução.” (ENGELS, 1984, p.61).

Essas famílias distinguiram-se das anteriores pela consistência dos vínculos conjugais que se tornam mais fortes nas famílias monogâmicas, dentro destes moldes somente os homens podem romper os laços matrimoniais e deter o direito à infidelidade. O autor ainda destaca que “A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de

escravização de um sexo pelo outro (...).” (ENGELS, 1984, p.70). Assim, as exigências de fidelidade recaíam apenas sobre as esposas.

Nota-se, portanto, na esfera cultural das sociedades antigas, dos povos selvagens e bárbaros até o começo da civilização, que as famílias não desfrutavam plenamente de um envolvimento afetivo em suas relações como se observa hoje, os vínculos familiares eram frouxos e formados com a finalidade de satisfação sexual e de procriação para formação de herdeiros e perpetuação da linhagem.

Características peculiares como estas ficaram marcadas em muitas sociedades sendo Esparta, Atenas e Roma as sociedades de grande expressão neste contexto, refletindo traços que repercutem significativamente na estrutura familiar ocidental, cuja tradição está fundamentada na cultura greco-romana, judaica e cristã (BARROS; VIANNA, 2005).

Embora demonstrando efeitos semelhantes na formação familiar de origem, cada cidade Estado, na antiguidade, desenvolveu, de acordo com o seu contexto social, cultural e econômico, políticas próprias que as diferenciaram entre si. Na sociedade Espartana (século V a.c), a relação do homem com a mulher era bem definida desde a infância, primando por uma formação educacional específica e rígida:

A educação visava a formação de bons soldados, privilegiando a formação física e militar. Por volta dos sete anos, as crianças do sexo masculino eram entregues ao Estado que assumia a função de completar a sua educação, preparando-as para obedecer, resistir ao cansaço e vencer os combates...As mulheres de Esparta também recebiam, desde a infância, treinamento físico que incluía a prática de ginástica e a participação em jogos. Recebiam, além disso, treinamento “psicológico” com o objetivo de prepará-las para serem mães e esposas de guerreiros (BARROS; VIANNA, 2005, p.72).

Apesar dos aspectos peculiares na educação de ambos os sexos, tanto homens quanto mulheres assumiam juntos as responsabilidades com o patrimônio familiar que incluíam os membros e bens materiais.

Já entre os romanos, a aliança do casamento “era um ato privado, não existindo contrato por escrito e não sendo necessária a presença de um juiz ou padre para celebrá-lo.” (BARROS; VIANNA, 2005, p. 72). No entanto, Engels (1984) destaca, o homem e a mulher não poderiam se casar dentro da mesma gens, posto que a proibição do incesto já havia sido imposta.

O termo família ao longo da história teve diversos sentidos, mas como se entende atualmente é uma influência da sociedade romana, no que se refere ao seu significado.

A expressão família deriva-se de *famulus*, que se referia a escravo doméstico e abarcava outros elementos além dos mencionados.

(...) a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e família é o conjunto dos escravos pertencentes ao mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a *família* “*id est pratrimum*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sobre o seu poder a mulher, os filhos, e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles (ENGELS, 1984, p. 61).

Mas, no decorrer do tempo, mais precisamente na Idade Média, a sociedade sofre forte influência da moral cristã, trazendo com isso novas configurações para o casamento e para as relações familiares da época, conforme exposto a seguir,

Com a ascensão do cristianismo, mudanças importantes acontecem nos ideais morais da época e provocam a renúncia sexual completa para alguns, a ênfase na harmonia conjugal, a desaprovação ao segundo casamento de viúvas, a rejeição ao divórcio. Evitava-se o casamento de pagãos, e o ato sexual passou a representar a fraqueza moral do homem. A sexualidade tornou-se um pecado, e o prazer carnal reproduzia o pecado de Adão e Eva (BARROS; VIANNA, 2005, p. 73).

Portanto, um novo cenário da história da família se apresenta ornado pelos ideais do teocentrismo, cujos princípios imprimiram um modelo de família que passou a ser adotado por muitas sociedades.

Na visão teocêntrica, descrita no livro de gêneses, a concepção de família original se deu por intermédio de Deus que concebeu a mulher para ser auxiliadora e companheira, com a finalidade de completar e de suprir o homem em suas necessidades físicas, sexuais e emocionais (SOUZA, 2014). A partir desta formação, ambos, homem e mulher, se uniram para formar nos moldes de uma relação conjugal monogâmica a primeira família de muitas que seguiriam esta disposição.

Souza (2014) destaca que foi por meio desta formação descrita em Gêneses 2:24 que nasceu o casamento e a ideia de aliança entre os sexos, estabelecendo assim a noção de compromisso familiar entre homem e mulher, difundidos pelos cristãos até hoje. Neste sentido, surge a família monogâmica que representa a vontade de Deus, porém destaca-se também a formação da família constituída pela poligamia que, no entanto, não se enquadra nos moldes do plano divino para o casamento.

Desse modo, a concepção cristã nomeia o homem como líder da família, o provedor da casa e porta-voz da mulher, tanto no velho como no novo testamento identifica-se este tipo de organização, que delega aos maridos as funções de autoridade na família e nos templos religiosos, enquanto as

mulheres ficavam incumbidas das atividades domésticas e cuidados da prole. A relação familiar demandava profundo respeito da esposa e dos filhos para com a autoridade divina do líder (SOUZA, 2014).

Na idade média, a concepção cristã ganhou força principalmente em virtude do crescimento da influência da igreja católica na sociedade, fez com que os costumes mudassem e o modelo de família já em curso de alteração se intensificasse. Neste sentido, no período medieval a ideia de família tinha contornos diferentes da que conhecemos hoje, a forma de organização familiar demonstrava características bem peculiares do seu tempo. Por exemplo, parentes maternos e paternos, incluindo filhos, serviçais e bens materiais (territórios e residência) caracterizavam o que se entendia por família que, por sua vez, tinham seus vínculos estabelecidos por acordos (SLUZKI, 1997, apud COSTA, s/d).

Por volta do século XV, seu significado se ampliou, abarcando todos os membros da casa, tanto servos como mulheres cativas e a descendência engendrada pelo chefe de família. O vínculo mais importante desta família medieval era um acordo tácito de proteção e lealdade mútuas...Esse acordo recíproco se tornou mais estável à medida que o tempo foi transcorrendo, e o uso do termo evoluiu progressivamente até os contratos familiares que hoje conhecemos.

No decorrer do tempo os acordos evoluíram para a união sacramentada pela igreja católica, em meados do séc. XV, que surge mais como uma forma de legitimação da união conjugal do que uma valorização de fato dos laços familiares, nesse momento a família ainda era concebida como “uma realidade moral e social mais que sentimental” (ARÌES, 1986, 231). Mesmo assim, a família ganha destaque assumindo o lugar central nas relações sociais da época, e “torna-se a célula social, a base dos estados, o fundamento do poder monárquico.” (ARÌES, 1986, 214).

Os costumes medievais revelam ainda que os acordos familiares demonstravam interesse particular pela conservação da linhagem, o compromisso entre os membros estava voltado para a manutenção dos bens e do patrimônio material, ou seja, a união do grupo familiar estava relacionada com a colaboração no cotidiano laboral mais do que em suas relações afetivas (COELHO, 2010; ARÌES, 1986).

De acordo com Ariès (1986) a convivência dentro dos lares não representava precisamente uma vida em família, a vida privada expressava a convivência coletiva das ruas e relações de trabalho, não se falava sobre sua organização ou relações mais íntimas. Quanto aos papéis, o pai assumia o lugar de chefe da família, enquanto a função materna correspondia ao de manutenção do lar, de sujeição e submissão ao marido.

No entanto, em meados do séc. XVII, começou a se ver transformações econômicas e sociais significativas. Posteriormente, com a revolução industrial e modernização, nasce a família moderna, ou seja, a família nuclear burguesa cunhada pelo patriarcalismo. Foi neste momento histórico que a família ganhou conotação de lugar sagrado amparado pelo ideal religioso da igreja católica, que por sua vez, instituiu o casamento como elo conjugal conforme conhecemos atualmente (ARAÚJO, 2002; ARIÈS, 1986).

Daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção.

Ora, esse sentimento tão forte se formou em torno da família conjugal, a família formada pelos pais e seus filhos (ARIÈS, 1986, 223).

A partir deste momento o sentimento de família se desenvolveu e ganhou força no seio destas instituições, bem como nas demais esferas da sociedade. A vida privada das famílias burguesas passou a ser preservada e suas relações se tornaram mais intimistas e discretas.

Posteriormente, com o advento do séc. XX e séc. XXI, percebemos grandes mudanças sociais decorrentes do estilo de vida moderno e pós-moderno GIDDENS (2007). destaca que os avanços tecnológicos, direitos à liberdade de expressão, maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, aumento de taxas de divórcios, uniões estáveis, crescimento no índice de mães solteiras e/ou famílias mistas impactaram os modos de organização familiar contemporâneo.

Dias (2011) acrescenta que a concepção de família nuclear tradicional (pai, mãe e filhos, morando na mesma casa) modificou-se e, atualmente, coexiste com outras formações, à exemplo do exposto, estão as famílias homoafetivas, de pais/mães solteiras, de pais com filhos adotivos, de pais, filhos e agregados (que inclui parentes, amigos e/ou empregados.), de uniões livres, de famílias recompostas. Essas mudanças são sentidas nos arranjos, nas relações, e essencialmente nos vínculos afetivos familiares.

Neste sentido, nota-se ao longo da história até os tempos atuais que não se pode estabelecer um único modelo familiar, e na contemporaneidade o que vemos é uma pluralidade, visto que percebemos a multiplicidade de fatores que engendram a referida instituição, ou seja, ao pensarmos a família e seus modos de organização torna-se relevante ponderar seus aspectos evolutivos, os valores sociais de cada época e as inúmeras influências (políticas, culturais, econômicas, religiosa,..) exercidas e/ou sentidas por ela. Sendo assim, a família não se configura como um elemento estático, e sim ativo, que se desenvolve e se transforma, à medida que a sociedade vai evoluindo.

REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, Mauro Martins. Rogers: ética humanista e psicoterapia. 2.ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2012.
- ARAÚJO, Cláudia Valéria F. de Oliveira. Pai, mãe e filho - reflexões sobre família e educação na modernidade. Estilos Clin. v.7, n.12, São Paulo, 2002.
- ARÌES, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARDAGI, Marúcia Patta. Os estilos parentais e sua relação com a indecisão profissional, ansiedade e depressão dos filhos adolescentes. Porto Alegre, 2002.
- BARROS, Sônia; VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça. A evolução histórica da família: uma revisão teórica. REME - Revista Mineira de Enfermagem; 9 (1): 70-76, jan/mar, 2005.
- BARROS, Sérgio Resende. Direitos humanos da família: principais e operacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- BIBLIA DE ESTUDO DA MULHER SÁBIA. Trad. João Ferreira de Almeida: revista e corrigida. Várzea Paulista – SP: Casa Publicadora Paulista, 2016.
- BIROLI, Flávia. Família: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BORGES, Patrícia Kellis Gomes. O reconhecimento da família anaparental como entidade familiar estável e sua consequente legitimidade para pleitear adoção, à Luz da jurisprudência do STF. FIDES, Natal, v.5, n. 2, jul./dez. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas - SP: Papyrus, 1996.
- BRAZÃO, José Carlos Chave. A implicação do afeto na Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva contemporânea. Psicologia: ciência e profissão, v.35, n.2, Brasília, apr./june, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370302222013>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. O pluralismo no direito de família brasileiro: realidade social e reinvenção da família. Direitos fundamentais do direito de família. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- BRASIL, Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.neca.org.br/programas/eca-pos-lei-12.010.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília/DF: Conanda, 2006. Disponível em: <http://www.neca.org.br/programas/pncfc.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

BUBER, Martin. Do diálogo e do dialógico. Trad. Marta Ekstein de Souza Queiroz, Regina Weinberg. Editora Perspectiva, 1982.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASSETARI, Beni Lara de Moraes. A configuração da família socioafetiva como família extensa em atendimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1352/A+configura%C3%A7%C3%A3o+da+fam%C3%ADlia+socioafetiva+como+fam%C3%ADlia+extensa+em+atendimento+ao+dispositivo+do+Estatuto+da+Crian%C3%A7a+e+do+Adolescente> Acesso em: 08 fev. 2021.

CARNUT, Leonardo.; FAQUIM, Juliana Pereira Silva. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. JMPHC - Journal of Management & Primary Health Care, v. 5, n. 1, abr. 2014.

CAVALCANTE JR, Francisco Silva; SOUSA, André Feitosa de. Humanismo de Funcionamento Pleno: tendencia formativa na abordagem centrada na pessoa – ACP. Campinas – SP: Alínea, 2008.

COELHO, Heidi Miriam Bertolucci. "De tempos em tempos..." eis a sua família. Rev. Mal-Estar Subj. [online]. v.10, n.3, 2010.

COSTA, Joares Soares. Pensando sobre as famílias e suas histórias. Disponível em: <http://www.familia.med.br/imagens/file/PENSANDO%20SOBRE%20AS%20FAMILIAS.pdf> Acessado em: 09 jun. 2020.

CRISAFULLI, Pedro Henrique de Assis. O direito de família e a filosofia eudemonista. 2011. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011.

DENSIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. União homossexual – aspectos sociais e jurídicos. Revista Brasileira de direito de família. Porto Alegre, n.4., v.1, jan./mar., 2000.

DIAS, Maria Oliveira Dias. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. Gestão e desenvolvimento, 19 (2011), 139-156.

DUARTE, Mónica Rodrigues. Percepções, sentimentos e receios de famílias de crianças com deficiência: um estudo de casos múltiplos. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Konder, Leandro. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. (1920/1923) Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. vol. 15.

- GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6ªed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p. 68-110, 2005.
- LACAN, Jacques. Complexos familiares. Porto: Assírio e Alvim, 1981.
- LEAL, Carlos Santos. Minicurso sobre metodologia da pesquisa científica. 2018, Universidade Federal do Maranhão. Supervisão em projeto de monografia. São Luís, MA. 2018.
- LEAL, Carlos Santos. Supervisão Clínica na abordagem centrada na pessoa. Universidade Federal do Maranhão. Supervisão de Estágio no Núcleo de Psicologia Aplicada, NPA. São Luís. 2020.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- LUKAS, Elizabeth. Mentalização e Saúde: a arte de viver e a logoterapia. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- MACHADO, Lia Zonatta. Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. Interface. Botucatu, v.5, n.8, fev., 2001
- MACHADO, Janaína Marissol dos Santos. A pluralidade das entidades familiares e suas novas modalidades. Santa Maria: UFSM, 2012.
- MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas. Novas modalidades de família na pós-modernidade. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5.ed.rev. ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. Estud. Pesqui. Psicol., Rio de Janeiro, v.4, n.1, jun.,2004.
- NETOFERREIRA,LetíciaRodrigues.Patriarcalismo.2020.Disponívelem:<https://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/>. Acesso em: 04 mar. 2021.
- NEUMANN, Débora Martins Consteila; MISSEL, Rafaela Jarros. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. Pensando Fam. Porto Alegre, v.23, jul./dez., 2019
- NORONHA, Carlos Silveira. Conceito e fundamentos de família e sua evolução na ordem jurídica. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, v. 10, n. 10, 1994.
- OLIVEIRA, Ebenézer A. de; FRIZZO, Giana B.; MARIM, Angela H. Atitudes Maternas diferenciais para com meninos e meninas de quatro e cinco anos. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v.13, n. 3, 2000.
- OLIVEIRA, Martha Loures Choucair de. Família Ocidental: a tragédia de um conceito na produção bibliográfica das ciências humanas. Dissertação (Mestrado). Juiz de Fora, 2010.

PAPAPALIA, Diane.E; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEDROSO, Claudia Maria dos Santos; BONFIM, Evandro Luiz Soares. O impacto da tecnologia no ambiente familiar e suas consequências na escola. E-FACEQ: Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós. ano 6, num.10, agosto, 2017.

PETRINI, Giancarlo. Significado social da família. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, v. 16, n. 18-19, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

ROGERS, Carl Ransom. Tornar-se pessoa. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROGERS, Carl Ransom. Um jeito de ser. São Paulo: E.P.U., 2018

ROGERS, Carl Ransom; KINGET G. Marian. Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não diretiva. Belo Horizonte: Interlivros. 2 v. 1977.

SANTANA, Clara Vanessa Maciel De Oliveira. A Família na atualidade: novo conceito de família, novas formações e o papel do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família). Universidade de Tiradentes. Aracaju, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Claudia Maria Rinhel. Família, Adolescência e os estilos parentais. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

SILVA, Célio Egídio da. História e desenvolvimento do conceito de família. 2005. Puc-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8393>. Acesso em: 7 out. 2019.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. et al. Adoção, Cenários e Práticas. Editora Vetor. São Paulo. 2015.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. 9.ed. São Paulo: Editora Cengage, 2009.

SOUZA, Dilean Baptista de Melo. Teologia Bíblica do casamento no pentateuco. Atibaia. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/37947600/Teologia_B%C3%ADblico_do_casamento_no_Pentateuco. Acesso em: 04 mar. 2021.

SOUZA, Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio; FERNANDES, Manoela Gomes. Família extensa ou adoção: critérios para a efetividade do princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente nos processos de colocação em família substituta. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 15(2), 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1987.

VIANNA, Roberta Carvalho. O instituto da família e a valorização do afeto como princípio norteador das novas espécies da instituição no ordenamento jurídico brasileiro. Revista da ESMESC, v. 18, n. 24, 2011.

WAGNER, Adriana et al. Projeto para os filhos e estratégias de socialização: a perspectiva de pais e mães. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 24, jan./abr. 2012.

WALD, Arnaldo. O novo direito de família. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Capítulo 5



10.37423/230908165

DOMENICO ZIPOLI E A DRAMATICIDADE DE SEU “ELEVAZIONE”: UM PROGRAMA APOLOGÉTICO

Adilson Felicio Feller

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia



Resumo: Pela música busca-se os mais altos cumes da glória de Deus, num sentimento de elevação. Eis o que em resumo consiste a obra: *Elevazione* composta pelo jesuíta Domenico Zipoli. Seu trabalho é parte de todo um movimento missionário de evangelização dos povos nativos das terras da América do Sul, popularmente conhecida como região missioneira. Por essa razão, nosso objetivo aqui é refletir sobre os propósitos da missão jesuíta dentro do período barroco. Refletimos sobre os elementos filosóficos, artísticos e teológicos que o barroco acrescenta ao trabalho missionário. Tais elementos, analisamos, de maneira particular, no *Elevazione* de Zipoli. E com isso, estabelecemos uma crítica às observações de Heinrich Heine ao acusar a missão jesuíta de esconder, sob os propósitos de cristianização, seu objetivo sórdido de busca afirmação de poder. O elemento dramático, que se depreende do *Elevazione*, ao invés de elevar a alma a Deus de maneira menos piedosa e mais espetacular, estaria vinculado apenas a busca de poder; contando, para isso, inclusive com a secularização?

Palavras-chave: drama, Cristianismo, Catolicismo, música

INTRODUÇÃO

O estilo polifônico da música de Zipoli marca a própria missão da Companhia de Jesus que, para conquistar seus objetivos teve que se adaptar ao mundo moderno, como recorda o filósofo e jornalista Heinrich Heine. Diz Heine que dentre todas as tentativas dos jesuítas em preservar o antigo catolicismo em meio a modernidade, sucumbiram pela preservação de uma forma de catolicismo distante de sua matriz cristã. Mas o que isso quer dizer? Que o jesuitismo defendeu uma outra forma de catolicismo? E que catolicismo é esse? Diz Heine que o verdadeiro catolicismo foi profanado, pois: “(...) profanavam o próprio princípio católico vez por outra a fim de alçá-lo ao poder; eles fizeram acordos com o paganismo, com os poderosos da terra, auxiliaram-nos em seus desejos, tornaram-se assassinos e mercadores” (HEINE, 2010, p. 252).

Esse mesmo acordo com o mundo moderno os jesuítas estabeleceram na expressão musical do culto. Pois a música exerceu na missão jesuíta um efeito catequético importante, o mesmo papel que exerceu na Reforma de Lutero. Os textos religiosos foram sendo adaptados às canções seculares: se alterava integral ou parcialmente o conteúdo poético original de modo que o sentido literário se metamorfoseava para o religioso. A liturgia religiosa era encorajada pela utilização da tática católica tradicional que reforça o caráter místico unindo à estratégia protestante de recorrer à polifonia que dá um caráter dramático à música. A monofonia gregoriana que outrora assegurava a pureza à música é substituída pela polifonia barroca com realce no caráter híbrido e dramático.

No *Elevazione*, composto por Zipoli em 1716 temos bem identificados os elementos da divinização que se busca pelo elemento da ortodoxia católica que eleva o fiel até Deus, e ao, mesmo tempo, o elemento polifônico que aproxima o divino do humano, ou seja, o Divino desce ao humano, pois fala em sua língua. Pelo drama que se depreende do *Elevazione* se assegura a aristocracia católica? Em que medida esse caráter dramático assegura um catolicismo verdadeiramente cristão? Será que nas críticas de Heine à Companhia de Jesus não houve uma confusão entre dominação e enculturação exercendo, por isso, a música um papel importante?

Seguimos a apresentação de nossa pesquisa em três capítulos. Na primeiro capítulo descrevemos o *Elevazione*, na sua dimensão ascética, em meio a um movimento artístico literário chamado barroco. De maneira particular verificamos os elementos filosóficos, antropológicos e teológicos vinculados e este movimento, com destaque especial na resposta que a Companhia de Jesus dá a situação do homem barroco, com ênfase na música de seu expoente principal Zipoli. No segundo capítulo nos empenhamos em mapear o *Elevazione*, na sua dimensão dramática, como afirmação jesuíta da

ortodoxia católica frente às críticas de Heine. E, finalmente, no terceiro e último capítulo apresentamos o *Elevazione*, na sua dimensão unitiva, como expoente mais marcante em termos de música que se depreende do ethos jesuíta.

1. A ASCENDÊNCIA

As três notas que compõe o primeiro compasso do *Elevazione* apresentam um movimento ascendente e são elas o tema que guia a obra inteira. A música começa com a nota sol tendo um valor de mínima, passando a um dó maior pontuado com valor de semínima para culminar em um ré e um mi maiores que compõe duas notas de valor de semicolcheias. O tema inicial do *Elevazione* revela o caráter trinitário da peça, representadas pelo tributo ao Pai que faz a nota sol, ao Filho a nota dó e ao Espírito Santo as notas ré e mi, e isso em escala ascendente. Impressiona o valor das notas atribuído a cada uma das pessoas da Trindade, portanto uma visão hierárquica, dentre as quais o Pai possui precedência frente ao Filho e ao Espírito Santo. Diante disso, logo de saída somos levados a indagar sobre o elemento soberano que se depreende desta peça, portanto, uma imagem soberana da Trindade.

Zipoli¹ imprimiu nesta peça vários aspectos que se depreendem do ethos da Companhia de Jesus, tal como idealizado por Iñigo de Loyola, seu fundador. O primeiro deles é o aspecto teológico trinitário, de modo que toda a peça consiste num ato de louvor à Trindade, como lembra André Ravier, “(...) a tudo sacrificar ao serviço de Deus nosso Senhor². ” E o louvor se expressa sempre num gesto de elevação repetido em toda a obra. Essa repetição se faz de uma forma tão insistente que se torna pedante. Há, de fato um motivo bem claro para isso: afirmar as coisas do alto em detrimento das coisas de baixo. É exatamente o motivo pela qual a Companhia de Jesus foi fundada em 1540; conforma as Constituições de seu fundador Iñigo “(...) foi instituída principalmente para a defesa e a propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs³. ” Numa época de profundas transformações nos diferentes campos, movidas pelos descobrimentos na área de ciência. Com isso, os valores celestes sofrem um verdadeiro abalo. É preciso, então reafirmá-los a fim de que não venham a sucumbir. É nesse contexto que a Companhia de Jesus vem dar a sua resposta.

Contudo, a genialidade de Iñigo de Loyola faz com que não se valha mais daqueles antigos meios que até então vinham sendo empregados para a afirmação da cristandade. Mas os jesuítas passam a empregar os meios disponíveis pela própria ciência moderna a fim de estabelecer um diálogo com a modernidade e assim darem novo ar a cristandade sufocada.

Neste mesmo período a Igreja católica em particular está posta em cheque pelos ventos impetuosos trazidos pela Reforma Protestante. É, preciso portanto uma reação às 95 teses que Martinho Lutero afixara na catedral de Württemberg. Uma das respostas será oferecida pela atuação missionária jesuíta. Não preocupada, desde o seu fundador Iñigo em combater o protestantismo, mas muito além disso em oferecer uma resposta às indagações apresentadas pelo monge agostiniano frente ao ethos católico então imperante. A Companhia de Jesus, já a partir de sua nomenclatura apresenta uma apologia. Ou seja, um discurso em defesa do verdadeiro cristianismo, e um verdadeiro cristianismo não pode estar separado da vida e prática de seu fundador Jesus de Nazaré. Ser cristão, portanto, é viver assim como Jesus, daí jesu-ita, pois “(...) a Jesus Cristo ela devia a sua origem, os seu espírito, a sua vida⁴. ” Foi, esse inclusive, o motor das investidas de Lutero contra a Igreja Católica. Afirmar o catolicismo verdadeiro sob a armadura da fé e assinalado com o nome de Jesus consistirá o trabalho missionário dos jesuítas.

Todo essa ação missionária vai se dar não aos moldes das cruzadas que para promover a cristandade se utilizou da espada, mas pela ciência. Ou seja, a estratégia usada então pelos jesuítas é muito mais sutil. Pois são capazes de afirmar a ortodoxia do cristianismo se utilizando dos meios próprios da moderna ciência. Razão pela qual o papel do conhecimento se faz muito importante. E é justamente no meio acadêmico da pesquisa científica que a Companhia de Jesus vai alcançar seu auge, como em nenhum outro campo. As antigas catedrais medievais agora darão espaço às amplas bibliotecas e laboratórios. Não que a Igreja Católica não estimasse no período medieval o campo universitário, mas muito pelo contrário, pois as universidades nascem com a Igreja Católica medieval, contudo estavam sempre atreladas a uma metodologia monacal, ou seja, não se ousava abrir a consciência para o mundo, senão que o mundo se conformasse ao modo de pensar da Igreja. Pelo contrário, ao transpor os murros monacais a universidade vai se adequando ao sentir do homem moderno. E nesse trabalho de adequação a Companhia de Jesus é, sem dúvida, pioneira.

Dar uma resposta ao homem moderno que se recusa a simplesmente reproduzir uma catequese, uma resposta a sua inquietação. É o que os jesuítas tem feito de maneira magistral por todo o orbe terrestre. Desde as índias até o campanha missioneira os jesuítas tem desenvolvido a mesma estratégia: conquistar soldados para Cristo através dos recursos disponibilizados pelas descobertas científicas. E dentre estas descobertas no que diz respeito às artes, a música tem se apresentado como recurso fundamental. E isso, é claro, antes dos jesuítas, já Lutero havia descoberto e colocado em prática através dos belíssimos hinos compostos não em gregoriano, mas em polifonia a fim de ser

cantado não apenas pelo coro, mas por toda a assembleia. O que os jesuítas farão no entanto com relação ao canto é seguir a esteira do Lutero, porém com um toque de argúcia, ou seja, investindo, sobretudo, no elemento dramático, que é bem característico do mundo barroco, então em voga.

Aquela pureza do canto chão gregoriano que possuía apenas a função de enfatizar as palavras catadas, agora com o barroco a música terá uma função a mais: despertar sentimento, desejo, anelo. Se estes sentimentos antes, na liturgia da Igreja Católica, eram encarrados como elementos que levavam a distrair a atenção dos fiéis para com o mistério celebrado, razão pela qual se deveria utilizar de todos as maneiras para deles se distanciar focando a atenção unicamente no mistério; agora com o novo que se inaugura, a música terá uma função a mais, a de centralizar o mistério, porém se utilizando dos mecanismos que despertam sentimentos. Pois, mediante tais sentimentos compreendia-se que a mensagem seria melhor captada. Assim, a escola jesuíta não educará mais partindo do intelecto, mas dos afetos.

É como escola dos afetos que Iñigo caracteriza os seus Exercícios Espirituais: “(...) para o homem se vencer a si mesmo e ordenar a sua vida sem se deixar levar por afeição alguma desordenada⁵, ” um método de espiritualidade que visa levar aquele que quer crescer na fé a reordenar os seus afetos. Mediante os chamados Exercícios Espirituais a Companhia de Jesus direcionará a sua atividade missionário, e para tal contará com todos os meios que a ajudarem para tal fim, ou seja, todos os bens criados incluindo aqueles advindos da moderna ciência. Mas então perguntamos, será que a música com o drama que dela se depreende, consiste em um meio de fixar a mensagem cristã, ou se resumirá a um mero sentimentalismo? E tudo isso não será para afirmar a sede de expansão da Companhia de Jesus em detrimento da propaganda da fé?

2. O DRAMA

O movimento artístico literário conhecido como barroco é marcado pela tensão do ser humano em busca constante de satisfação. Porém, é uma tensão que se apresenta através de um quadro de aparente não solução. Diante disso, o ser humano se vê enredado num movimento que o atinge de todos os lados. Contudo, apesar de tamanha tensão ele é encorajado a resistir. A elevar-se em êxtase, como uma sublimação frente a tudo o que o prende às coisas da terra. No segundo compasso é bem evidente esse movimento de alternância entre as semicolcheias de um lá para o sol e de um sol novamente para um lá e de um lá para um si e de um si para um lá. Segue uma breve pausa para então novamente as notas formarem uma escala triádica ascendente entre lá, si e dó. Isso quer dizer que

apesar das tensões e preocupações que nos querem manter prisioneiros da terra, a vitória da Trindade nos permite ascender. No entanto, é preciso estar sempre alerta porque o drama é permanente, quando as notas descem na escala para sol fá, mi, ré. Contudo é uma descida que prepara uma subida ainda mais surpreendente constituindo três conjuntos triádicos entre: mi, fá e sol; sol, lá e si; do, ré e mi. Com isso, se afirma que as forças do alto não são equiparáveis às forças de baixo: apologia a doutrina católica que combatia a heresia do maniqueísmo, religião fundada na Pérsia por Manes no séc. III, que equiparava as forças do bem e do mal. Essa heresia tem acompanhado a vida dos cristãos até os dias atuais. O próprio fundador da Companhia de Jesus tem sido muito sensível a esse problema que nos seus Exercícios Espirituais faz questão de conceber essas forças do bem e do mal não como entidades, mas como movimentos de espírito, moções: “(...) os diversos movimentos que se despertam na alma⁶. ” Portanto, as do bom e do mal espírito que provocam no ser humano sentimentos de consolação e desolação. Sendo próprio do bom espírito a consolação e do mal espírito a desolação. Portanto, dentro do ser humano está instalada uma luta dramática entre o bom e o mal espírito, um traço tipicamente barroco.

Dessa luta a vitória é do bem, no entanto as forças do mal estão sempre a espreita, prontas para perder aqueles que descuidarem. Por isso, o ato de se elevar às coisas do alto é constante, através de um gesto de tributo à maior glória de Deus. Zipoli procurou sintetizar essa escola de discernimento dos espíritos legada pelo seu fundador em música. Pois pela música barroca sua mensagem seria muito mais facilmente captada, ao contrário da pureza e monotonia do gregoriano. No entanto, essa mesma atitude da Companhia de Jesus logo atraiu as mais diversas críticas. Todas elas com um fundo comum: o de estar fazendo o jogo dos poderosos para assim garantir a sua hegemonia.

Um destes críticos é o jornalista e filósofo alemão Heinrich Heine. Ele defende que a Companhia de Jesus tem endossado o turbilhão de secularização ao se utilizar dos meios da moderna ciência para realizar a sua missão. Diz Heine que os jesuítas foram “(...) inspirados apenas pela preservação do catolicismo, e não pelo Catolicismo em si (...), profanavam o próprio princípio católico vez por outra a fim de alçá-lo ao poder; eles fizeram acordos com o paganismo, como os poderosos da terra⁷. ” E, o que é pior, tudo isso para garantir o seu poder hegemônico. Basta verificar o que tem representada a Companhia de Jesus no mundo, de modo particular, as reduções jesuítas em terras missioneiras: Brasil, Argentina e Paraguai. E foi justamente para essas terras que o jesuíta Domenico Zipoli é enviado em missão, a fim de que o barroco por ele produzido ressoe entre os povos guaranis. Diz o historiador Ignacio Echaniz que “(...) quando ele tinha um futuro brilhante aberto diante de si no centro do

cristianismo, no auge do movimento barroco do qual estava na vanguarda, Zipoli se deixou atrair pelo sonho das reduções paraguaias⁸. ”

Nas reduções Zipoli faz diversas composições destacando-se a missa de Santo Inácio. Contudo, a peça que nesta pesquisa analisamos, o *Elevazione* ele já havia produzido durante sua estada na Itália. Uma peça para ser executada dentro e fora dos serviços litúrgicos. No entanto, se usada no serviço da missa seu uso estaria indicado para o momento do cânon eucarístico: uma longa oração que o sacerdote faz em voz baixa e *versus deum* (de frente para o altar de Deus) para rememorar o mistério da paixão morte e ressurreição de Jesus Cristo. Esta peça certamente ressoou inúmeras vezes por entre as paredes dos templos das reduções de São Miguel, San Ignacio Mini e La Trinidad: as três principais reduções dos sete povos das missões.

É sem sombra de dúvidas que o trabalho missionário dos jesuítas alcançou tamanha expressão graças à música barroca. Pela música os jesuítas atraíram a atenção a estima e o respeito dos guaranis. E, por isso, Zipoli foi exímio, “(...) ninguém se distinguia mais nem tinha mais talento que Domenico Zipoli (...) não pode haver nada mais doce nem mais elaborado que sua perfeita harmonia⁹. ” Mas será que tudo isso o fizeram em nome da busca de assegurar sua hegemonia, tal como defende Heine? Este foi um movimento de propaganda em nome da verdadeira fé católica contra o protestantismo? E para o qual também se valeram da música como meio de garantir o seu propósito? Heine critica duramente a atuação missionária dos jesuítas por ser responsável pela secularização mediante a qual mergulha o Catolicismo. Com isso, para Heine e outros críticos, a Companhia de Jesus fazendo as pazes com a ciência, declara todo o arcabouço que até então sustentava a fé católica como inválido. Mas tudo isso o faz de maneira muito sutil, como vemos depreender-se das notas que compõem o *Elevazione* de Zipoli, ao convidar o ouvinte a elevar-se para as coisas do alto. Essa elevação é lida por estes críticos como algo superficial, ou seja, que resume-se a um sentimentalismo melodramático. Este dá ao rito religioso a forma espetacular, diferente da forma pela qual a mensagem evangélica era passada através do canto gregoriano. Pois, de uma forma simples e sóbria se transmitia a mensagem evangélica, de sorte que a música possuía apenas um papel periférico de realçar as palavras e a mensagem que delas se depreendia. Ao passo que sequer seus compositores apareciam, diferente do que acontece no período barroco, em que a música passa a ser uma forma de autopromoção. Mas se os jesuítas passam a ser promotores de música barroca em seu trabalho missionário e se essa não responde a dimensão da simplicidade e modéstia mediante a qual a própria Companhia de Jesus tem se estabelecido, como reconciliar a sobriedade e o drama fáustico da música barroca, de modo

especial o *Elevazione*? Juntamente com o fausto da música não estaria subjacente a intenção de afirmação de hegemonia do poder?

3. A UNIDADE

Essas acusações infelizmente já se tornaram caricatas, por essa razão, temos o propósito de clarificar alguns pontos que se fazem necessários a fim de se compreender o ethos jesuíta. Um ethos que visa a unificação para além da duplicidade de forças maniqueístas, da distância de Deus da história no protestantismo ao abolir os sacramentos e as divisões provocadas pela ciência moderna.

A companhia de Jesus, desde seu início, esteve preocupada em afirmar a fé cristã dentre os diferentes segmentos sociais. E dadas as transformações, oriundas dos diferentes progressos na ciência segue a ingente necessidade de não simplesmente negar essa realidade, ou condená-la como heterodoxa, mas de absorvê-la, elevando-a a uma dimensão transcendente. É isso justamente o que expressam as notas do *Elevazione* quando da tensão e gravidade do sétimo compasso darem lugar a elevação e agudeza nos compassos seguintes. Além do mais, a elevação que expressa a música é também expressão de unidade, pois é a totalidade que alcança os mais altos cumes da contemplação. E nessa contemplação todas as coisas passam ser reunidas as da terra e do céu. Ou seja, se também as coisas da terra se reúnem e se elevam juntamente às coisas do céu, com isso a ciência com todos os seus progressos passam a ser encarrados não como maléficos, mas como importantes desde que sejam destinados àquilo para o qual segundo o fundador da Companhia de Jesus, o homem foi criado: o louvor o serviço e a reverência a Deus Nosso Senhor, para mediante isso salvar-se¹⁰.

Com isso, aquela acusação que de a Companhia estivesse fazendo o jogo dos poderosos com a valorização da ciência para afirmar seu poder é no mínimo apressada. Pois ao valorizar todas as coisas dentro de sua justa medida, ou seja, colocando-as no seu devido lugar, promove a temperança, o justo equilíbrio aristotélico, contra o maniqueísmo que então campeava. Pois se a ciência fosse acusada como má em si, estaria se persistindo no maniqueísmo.

Se as notas se apresentam em muitos compassos como graves, é para em seguida as elevar, ou seja, as elevar até o seu Senhor e Criador, já desde o primeiro compasso, quando as três notas que representam a Trindade se apresentam em escala ascendente. Há, de fato, uma preocupação na atividade missionária da Companhia de Jesus em afirmar as mediações históricas, razão pela qual se valoriza dentro da própria liturgia uma forma musical que é expressão do tempo em que se vive: o barroco. Essas mediações são da mesma forma valorizadas através do sacramentos ministrados pelos

inúmeros missionários jesuítas, basta recordar Francisco Xavier nas Índias, bem como os vários missionários que atuaram nas reduções da América do Sul que gastavam a maior parte do tempo catequizando e administrando os sacramentos. Eis, portanto o intento teológico da Companhia de Jesus, ao apresentar um Deus próximo da humanidade e não distante. Essa proximidade possibilitava estabelecer com ele uma relação entre criador e criatura.

E ainda, se a Reforma Protestante tem abolido as mediações sacramentais pondo o ser humano numa relação direta com Deus, mediada apenas pela fé, a atividade missionário promovida pela Companhia de Jesus vem motivar uma relação com o Criador que valoriza as mediações históricas. Sobre tais mediações Iñigo deixou um testamento vivo em suas Regras para sentirmos com a Igreja, diz ele na III regra: “Louvar o costume de ouvir muitas vezes a santa missa; louvar também o canto sagrado, a salmodia e as orações prolongadas¹¹. ” Pois é graças a essas mesmas mediações que é garantida a perpetuidade de Deus na história, caso contrário ele pode ser facilmente esquecido, ainda mais num período em que a ciência vem num primeiro momento medir forças com a religião. Diante disso, o dramático musical pode muito bem ser incorporado na música litúrgica com os seus elementos de polifonia e plasticidade. Com a música barroca o espírito do tempo vai se fazendo presente na vida da Igreja. E o êxtase provocado pela música acompanha as belíssimas representações artísticas na pintura, escultura e arquitetura. Tudo constituindo um belo conjunto harmonioso. Contudo, é uma harmonia que também apresenta traços de sobriedade, o que de fato caracteriza o barroco jesuítico. Porém, isso só se percebe quando se comparam os estilos jesuíta com outros estilos desse tempo. No barroco jesuíta sobressai a leveza, que contrasta com o peso característico do barroco. É somente graças a essa leveza que se é capaz de elevar-se. Uma elevação que culmina no gozo, na fruição do transcendente, que torna capaz de contemplar o amor, tal como Iñigo de Loyola recorda na sua última parte dos Exercícios Espirituais: A contemplação para alcançar o amor. É, pois, nesta etapa de seus Exercícios Espirituais que se torna bastante evidente o caráter de unidade para o qual culminam tais exercícios, pois “(...) o amor consiste na comunicação mútua de bens¹². ” Ou seja, assim como a criatura procede de seu Senhor e criador, vivendo as tensões e vicissitudes próprias do tempo presente, possa retornar a ele. Enquanto esse retorno definitivo não acontece, há um retorno que acontece mediante a contemplação espiritual. E para tal, todos os bens criados são empenhados, como é o caso da música que eleva. Função esta que cumpre perfeitamente o *Elevazione* de Zipoli.

Diante disso, se mesmo os bens criados são empenhados nessa função de reconciliar, elevar a criatura até seu Senhor e Criador, os avanços na ciência não são mais considerados obstáculos para a busca da

unidade; mas, pelo contrário, promotores da mesma. A ciência vista como meio que se empenha a auxiliar o ser humano a cumprir o fim para o qual foi criado, à saber: o louvor, o serviço e a reverência à Divina Majestade, assim é a ciência a grande parceira do ser humano na história da salvação.

O convite que a música de Zipoli faz é o de elevar-se até os cumes mais altos da contemplação, para que essa elevação passa ser a mais perfeita é necessário que se o faça com espírito de unidade. Ou seja, é o todo que se eleva a Deus, não apenas a alma em detrimento do espírito. Diante de tal elevação, o fausto que se depreende do barroco é apenas meio para a consecução do fim, que na mente de Iñigo de Loyola é a realização da maior glória de Deus. Assim, tudo no *Elevazione* está voltado ao mais, uma busca incessante de alcançar os mais altos níveis de louvor, serviço e reverência a Deus. Portanto, a promoção é de Deus e não da Companhia de Jesus em si. E com isso, toda a sua ação missionário reestabelece Deus dentro da história, cujo espaço havia sido usurpado pela razão moderna ao se proclamar a detentora de toda a verdade.

Logo, se a Companhia de Jesus recebera severas críticas por estar usando-se de meios mundanos para se auto afirmar e, com isso, acirrar a secularização, como defende Heine, pelo que analisamos os usos dos meios é para, pelo contrário, afirmar a religião em meio a sua perda de prestígio e avanço da moderna ciência. E com isso, ela, a Companhia de Jesus, passa a ser apenas um meio para a consecução do fim. A respeito disso, o seu próprio fundador é bastante claro quando afirma que a Companhia de Jesus foi fundada para o serviço ao interior da Igreja Católica. E, por isso, a Igreja pode existir sem a Companhia de Jesus, porém a Companhia não pode existir sem a Igreja.

É na Igreja que a Companhia tem o intuito de realizar o seu maior serviço, ao elevar todas as coisas até seu Criador e Senhor. E, com isso, empregar todos os meios criados para a defesa da ortodoxia católica frente às ameaças do protestantismo e da moderna ciência, ao se proclamar a detentora da verdade.

CONCLUSÃO

A propaganda jesuíta em defesa do catolicismo tal como se depreende do *Elevazione* de Zipoli revela o caráter de triunfo da Trindade. Portanto, o tributo de glória à Trindade eleva, e, para tal emprega todos os bens criados. Por essa razão, mesmo a ciência com todos os seus progressos consiste em meio importante para a ação de louvor, reverência e serviço à Trindade. A Companhia de Jesus, neste sentido, soube muito bem harmonizar, mediante a sua capacidade do bom senso aristotélico, a ortodoxia católica às modernas descobertas no campo da ciência. Portanto, as duas coisas não são

excludentes, mas complementares, voltadas a um único fim: a maior glória de Deus, tal como reza o lema da Companhia de Jesus.

O *Elevazione* apresenta muito bem este aspecto de elevar todas as coisas da terra até as mais elevadas altitudes celestes, de modo que as tensões típicas desta vida, apresentadas pelas notas graves e seus acidentes, não tenham a última palavra, mas abrem espaço para notas agudas que revelam os mais altos cumes para onde se dirige o nosso louvor. Portanto, o drama desta vida é apresentado a Deus como gesto de louvor. Assim, a tensão, típica do ser humano barroco, é minimizada ao se atingir os cumes da glória celeste, que marcam as notas em forma triádica ao alcançarem tons agudos. Por essa razão, as críticas de Heine, de que a Companhia de Jesus ao se servir da ciência tem trazido os ventos da secularização para dentro do Catolicismo, são no mínimo apressadas. Pois, muito pelo contrário, pela missão dos jesuítas ela reafirmou a fé Católica, e não simplesmente como combate ao protestantismo, mas como realce àquilo que diz respeito à verdadeira fé. Contudo, os meios que ela se utilizou para tal empreendimento é que muitas vezes tem sido causa de mal entendidos. Pois, ela antes de se curvar diante da ciência moderna, se utiliza dela tanto quanto a ajude a afirmar a fé.

Ao se valorizarem os meios para a missão, a Companhia de Jesus põe em destaque o fim para o qual foi criada o serviço, louvor e reverência a Deus, ou seja, a defesa da fé. E uma forma bastante eficaz de realce da fé que seus missionários perceberam foi de transmiti-la através da música. Se antes, com a música gregoriana se enfatizava as palavras, agora com a música barroca, não só as palavras, mas sobretudo os afetos. E é justamente como escola dos afetos que a Companhia de Jesus se estabelece, de modo particular através dos Exercícios Espirituais. Portanto, o *Elevazione* de Zipoli realça a dramaticidade da vida humana que se empenha em elevar-se a Deus. Esta elevação é possível graças a leveza, própria do barroco inaugurado pela Companhia de Jesus, ou seja, a sobriedade e justo equilíbrio aliados à modéstia, próprios da Companhia de Jesus, permitem reunir todas as coisas numa unidade.

Logo, a defesa do catolicismo, em tempos de ameaça promovidos pelas descobertas no campo da moderna ciência, fazem com que a atuação missionária dos jesuítas, para que possa adquirir receptividade se utilize desta mesma ciência para que, através dela, converta os afetos. A abordagem missionária dos jesuítas incide na reordenação dos afetos, pelo justo equilíbrio aristotélico. E, para tal, a música, como na Reforma Protestante, ocupa espaço privilegiado. Assim, as críticas de Heine à Companhia de Jesus de ter sido responsável pela onda de secularização é infundada. O problema está em que se interpreta secularização como os meios de atuação apostólica da Companhia de Jesus. Ela,

para alcançar seus objetivos missionários terá que abandonar os antigos meios para assumir aqueles que a modernidade dispõe, entre estes está o novo estilo musical: o barroco. Do *Elevazione* se depreende, de forma condensada, toda a razão pela qual a Companhia de Jesus existe: a defesa da fé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYESTARÁN, Lauro. Domenico Zipoli, Vida y obra, Montevideo, 1962.

ECHANIZ, Ignácio. Paixão e glória – História da Companhia de Jesus em corpo alma. vol. III. Edições Loyola: São Paulo, 2007.

FRANZE, Juan Pedro, La obra completa para órgano de Domenico Zipoli, Buenos Aires, 1974.

HEINE. Heinrich. História da religião e da filosofia na Alemanha e outros escritos. Editado por Terry Pinkard. Madras: São Paulo, 2010.

LOYOLA, Inácio. Exercícios Espirituais. Tipografia Brabosa e Xavier: Braga, 1961

_____, Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

RAVIER, André. Inácio de Loyola Fundador da Companhia de Jesus. Edições Loyola: São Paulo, 1982.

NOTAS

¹Domenico Zipoli nasceu aos 16 de outubro de 1688 no ducado de Toscana. Teve como mestre o famoso Alexandro Scarlatti, com quem veio mais tarde a se desentender para então ter Pasquini como seu definitivo instructor musical. Em Roma Zípoli foi mestre de coro na Igreja do Jesú e mestre de música no Colégio Romano. De sua produção musical grande parte está desaparecida, restando sua Sonate d’involatura para órgão e címbalo, impressa em Roma em 1716. Nove meses após ingressar na Comapnhia de Jesus, em Sevilla (01 de julho de 1716) aos vinte e oito anos, foi recrutado em missão ao Rio da Prata. Zipoli viajou com mais cinquenta e quatro jesuítas no início de abril de 1717. Chegando à foz do Rio da Prata em julho daquele ano. Após uma estada em Buenos Aires partiu para Córdoba, sede da Província e missão do Paraguai, para concluir os estudos de filosofia e teologia. Não há registros de sua ordenação talvez pela vacância da diocese. De Zipoli como compositor e regente de coro e organista em Córdoba se dizia: “Ninguém se distinguia mais nem tinha mais talento que Domenico Zipoli, antigo músico romano, não pode haver nada mais doce nem mais elaborado que sua perfeita harmonia.” (ECHANIZ, 2006, p. 79). O barroco da música de Zipoli soou por muito tempo entre as abóbadas de várias igrejas das reduções jesuítas. Houve inclusive uma espécie de edito do provincial que se tocasse e cantasse as composições de Zipoli nas reduções por ser das melhores. Zipoli veio a falacer na fazenda de Santa Catalina, a poucos quilômetros de Córdoba aos 02 de janeiro de 1726.

²Cf. RAVIER, 1982, p. 485

³Cf. LOYOLA, 1997, p. 22

⁴Cf. RAVIER, 1982, p. 05

⁵LOYOLA, 1961, p. 34

⁶Ídem, p. 235

⁷HEINE, 2010, p. 252

⁸ECHANIZ, 2006, p. 78

⁹Ídem, p. 79

¹⁰No Princípio e Fundamento dos Exercícios Espirituais Iñigo diz que: “O homem foi criado para louvar, reverenciar e servir a Deus Nosso Senhor, e assim salvar a sua alma” (LOYOLA, 1961, p. 35).

¹¹ LOYOLA, 1961, p. 275

¹²Ídem, p. 190

Capítulo 6



10.37423/230908181

O IDOSO FRENTE AO ISOLAMENTO SOCIAL: FATORES RELACIONADOS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO.

Josenildes Clovié Mendes

Faculdade Maurício de Nassau

Íris Adriana Cavalcante Pereira

Faculdade Maurício de Nassau

Vânia Fonseca Barros

Faculdade Maurício de Nassau

Andressa Barros Ribeiro

Faculdade cruzeiro do sul

Carlos Eduardo de Castro Silva

Faculdade Pitágoras

Carlos Laércio Clovié Mendes

Faculdade Maurício de Nassau

Luan de Jesus Pereira Araújo

Faculdade Dom Bosco



Resumo: O Isolamento Social entre os idosos compreende a falta de atividade diária fora de casa e de interações sociais, se constitui na ausência de contatos sociais com a família e comunidade. O objetivo geral deste estudo consistiu em compreender como o Psicólogo pode contribuir no enfrentamento do Isolamento Social em idosos. O estudo compreendeu uma revisão integrativa da literatura, como fontes de dados foram utilizados artigos científicos, publicados em revistas da área da saúde, que abordassem a temática proposta, buscando-se atender os objetivos traçados. Na literatura pesquisada, evidenciaram-se como fatores relacionados ao Isolamento Social a viuvez, o declínio das condições de saúde e no papel social, a falta de apoio social, a menor frequência de sair e a não participação de grupos comunitários. Como consequências foram identificados os prejuízos aos sistemas cardiovascular, neuroendócrino, nervoso central, saúde mental, sintomas de ansiedade, depressão e diminuição da função cognitiva. Quanto às estratégias de enfrentamento, destacaram-se o apoio familiar, redes de amigos, uso da tecnologia, incentivo à participação em atividades sociais e o atendimento psicoterapêutico na abordagem Teoria Cognitivo Comportamental - TCC. O incentivo à participação social destas pessoas na sociedade e o acompanhamento psicológico, tornam-se essenciais, onde o contato social favorece o desenvolvimento das capacidades cognitivas, ajudando na sua saúde mental, promovendo o bem-estar, refletindo positivamente na sua longevidade e o acompanhamento psicológico, que contribui significativamente na prevenção, no tratamento dos sintomas e consequências do Isolamento Social, ajudando na saúde psíquica e emocional dos idosos.

Palavras-chave: Idoso. Isolamento Social. Consequências. Enfrentamento.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento representa a última etapa do ciclo da vida de todo ser humano a ser vivenciada por cada indivíduo. Considera-se que, é na velhice que surgem as mudanças vivenciadas pela pessoa idosa. O corpo humano sofre essas mudanças com o envelhecimento devido a incidência de mudanças nas células individuais e nos órgãos completos que resultam de certa forma em mudanças tanto funcionais quanto na aparência física do ser humano.

A Organização Mundial da Saúde – OMS (2015) menciona que estas transformações são complexas, levando a uma redução gradual nas reservas fisiológicas, elevando a possibilidade de contrair doenças, além de ocasionar modificações nos papéis e posições sociais.

O aumento da idade, é, portanto, um processo irreversível, que ocorre naturalmente, com perdas progressivas de função e de papéis sociais, que nem sempre são entendidas pela sociedade ou pela própria família. O processo de envelhecimento no ser humano é comprovado com o envelhecimento das células que também chegam ao seu limite até morrerem.

Desse modo, entende-se que o envelhecimento populacional é um grande triunfo para humanidade, mas ao mesmo tempo representa um grande desafio para a humanidade e para os profissionais da saúde, em especial aos profissionais da saúde mental. Isto porquê o processo de envelhecimento traz grandes perdas estruturais e funcionais no organismo, são alterações que variam de indivíduo para indivíduo, e essa situação muita das vezes leva a sociedade a enxergar o idoso como uma pessoa improdutiva e estagnada, o que por sua vez, faz com que o idoso viva em um Isolamento Social em decorrência da falta de um ambiente favorável e também pela ausência de convívio com as demais gerações na sociedade, levando este a se sentir incapaz e sem valor algum para a sociedade.

Diante do exposto, verifica-se que o envelhecimento é um processo que afeta a todos os indivíduos, onde nenhum de nós seres humanos estamos isentos de passar por este processo, o que por sua vez, pode ensejar no Isolamento Social, trazendo assim sofrimentos para a pessoa idosa e afetando a sua saúde física, psíquica e emocional.

Neste contexto, o presente estudo torna-se relevante, como forma de auferir conhecimentos sobre o processo de envelhecimento e o Isolamento Social da pessoa idosa, aprendizados estes que proporcionarão embasamento para o desenvolvimento de intervenções futuras junto a estes indivíduos idosos, a fim de promover o aumento da sua participação social e a manutenção de relações

de apoio emocional, o que pode contribuir para a prevenção do Isolamento Social e proporcionar o seu bem-estar na longevidade.

Para tanto, esse texto tem por objetivo principal realizar um levantamento da literatura para compreender melhor sobre como o profissional de Psicologia pode contribuir no enfrentamento ao Isolamento Social em pessoas idosas. Enquanto que os objetivos específicos compreendem em identificar os fatores que levam ao Isolamento Social na velhice; analisar as principais consequências do Isolamento Social na Terceira Idade; descrever estratégias de enfrentamento no âmbito da Psicologia, direcionadas para o tratamento do idoso que sofre com os sintomas e consequências do Isolamento Social.

Assim, a problematização da pesquisa consistiu nos seguintes questionamentos: Quais os efeitos do Isolamento Social na qualidade de vida dos idosos e de que forma o profissional de Psicologia pode atuar no enfrentamento ao Isolamento Social em idosos?

Como hipótese, de fato considera-se que o Isolamento Social na Terceira Idade produz efeitos bem distintos que variam de indivíduo para indivíduo, mas que produzem um certo impacto na vida do idoso, ocasionando assim o surgimento de diversas doenças como a ansiedade, depressão, angústia, doenças físicas e outras doenças adquiridas devido à falta de um convívio social com outras pessoas, devido à falta de lazer ou a falta de cuidados com o seu bem-estar físico, com a sua saúde física, psíquica e emocional.

Trata-se de um grande desafio para os profissionais da saúde e principalmente para os profissionais de Psicologia, que lhe dão com a saúde psíquica e emocional do ser humano, e têm todo um preparo teórico-científico-prático de saber lidar com o idoso no enfrentamento do Isolamento Social.

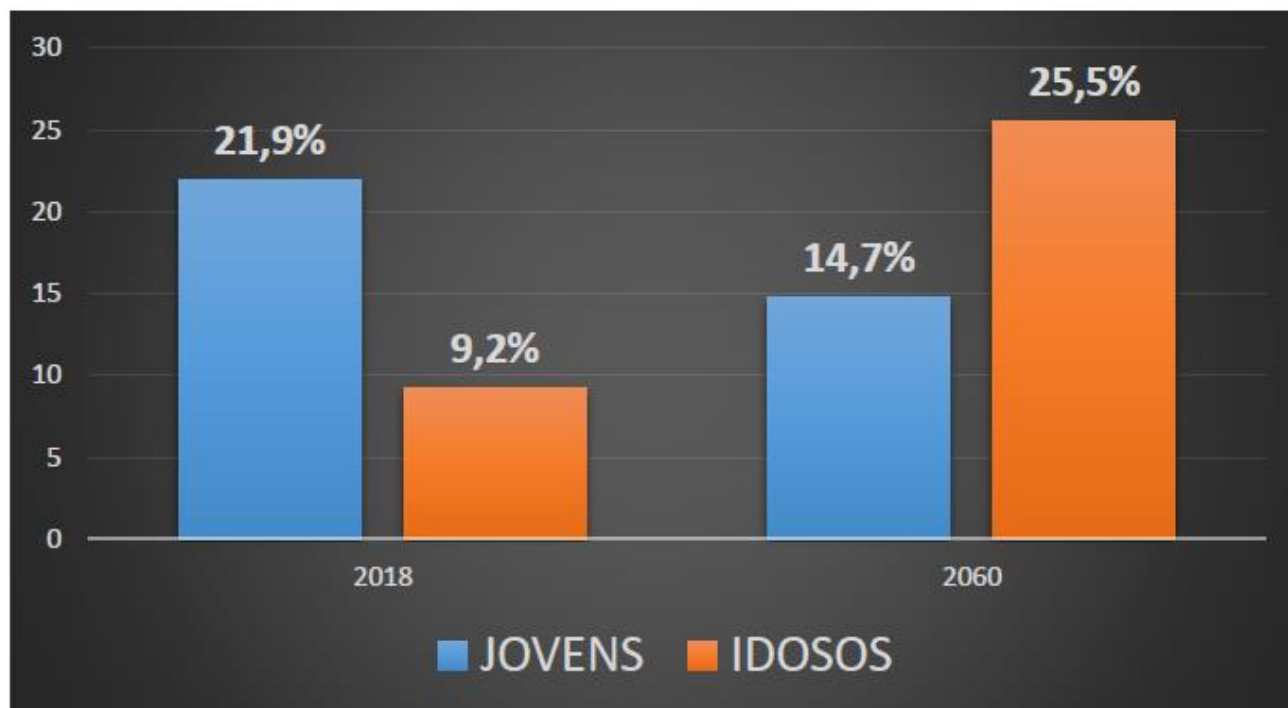
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O IDOSO FRENTE AO ISOLAMENTO SOCIAL

O aumento da parcela populacional idosa no Brasil é fato noticiado constantemente pela mídia, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), fazendo a projeção de que em 2060, a população brasileira acima de 60 anos será de 25,5% (58,2 milhões) em relação aos jovens de até 14 anos compreendendo somente 14,7%(33,6 milhões). Porém, a partir de 2047, a população deverá parar de crescer, com o segmento populacional de idosos ficando acima dos grupos mais jovens da

população. No ano de 2018, essa proporção é de 9,2% (19,2 milhões) para os idosos, enquanto que os jovens de até 14 anos deverão representar 21,9% (44,5 milhões). (Gráfico 1)

Gráfico 1 - Projeção da População de jovens e idosos (2018-2060)



Fonte: IBGE (2019).

Em se tratando do índice de envelhecimento que foi de 43,19% em 2018, onde passará para 173,47% em 2060, modificando o formato da pirâmide etária, com a diminuição de quantitativo da população infanto-juvenil e expansão de adultos e idosos.

O envelhecimento do ser humano é reconhecido na sociedade moderna como uma conquista social. A velhice passou a figurar como uma realidade incontestável em todo o mundo nas últimas décadas, e de fato está em um processo crescente. Isto mantém a pressão nos órgãos governamentais no sentido de criar ou melhorar medidas que supra às necessidades da classe idosa, que se mostra cada vez mais expressivo no conjunto de cidadãos da população. A velhice não pode mais ser considerada como uma “casualidade” como era vista essa etapa da vida quando se tratava da abordagem de benefícios sociais aos idosos, mesmo nos aprimorados sistemas de proteção social em atividade nos países de primeiro mundo (ESCOBAR; MÔURA, 2016).

O avanço da ciência e das novas tecnologias se transformou em garantia de uma adequada qualidade de vida, onde o bem-estar dos idosos deve ser almejado, sendo que depende das experiências anteriores desses indivíduos, condições e possibilidades que eles tiveram de levar um estilo de vida

mais sadio, de estabelecer redes de relações com família e outros grupos, de desenvolver atitudes, onde a convivência social é necessária para a promoção do bem-estar, pois possibilita maior autonomia, além de benefícios para a sua saúde e, conseqüentemente, maior longevidade (SOLHA; GALLEGUILLOS, 2015).

O idoso precisa ser incentivado a atuar na sociedade, pois a mesma não é campo exclusivo dos mais jovens. A população idosa cada vez mais emerge, precisando de espaços e novos papéis a serem desempenhados no campo social, com várias possibilidades para a pessoa idosa, proporcionando a sua convivência em espaços que este indivíduo possa se relacionar, vivendo a plenitude da sua idade, mas sem prejuízos, preconceitos ou exclusão (GOMES; GURGEL, 2019).

A terceira idade não se constitui na finitude da vida, pois o idoso não é sinônimo de inutilidade e improdutividade, na medida em que pode realizar inúmeras atividades em diferentes espaços. Diante disso, deve-se sim buscar uma melhor qualidade de vida para os idosos, onde as Políticas Públicas são necessárias para que esta segmentação populacional possa desenvolver as suas capacidades físicas e mentais, assim como motivar sua participação na família e comunidade, procurando assim, a sua adaptação no processo de envelhecimento (FRANÇA; SOUZA, 2019).

O Isolamento Social, diferencia-se da solidão, pois sentir-se solitário é um estado emocional subjetivo em que as pessoas experimentam uma falta de qualidade nos relacionamentos, onde o número de relacionamentos existentes é menor do que o desejável ou admissível, não havendo a intimidade. Já o Isolamento Social é um estado mais objetivo, sendo que pessoas com um número muito pequeno de laços significativos é socialmente isolado, mas não necessariamente se sentem solitárias (BRUGGENCATE; LUIJKX; STURM, 2019; EJIRI et al., 2019).

É essencial identificar os fatores que levam ao afastamento social, assim como suas consequências e estratégias que reduzem o isolamento futuro, pois essas informações possibilitam a promoção da participação social dos idosos, levando, por sua vez, à prevenção do isolamento (EJIRI et al., 2019; CUDJOE et al., 2020).

Entende-se que existem diversos fatores que podem levar o idoso a vivenciar o Isolamento Social, dentre eles destacam-se o sentimento de solidão, viuvez, aposentadoria, doenças crônicas, medo, insegurança, ansiedade, depressão ou agravamento de quadros depressivos, aumento dos níveis de colesterol, diminuição da capacidade motora e percepção, diminuição da capacidade cognitiva, aumento da pressão, dificuldade de locomoção, problemas de saúde relacionados a deficiência óssea, articulações e perdas vivenciadas no decorrer de sua vida que tendem a reduzir os seus contatos

sociais, levando o idoso a vivenciar a solidão em decorrência da falta de relacionamentos significativos em sua vida. Todos esses fatores geram efeitos fisiológicos causando um certo impacto na saúde física, mental e emocional do idoso, refletindo negativamente no seu bem-estar.

Dentre os efeitos do Isolamento Social, os idosos podem ficar parados em inatividade física, o que por sua vez pode levar os mesmos a apresentarem problemas de saúde relacionados a falta de mobilidade física, falta de equilíbrio e falta de força, podendo também provocar o surgimento de dores no corpo, favorecendo assim o surgimento de quedas, fraturas e outras doenças psíquicas como ansiedade, depressão, transtorno bipolar e outras, o que representa um grande desafio para os profissionais da Psicologia no sentido de contribuírem de forma significativa no enfrentamento do Isolamento Social em pessoas idosas.

2.2 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO AO ISOLAMENTO SOCIAL NO IDOSO

O Isolamento Social do idoso, decorre muitas vezes das perdas vivenciadas no decorrer de sua vida, que reduz seus contatos sociais, podendo levá-lo ao sentimento de solidão, com a ausência ou falta de relacionamentos significativos, sendo considerado como um dos grandes problemas enfrentados pelos idosos, que por sua vez, pode trazer efeitos fisiológicos, impactando em sua saúde física e mental, refletindo negativamente no seu bem-estar (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

Compreende-se que o Isolamento Social gera um certo impacto na vida das pessoas idosas, afetando não só sua saúde física, mas psíquica e emocional, caracterizando assim um quadro de saúde debilitado fisicamente por conta de vários fatores internos e externos ao indivíduo que favorecem não só o Isolamento Social no idoso, mas causam o surgimento de doenças de natureza física, psíquica e emocional, onde se destacam a depressão, pensamento suicida, tristeza, angústia, ansiedade, transtorno do humor e etc., o que torna-se um desafio para os profissionais da saúde e principalmente da saúde mental em buscarem estratégias de enfrentamento do Isolamento Social e seus efeitos na vida dos idosos.

A pessoa idosa ao se afastar do meio social, desenvolve sentimentos negativos, com angústia, e insatisfação, aumentando o desamparo, sentindo-se excluído da família e da coletividade (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

Portanto, entende-se que não cabe somente a inclusão do idoso em atividades sociais, em grupos sociais, ou rede de amigos, mas é essencial que o profissional de Psicologia desempenhe um papel

importante ajudando o idoso a se tratar dos sintomas e efeitos do Isolamento Social através de um diagnóstico mais específico, de um acompanhamento terapêutico ou psicoterapêutico, seguindo-se uma abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental – TCC ou outra abordagem que melhor se adaptar à realidade e necessidade do paciente.

Nesse contexto, nota-se que é necessário que o profissional de Psicologia faça uma avaliação psicológica com o idoso no sentido de avaliar suas atitudes, aparência, memória e consciência. Além dessas avaliações, deve ser observado se o idoso tem rebaixamento de consciência e o nível de interação deste no meio social em que vive, a fim de diagnosticar se o idoso está ou não em situação de Isolamento Social.

No que se refere a abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental – TCC, entende-se que esta é uma abordagem da psicoterapia que se fundamenta no conhecimento empírico da Psicologia, na combinação de conceitos do Behaviorismo com as teorias cognitivas. Esta abordagem se utiliza de técnicas que almejam alcançar objetivos claros, definidos e observáveis nos diferentes níveis do comportamento e da experiência pessoal com o fim de solucionar transtornos psicológicos de diversos tipos.

De acordo com Beck (2013, p. 22) diz que:

A abordagem Terapia Cognitivo-comportamental – TCC, foi fundada no início dos anos 60 por Aaron Beck, um neurologista e psiquiatra norte-americano, a abordagem do TCC inicialmente consistia na proposição de um modelo cognitivo da depressão, mas que depois evoluiu para uma abordagem mais ampla que visa compreender e tratar os demais transtornos, sendo voltada para o presente e direcionado para a solução de problemas atuais, para a modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais.

A TCC busca compreender o modo como o ser humano interpreta os acontecimentos, objetivando assim identificar padrões de comportamento, crenças e pensamentos, a partir disso, indicando técnicas direcionadas para modificar essas percepções de forma positiva. Trata-se de uma técnica que aborda como o paciente ver as coisas, sente e pensa em relação a uma situação de desconforto, incômodo, tristeza, dor e qualquer sensação negativa, esta técnica pode ser utilizada para auxiliar em questões que envolvem toda a vida do ser humano, tais como as dificuldades em relacionamentos, separações, perdas, conflitos internos, dificuldades de aprendizagem, estresse, escolhas profissionais, desenvolvimento pessoal e outros.

Dentro da abordagem TCC, o profissional de Psicologia pode atuar propondo estratégias de enfrentamento do Isolamento Social e suas consequências no idoso, identificando pensamentos, sentimentos e comportamentos descritos pelo próprio paciente, onde os padrões mal adaptativos ou disfuncionais de pensamentos que determinam crenças e percepções do paciente para cada experiência vivenciada, vão sendo identificados pelo Psicólogo.

Diante desta situação, o profissional de Psicologia ou Terapeuta pode auxiliar o paciente a encontrar novas possibilidades de pensamentos alternativos e mais funcionais que visem possibilitar uma boa adaptação do idoso à sua realidade social, através de uma reestruturação cognitiva e comportamental, ou seja, a partir da determinação de um foco e de metas, o profissional de Psicologia pode prestar auxílio ao paciente, a fim de que este encontre novas possibilidades de desenvolver pensamentos, sentimentos e comportamentos mais funcionais.

3 METODOLOGIA

Neste tópico será feito um estudo de métodos, ou seja, estudos dos caminhos que nos levará a chegar ao ponto fundamental da pesquisa, destacando o tipo da pesquisa que será aplicado, os instrumentos utilizados nas coletas de dados e os procedimentos para a análise e interpretação dos dados da pesquisa. Para ampliar os conhecimentos acerca do idoso frente ao Isolamento Social, realizou-se um levantamento bibliográfico a respeito do tema em questão, onde foi realizada leituras de vários teóricos que estudam o tema, por meio do qual foi possível ampliar os conhecimentos sobre o assunto investigado.

Foram utilizados ainda como fontes de dados os artigos científicos, publicados em revistas da área da saúde, que abordassem a temática proposta, buscando-se atender os objetivos traçados, por meio de acesso online, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual da Saúde - BVS, Scientific Electronic Library Online - SciELO e Us National Library of Medicine National Institutes of Health - PubMed. Na busca dos estudos nas mencionadas bases de dados, foram utilizados os descritores em Ciências da Saúde – DeCS, como: idoso, Isolamento Social, consequências, fatores relacionados, estratégias de enfrentamento, juntamente com operadores AND e OR.

Para a análise de dados como critério de inclusão, foram incluídos todos os dados coletados em pesquisa feita por Carmona, Couto e Scorsolini-Comim (2014); Pinto e Neri (2017); Ejiri et al. (2019); Takahashi et al. (2019); Bhatti e Haq (2017); Lara et al. (2019); Santini et al. (2020); Bruggencate, Luijckx

e Sturm (2019); Fakoya, Mccorry, e Donnelly (2020); Oliveira et al. (2020) e outros, no que diz respeito ao idoso frente ao Isolamento Social.

Como critério de exclusão, foram excluídos todos os artigos fora do tema em questão e textos não científicos. Já como critérios de inclusão foram utilizados artigos científicos publicados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2020, nos idiomas inglês e português, que abordassem o objetivo proposto. Após os resultados encontrados após a busca feita, realizou-se a leitura do título e do resumo de cada artigo científico, a fim de verificar a sua adequação com a questão norteadora da presente investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da literatura pesquisada são apresentados conforme os objetivos traçados, abrangendo os fatores relacionados com o Isolamento Social na velhice, as consequências do Isolamento Social na Terceira Idade e as estratégias de enfrentamento ao Isolamento Social, que serão descritos a seguir. (Quadro 1 ao 3)

Quadro 1 – Artigos científicos sobre os fatores relacionados com o Isolamento Social na velhice (2014 a 2019).

AUTOR/ANO	MÉTODO	CONCLUSÃO
Carmona, Couto e Scorsolini-Comim (2014)	Estudo de casos coletivos, para investigar o sentimento de solidão e o papel da rede de apoio social no envelhecimento, com uma amostra de cinco idosas.	O Isolamento Social do idoso associa-se à viuvez, declínio das condições de saúde e a falta de apoio social.
Pinto e Neri (2017)	Estudo para investigar os fatores relacionados à baixa participação social em uma amostra de 2.251 idosos.	Os problemas de saúde diminuem a participação do idoso na sociedade, com o seu consequente Isolamento Social.
Ejiri <i>et al.</i> (2019)	Estudo longitudinal de 3 anos, que examinou a relação entre a participação social e o isolamento entre 3.518 idosos.	Verificaram que o declínio no papel social se constitui em importante fato relacionado ao Isolamentos Social.
Takahashi <i>et al.</i> (2019)	Pesquisa de coorte prospectiva de 2 anos para identificar fatores relacionados a novas incidências de Isolamento Social, em uma amostra de 2.657 idosos.	Como fatores associados ao Isolamento Social entre idosos, verificaram o declínio na saúde mental, a menor frequência de sair e não participar de grupos comunitários.

Fontes: Autores da Pesquisa (2014-2019)

Quadro 2 – Artigos científicos sobre as consequências do Isolamento Social na Terceira Idade (2014 a 2020).

AUTOR/ANO	MÉTODO	CONCLUSÃO
Carmona, Couto e Scorsolini-Comim (2014)	Estudo de casos coletivos, para investigar o sentimento de solidão e o papel da rede de apoio social no envelhecimento, com uma amostra de cinco idosas.	A depressão foi apontada como importante consequência do Isolamento Social do idoso.
Bhatti e Haq (2017)	Revisão de literatura sobre as vias pelas quais o Isolamento Social afeta a saúde humana.	Verificaram que o Isolamento Social traz consequências aos sistemas cardiovascular, neuroendócrino e nervoso central, bem como na saúde mental.
Lara <i>et al.</i> (2019)	Estudo longitudinal e de coorte, que examinou a associação de solidão e Isolamento Social na cognição ao longo de um período de acompanhamento de 3 anos em 1.691 indivíduos idosos.	Observaram que o Isolamento Social traz como consequência a diminuição da função cognitiva.
Santini <i>et al.</i> (2020)	Estudo longitudinal com 3.005 idosos, para verificar se o Isolamento Social contribuía para a gravidade dos sintomas de ansiedade e depressão em idosos	Verificaram que o Isolamento Social trazia como consequências sintomas de ansiedade e depressão na população geral de idosos.

Fontes: Autores da Pesquisa (2014-2020)

Quadro 3 – Artigos científicos sobre as estratégias de enfrentamento ao Isolamento Social (2014 a 2020).

AUTOR/ANO	MÉTODO	CONCLUSÃO
Carmona, Couto e Scorsolini-Comim (2014)	Estudo de casos coletivos, para investigar o sentimento de solidão e o papel da rede de apoio social no	O apoio familiar e rede de amigos se constitui em importante estratégia para enfrentar a solidão.
	envelhecimento, com uma amostra de cinco idosas.	
Bruggencate, Luijkx e Sturm (2019)	Estudo com qualitativo com entrevista semiestruturada, aplicada a 15 idosos, que regularmente (mais de uma vez por semana) usam uma ou mais formas de tecnologia social, como <i>WhatsApp</i> , <i>Facebook</i> , jogos sociais, <i>Skype</i> , <i>Instagram</i> e e-mail	Verificaram que o uso da tecnologia facilita o contato social entre as pessoas idosas, facilitando a comunicação, fortalecendo as relações sociais que eles mantêm com seus membros íntimos e periféricos da rede, além de fornecer suporte social quando o contato face a face não é possível.
Ejiri <i>et al.</i> (2019)	Estudo longitudinal de 3 anos, que examinou a relação entre a participação social e o isolamento entre 3.518 idosos.	Verificaram que o incentivo à participação em atividades sociais pode ajudar a reduzir os resultados negativos para a saúde associados ao Isolamento Social na longevidade.
Fakoya, Mccorry, e Donnelly (2020)	Estudo de revisão de literatura sobre intervenções para a solidão e o isolamento social.	Não existe uma abordagem única para lidar com o isolamento social, com a necessidade de adaptar intervenções para atender às necessidades de indivíduos e grupos específicos.
Oliveira <i>et al.</i> (2020)	Estudo transversal, descritivo e quantitativo, com amostra de 107 idosos, que foram avaliados a sua relação com a família, suporte social e satisfação com a vida.	O apoio familiar associava-se à satisfação com a vida e maior convívio social.

Fontes: Autores da Pesquisa (2014-2020)

Entre os fatores relacionados com o Isolamento Social na velhice, foram identificados na literatura pesquisada a viuvez, o declínio das condições de saúde e no papel social, a falta de apoio social, além da menor frequência de sair e não participar de grupos comunitários. A viuvez se constitui em importante fator do Isolamento Social do idoso, onde a perda do companheiro (a) ocasiona dor e sofrimento à pessoa idosa, que passa a ter a necessidade de se adaptar à nova condição, levando-a muitas vezes a se afastar do convívio social (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

No envelhecimento, o declínio das condições de saúde se constitui em relevante fator que leva ao Isolamento Social, pois o surgimento de alguma doença incapacitante, ocasiona neste sujeito um profundo sentimento de desamparo, pois afeta a sua independência, ocasionando a percepção de que não possui mais capacidade de administrar e dominar suas tensões diante de experiências ameaçadoras, incidindo em um consequente afastamento social (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

Os problemas de saúde física e mental levam ao Isolamento Social na velhice, pois influenciam na capacidade do idosos em realizar atividades diárias, diminuindo a sua participação social, pois o seu envolvimento em atividades sociais requer habilidades complexas para lidar com os outros e com o ambiente físico, onde limitações de mobilidade, problemas sensoriais, deficiência cognitiva, dificultam o envolvimento dessas pessoas na vida social (PINTO; NERI, 2017).

O declínio no papel social de um indivíduo devido ao processo de envelhecimento, também se torna uma das principais mudanças na identidade social dos idosos, o que pode levar ao isolamento (EJIRI et al., 2019).

Como consequências do Isolamento Social na Terceira Idade, foram identificados os prejuízos aos sistemas cardiovascular, neuroendócrino e nervoso central, bem como na saúde mental, com sintomas de ansiedade e depressão, representando importante malefício, além da diminuição da função cognitiva.

A depressão foi citada na literatura pesquisada como consequência do Isolamento Social entre idosos, a qual se associa a níveis elevados de solidão, o que por sua vez, exige a presença de um profissional da Psicologia para acompanhar o estado de saúde deste paciente idoso, que vai do diagnóstico ao tratamento dos sintomas em consequências do Isolamento Social (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

Corroborando com o achado supracitado, Santini et al. (2020) explicam que a saúde mental pode ser afetada pela qualidade e significado das relações sociais dos indivíduos. A necessidade de conexão social é uma característica humana profundamente enraizada que evoluiu juntamente com mecanismos neurais, hormonais e genéticos diretamente associados com vínculo, companheirismo e comportamento. Como consequência do afastamento social, sentimentos avassaladores de isolamento ou perda de relações sociais têm implicações para o declínio da cognição, do humor e da sensibilidade à ameaça, havendo um aumento das concentrações de cortisol, piora do funcionamento imunológico, interrupção do sono e aumento do peso corporal.

Diante disso, os sujeitos solitários ou isolados socialmente, assim como aqueles com baixo suporte social, possuem maior probabilidade de desenvolver sintomas de depressão e diminuição da função cognitiva, outra consequência observada nos estudos pesquisados após o Isolamento Social.

Para Lara et al. (2019), mencionam que os indivíduos idosos afastados do convívio social, podem se envolver em maior extensão em comportamentos não saudáveis (inatividade física ou escolhas alimentares inadequadas), que por sua vez estão associados a maiores chances de desenvolver doenças cardiovasculares e comprometimento cognitivo.

No que se referem às estratégias de enfrentamento ao Isolamento Social, destacaram-se o apoio familiar e rede de amigos, uso da tecnologia e incentivo à participação em atividades sociais e principalmente o encaminhamento do mesmo para um profissional da saúde, afim de identificar as causas e consequências do Isolamento Social no idoso, propondo um tratamento mais adequado a real necessidade do paciente. O apoio familiar e amigos é de grande importância para o enfrentamento do Isolamento Social, pois o arranjo doméstico oferece oportunidades para preservar o desempenho funcional na velhice, motivando o idoso na participação em atividades culturais, o que favorece o convívio social (OLIVEIRA et al., 2020).

A literatura aponta que o apoio familiar e de amigos torna-se um amparo emocional, ajudando-os em momentos de dificuldades. Os idosos buscam relações com pessoas mais próximas (seletivas e significativas), o que denominamos de teoria da seletividade socioemocional. O idoso passa a diminuir sua rede de contatos, fortalecendo relacionamentos com pessoas que lhes proporcione conforto emocional mais constante, pois percebe que seu tempo de vida é limitado, levando-o, assim, a investir na sua satisfação emocional, tornando mais forte os vínculos com familiares e amigos (CARMONA; COUTO; SCORSOLINI-COMIM, 2014).

O uso da tecnologia, por meio do *WhatsApp*, *Facebook*, *Skype*, *Instagram*, E-mail e jogos sociais torna-se um recurso importante no enfrentamento do Isolamento Social. A tecnologia desempenha um papel importante na vida das pessoas mais velhas, pois fortalece as relações e estruturas sociais existentes, além de trazer profundidade e diversão para os contatos sociais dos idosos, o que enriquece suas vidas, além de proporcionar uma sensação de segurança e paz de espírito. A tecnologia ajuda a atender às necessidades dos idosos de conexão, sentido e independência, afastando desta forma do Isolamento Social (BRUGGENCATE; LUIJKX; STURM, 2019).

A participação social em grupos de Terceira Idade através de intervenções eficaz, se constitui em relevantes estratégias no enfrentamento do Isolamento Social. Os idosos que participam de grupos de hobbies, esportes e outros, reduz o risco de isolamento, pois a participação com vários membros do grupo pode contribuir para diminuir o afastamento do idoso. Além disso, pertencer a esses grupos só aumentam a quantidade de interação social com outros indivíduos, tornando-se desta forma, essencial para o idoso manter uma quantidade de interação social para reduzir o seu isolamento (EJIRI et al., 2019).

É fundamental que o idoso que sofre com os sintomas e consequências do Isolamento Social procure a ajuda de um profissional da área da saúde, pois buscando ajuda do mesmo terá um diagnóstico mais preciso e direcionado para o tratamento dos sintomas. Torna-se fundamental que o profissional busque compreender seu paciente no contexto em que ele está inserido, a fim de identificar os sintomas e consequências do Isolamento Social em sua saúde física, psíquica e emocional, e encaminhando quando necessário para um profissional da saúde mais habilitado afim de receber um tratamento mais adequado e direcionado para as suas reais necessidades.

Propõe-se ao profissional de Psicologia, que atue dentro de uma abordagem que vise atender as reais necessidades do paciente idoso independente da abordagem. Como proposta de intervenção psicológica no enfrentamento do Isolamento Social sugere-se que o profissional de Psicologia que atua na abordagem da Teoria Cognitivo Comportamental - TCC, realize sessões de psicoterapias que visam contribuir para a melhoria do estado de saúde do paciente, mediante o uso de técnicas e estratégias de enfrentamento como as técnicas de relaxamento, onde destacam-se a técnica de relaxamento muscular progressivo, o uso do imaginário e o controle da respiração, que ajudam o paciente a observar e aceitar sem julgamentos suas experiências internas; técnica de reversão de hábitos para elevar a percepção do paciente sobre os episódios que lhe trazem desconforto; técnica de prescrição gradual de tarefas para que o paciente fique mais tranquilo em relação a um objetivo traçado e

focando-se no seu passo atual; técnica de medir o humor e o comportamento do paciente por meio do uso de planilha de atividades, a fim de monitorar seus humores e comportamentos procurando por padrões de ocorrências, no intuito de registrar comportamentos desadaptativos; estratégia de enfrentamento de exposição como as técnicas de registros de pensamentos, cartões de enfrentamento e ensaio descoberto, para expor as situações temidas pelo paciente e identificar pensamentos automáticos disfóricos ou as desculpas apresentadas pelo paciente idoso para não executar uma tarefa precisa, e demais estratégias de enfrentamento que visem melhorar o estado de saúde do idoso, garantindo assim a sua reintegração nas atividades sociais (BECK, 2013, p. 283-287).

5 CONCLUSÃO

O Isolamento Social é uma realidade que afeta vários idosos. Esta falta de interação com a comunidade, amigos e familiares, reflete negativamente no bem-estar desta segmentação populacional.

Na literatura pesquisada, evidenciou-se como fatores relacionados ao Isolamento Social na velhice, a viuvez, o declínio das condições de saúde e no papel social, a falta de apoio social, além da menor frequência de sair e não participar de grupos comunitários. Como consequências do Isolamento Social na Terceira Idade, foram identificados os prejuízos aos sistemas cardiovascular, neuroendócrino e nervoso central, bem como na saúde mental, com sintomas de ansiedade e depressão representando importante malefício, além da diminuição da função cognitiva. No que se referem às estratégias de enfrentamento ao Isolamento Social, destacaram-se o apoio familiar e rede de amigos, uso da tecnologia e incentivo à participação em atividades sociais.

Cabe comentar que o Isolamento Social do idosos não advém somente da situação enfrentada na atualidade, ou seja, a pandemia decorrente do COVID-19 vivenciada nos dias atuais, onde este grupo populacional é de grande risco e permanece isolado do convívio social. Este fato já ocorria anteriormente na sociedade, onde suas consequências podem prejudicar o bem-estar desses idosos, reduzindo sua longevidade.

Diante do exposto, o incentivo à participação social destas pessoas na sociedade torna-se essencial, onde o contato social, apesar de restringido na atualidade em função da pandemia, pode ocorrer por meio de apoio social de familiares, cumprindo o necessário para preservar a saúde do idoso, assim como o incentivo ao uso da tecnologia para manter a sua rede de amigos e favorecer a comunicação com outras pessoas.

Além disso, é fundamental que a pessoa idosa que sofre com os sintomas e consequências do Isolamento Social busque a ajuda de um profissional da Psicologia que contribua de forma significativa na avaliação psicológica, diagnóstico, prevenção e tratamento deste paciente. Para tanto, como proposta de contribuição do profissional de Psicologia, sugere-se que este desenvolva um trabalho efetivo no enfrentamento do Isolamento Social na pessoa idosa mediante o atendimento psicológico, processo de escuta, acolhimento, sessões de psicoterapia dentro da abordagem da Terapia Cognitivo Comportamental - TCC ou até mesmo outra abordagem mais adequada as necessidades do paciente, mas através de estratégias e técnicas de enfrentamento como as técnicas de relaxamento, técnica de prescrição gradual de tarefas para tratar os sintomas de ansiedade, por exemplo, técnica de medir o humor e o comportamento do paciente por meio do uso de planilha de atividades a fim de monitorar seus humores e comportamentos, estratégia de enfrentamento exposição como as técnicas de registros de pensamentos, cartões de enfrentamento e ensaio descoberto para expor as situações temidas pelo paciente e identificar pensamentos automáticos disfóricos ou desculpas que ele apresente para não executar uma tarefa precisa, e demais estratégias de enfrentamento que visem melhorar o estado de saúde do paciente idoso e contribuir para a sua reintegração nas atividades sociais (BECK, 2013).

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo segundo as novas projeções da ONU. 2019. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-populacional-no-brasil-e-no-mundo-segundo-as-novas-projecoes-da-onu/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BEAUVOIR, S. A velhice. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BECK, Judith S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013, 413 p.
- BHATTI, A. B.; HAQ, A. The pathophysiology of perceived social isolation: effects on health and mortality. *Cureus*, v.9, n.1, p.110, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5367921/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BORGES, M. C. M. O idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In: SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.). As múltiplas faces da velhice no Brasil. 3. ed. Campinas: Alinea, 2015.
- BRUGGENCATE, T.; LUIJKX, K. G.; STURM, J. Friends or frenemies? The role of social technology in the lives of older people. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 16, n. 24, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6950725/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CARMONA, C. F.; COUTO, V. V. D.; SCORSOLINI-COMIM, F. A experiência de solidão e a rede de apoio social de idosos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 4 p. 681-691, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v19n4/1413-7372-pe-19-04-00681.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- CRUZ, Rosana Cancelo da; FERREIRA, Márcia de Assunção. Um certo jeito de ser velho: representações sociais da velhice por familiares de idosos. *Texto & Contexto-Enfermagem*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 144-151, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v20n1/17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CUDJOE, T. K. M. et al. The Epidemiology of social isolation: national health and aging trends study. *J GerontolBPsycholSciSocSci*.v.75,n.1,p.107113,2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29590462/>. Acesso em: 10 out. 2020.
- ESCOBAR, Karin Alves do Amaral; MÔURA, Flávia Aparecida de. Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico. *Cadernos UniFOA*, v. 11, n. 30, p. 47-55, 2016. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/376>. Acesso em: 10 out. 2020.
- EJIRI, M. et al. Social participation reduces isolation among Japanese older people in urban area: a 3-year longitudinal study. *PlosOne*, v.14,n.9,p.111,2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0222887>. Acesso em: 14 set. 2020.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *REME*, v.18,n.1,p.9-11,jan./mar., 2014. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- FAKOYA, O. A.; MCCORRY, N. K.; DONNELLY, M. Loneliness and social isolation interventions for older adults: a scoping review of reviews. *BMC Public Health*, v. 20, n. 129, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-8251-6>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FEIJÓ, M. C. C.; MEDEIROS, S. A. R. A sociedade histórica dos velhos e a conquista de direitos de cidadania. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 109-123, mar. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6930>. Acesso em: 12 out. 2020.

FRANÇA, A. P. A.; SOUZA, L. J. F. Contribuições do serviço social na garantia dos direitos sociais da pessoa idosa. In: SILVA, S. F. et al. (orgs.). *Pessoa idosa e serviço social: convivência familiar e comunitária*. Mossoró: Edições UERN, 2019.

GOMES, E. M.; GURGEL, F. F. Trabalho social com idosos: pelo direito a convivência social e comunitária. In: SILVA, S. et al. (orgs.). *Pessoa idosa e serviço social: convivência familiar e comunitária*. Mossoró: UERN, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Idosos indicam caminhos para uma melhor idade. 2019. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/2012agenciadenoticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>. Acesso em: 30 ago. 2020. KHARICHA, Kalpa et al. Gerenciando a solidão: um estudo qualitativo da visão dos idosos. *Envelhecimento e saúde mental*, p. 1-8, 2020.

LARA, E. et al. Are loneliness and social isolation associated with cognitive decline? *Int J Geriatr Psychiatry*, v. 34, p. 1613-1622, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/gps.5174>. Acesso em: 10 out. 2020. MINAYO, M. C. S. Violência: impactos no setor saúde e respostas do sistema. In: GIOVANELLA, L. et al. *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2. ed., rev., amp., 2014.

OLIVEIRA, M. C. G. M. et al. Elderly individuals in multigenerational households: Family composition, satisfaction with life and social involvement. *Estud. Psicol.*, Campinas, v. 37, dez., p. 1-11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2020000100800&script=sci_arttext. Acesso em: 19 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Genebra, Suíça: OMS, 2015.

PINTO, Juliana Martins; NERI, Anita Liberalesso. Factors related to low social participation in older adults: findings from the Fibra study, Brazil. *Cad. Saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 286-293, jul. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414462X2017000300286&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 28 set. 2020.

SANTINI, Z. I. et al. Social disconnectedness, perceived isolation, and symptoms of depression and anxiety among older Americans (NSHAP): a longitudinal mediation analysis. *Lancet Public Health*, v. 5, n. 1, p. 62-70, 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667%2819%2930230-0/fulltext>. Acesso em: 27 out. 2020.

SEN, K.; PRYBUTOK, G. Um programa de mobilidade de qualidade reduz o isolamento social do idoso. *Atividades, Adaptação e Envelhecimento*, p. 1-13, 2019.

SOLHA, R. K. T.; GALLEGUILLOS, T. G. B. *Socialização do idoso*. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015.

TAKAHASHI, T. et al. Factors relating to social isolation in urban Japanese older people: A 2-year prospective cohort study. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, v. 86, p. 1-28, 2019.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P.; CORDEIRO, H. A. Modelos de atenção à saúde do idoso: repensando o sentido da prevenção. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1189-1213, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000400009. Acesso em: 20 out. 2020.

Capítulo 7



10.37423/230908184

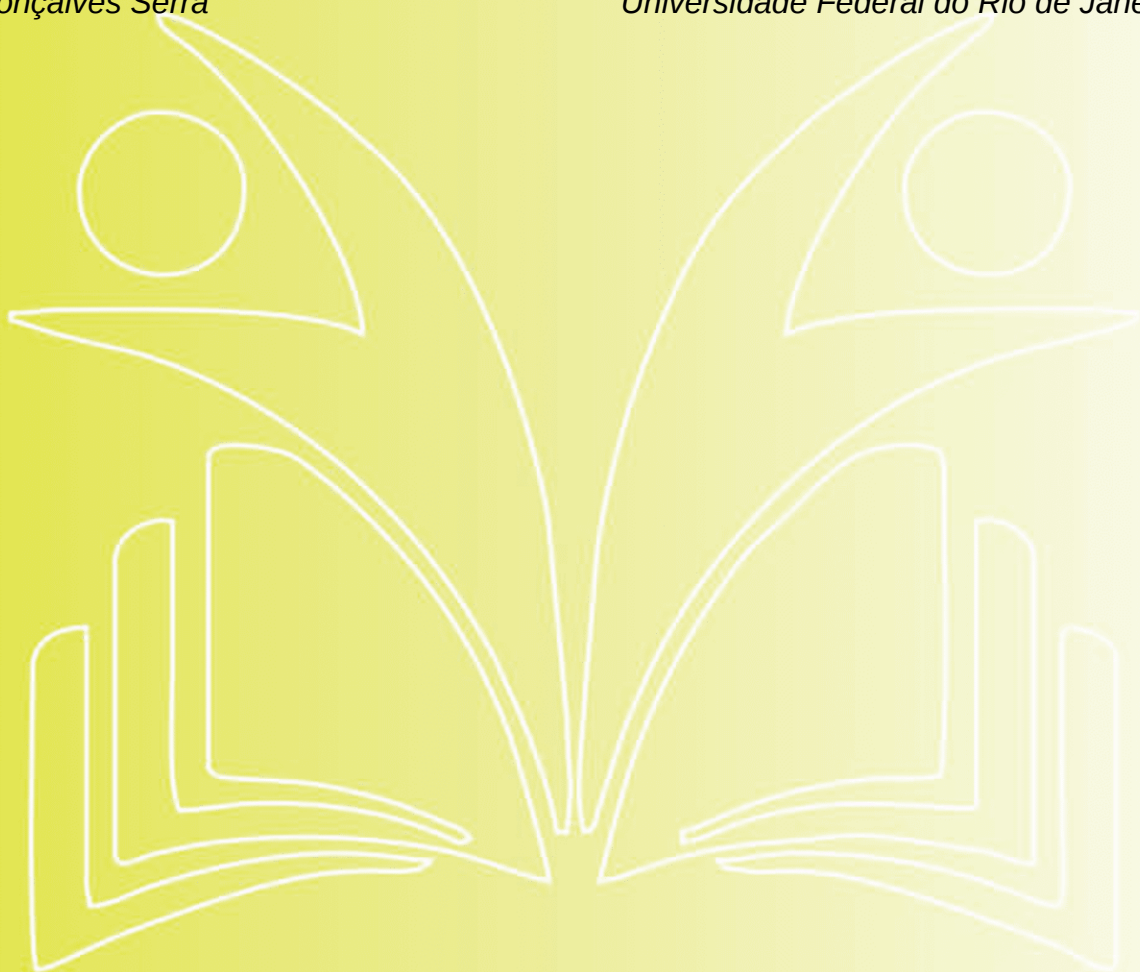
CONSUMO SUSTENTÁVEL: A VISÃO DO CONSUMIDOR SOBRE A SUSTENTABILIDADE

Wanessa Regina de Tolentino Santiago

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eduardo Gonçalves Serra

Universidade Federal do Rio de Janeiro



Resumo: Diversas pesquisas vêm sendo realizadas ao longo dos últimos anos para tentar compreender os níveis de “consciência ecológica”, os hábitos dos consumidores, o que influencia suas decisões de compra. Mas algumas perguntas permanecem sem resposta: qual seria a predisposição das pessoas em mudar significativamente seus hábitos de consumo? Ou seja, que produtos deixariam de consumir e que segmentos da indústria estariam mais afetados caso o processo de conscientização da população urbana resultasse em verdadeira ação, onde os consumidores passariam a usar seu poder de compra para garantir um meio ambiente mais saudável?

Inicialmente, observa-se que as pessoas têm algum conhecimento sobre o tema e reconhecem a existência do problema. Mas, de maneira geral, a população ainda está longe de tomar atitudes mais drásticas que resultem em alterações reais nos padrões de consumo, que possam vir a afetar significativamente a produção.

Palavras chave: Consumo sustentável; Consciência Ambiental; Atitude do Consumidor.

INTRODUÇÃO

A grande mobilização de diversos segmentos da sociedade em torno dos temas ligados à proteção ao meio ambiente e à sustentabilidade vem aumentando significativamente ao longo dos últimos anos, deixando a sensação de que a preocupação da sociedade com o futuro do planeta é maior, é verdadeira e que existe a possibilidade de se encontrar uma solução viável, que contrarie as previsões pessimistas anteriores que determinavam o fim de um ambiente saudável para as futuras gerações.

Muitos elementos de políticas públicas adotados em diversos países¹ e tratados internacionais objetivam reverter este quadro, ou pelo menos diminuir a velocidade dos impactos que causam a degradação e as alterações climáticas na Terra. É incentivada, nesse contexto, a busca por tecnologias mais limpas e vem sendo estabelecidas metas e restrições de poluição para as indústrias, limitando-se à produção. Porém, são poucos os casos de políticas adotadas para a redução ou mudança do consumo de maneira radical, de maneira a interferir significativamente neste totem sagrado da economia, ou ameaçar causar algum desequilíbrio ou prejuízo financeiro aos seus principais atores (as grandes empresas industriais).

Observa-se que os governos em geral, passaram a exigir, por meio de regulações, que as indústrias controlassem melhor os seus processos, diminuindo a poluição do ambiente. As empresas, em sua maior parte, passaram a reavaliar seus processos produtivos, buscando soluções que tornassem menos poluentes², tanto em resposta às regulações quanto de maneira preventiva, para garantir sua própria sobrevivência. As sociedades, estimuladas pela nova “onda sustentável”, passaram a adotar pequenos hábitos cotidianos mais amigáveis à conservação do planeta.

Questionamentos mais profundos vêm também surgindo, como no que diz respeito à própria estrutura de produção e à industrialização em si. No início dos anos 1990, as indústrias na Europa e nos Estados Unidos começaram a se preocupar com os elevados e crescentes custos dedicados às questões ambientais em todas as etapas de um processo produtivo. Qualquer atividade industrial que gere impactos ambientais, que alterem a qualidade do meio, vai consequentemente demandar custos para controlar estes aspectos e minimizar esses danos ambientais.

Desta forma, a primeira impressão que se pode ter é a de que está ocorrendo uma profunda alteração cultural, que vem sendo chamada de “consciência ecológica”. Por outro lado, é possível observar que a sociedade que atualmente deseja ambientes de boa qualidade é a mesma que também consome

produtos das indústrias, altamente poluentes, sem se dar conta de sua responsabilidade neste contexto.

Portanto, é importante avaliar as relações entre sustentabilidade e consumo, na visão do cidadão comum. Ou seja, tentar compreender qual é a sua percepção cultural sobre o tema e o que entende como sua responsabilidade neste processo. Em que medida se dão as escolhas “conscientes”, ou seja, o que ele leva em consideração ao optar por produtos menos poluentes. O que ele faria, como alteraria suas escolhas e seus hábitos, e do que ele abriria mão por um ambiente mais saudável.

DESENVOLVIMENTO

1.1 CONSUMO

O consumo social é regido por hábitos, costumes e cultura. Há distintas abordagens sobre as causas da formação e da manutenção destes hábitos. Dominique Desjeux (2011) defende que “O consumo é ao mesmo tempo fonte de distinção e de integração social”, e que “consumir é o signo do estatuto superior dos homens”. Enquanto animais e plantas consomem recursos apenas para satisfação de suas necessidades biológicas, o homem o faz principalmente para satisfação de suas necessidades culturais. O consumo é visto como um meio de integração social, até mesmo como um meio de socialização. É através dos bens que os homens demonstram a que classe social pertencem ou pretendem pertencer.

Douglas e Isherwood (2004) procuram demonstrar que a cultura, ou seja, a forma de pensar é uma das características mais marcantes do ser humano, e é influenciada pelo local e pela época em que vive. Para eles, “a escolha dos bens cria continuamente certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Os bens são, portanto, a parte visível da cultura”. O indivíduo usa os seus bens para dizer alguma coisa sobre si mesmo. Neste contexto, os bens materiais e alguns serviços são, ao mesmo tempo, necessários à subsistência e marcadores das linhas das relações sociais.

Desjeux afirma que existe uma propensão das camadas mais pobres a imitar as classes mais abastadas. Esta propensão é que permite o aparecimento e favorece o fortalecimento da moda, que é um dos grandes e mais fortes motores do consumo. A partir daí a propaganda tem o papel de favorecer o reconhecimento da moda pelo indivíduo, e incentivá-lo a participar, consumindo os bens que as classes abastadas também consomem.

A economia interfere nas questões de consumo apenas de maneira prática, e nunca nas questões de escolha, de desejo, ou de fetiche³. O preço a pagar não afeta o desejo do indivíduo pelo produto. Ela

pode afetar a escolha do momento do consumo, pois o indivíduo pode decidir adiar os planos, ou escolher não concretizar o plano, se existir uma condição inadequada economicamente ou desfavorável, ou pode decidir adquirir um produto pelo qual tenha desejo, se as condições são mais favoráveis em determinado momento do que o normal. No entanto, o fetiche, o encantamento ou o deslumbramento pelo produto, por consumir aquele bem, não muda.

Por fim, a influência da mídia tem alterado as relações entre as pessoas e até mesmo dentro das famílias. Cristiana Campos (2003) afirma que a mídia reforça a cultura do consumo sobre todos os indivíduos, moldando o campo social, e construindo, desde muito cedo, a experiência da criança e do adolescente que vai se consolidando em atitudes centradas no consumo. A publicidade se utiliza de modo indiscriminado da imagem da criança, do jovem ou do adulto para vender estilos de vida e mercadorias, criando uma nova fórmula de estratificação social e cultural. Desta forma, o consumo e a produção de bens e serviços tendem a continuar crescendo.

Um dos maiores desafios atuais do desenvolvimento sustentável é o consumo de bens, já que este advém de uma mecânica complexa, é pesadamente incentivado pela indústria e pelos governos, e dependem da decisão pessoal do indivíduo, que há séculos segue um modelo cultural que associa a posse de bens à sua felicidade e bem-estar.

1.2 A POSSIBILIDADE DE MUDANÇA NOS PADRÕES DE CONSUMO

Os padrões de consumo têm assumido escalas crescentes, desde a Revolução Industrial no final do século XVIII, que marca a transição dos processos de produção artesanais para novos processos de manufatura por máquinas, a fabricação e utilização de novos produtos químicos, o uso crescente da energia a vapor, e a substituição da madeira pelo carvão, entre outros. Desta forma, o crescimento acelerado da indústria aumentou também os impactos ambientais sobre o planeta, tanto em escala, quanto em severidade. De alguma forma, a renda média das pessoas também aumentava, o que permitia o maior consumo de bens. O custo das mercadorias diminuía o que permitia o acesso de mais pessoas aos bens produzidos.

Peter May (2010) procura mostrar os “limites para a mudança decorrentes das características próprias da dinâmica de acumulação capitalista e do padrão de consumo correspondente, marcado pela criação incessante de novas necessidades de consumo”. Ou seja, demonstra que a mudança não é assim tão simples, pois o consumo tem suas próprias dinâmicas e faz parte de um universo relativamente

complexo. Para alcançar níveis adequados de qualidade de vida, se exige que a indústria encontre uma solução para continuar existindo e para produzir o mínimo possível de degradação ambiental.

Está evidente atualmente a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre produção e preservação ambiental. A sociedade busca incessantemente satisfazer as suas necessidades e garantir seu bem-estar. A questão que vem sendo pouco explorada é a relação entre o consumo e a degradação ambiental, na medida em que se evita apontar o cidadão comum como responsável pela degradação, no momento em que faz suas escolhas de consumo. Porém, nos últimos anos vem crescendo as pressões sobre o cidadão comum, para que através das mudanças nos hábitos individuais sejam obtidos ganhos ambientais.

Assim, uma questão deve ser respondida: de quem é a responsabilidade por este consumo mais consciente e mais moderado? Quem deve garantir a mudança nos padrões de consumo da humanidade? Qual seria a predisposição da sociedade em adotar hábitos de consumo que signifiquem menores impactos ao meio ambiente? Como decorrência destas indagações, surge outra questão: uma vez conhecida a predisposição da sociedade em mudar seus hábitos de consumo, é possível entender a que estímulos deve ser submetida para que se obtenha a mudança desejada?

1.3 O CONSUMO SUSTENTÁVEL

A definição mais usual para “consumo sustentável” é: “um comportamento que incorpora o fato de que os recursos naturais são limitados, e corresponde a um engajamento ativo cívico para a qualidade de vida pessoal e coletiva”. Atualmente, é muito reconhecido como as atitudes das pessoas com foco nas suas próprias ações diárias em relação a consumo de energia, água, materiais e geração de lixo.

O consumo de produtos transformados e industrializados e de serviços carrega consigo os impactos ambientais da produção, da distribuição e do uso, principalmente por ser a razão da existência da produção.

Hoje é aceita a afirmação de que a crise ecológica mundial também é resultado de um consumo inconsequente, inconsciente e muitas vezes desnecessário, presente há muito tempo na maioria das sociedades, principalmente as ocidentais. Desta forma, a crise ambiental também passa a ser responsabilidade do consumidor, por ser ele o responsável pelas decisões de compra, pela maneira como faz uso dos bens adquiridos e pelo seu descarte ao fim da vida útil. A decisão de optar por produtos mais amigáveis ao meio ambiente, ou de deixar de consumi-los, está relacionada a cada indivíduo, a suas necessidades, sua educação e percepção individual.

O “consumo sustentável” é uma alternativa bastante incentivada, em todos os âmbitos, baseada na crença de que as pessoas não vão parar de consumir e nem vão mudar radicalmente seus hábitos de consumo. Desta forma, a solução empregada é incentivar que as pessoas reduzam parcialmente seu consumo, ou o façam de forma muito mais consciente. Trata-se de uma forma de consumo que privilegia produtos com a “possibilidade de colaborar com o planeta”, evitando aqueles que representem risco à sua saúde e a dos outros, os que tenham sido produzidos sob condições de degradação humana ou animal, ou que sejam agressivos à natureza na sua produção, uso ou descarte final.

Atualmente procura-se responder se o consumidor realmente possui o poder para mudar o mercado, ao optar por empresas e produtos “verdes”, e ao deixar de comprar produtos que são impactantes ao meio ambiente. Teoricamente, essa escolha do consumidor faria as empresas “sustentáveis” aumentarem sua produção e obrigaria as empresas mais agressivas a minimizarem seus impactos ou fechar as suas portas.

A produção “sustentável” é aquela que envolve uma postura proativa da empresa em relação a temas ambientais, suas ações sociais, seus processos de produção, aquisição e utilização de matérias primas, descarte de seus resíduos e subprodutos, entre outros. Não deve limitar-se a uma ou outra melhoria, mas sim a um conjunto de ações que minimizem os impactos da sua existência.

O questionamento que deve ser feito é se esta suposta preocupação ecológica é real e honesta ou meramente comercial e financeira, ainda regido pelo lucro. A “onda sustentável” pode servir como mera propaganda para influenciar a escolha do consumidor, privilegiando a disputa de mercado. A idéia pode não ser a eliminação ou adoção de grandes mudanças nos hábitos de consumo da população.

Os analistas de mercado afirmam que a maior barreira para que o indivíduo pratique o consumo sustentável é o preço dos produtos, já que “os sustentáveis” ainda custam mais caro, e no Brasil, a população não possui poder aquisitivo para fazer uma mudança radical em sua cesta de compras. “Não é possível ter uma sociedade pobre ou em desenvolvimento consumindo produtos ecológicos com preços acima do mercado”.

1.4 O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Entendendo que a conscientização é um processo, que incluiu a transformação de um estado para o outro e a evolução do indivíduo em etapas, é possível fazer analogias quanto ao processo de

conscientização ambiental. Se o processo de conscientização, na fase da tomada de ação passa pela percepção de algo que afeta ou incomoda o indivíduo, isso torna a conscientização ambiental coletiva um grande desafio, principalmente nas camadas sociais onde a poluição e a degradação não geram incômodo, ou seja, em locais que não se veem ameaçados, provavelmente por se encontrarem afastados dos centros de exploração e produção.

O processo de conscientização ambiental depende de mudanças dos modelos mentais, tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Assim como alguns conceitos culturais mudaram ao longo do tempo, é possível acreditar que o conceito ambiental evolua de maneira global. Chaminés emitindo fumaça cinza já não são consideradas como símbolos de progresso e desenvolvimento, muito pelo contrário. E este modelo era amplamente adotado há apenas 50 anos.

Uma mudança radical nos modelos de referência em relação consumo de bens pode à primeira vista parecer utopia. O modelo do consumismo permanece forte e dominante, à medida que temos como objetivo principal, a compra frequente de novos e melhores produtos, sempre inovadores e extravagantes. Aqueles que lutam pela conservação dos recursos ambientais e defendem florestas e animais são vistos com certo preconceito como pessoas desocupadas e radicais.

Os mecanismos para a mudança são complexos uma vez que envolvem distintos atores: produtores, consumidores e governo. O primeiro passo só é possível quando a sociedade realmente acredita que existe um problema. O segundo passo, depende do fato de que ela esteja consciente que também tem um papel na solução deste problema. O terceiro passo é decidir se está disposta a empreender esforços para estas mudanças.

É crescente o número de pesquisas de opinião com consumidores que falam sobre a questão ambiental e social, e trabalhos que tentam compreender seu comportamento no momento de decisão da compra. Essas pesquisas retratam, em parte, a consciência do entrevistado, que, por sua vez, reflete o todo externo e o grupo ao qual pertence, e tentam relacionar o nível de informação que o indivíduo recebe ao seu comportamento de compra. Ou seja, se realmente as escolhas são fundamentadas nas questões ambientais e sociais, ou se existem outros motivos que contribuem para as decisões de compra, e em que nível.

As empresas brasileiras, de médio e de grande porte, de maneira geral, têm trabalhado seguindo novos conceitos de produção, economia e reutilização de seus recursos. Mesmo que a motivação possa estar ligada a vantagens financeiras, melhoria da imagem ou visibilidade no mercado, há que se considerar que existe um benefício associado, por menor que ele seja. Embora o cenário provocado

por essas mudanças de redução de impacto ambiental ainda seja pior que o cenário provável caso aquela empresa não existisse, temos sempre que levar em consideração que a produção somente existe para satisfazer o consumo, que nós seres humanos entendemos como inerente e natural da nossa espécie.

1.5 DISCURSO E COMPORTAMENTO

No que tange ao consumo ético, Malheiros, Farhangmehr e Soares (2010, apud BRAGA, 2012) investigaram o gap percebido entre as atitudes, intenções e o comportamento das pessoas. A ideia era medir “o grau em que os consumidores podem ser classificados como socialmente responsáveis e sua influência nas compras”. Roberts (1996) procurou avaliar “se há predomínio das preocupações sociais nas decisões de compra, e ainda se é possível alinhar as condutas declaradas dos consumidores com suas preferências no momento da compra” (BRAGA, 2012). Verificaram que é claramente visível e considerável a diferença entre o que as pessoas declaram (discurso) e o seu real comportamento no momento da compra. Um fator decisivo para entender esse processo é aceitar que os indivíduos, muitas vezes, afirmam adotar valores que eles, de fato, não têm (Luchs et al, 2010, apud BRAGA, 2012).

As campanhas publicitárias para a promoção de produtos, a mídia e a moda são alguns dos fatores que alimentam a alienação. As visões que as pessoas passam a ter sobre determinados assuntos é muitas vezes construída sobre bases que vêm de fora pra dentro. A visão é parcial e o indivíduo toma como correto ou lógico uma ideologia já consolidada, ou seja, um conjunto de ideias, discurso ou ação que mascaram a percepção sobre determinado tema, mostrando apenas a aparência que se quer demonstrar e omitindo suas demais características.

É importante, para esse trabalho, definir a categoria Discurso, um termo que admite muitos significados. Podemos definir como um sistema de ideias, que se constrói socialmente ou ainda como um conjunto de ideias organizadas por meio da linguagem de forma a influenciar no raciocínio, ou quando menos, nos sentimentos do ouvinte ou leitor.

Discurso⁴, na visão de Michel Foucault e Émile Benveniste, é um conjunto de pensamentos e visões de mundo, que reflete a consciência individual, é gerado, “sustenta e é sustentado pela ideologia de um grupo ou instituição social”, legitimando um certo campo de enunciados e descarta outros campos. Ou seja, ele é baseado em um conjunto de pensamentos e visões de mundo derivados da posição social desse grupo ou instituição que permitem que esse grupo ou instituição se sustente como tal em

relação à sociedade, defendendo e legitimando sua ideologia, que é sempre coerente com seus interesses.

Em seu texto “A Ordem do Discurso”⁵, Foucault discute que os discursos que não são compreendidos ou que se contrapõem aos balizamentos dominantes tendem a ser excluídos ou marginalizados, pois, nesse caso, não correspondem à Verdade, não têm validade. Ainda segundo Foucault, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo: um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima. O discurso dominante não está comprometido com uma verdade absoluta e universal. Pelo contrário, é ele que produz a verdade (logo, esta é arbitrária), que legitima um certo campo de enunciados e marginaliza outros - num processo que o autor chama de partilha da verdade. Nesse contexto, pode-se falar em Discurso dominante com referência àquelas representações que são impostas pelas classes superiores e que são aceitas ou compartilhadas pela maioria da sociedade.

Fechando a questão da consciência, é importante, compreender o Discurso como um conjunto de pensamentos e visões de mundo, que reflete a consciência individual, é gerado, “sustenta e é sustentado pela ideologia de um grupo ou instituição social”, ou seja, é um conjunto de ideias aceito socialmente, mas que não necessariamente traduz o pensamento real do indivíduo. Não se pode confundir o discurso com a mentira, pois o indivíduo ou o grupo realmente acreditam em determinado momento que aquele conjunto de pensamentos ou visões são seus. A diferença entre os valores e o discurso, é que sob pressão, o indivíduo age conforme seus valores, e o discurso deixa de existir “quando ninguém está olhando”.

São esses os fatores que influenciam uma das últimas etapas do processo de conscientização que está no partir para a ação. Então se deve fazer um filtro entre o que é discurso, ideologia, senso comum e os valores do indivíduo. As atitudes se baseiam nos valores, e na maioria das vezes o que a pessoa diz fazer, está concentrada no discurso, no senso comum ou nas ideologias. A ação se materializa quando o indivíduo julga necessário intervir no processo natural, e isso normalmente ocorre quando ele vai ser afetado pelos resultados direta ou indiretamente, de mudar uma situação que lhe causa incômodo.

1.6 OS HÁBITOS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL

Os resultados de algumas pesquisas realizadas nos últimos anos no Brasil, com foco no “consumo sustentável”, trazem informações sobre os hábitos dos consumidores, suas respostas a alguns estímulos e os níveis de conhecimento sobre as questões ambientais e a sua “consciência ecológica”.

O Instituto Akatu⁶ realiza continuamente, desde 2000, pesquisas sobre os hábitos de consumo sustentável dos brasileiros. A Pesquisa Akatu 2012 – Rumo à Sociedade do Bem-Estar - classifica como consumidores “Conscientes”, em torno de 5% da população brasileira, ou seja, aqueles que aderem “sempre” ou “às vezes” a comportamentos como: planejar a compra de alimentos e roupas, desligar lâmpadas, fechar torneiras, usar o verso do papel, e ler rótulos de produtos. Outro ponto interessante abordado nesta pesquisa tem como resultado que, em significativa maioria, os consumidores optam por soluções mais sustentáveis em detrimento de outras puramente consumistas, em cinco dos oito temas propostos (afetividade, alimentos, água, mobilidade, durabilidade, energia, resíduos e saúde).

Em sua publicação mais recente sobre a avaliação do nível de consciência do consumidor, a Pesquisa Akatu 2018 – Panorama do consumo consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações – comparativamente com as pesquisas anteriores, registrou uma ligeira redução no percentual de consumidores mais conscientes.

Em 2012, o Instituto concluiu que o consumidor brasileiro estava melhor informado e valorizava mais a sustentabilidade que o consumismo, tinha mais interesse pela Responsabilidade Social Empresarial e estava mais crítico em relação às empresas. “O levantamento retrata um consumidor brasileiro que, mesmo em um clima econômico de mais consumo, mantém inalterados seus comportamentos cotidianos de consumo consciente, tem mais interesse e maior conhecimento sobre sustentabilidade e sobre Responsabilidade Social Empresarial e está mais crítico e exigente sobre as práticas das empresas nestas áreas”.

A atualização da pesquisa (2018), mostra um consumidor ainda mais crítico e menos cético em termos de responsabilidade social e ambiental das empresas. A confiança do consumidor em relação ao que a empresa divulga fazer em termos de sustentabilidade, depende da consistência de ações da empresa e da fonte da informação.

Outro ponto de destaque desta pesquisa é a atribuição de responsabilidades sobre meio ambiente, onde predomina a visão de que o governo é quem deve cuidar e sanar os problemas ambientais. As responsabilidades comunitárias ou individuais, dificilmente são apontadas. 76% dos entrevistados

nunca ouviram falar em "empresa cidadã", e as empresas continuam sendo o segmento mais negativamente avaliado (55%), contra apenas 10% de avaliação positiva. Ou seja, os entrevistados apontam as empresas como os maiores responsáveis pela poluição, demonstrando que as políticas socioambientais ou não vêm sendo comunicadas devidamente, ou não têm conseguido alcançar o impacto positivo demandado.

A pesquisa do MMA diz ainda que “na prática, a população brasileira ainda apresenta hábitos predatórios ao meio ambiente e à sua própria qualidade de vida, mas aumenta a disposição para atitudes proativas, assim como se elevou o conhecimento sobre os problemas”⁷. Conclui ainda que o brasileiro tem de certa forma “disposição para separar lixo, economizar água e energia, aderir a campanhas por redução de sacolas plásticas, fazer trabalho voluntário (maioria) e realizar mutirão, contribuir com dinheiro e até mesmo tornar-se membro de alguma organização ecológica (minoria)”, de acordo com suas respostas. Porém, relata ainda que, por exemplo, desde 2006 mais de 50% dos entrevistados já declaravam estar dispostos a se tornarem membros de alguma organização de proteção ao meio ambiente, mas efetivamente seis anos depois, o percentual de filiados em organizações ecológicas permanece em 1%.

Mesmo no caso das pessoas mais conscientes, a variável ambiental sozinha, não tem se demonstrado ser fator decisivo para influenciar a compra de determinado produto. Bei e Simpson (1995, apud PINHEIRO, 2011) comentam que para maximizar a compra de produtos ambientalmente amigáveis, os consumidores precisam sentir maior utilidade neste do que nos produtos que não priorizam o meio ambiente. Outro fator importante que influencia a preferência do consumidor é o preço, que em boa parte dos casos ainda é maior nos produtos ambientalmente corretos, e sua comercialização encontra barreiras como baixo poder aquisitivo do consumidor ou pouca disposição a pagar mais por eles.

Diversos fatores podem influenciar o comportamento do consumidor em direção às questões “verdes”. Os mais visíveis são os estímulos das empresas e o acesso à informação sobre os assuntos ambientais. Nesta linha, pode-se dizer que o consumidor exposto à informação, com o passar do tempo passa a prestar a atenção nelas, passa a buscar mais informações e isso pode afetar a escolha de produtos. Frey (1999, apud PINHEIRO, 2011) baseia-se nas ideias de motivações intrínsecas e extrínsecas, mostrando que uma influencia a outra, e entendendo que as atitudes ou o raciocínio moral do consumidor não são por si só, suficientes para que ele opte por produtos “verdes”, se julgar que tal produto não lhe trará outros benefícios.

A “consciência ecológica”, adotada por uma pequena parte da população, que reconhece e aceita a necessidade de mudanças nos padrões de consumo vigente, muitas vezes, se manifesta no discurso proferido pelos cidadãos, porém não se traduz, na grande maioria dos casos, em ações concretas de mudança de fundo nos hábitos e padrões de consumo mais impactantes. Não se percebe, nitidamente, predisposição à mudanças radicais no consumo de bens e serviços. Estas mudanças permanecem limitadas a adoção dos hábitos simples, como evitar desperdícios de recursos como água e energia e gerir corretamente os resíduos gerados.

A conclusão da Pesquisa Akatu 2018 traz alguns gatilhos como importantes motivadores para ativar comportamentos de consumo consciente: as empresas devem cuidar das pessoas e da sociedade, devem produzir produtos que viabilizem estilos saudáveis de vida e devem estimular e confiança em si, provendo informação consistente.

1.7 PESQUISA COMPLEMENTAR

Como complemento às pesquisas anteriores realizadas para traçar o perfil do consumidor brasileiro em relação à sustentabilidade, foi elaborada uma pesquisa acadêmica simples e rápida, com o objetivo de levantar com mais detalhe o nível de predisposição dos cidadãos do grupo de interesse em alterar seus hábitos de consumo, para diminuir os impactos ambientais e obter um meio ambiente mais saudável.

As entrevistas foram realizadas no período entre 20 de agosto e 07 de setembro de 2013, com homens e mulheres com idade entre 18 e 70 anos, pertencentes às camadas médias da sociedade, com formação escolar de nível superior ou em curso, moradores da cidade do Rio de Janeiro, e com renda familiar estimada entre 4 e 20 salários mínimos. A escolha do público entrevistado se deu por questões práticas, pela facilidade de acesso aos respondentes e por envolver um perfil de pessoas que hoje representam a maior parte dos consumidores “em processo de conscientização” ou considerados pelo marketing como alvos das ações de “conscientização para o consumo consciente”. Não se pretendia delimitar exatamente o poder de compra dos respondentes ou o seu nível de instrução, mas obter uma amostra representativa de um grupo de pessoas potencialmente consumidoras dos bens de interesse, socialmente ativas, suscetíveis a um nível mínimo de informação e passíveis de alguma escolha ou decisão de compra, ou seja, que podem escolher seus bens de consumo baseados em critérios diversos.

O questionário definitivo com 10 perguntas de múltipla escolha foi respondido por uma amostra de 170 pessoas, que são diretamente responsáveis pelas compras da casa ou possuem algum poder de influenciá-las.

As primeiras perguntas tinham o objetivo de traçar um perfil dos respondentes, com o nível médio de conhecimento das pessoas entrevistadas e sua opinião geral sobre meio ambiente, sustentabilidade, sua relação e da sociedade com o problema e responsabilidades. Na sequência, o objetivo foi verificar diretamente, que tipo de produtos os entrevistados concordariam em deixar de consumir, ou pelo menos diminuir o consumo. E ainda, obter a informação sobre a predisposição dos entrevistados em assumir diretamente a responsabilidade por um problema ambiental, usando seu poder de decisão de compra, como principal instrumento de reivindicação. Por fim, a pesquisa pretendia também especificamente verificar se a variável ambiental é levada em consideração na decisão de compra, em detrimento de outros quesitos, como preço, marca e qualidade.

Aqui serão apresentados e discutidos resumidamente os resultados dessa pesquisa.

1.8 RESULTADOS DA PESQUISA COMPLEMENTAR

A pesquisa obteve algumas respostas alinhadas e complementares aos trabalhos anteriores sobre consumo sustentável.

O primeiro ponto importante percebido, foi que a maior parte dos entrevistados não consideram a preocupação com o meio ambiente um fato exagerado. O percentual de entrevistados que respondeu considerar que está havendo “um certo exagero” ou seja “um exagerado alarme de ambientalistas”, é relativamente baixo, correspondendo a 8,3% do total, mas mesmo assim deve ser levado em consideração, principalmente por se tratar de uma parcela da população carioca com elevado grau de instrução e poder de influência.

O gráfico 1 representa a percepção dos entrevistados sobre a situação ambiental atual. A grande maioria dos respondentes, correspondente a 86% do total, concorda que existe uma crise ambiental e que o planeta está, de alguma forma, ameaçado. As respostas para esta questão podem ter sido influenciadas pelo fato de o entrevistado saber se tratar de pesquisa no tema consumo sustentável, o que pode ter inclinado o entrevistado a querer parecer simpático ao tema. Porém, podem demonstrar também, como confirmado em outras pesquisas realizadas no Brasil, que a percepção dos cidadãos sobre os problemas ambientais tem aumentado ao longo dos anos, principalmente pelo aumento do espaço na mídia para tratar do tema. O percentual de respondentes que consideram que a situação

tem melhorado é de 3,6%, e pode indicar um grupo de pessoas mais otimistas que tem visto crescer, nos últimos tempos, o número de notícias e informações a respeito de empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, e ainda sobre políticas públicas regionais ou globais para controle ambiental e melhoria da qualidade de vida.

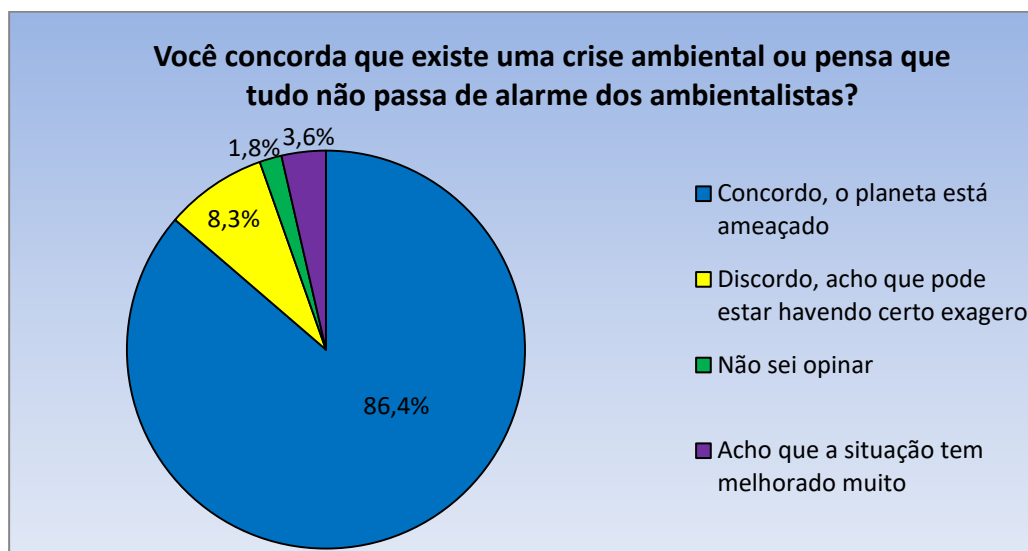


Gráfico 1 – Percepção sobre a situação ambiental atual

Na avaliação sobre a percepção dos entrevistados a respeito do quanto as crises ambientais e a comentada escassez de recursos naturais pode vir a afetar a vida das pessoas e a economia de maneira geral, a grande maioria das respostas (quase 100%) ficou concentrada na percepção que a escassez afeta a vida das pessoas. O dado interessante é que apenas 27% consideram que “pode vir a afetar a vida das pessoas no futuro”, ou seja, ou ainda não percebem a escassez de recursos como realidade, ou não se sentem afetados por ela, nem diretamente e nem indiretamente.

Em relação à responsabilidade pelos problemas de poluição, os entrevistados a distribuíram entre: governo, indústria e sociedade. Outros comentários pertinentes dos respondentes, a respeito do entendimento sobre a responsabilidade ambiental da sociedade, trazem a questão da educação e da conscientização ambiental (ou a sua ausência) como fator relevante. Consideram que a cultura das pessoas, a sua inércia (“que não fazem, não cobram e não mudam”) e sua falta de engajamento político são os principais motivos pelos quais as pessoas são as maiores responsáveis pelos problemas de poluição. Consideram também que o aumento populacional, a ignorância das pessoas e o modelo econômico vigente (baseado no lucro), contribuem para agravar o quadro.

Quando questionados diretamente sobre sua atitude em relação a uma empresa de sua preferência, que demonstra irresponsabilidade ambiental, a maioria das pessoas se colocou na posição de

consumidor altamente consciente, e que exerce seu poder de influência. No gráfico 2 é possível observar que aproximadamente 73% das pessoas responderam que, deixariam de comprar os produtos imediatamente, em uma situação hipotética, em que a empresa produtora de sua marca de roupas preferida estivesse causando a poluição do ambiente próximo a suas fábricas. Este percentual é expressivo, principalmente ao considerar que o cenário criado envolve um item de alta identificação e fidelização (roupas) e o problema apresentado não afeta diretamente o indivíduo entrevistado.

O percentual de 25% das pessoas declarou atribuir a responsabilidade ao governo, esperando que o mesmo “cumprisse seu papel e exigisse uma providência da empresa”. Dentro deste percentual estão as pessoas que atribuem, neste caso, a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais aos governos, e também aquelas que acreditam que deixar de comprar não resolveria o problema, por se tratar de uma ação isolada.

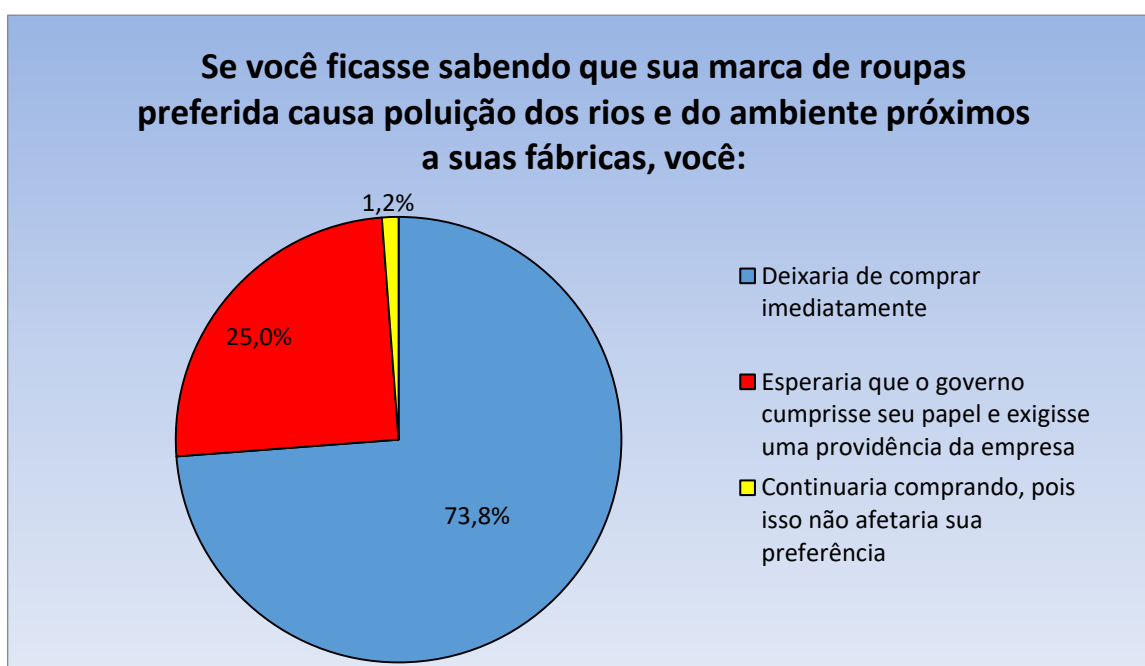


Gráfico 2 – Atitude frente à irresponsabilidade ambiental corporativa

Nas questões relativas ao tema, “influência dos impactos ambientais nas decisões de compra”, 28% das pessoas respondeu que nunca parou para avaliar os impactos ambientais dos artigos que compra, quando tem que escolher entre dois produtos iguais, com relação custo/benefício semelhante. Ou seja, declaram que a variável ambiental não chegou a influenciar a sua escolha ou decisão de compra. Ao tabular as respostas, é possível extrair a informação de que entre essas pessoas, apenas 23% dos casos, responderam também que “não sabem avaliar este tipo de coisa”. Desta forma, de acordo com as respostas, pode-se inferir que em poucos casos a falta de importância da variável ambiental nas

decisões de compra está atrelada à falta de conhecimento ou informação a respeito dos aspectos ambientais. Aproximadamente 19% das pessoas entrevistadas responderam sempre escolher produtos que causam menos poluição na fabricação e no uso.

Apesar de ter uma visão geral de que existe uma crise ambiental e que estas alterações já estão afetando de alguma forma a vida das pessoas, a pesquisa não demonstra que uma parcela significativa da população entrevistada esteja disposta a mudar radicalmente seus hábitos de consumo em prol de um meio ambiente mais saudável. Em relação a critérios de compra, a eficiência, a marca e o preço continuam sendo influenciadores principais para a decisão. Este resultado, de certa forma, corrobora com os resultados das outras pesquisas sobre o tema, que demonstram a disposição das pessoas para atitudes limitadas a ações simples, que não exigem mudanças radicais em seu modo de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade é um tema da economia, e deve ser considerada no planejamento dos diversos setores. Não se deve ver a sustentabilidade apenas como a conservação dos recursos para a garantia de um ambiente “verde” e para a preservação das espécies. Mas a sustentabilidade deve ser vista também como forma de garantir a continuidade da produção, fator importantíssimo para o desenvolvimento. O desenvolvimento depende de uma economia equilibrada, e uma economia equilibrada é alcançada a partir de recursos naturais disponíveis e de fácil acesso, e pessoas plenamente desenvolvidas em suas oportunidades e capacidades, usufruindo da renda gerada pela produção como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim.

Sabendo da importância fundamental de seu papel para a economia, as empresas precisam garantir a sua sobrevivência, além dos seus objetivos de lucro e o seu crescimento. Desta forma, buscam soluções que otimizem seus processos e aumentem sua produtividade, aumentando sua escala de produção. Buscam também a ampliação e renovação de seus mercados, estimulando o consumo dos bens produzidos. No final, contribuem para o esgotamento dos recursos naturais.

Na outra ponta da corrente, está o consumidor, ator igualmente importante do processo econômico. O consumo de bens advém de uma mecânica complexa: é pesadamente incentivado pela indústria e pelos governos, e depende da decisão pessoal do indivíduo, que segue um modelo cultural que associa a compra e a posse de bens à sua felicidade e bem-estar.

Para garantir a sustentabilidade, a sociedade é chamada a participar do processo por meio do que chamam de “consumo sustentável” e “atitude ambientalmente correta”. Porém, ainda hoje, estes

conceitos ainda precisam ser compreendidos e amplamente difundidos. O conceito de “consumo sustentável” deve referir-se a um contexto mais amplo, onde o consumidor passa a considerar os impactos ambientais da fabricação, do uso, e pós-uso de determinados bens e pode vir a recusá-los ou substituí-los por outros bens menos impactantes.

As pesquisas mostram que conceitos como desenvolvimento sustentável, consumo sustentável e biodiversidade já fazem parte do vocabulário de grande parte da população brasileira. E o brasileiro está começando a tomar consciência sobre a importância de sua participação em relação a questões ambientais. Esta consciência tende a aumentar à medida que a mídia dê mais espaço ao tema, traduzindo para o dia a dia a aplicação desses conceitos.

Porém, o processo de tomada de consciência nem sempre se traduz em ações efetivas. Para o entendimento desta questão, é importante definir que consciência se traduz como “saber algo, ou alguma informação”, mas que isso não necessariamente modifica a maneira de agir dos indivíduos ou da coletividade. Num conceito mais amplo, a consciência pode ser vista como a capacidade do homem de reconhecer a “verdade”, e assim se encaminhar para ela, procurá-la e submeter-se onde quer que a encontre. Por outro lado, sempre existe a possibilidade de deixarmos a consciência de lado, ignorando os seus avisos e atuando de maneira diferente. Então, em alguns momentos, não basta o indivíduo saber o que é o certo, já que suas escolhas estão baseadas em seu julgamento, influenciado por sua cultura e vivências anteriores. Por outro lado, o indivíduo ignorante é capaz de emitir juízos errados e agir em desacordo ao que é considerado correto. Desta forma, a primeira ação para permitir a consciência deve ser a educação e a informação.

Os movimentos em prol da sustentabilidade, no Brasil, ainda são, em sua maioria, muito restritos à cobrança de conformidade e de prevenção da poluição pelo setor industrial. Quando se considera a sociedade, imputa-se a ela a possibilidade de adotar, sem maiores obrigações, alguns hábitos simples, normalmente ligadas à gestão dos resíduos gerados, ou economia de água e energia elétrica. Não se fala em desestímulo ao consumo em geral. Pelo contrário, há o estímulo ao consumo de outros produtos, rotulados como sustentáveis.

Apesar de resultados de algumas pesquisas demonstrarem que a população está mais consciente e que demonstra maior disposição em relação a atitudes ambientalmente corretas e preocupação com o consumo, estas atitudes continuam limitadas a ações simples, que não exigem mudanças radicais em seu modo de vida. Outro fator relevante é que nestas pesquisas, o fator discurso está quase

sempre presente, pois mesmo quando a maioria responde que adotaria uma atitude ambientalmente correta, na prática, o percentual de pessoas que realmente as adotam continua reduzido.

Como a predisposição da sociedade em abrir mão do consumo de certos itens, puramente pela questão ambiental, atualmente é baixa, podemos investigar a que estímulos ela deve ser submetida para que se obtenha a mudança desejada. Não existem provas que confirmem, mas acredita-se que os estímulos das empresas e o acesso à informação sobre os assuntos ambientais podem influenciar o comportamento do consumidor ao longo do tempo. Entende-se que o consumidor exposto à informação, com o passar do tempo passa a prestar a atenção nelas, passa a buscar mais informações e isso pode afetar a escolha de produtos. As empresas e os governos devem incentivar e maximizar o senso de utilidade dos produtos ambientalmente amigáveis, ou seja, prover esforços para torná-los mais atrativos, mais baratos e com melhor qualidade.

Em relação ao conhecimento dos temas de sustentabilidade ou interesse ativo pelos mesmos, apesar de o número ter crescido muito no decorrer dos últimos 20 anos, ainda não é significativo. A maioria das pessoas afirma já ter ouvido falar em questões como desenvolvimento sustentável, consumo consciente, pegada ecológica, entre outros, mas na prática demonstram pouco conhecimento sobre o impacto de suas ações ou sobre o impacto da produção de seus bens de consumo sobre o meio ambiente.

O que é comum observar é que as ações ditas sustentáveis sugerem a adoção de pequenos hábitos, que não implicam em alterações culturais relevantes, como a economia de energia, de água, a separação e o reaproveitamento de resíduos, por exemplo. O que não se fala especificamente é em se deixar de consumir ou diminuir o consumo de determinado produto. Estas iniciativas estão restritas às ONGs ambientais e sociais, e não têm alcançado a simpatia do grande público.

Apesar de ter uma visão geral de que existe uma crise ambiental e que estas alterações já estão afetando de alguma forma a vida das pessoas, uma parcela significativa da população brasileira ainda não compreende verdadeiramente o seu papel na mudança, ou não está disposta a mudar radicalmente, em curto prazo, seus hábitos de consumo em prol de um meio ambiente mais saudável.

Em relação a critérios de compra, a eficiência, a marca e o preço continuam sendo influenciadores principais para a decisão. Mesmo no caso das pessoas mais conscientes, a variável ambiental sozinha, não tem se demonstrado ser fator decisivo para influenciar a compra de determinados produtos. Pode-se afirmar que grande parte da população ainda não está disposta a abrir mão de conforto, e de seus símbolos de posição social. Desta forma, o consumo sustentável deve permanecer ainda por

algum tempo limitado a ações simples, que não exigem mudanças radicais no modo de vida das pessoas. O consumo sustentável hoje não representa ameaça direta ou real à estabilidade da economia e o modelo mental que governa a sociedade brasileira ainda sustentará as bases do totem sagrado da economia, o consumo, por um longo período em nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consumo sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC /IDEC, 2005

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores / Luiz Antonio Ferraro Júnior, organizador. – Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

DESJEUX, Dominique. O consumo – Abordagens em Ciências Sociais. Maceió: Edufal, 2011.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. DENTZIEN, Plínio. O mundo dos bens – Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MAINGUENEAU, D. Discurso e análise do discurso. In: SIGNORINI, I. [Re]Discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARX, Karl. O capital: livro 1. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1982

MALTA, Maria Mello de; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. 2012.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria C. & VINHA, Valéria (orgs.). Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PINHEIRO, Luciane. Dias Ribeiro. Estudo sobre o Comportamento do Consumidor Frente à Questão Ambiental. São Caetano do Sul: Universidade USCS, 2009, 150 p.

Agenda 21. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>> Acesso em 03/07/2011

Aristóteles em Nova Perspectiva: Introdução à Teoria dos Quatro Discursos. Capítulo I (Rio, Topbooks, 1997).Disponívelem<<http://old.olavodecarvalho.org/livros/4discursos.htm#1>>Acessoem01/03/2019.

CompêndiodeIndicadoresdeSustentabilidadedasNações.2009.Disponívelem:<<http://www.compendiosustentabilidade.com.br/compendiodeindicadores/introducao/default.asp?paginaID=25&conteudoID=307>>Acessoem20/06/2013

Discurso.Disponívelem<<http://isignificado.com/significado/Discurso>>Acessoem24/08/2013Environmental sustainability. Disponível em <www.acdi-cida.gc.ca> Acesso em 09/07/2012.

Fetichismodamercadoria.Disponívelem<<http://sociologiadosomeios.files.wordpress.com/2011/06/marx-fetichismo-da-mercadoria1.pdf>> Acesso em 22/05/2013

GlobalTrendsandStatusofIndicatorsofSustainableDevelopment.Disponívelem<http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd14/documents/bp2_2006.pdf> Acesso em 31/10/2012.

Notícia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-16/consciencia-ambiental-no-pais-quadruplicou-diz-pesquisa>> Acesso em 20/08/2013

Notícia. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Temas/ConsumoConsciente/Posts/Maisbeminformado-consumidor-brasileiro-valoriza-mais-a-sustentabilidade-que-o-consumismo>> Acesso em 21/08/2013

O que é Desenvolvimento Sustentável? Disponível em <<http://ecen.com/eee68/eee68p/sustentabilidade.htm>> Acesso em 20/05/2013.

Mais bem informado, consumidor valoriza mais a sustentabilidade que o consumismo. Disponível em <<http://www.akatu.org.br/Temas/ConsumoConsciente/Posts/Maisbeminformadoconsumidorbrasileiro-valoriza-mais-a-sustentabilidade-que-o-consumismo>> Acesso em 04/08/2013

Pesquisa Akatu 2018 – Panorama do consumo consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações. Disponível em <https://www.akatu.org.br/wpcontent/uploads/2018/11/pdf_versao_final_apresenta%C3%A7%C3%A3o_pesquisa.pdf> Acesso em 04/03/2019

NOTAS

¹Como no exemplo das diretivas ambientais europeias.

²Principalmente com o uso de tecnologias tipo “*end of pipe*”, como a colocação de filtros em chaminés.

³O fetiche é para Marx uma das características chave da mercadoria, que, com ele, ganha vida própria.

⁴Discurso em <http://isignificado.com/significado/Discurso>

⁵A Ordem do Discurso, Michel Foucault – Edições Loyola – 2007

⁶O Instituto Akatu é uma organização não governamental que trabalha pela sensibilização e mobilização da sociedade para o consumo consciente, defendendo que o consumidor pode contribuir para a sustentabilidade por meio da aquisição de produtos e serviços socialmente justos, economicamente viáveis e ecologicamente limpos.

⁷Fonte:<http://www.mma.gov.br/informma/item/8386-o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustent%C3%A1vel>

Capítulo 8



10.37423/230908209

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO ALTERNATIVA À JUDICIALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE

BRUNO VIEIRA DA CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO



Resumo: A pesquisa em questão tem como objetivo avaliar a potencialidade da mediação como ferramenta de solução de desavenças no âmbito jurídico-médico, dada a ampliação notável de litígios nesse campo. Torna-se essencial, portanto, identificar mecanismos mais produtivos e conciliatórios para solucionar divergências entre profissionais de saúde e seus pacientes. Nesse cenário, a mediação desponta como uma alternativa viável, estabelecendo um espaço neutro e sigiloso para que as partes conversem em busca de um entendimento mútuo. Assim, este trabalho abordará os princípios e bases teóricas relacionados à mediação, além de discutir casos concretos de sua utilização em situações ligadas ao direito médico. Serão, igualmente, discutidos os méritos e obstáculos deste procedimento, considerando fatores como a manutenção do vínculo entre médico e paciente, otimização de recursos e agilidade na solução das desavenças. Além disso, o estudo propõe uma reflexão mais aprofundada sobre os prós e contras da mediação, contrastando-a com outros instrumentos de resolução de disputas, como processos judiciais e arbitragem. Concluindo, uma avaliação ponderada da bibliografia reunida será realizada, enfatizando o papel da mediação na efetividade da solução de desentendimentos no contexto jurídico-médico.

Palavras-chave: Arbitragem; Direito médico; Mediação; Solução.

1 INTRODUÇÃO

A área da saúde, em sua complexidade e essencialidade, tem sido palco de inúmeros conflitos que frequentemente encontram seu caminho até o sistema judiciário. Esta tendência, conhecida como judicialização da saúde, reflete a busca dos indivíduos por garantir seus direitos à saúde quando percebidos como negligenciados ou inacessíveis. No entanto, a recorrência ao judiciário, apesar de legítima, pode não ser a abordagem mais eficiente, dada a morosidade e os custos associados ao processo.

Diante deste cenário, surge a mediação como uma alternativa promissora. Este método, que se baseia no diálogo e na busca consensual por soluções, tem o potencial de resolver disputas de maneira mais ágil e menos adversarial. No contexto da saúde, a mediação pode ser particularmente benéfica, pois permite que as partes - muitas vezes profissionais de saúde e pacientes - encontrem soluções que respeitem seus interesses e necessidades, sem comprometer a relação terapêutica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem destacado os desafios crescentes na prestação de cuidados de saúde, incluindo erros médicos que afetam milhões globalmente. Em muitos casos, esses erros levam a litígios, exacerbando a tensão entre profissionais de saúde e pacientes e agravando os desafios já existentes no sistema de saúde.

Neste contexto, o Direito Médico, enquanto campo especializado, enfrenta o desafio de equilibrar os direitos dos pacientes com as responsabilidades e limitações dos profissionais de saúde. A mediação, ao promover um espaço neutro e colaborativo para discussão, pode ser uma ferramenta valiosa para abordar e resolver conflitos neste campo.

O presente estudo, portanto, busca explorar a mediação como método de resolução de conflitos no Direito Médico brasileiro. Através de uma análise crítica, examinaremos sua eficácia, benefícios e possíveis limitações, com o objetivo de compreender seu papel potencial na promoção de soluções justas e eficientes na área da saúde.

2 DA PRERROGATIVA BÁSICA À SAÚDE

O direito fundamental à saúde é reconhecido internacionalmente como um dos direitos humanos básicos. No Brasil, ele está previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. O artigo 196 da Constituição Brasileira afirma que “[...] a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e redução do risco de doença e de outros agravos [...]” (Brasil, 1988). Esse dispositivo constitucional estabelece a obrigação

do Estado de promover políticas públicas que assegurem o acesso à saúde de forma universal, equitativa e integral.

A efetivação do direito fundamental à saúde é um desafio, especialmente em países como o Brasil, onde existem desigualdades socioeconômicas e deficiências no sistema de saúde. A garantia do acesso universal à saúde exige ações coordenadas e integradas, envolvendo o poder público, os profissionais de saúde, a sociedade civil e outros atores relevantes (Carvalho, 2015).

Nesse sentido, é fundamental que o Estado implemente políticas públicas efetivas, destinando recursos adequados para o setor da saúde, promovendo a qualificação dos serviços, fortalecendo a atenção primária, ampliando o acesso a medicamentos e tecnologias médicas, além de investir em ações de prevenção e promoção da saúde (Carvalho, 2015).

A saúde é uma questão que tem ocupado o centro das atenções de muitas pessoas, governos, empresas e comunidades. Além de corresponder a um estado da vida, isto é, a um modo de levar a vida, a saúde compõe um setor da economia no qual se produzem bens e serviços. “[...] A sociedade espera que o setor Saúde cuide das pessoas e das populações” (Paim, 2009, p. 11).

No contexto do direito comparado, a garantia do direito à saúde aos cidadãos só foi estabelecida 40 anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no Brasil, somente a partir da terceira Constituição, em 1934, que o direito à saúde foi estabelecido. No Brasil, em 1977, foi instituído o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), para prover atendimento exclusivo às pessoas que possuíam carteira de trabalho. Posteriormente, em 1979 foi implementado o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), passando por um processo de ampliação de cobertura em 1980.

Posteriormente, em 27 de julho de 1993, quase três anos após a promulgação da Lei n. 8.080/90, que regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), o INAMPS foi extinto pela Lei n. 8.689 de 27.7.1993, sendo suas funções, competências, atividades e atribuições absorvidas pelas instâncias federal, estadual e municipal do SUS.

A Carta Magna de 1988 afiançou a todos os cidadãos, o direito à saúde, que comporta seu ingresso de forma universal e absoluta. Tratando-se de um direito fundamental, está dentro no rol dos direitos sociais e é garantida pela Constituição Federal, como dever do Estado e direito de todos, assegurado nos artigos 6º e 196, senão veja-se:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

O disposto no art. 196 indica a escolha constitucional sobre o conceito de proteção à saúde, que não se atém à medicina clínica, incluindo a ideia de atenção e mitigação de riscos – juntando o acesso das pessoas a serviços que são atribuídos ao Estado de acesso, amparo e recuperação da saúde.

De acordo com o princípio da força normativa da Constituição Federal, deve ser aferida a sua máxima efetividade. Desta maneira, tratando-se de preceito intensamente unido à soberania da Constituição Federal, como Lei Fundamental de um Estado que atribui legitimidade para o resquício do ordenamento jurídico.

Tal título foi vislumbrado por Hesse (1991), que afirma que toda norma Constitucional deve ser blindada de um mínimo de eficiência, sob penalidade de figurar “letra morta em papel”. Ainda de acordo com o supracitado Autor, a Carta Magna não configura apenas o “ser” (os princípios básicos que originam a concepção do Estado), mas um dever ser, sendo assim, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) deve ajuntar em seu bojo o fato jurídico do Estado, estando associado com a realidade social.

Deste modo, para que a CRFB tenha eficácia normativa, de acordo com o descrito por Hesse (1991) necessário faz interpretá-la de modo a buscar sua plena eficácia, que possui como principal finalidade atender os anseios e necessidades sociais do Estado, a Constituição tem força normativa eficaz, imperativa é a sua interpretação de maneira a se buscar a sua plena força dentro da realidade social. Nesta senda, podemos citar o princípio dignidade da pessoa humana, predita no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, cuja finalidade, na qualidade de princípio fundamental, é assegurar ao homem o mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, de forma a preservar a valorização do ser humano.

Nesse sentido, Flávia Piovesan (2000, p. 54) diz que:

A dignidade da pessoa humana, (...) está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

O Estado com base na arguição da reserva do possível, usa como contexto o orçamento insuficiente, se desobrigando de oferecer assistência à saúde de forma eficaz e igualitária. Neste sentido, vale elucidar que o direito à saúde, de tal modo como os integrantes do art. 6º, fazem parte do ínfimo existencial, ínfimo este que o Estado é compelido a prestar, não podendo se abdicar de suas obrigações mínimas. Portanto, todas as pessoas, embora não tenham a mesma condição de saúde tutelada, possuem o direito ao mínimo protetivo ao seu direito à saúde (Piovesan, 2000).

O direito fundamental ao acesso à saúde pode ainda ser contemplado pelo setor privado em vez do setor público, situação na qual em face da desestruturação do Sistema Único de Saúde. Não são raras as vezes que o Poder Público necessita direcionar casos de urgência de atendimento para o setor privado e para isso repassa valores que são destinados ao SUS para a iniciativa privada. E nestes casos, o valor que era para ser cobrado em um atendimento simples, passa por exorbitantes quantias que levam a crer um superfaturamento e um desperdício de dinheiro público (Piovesan, 2000).

2.1 A INTERAÇÃO ENTRE O PROFISSIONAL DE SAÚDE E O PACIENTE

A relação entre médico e paciente se mostra fundamental para a promoção da saúde e o bem-estar da sociedade. Neste sentido, uma relação de transparência e boas condutas se faz necessário para a continuidade da relação jurídica pátria. Assim, um importante aspecto, no que diz respeito a esta relação diz de como a dominação masculina sobre o feminino abrange diversos aspectos culturais, psicológicos, morais e sexuais, também é importante reconhecer que essa dinâmica pode influenciar a interação entre médico e paciente (Araújo, 2013).

Embora as origens dessa dominação sejam antigas e difíceis de mensurar, ela pode se refletir nas relações sociais, inclusive na área da saúde. A construção sociocultural patriarcal, estabelece uma suposta superioridade do masculino sobre o feminino, o que pode influenciar a forma como os profissionais de saúde se relacionam com suas pacientes. Atualmente, no século XXI, o paradigma do determinismo biológico como pressuposto das relações interpessoais tem sido contestado, especialmente por movimentos sociais como o feminismo. A partir dessa contestação, torna-se importante compreender a diferença entre sexo e gênero no contexto da relação médico-paciente (Araújo, 2013).

Essa interação, segundo Martins e Carpane (2016), é caracterizada por confiança, respeito e colaboração mútua, sendo essencial para o diagnóstico preciso, o tratamento eficaz e o bem-estar geral do paciente.

O médico desempenha um papel crucial como provedor de cuidados por ser ele o responsável por avaliar os sintomas e os históricos médicos do paciente, realizar exames físicos, solicitar exames complementares e formular um diagnóstico preciso. Além disso, o médico também é responsável por explicar as opções de tratamento disponíveis, discutir os possíveis riscos e benefícios, e orientar o paciente na tomada de decisões informadas sobre sua saúde (Martins; Carpane, 2016).

Para estabelecer uma relação saudável e eficaz, a comunicação clara e empática é essencial, o médico deve ouvir atentamente as preocupações e queixas do paciente, demonstrar interesse genuíno em compreender sua situação e responder de forma clara e acessível às suas dúvidas. Por sua vez, o paciente também deve ser aberto e honesto ao relatar seus sintomas, histórico médico e estilo de vida, a fim de fornecer ao médico informações relevantes para o seu cuidado (Leal, 2010).

Além disso, entende-se que se faz importante reconhecer que a relação médico-paciente é uma parceria colaborativa. Embora o médico possua conhecimento especializado, é o paciente quem vivencia os sintomas, as sensações e as consequências de uma doença. Portanto, a opinião e a participação ativa do paciente no seu próprio cuidado são valorizadas. O médico deve incentivar a autonomia do paciente, respeitar suas escolhas e trabalhar em conjunto para alcançar os melhores resultados possíveis.

3. A INTERVENÇÃO JUDICIAL NA GARANTIA DA SAÚDE PÚBLICA

Os integrantes do Poder Judiciário são designados não por processos eleitorais, mas através de um sistema baseado no mérito, utilizando critérios técnicos. É imperativo que adotem uma conduta imparcial. Contudo, emerge a indagação: como se pode conferir ao corpo judiciário a competência para deliberar sobre matérias que, conforme estabelecido constitucionalmente, seriam prerrogativas de outros Poderes?

Para responder tal questionamento, é importante destacar algumas observações. A Constituição brasileira consagra a ideia de um Estado Democrático de Direito em seu artigo 1º, o que implica no reconhecimento da soberania popular e do governo da maioria. Ao lado do princípio democrático, temos o Constitucionalismo, que pode ser entendido como uma limitação do poder e a supremacia da lei, traduzindo-se no respeito aos direitos fundamentais. É por meio da atuação dos Poderes Executivo

e Legislativo que se consolida a ideia de governo da maioria, sendo responsáveis pela elaboração de leis, alocação de recursos e formulação e execução de políticas públicas (Barroso, 2008).

Por outro lado, uma Constituição que é rica em direitos individuais, sociais e coletivos, juntamente com uma prática política que frequentemente nega a efetivação desses direitos, demanda um sistema judiciário capaz de assegurar a Constituição como norma fundamental direcionadora, realizando os valores substanciais presentes em seu texto (Rossetti; Andrade, 2013). Portanto, ao responder à pergunta formulada anteriormente, a resposta será sempre afirmativa quando o Judiciário estiver atuando de maneira clara para preservar um direito fundamental previsto na Constituição.

Quanto à legitimidade dessa atuação judicial, existem três categorias sugeridas que buscam compreender a legitimidade ou ilegitimidade dessa atuação. A primeira categoria refere-se a situações em que o comando constitucional sobre uma determinada política pública foi efetivamente cumprido pelo legislador e pelo administrador público, não havendo, portanto, espaço para a atuação judicial devido à ausência de omissão ou ineficiência do Estado (Rossetti; Andrade, 2013).

A segunda categoria, para Paim (2009), diz respeito a situações em que o comando foi integralmente cumprido pelo legislador, mas apenas parcialmente atendido pelo administrador público, seja por motivos orçamentários (como a reserva do possível), seja devido à discricionariedade da administração pública (como a seletividade na oferta de determinado serviço público). Nesses casos, entende-se que, em princípio, não haveria legitimidade na atuação judicial, uma vez que já ocorreu planejamento e análise da disponibilidade orçamentária e seletividade do público-alvo que mais necessita dos serviços estatais.

A atuação judicial poderia implicar no redirecionamento de recursos estatais para indivíduos não contemplados pela iniciativa pública, substituindo assim o mérito administrativo pela sentença judicial. A terceira categoria, segundo Rossetti e Andrade (2013), abrange os casos em que não houve atendimento tanto por parte do legislador quanto da administração pública, ou nas situações em que, mesmo havendo um atendimento formal, nota-se a incompatibilidade material. Nesses casos, é necessário verificar se é uma norma constitucional de eficácia plena ou limitada. No caso das normas de eficácia limitada e na constatação da omissão estatal em sua implementação, haverá legitimidade na atuação judicial nos casos que envolvam o mínimo existencial.

Nessas circunstâncias, sendo uma norma de eficácia limitada, a atuação judicial não seria cabível nos casos que ultrapassem o mínimo existencial, uma vez que o legislador constitucional, ao atribuir caráter limitado a uma norma, estabeleceu um desenho institucional de competências, atribuições e

poderes para que o legislador infraconstitucional realize o preenchimento necessário. Portanto, nesses casos, cabe à administração pública a efetividade positiva dessa norma, e o Judiciário deve adotar uma posição de autocontenção, conhecida como “self-restraint” (Lopes, 2014).

Outro princípio amparado na CRFB/88 é o da separação dos poderes, pergunta-se a respeito do provimento de tratamentos pelo poder judiciário se golpeia esse dispositivo constitucional, sendo sabido que cada poder tem sua competência e, em exercício, o judiciário libera medicações ou tratamentos que elencados no rol do Sistema Único de Saúde aprovados ou não pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Igualmente, competiria somente ao Poder Legislativo ordenar normas para que, por intermédio do Poder Executivo, exista a prática de políticas públicas. O Poder Judiciário não poderia, em nenhum caso, trazer para si capacidade que não lhe compete. Entretanto, existe o fenômeno vigente da politização da justiça que constitui a demasiada intervenção do Poder Judiciário em temas de política. A esse acatamento, dada a situação fática de devotadas e acentuadas interferências do Poder Judiciário, ressalta-se o dizer de Barcellos (2011, p. 26):

Quanto aos limites na capacidade institucional do Poder Judiciário, é preciso considerar dois problemas: a) em matérias de grave complexidade, que demandem grande conhecimento técnico de aspectos científicos, o juiz pode não ser o mais qualificado, por falta de informação e conhecimento específico; e b) em matéria de efeitos sistêmicos imprevisíveis, uma decisão judicial pode ter impactos inesperados, demonstrando a incapacidade do juiz de visualizar os possíveis danos que poderá advir de sua decisão. Tem sido criticada a excessiva intervenção do judiciário nas políticas de saúde. Muitos sustentam que sua postura ativista tem ocasionado um 'rombo' no orçamento público e comprometido as atividades dos outros Poderes.

No que podemos ver, permitir que exista intromissões do Poder Judiciário no juízo crítico e conhecimento científico a exceder a seu domínio de atuação é clara a ofensa ao princípio da separação dos poderes, com o que, em determinados casos, é de se ater sua atuação. Esses discernimentos serão efetivos para uma deliberação com base na proporção e do valor do orçamento público (Barcellos, 2023).

De outra parte há os que defendem que a performance do Judiciário não abarca a competência legislativa, desde que seu desempenho não seja interminável e acolha a discernimentos de precisão. Perante os comprometimentos originários do direito à saúde, provocadas para o Estado, por via do consequimento das políticas públicas, se mesmo assim aludidas políticas não forem implantadas ou

não atendam o desígnio para a qual se propõem, existe probabilidade de intercessão do Poder Judiciário como garantidor automático do direito que lhe é garantido pela Constituição.

No entanto, o desempenho do Poder Judiciário deve ser exercido com ressalvas. Segundo Freitas (2004, p. 200): “[...] mesmo diante de provisões constitucionais, surge a ideia da intervenção judicial para forçar a ação do Estado. [...] com alguns limites, o envolvimento do Judiciário é possível e, mais que isso, desejável”.

Deste modo, salienta-se que não se deve nunca considerar essa afirmativa de modo desvinculado das implicações que provocam na Administração Pública na sua totalidade. O Judiciário, nesta vertente, deverá encontrar uma justa avaliação para a sua conduta, abarcando, sim, os direitos chamados, desde que abalizadas em critérios de precisão e urgência, sem que, com isso, ultrapassem o orçamento público destinado para diferentes esferas (Freitas, 2004).

É demasiadamente arriscado admitir que o Judiciário, diante ao espaço em branco legislativo vivente, exceda os perímetros do seu poder, conferindo a pretensão da assistência médico hospitalar sem que exista um eficaz domínio sobre essa permissão, isso é um ultraje ao Estado Democrático de Direito, um Estado que se contém às próprias normas. Ênfase para o pensamento de Figueiredo (2010, p. 14):

As alegações de negativa de efetivação de um direito social com base no argumento da reserva do possível devem ser sempre analisadas com desconfiança. Não basta simplesmente alegar que não há possibilidades financeiras de se cumprir a ordem judicial; é preciso demonstrá-la. O que não se pode é deixar que a evocação da reserva do possível converta-se em verdadeira razão de Estado econômica, num AI-5 econômico que opera, na verdade, como uma anti- Constituição, contra tudo o que a Carta consagra em matéria de direitos sociais.

A presença do modo do Poder Judiciário ante a judicialização da saúde, os efeitos mais acentuados sobre o assunto e sobre distintas visões, é aproximar o tempo de constituir um procedimento regulado na probabilidade deste Poder agir no campo da saúde pública. Não é mais período de desconhecer a dificuldade da atuação judicial na esfera do fornecimento de remédios e tratamento médico em alto sentido – como é feito com tantos outros assuntos em que a legislação não satisfaz ou é lacunosa e o Judiciário admite o risco (Paim, 2009).

Esta efetiva atuação do Judiciário no provimento de saúde pública envolve a análise e a decisão de casos em que cidadãos buscam garantir o mínimo do acesso e para tanto precisam recorrer a este poder para ter efetivado seu direito. Contudo, ter as diversas garantias tanto da Administração Pública

quanto do particular colocadas à mesa é se ver ao árbitro juiz de decisões em contrapartida da sua vida, sua dignidade humana, igualdade e principalmente à saúde.

Nesse contexto, Cunha (2017) menciona que os tribunais são chamados a se manifestar sobre questões complexas, como a disponibilidade e a efetividade de determinados medicamentos, tratamentos e procedimentos médicos, a alocação de recursos públicos na área da saúde, a judicialização da saúde, e que precisam de decisões complexas que vão muito além de um estudo objetivo da lei.

A atuação do Judiciário no provimento de saúde pública, embora possa ser vista como uma forma de proteção dos direitos dos cidadãos à saúde, também gera discussões e desafios. Alguns argumentam que a judicialização excessiva da saúde pode sobrecarregar o sistema de justiça, desviar recursos públicos de outras áreas prioritárias e interferir nas políticas públicas de saúde, comprometendo a gestão e a eficiência do sistema de saúde como um todo (Cunha, 2017).

Há defensores da atuação direta que afirmam que o Judiciário desempenha um papel crucial na garantia dos direitos à saúde dos cidadãos, especialmente quando o sistema de saúde pública não consegue fornecer acesso adequado aos serviços necessários (Brasil, 2018). Eles argumentam que a judicialização pode ser um instrumento legítimo para assegurar que o Estado cumpra suas obrigações constitucionais e promova a proteção da saúde como um direito fundamental.

No entanto, para Araújo (2021) é importante contrapor esse ponto de vista com algumas considerações. Embora a preocupação com a saúde e o bem-estar dos cidadãos seja válida, a judicialização da saúde também apresenta desafios significativos. Em primeiro lugar, a crescente judicialização coloca uma carga excessiva sobre o sistema judiciário, que já está sobrecarregado com uma série de outros casos. A demanda por recursos e decisões judiciais no âmbito da saúde pode sobrecarregar os tribunais, resultando em atrasos e morosidade no processo de julgamento de outros casos igualmente importantes.

Além disso, a judicialização da saúde pode levar a decisões inconsistentes e até contraditórias, uma vez que diferentes juízes podem interpretar a legislação de maneiras diversas. Isso pode gerar insegurança jurídica e dificuldades na implementação de políticas públicas de saúde de forma consistente e equitativa em todo o país (Araújo, 2021).

Outro aspecto a ser considerado, para Carvalho (2015) é o impacto financeiro da judicialização. Ações judiciais que solicitam o fornecimento de medicamentos de alto custo ou tratamentos experimentais

podem criar pressões adicionais sobre os recursos financeiros já limitados do sistema de saúde. Isso pode comprometer a capacidade do Estado de alocar recursos de maneira eficiente e equitativa, prejudicando assim o acesso aos serviços de saúde para um maior número de pessoas.

Também é importante lembrar que a judicialização pode desviar a atenção das questões estruturais e sistêmicas que afetam o setor de saúde. Em vez de abordar as deficiências do sistema de saúde pública e buscar soluções abrangentes, a judicialização muitas vezes se concentra em casos individuais, o que pode não abordar os problemas subjacentes de forma adequada (Carvalho, 2015).

Enquanto reconhecemos a importância de garantir o acesso à saúde e cumprir as obrigações constitucionais, é fundamental buscar um equilíbrio entre a atuação do Judiciário e as responsabilidades dos outros poderes e atores envolvidos. A promoção da saúde como um direito fundamental exige esforços conjuntos, envolvendo o governo, a sociedade civil e profissionais da área da saúde, visando melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde de forma abrangente e sustentável.

Nesse contexto, Freitas (2004), mencionar ser fundamental que a atuação do Judiciário na área da saúde seja pautada em critérios claros, equitativos e baseados em evidências científicas, levando em consideração a complexidade do sistema de saúde, as limitações de recursos e a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada. Além disso, é importante que haja uma articulação efetiva entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a participação da sociedade civil e dos profissionais de saúde na discussão e na busca de soluções para os desafios enfrentados na área da saúde pública.

Prosseguindo com essa linha de raciocínio, este trabalho se aprofundará no estudo da mediação aplicada aos conflitos oriundos da judicialização da saúde. Através dessa abordagem, busca-se compreender como essa ferramenta pode ser uma alternativa viável e eficaz na resolução de controvérsias nesse setor tão crucial para a sociedade.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA MEDIAÇÃO

Etimologicamente, a palavra princípio ressoa com o significado de começo, início. No caso em estudo, quando nos referimos a princípios da mediação, surge a noção de “mandamentos nucleares formadores de um sistema”, que são essenciais para que a prática da mediação seja eficaz na resolução dos conflitos e, portanto, a presença desses princípios canaliza nas normas e valores irrenunciáveis ao perfeito andamento do instituto (Silva, 2016).

Assim, para garantir o cumprimento destes princípios, e para destacar a sua relevância, o novo Código de Processo Civil e a Lei de Mediação elencaram os princípios base da mediação. De acordo com o *caput* do artigo 166 do código de processo civil, a mediação será regida pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. Somados à previsão legal da lei 13.140/2015, que em seu artigo 2º elenca como princípios que orientam a mediação:

I – Imparcialidade do mediador; II – isonomia entre as partes; III – oralidade; IV – autonomia da vontade das partes; V – busca do consenso; VI – confidencialidade; VII – boa-fé, sendo de suma importância e relevância a introdução destes na esfera do presente trabalho (BRASIL, 2015 b).

Ressalta-se que a área da saúde, especialmente a medicina, clínica e hospitalar, é caracterizada por uma variedade de conflitos e relações não tão benéficas ao paciente. Isso inclui protocolos de atendimento justamente abalizados para que não haja falta de decoro ou extrapolação do que é íntimo e do que é médico. Nesta toada, a cultura médica generalista, de enfermagem, de diagnóstico, laboratorial e de técnicas especializadas no atendimento à saúde, têm sido motivo de regularização de relações de consumo e consequentemente de mediação nos conflitos entre médico e paciente.

A presença das subculturas administrativa, financeira, comercial, marketing, entre outras envolvidas na parte executiva e operacional faz com que surja maiores atenções no que se refere a gestão de conflitos. Além do paciente com suas particularidades culturais, a família, amigos e a sociedade em geral também desempenham papéis relevantes (Motta, 2007).

Dada a diversidade social e cultural mencionada, podemos afirmar que os conflitos na área da saúde são, em sua maioria, complexos e envolvem múltiplas partes interessadas. Isso exige que os profissionais que trabalham nessa gestão possuam habilidades técnicas especializadas para diagnosticar os diferentes elementos, sujeitos, posições, interesses e particularidades das situações consideradas conflitantes e incompatíveis, antes de tomar uma posição e decidir como proceder (Motta, 2007).

A maioria das situações que os gestores de alto escalão na área da saúde são chamados a resolver está relacionada a diferentes formas de trabalho, autoridade e legitimidade, que frequentemente são vistas como divergentes e incompatíveis (Vianna, 1999). Lidar com a gestão e resolução desses eventos, que envolvem aspectos relacionais e operacionais, além de desviar a atenção do gestor de otimizar os resultados esperados, consome uma parcela significativa do tempo e causa desgaste emocional e interpessoal.

Considera-se de fundamental importância incorporar processos de diálogo e negociação consensual, voluntários e confidenciais na gestão da saúde (médica, clínica e hospitalar). A mediação de conflitos, facilitada por um terceiro imparcial, sem interesse no resultado final nem poder de julgamento ou decisão, pode promover a humanização do direito médico. Essa abordagem potencializará a melhoria das relações e contribuirá para o desenvolvimento organizacional e a otimização dos resultados (Motta, 2007).

Antes de identificar uma situação ou propor uma solução, é importante realizar um diagnóstico da instituição ou organização. Isso começa com conversas com as pessoas envolvidas ou interessadas para entender qual modelo elas percebem existir na organização. Em seguida, o organograma da instituição é analisado para verificar as congruências e incongruências entre a estrutura formal e a prática, especialmente em relação aos níveis hierárquicos, competências, legitimidade e responsabilidade na tomada de decisão (Nascimento, 2016).

Essa análise prévia permite verificar se o organograma é conhecido formalmente pela estrutura institucional e se há entendimento sobre competência, responsabilidade e redes formais de decisão em casos de conflito, especialmente em relação à autoridade e legitimidade para resolver divergências ou situações de risco e urgência (Nascimento, 2016). Ter clareza sobre o organograma, responsabilidades e fluxo do processo decisório da organização facilita a percepção dos colaboradores e gestores sobre os fluxos decisórios relacionados às diferentes situações, especialmente em ações interligadas.

É comum em estruturas de saúde, especialmente em instituições hospitalares com organização informal, ocorrerem boicotes a rotinas estabelecidas, principalmente por parte do corpo clínico e médico, quando não concordam com elas. Essas ações geram desentendimentos com o restante da equipe e conflitos entre as subculturas da organização, por meio de pressões, buscando revisar as rotinas em vez de utilizar espaços que favoreçam o diálogo e a comunicação. Esse comportamento competitivo, caracterizado pela aversão dos profissionais às regras procedimentais, é justificado por alguns devido à falta de vínculo empregatício, o que pode prejudicar os interesses da organização (Rossetti; Andrade, 2014).

Compreender a dinâmica dos conflitos e diagnosticar se a autonomia dos médicos escapa ao controle da área administrativa e aos padrões de gestão, baseando-se apenas em mecanismos de pressão na estrutura administrativa, exige dos administradores, diretores e gestores não apenas conhecimento

técnico sobre conflito, mas também habilidades elevadas de comunicação e negociação (Rossetti; Andrade, 2004).

No entanto, quando as partes estão dispostas a colaborar e buscar uma solução consensual, a mediação pode ser uma opção valiosa para a resolução de conflitos na área da saúde, permitindo que as partes tenham maior participação no processo e encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias.

4.1 A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO CONSENSUAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A palavra mediação tem origem no latim *mediare*, que significa mediar, intervir, colocar-se ao meio. Nesse sentido, a mediação se apresenta como um método consensual de resolução de conflitos que possibilita a transformação da cultura do conflito em cultura de paz e pacificação social, na medida em que um terceiro imparcial, facilita o diálogo para que os litigantes construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o conflito, visando o consenso, a realização do acordo, além de proporcionar a restauração da convivência social entre as partes. No mesmo sentido, pondera Cahali (2012, p. 57), que a mediação é:

[...] um dos instrumentos de pacificação de natureza autocompositiva e voluntária, no qual um terceiro, imparcial, atua, de forma ativa ou passiva, como facilitador do processo de retomada do diálogo entre as partes, antes ou depois de instaurado o conflito.

Segundo a doutrinadora Tartuce (2016), com os movimentos normativos implementados pelo Novo Código de Processo Civil e pela Lei n. 13.140/2015, a mediação integrou-se ao ordenamento jurídico como ferramenta legalmente prevista para possibilitar caminhos pautados pelo diálogo. A Lei n. 13.140/2015 – Lei de Mediação brasileira, considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia (Brasil, 2015b).

Alguns autores preferem definições mais completas sugerindo que a mediação é um processo autocompositivo segundo o qual as partes em disputa são auxiliadas por uma terceira parte neutra ao conflito ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para se chegar a uma composição. Trata-se de um método de resolução de disputas no qual se desenvolve um processo composto por vários atos procedimentais pelos quais o(s) terceiro(s) imparcial (is) facilita (m) a negociação entre as pessoas em conflito, habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e necessidades (CNJ, 2016).

Moore, afirma que a mediação é a interferência de um terceiro em uma negociação, sendo que este terceiro tem poder limitado, ajudando as partes a chegarem a um acordo voluntariamente, podendo estabelecer ou fortalecer relacionamentos de confiança, minimizando custos e os danos psicológicos. Como demonstrado, as definições têm em comum a abordagem construtiva proporcionada pela mediação, que conta com alguém imparcial e capacitado para contribuir na conversação de modo que os envolvidos possam assumir posturas protagonistas na abordagem da controvérsia (Vasconcelos, 2018).

Vasconcelos (2018), dispõe que a partir da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mediação se apresenta como mecanismo indutor de pacificação social, objetivo maior da jurisdição ótima. Ademais, como prevê o Código de Processo Civil de 2015, a mediação é fundamentada por princípios. Desta forma, passa-se a identificar os princípios que regem a mediação a seguir (Silva, 2016).

4.2 AMPLIAÇÃO DO USO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁREA DA SAÚDE

Diante da crescente judicialização dos direitos sociais, sentiu-se a necessidade da mudança da cultura de litígio para a cultura do diálogo, a fim de que fosse reduzido o número de demandas judiciais, sendo assim, possível garantir a efetividade dos direitos fundamentais, dentre eles o direito à saúde (Lopes, 2014).

Os meios alternativos de solução de conflitos, diferente do que se poderia pensar, não afastam o direito constitucional ao acesso à justiça ou a inafastabilidade da jurisdição, já que o princípio deve ser lido de forma mais ampla do que o simples acesso ao Poder Judiciário. Deve ser entendido como o acesso à ordem jurídica justa (Lopes, 2014).

Para Nascimento (2016), conversar sobre saúde, relações com direitos e deveres que se criam, conflitos que daí decorrem e procedimento para os resolver, impõe também proceder a uma prévia separação de possíveis situações com necessidade de resolução, designadamente, por um lado os casos relativos à prestação de serviços e cuidados de saúde, como internação, execução de procedimentos cirúrgicos, exames e consultas. E por outro, questões relacionadas com tratamentos e medicamentos.

Segundo o autor, esta divisão permite, nomeadamente, separar e identificar os diversos sujeitos intervenientes na multiplicidade de conflitos que encontramos nesta área específica do Direito (Nascimento, 2016).

Assim, podemos colocar, a título exemplificativo, em termos de sujeitos intervenientes: pacientes, hospitais, clínicas, entes públicos, seguradoras, pessoas jurídicas de direito público, Estado, Município, entre outros. A complexidade das relações na área da saúde são também verificáveis na diversidade de diálogo entre as múltiplas partes que se relacionam, identificando nos conflitos mais comuns, pelo menos, três tipos de linguagens, de acordo com os intervenientes: “Médicos; Staff - linguagem ética e técnica Famílias; Pacientes; Acompanhantes - linguagem emocional Empresas; Operadoras e Seguradoras - linguagem financeira” (Nascimento, 2016, p. 9).

Atendendo a esta particularidade de múltiplas partes com diálogos distintos, atendendo a funções e objetivos absolutamente diversos, resulta verificado que na grande maioria dos processos judiciais e arbitrais, na área da saúde, as questões relacionais são citadas e implicadas no conflito, não sendo esta situação resolvida pela litigância. Nesse contexto, a intervenção de um terceiro facilitador que consiga potencializar a comunicação através do entendimento dos diversos discursos utilizados (ética; técnica; emocional e financeira) potencializa o consenso e a construção de soluções que para além da situação resolvam definitivamente o problema (Nascimento, 2016).

Assim, importa referir, relativamente ao paciente e seu acompanhante, a grande maioria dos conflitos na área da saúde referem-se a uma necessidade de compreensão do que aconteceu (pelo não domínio de questões técnicas); um reconhecimento ou responsabilidade sobre o acontecimento (financeiro); confiança de não repetição com mais ninguém (emocional).

No entanto caso concreto recurso de Agravo Interno (AI):

PLANO DE SAÚDE E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. QUESTÃO TÉCNICA. JULGAMENTO DA CAUSA, SEM INSTRUÇÃO PROCESSUAL. INVIABILIDADE. ERROR IN PROCEDENDO. CASSAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA SENTENÇA. 1. Segundo a jurisprudência do STJ, nas questões que envolvem conhecimento técnico, como aquelas em que há divergência entre o profissional de saúde e médico-auditor da operadora do plano a respeito de determinado tratamento médico, deve o magistrado, nos termos o Enunciado n. 31 da I Jornada de Direito da Saúde do CNJ, obter informações do Núcleo de Apoio Técnico ou Câmara Técnica e, na sua ausência, de outros serviços de atendimento especializado, tais como instituições universitárias, associações profissionais. Precedentes. (AgInt no AgInt no AREsp n. 1.219.074/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 28/3/2022, DJe de 31/3/2022.) 2. No caso, a própria autora/agravante reconhece que, na avença celebrada em novembro de

2015, admitiu textualmente, na própria contratação, ser portadora de "artrose na perna direita", tendo, em novembro de 2016, exigido o custeio de procedimento cirúrgico para implantação de prótese no quadril e outras coberturas. [...] Do recurso especial repetitivo n. 1.124.552/RS, julgado pela Corte Especial, o melhor para a segurança jurídica consiste em não admitir que matérias de fato ou eminentemente técnicas sejam tratadas como se fossem exclusivamente de direito, resultando em deliberações arbitrárias ou divorciadas do exame probatório do caso concreto. Ressaltou-se que: a) cabe franquear às partes a produção da prova necessária à demonstração dos fatos constitutivos do direito alegado, sob pena de cerceamento de defesa e invasão do magistrado em seara técnica com a qual não é afeito; b) sem dirimir a questão eminente técnica subjacente á jurídica, uma ou outra conclusão dependerá unicamente do ponto de vista do julgador, manifestado quase que de forma ideológica, por vez às cegas e desprendida da prova dos autos - em não raros casos simplesmente inexistente; c) nenhuma das partes pode ficar ao alvedrio de valorações superficiais do julgador acerca de questões técnicas, matéria acerca da qual, em regra, deveria o magistrado se abster de manifestar juízo de valor. 7. Como não houve instrução processual, a tornar, no caso concreto, temerária a imediata solução do litígio, aplicando-se o direito à espécie (art. 1.034 do CPC/2015 e Súmula 456/STF), é de rigor a anulação do acórdão recorrido e da sentença, determinando-se o requerimento de nota técnica ao Núcleo de Apoio Técnico do Tribunal de origem. 8. Agravo interno não provido (STJ - REsp: 1.872.009 SP, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 23/08/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/08/2022) (BRASIL, 2022).

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando há essa divergência técnica, o magistrado deve buscar informações de órgãos especializados, como o Núcleo de Apoio Técnico ou Câmara Técnica, ou, na ausência dessas, de outros serviços de atendimento especializados, como instituições universitárias ou associações profissionais.

Logo, a mediação, como estratégia de resolução de conflitos na área da saúde, apresenta uma série de vantagens que podem contribuir significativamente para evitar a judicialização excessiva. Uma das principais vantagens é a eficiência e rapidez. Por ser um processo menos formal e mais flexível, a mediação tende a ser mais ágil do que os processos judiciais tradicionais. Em um cenário onde o tempo pode ser crucial para a saúde do paciente, a possibilidade de encontrar uma solução rápida é inestimável. Além disso, a eficiência da mediação pode resultar em economias significativas para o sistema de saúde e para as partes envolvidas (Nascimento, 2016).

Outro aspecto relevante é a preservação das relações. A natureza colaborativa da mediação favorece a manutenção e até mesmo o fortalecimento das relações entre as partes. Isso é particularmente importante na área da saúde, onde a relação entre o paciente e o prestador de cuidados pode

continuar após a resolução do conflito. A mediação permite que as partes expressem seus sentimentos e preocupações, promovendo a compreensão mútua (Lopes, 2014).

Além disso, a mediação oferece um espaço onde as partes podem explorar soluções criativas e adaptadas às suas necessidades específicas. Em contraste com as decisões judiciais, que muitas vezes são limitadas por precedentes e normas legais, a mediação permite soluções mais personalizadas e holísticas. A confidencialidade é outra vantagem da mediação. Ela oferece um grau de privacidade que não é garantido nos processos judiciais, o que pode ser especialmente relevante em casos de saúde, onde questões sensíveis e privadas podem estar em jogo. A confidencialidade pode incentivar as partes a serem mais abertas e honestas durante o processo, facilitando a resolução do conflito (Vasconcelos, 2018).

No entanto, apesar de suas muitas vantagens, é crucial reconhecer que a mediação tem seus limites. Ela pode não ser adequada para todos os conflitos, especialmente aqueles que envolvem violações graves de direitos ou onde uma das partes tem poder significativamente mais do que a outra. Além disso, as soluções alcançadas através da mediação não têm a mesma força vinculativa que uma decisão judicial, o que pode ser uma desvantagem em certos casos. Portanto, enquanto a mediação oferece uma série de benefícios potenciais como uma alternativa à judicialização na área da saúde, é essencial que seja aplicada de forma criteriosa, considerando as características específicas de cada conflito (Silva, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente demanda por soluções judiciais no âmbito jurídico-médico tem gerado custos significativos para o sistema de saúde pública e para o Poder Judiciário. O aumento de litígios nesse campo, como destacado na pesquisa apresentada, evidencia a necessidade de se buscar mecanismos mais eficientes e menos onerosos para a resolução de conflitos.

A mediação, como ferramenta de solução de desavenças, apresenta-se como uma alternativa financeiramente viável. Ao proporcionar um espaço neutro e sigiloso para o diálogo entre as partes, a mediação pode reduzir os custos associados a longos processos judiciais, otimizar recursos e agilizar a solução das desavenças. Além disso, ao manter o vínculo entre médico e paciente, evita-se a necessidade de novas consultas, tratamentos ou procedimentos, que poderiam ser requeridos em caso de ruptura dessa relação.

Contudo, para que a mediação seja efetivamente implementada e gere os benefícios financeiros esperados, é crucial que o ente público cumpra seu dever constitucional. Isso implica em investir na capacitação de mediadores, criar centros de mediação especializados e promover campanhas de conscientização sobre os benefícios desse método alternativo de resolução de conflitos.

Em síntese, a efetivação da mediação para solucionar conflitos da saúde pública não apenas tem o potencial de gerar economia para os cofres públicos, mas também de promover uma solução mais ágil e humanizada para as desavenças no campo jurídico-médico. No entanto, para que essa potencialidade seja alcançada, é imperativo que o ente público atue proativamente, cumprindo seu papel constitucional e investindo nos recursos necessários para a implementação eficaz da mediação.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Tatiane Mota Lemos. Governança pública nos contratos de gestão: possíveis contribuições da auditoria do SUS. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://portal.unicap.br/documents/475032/1847759/Abrasco_FortaleceroSUS1.pdf/31ab1f16cd1bc5bb22ee9feeda5255ee?t=1633547389960. Acesso em: 09 jun. 2023
- BARROSO, Luís Roberto. Ano do STF: Judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Revista Consultor Jurídico, dez. 2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008dez22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica?pagina=2. Acesso em: 09 set. 2023
- BARCELLOS, Logan Caldas. A legitimidade democrática da jurisdição constitucional e o contramajoritarismo no contexto da judicialização da política e do ativismo judicial. Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização, Brasília, v. 8, n. 1, p. 143, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/1222>. Acesso em: 09 Set. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 Set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Autoridades debatem a judicialização na saúde. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43910-judicializacao-da-saude-no-brasil-e-tema-de-debate-com-autoridade>. Acesso em: 09 sep. 2023
- BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 09 set. 2023
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ (4 Turma). Recurso Especial - REsp: 1.872.009/SP. Relator: Luis Felipe Salomão, 23 de agosto de 2022, Data de Publicação: 31 de agosto de 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1659998258/inteiroteor1659998277>. Acesso em: 21 set. 2023
- CARVALHO, Flávia Wanzeler. Judicialização do direito à saúde: aspectos relevantes da Audiência Pública n.º 04/2009. In: Jus.com.br, jun. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40164/judicializacao-do-direito-a-saude-aspectos-relevantes-da-audiencia-publica-n-04-2009>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Resolução Nº 125 de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>. Acesso em: 09 set. 2023
- CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Princípios constitucionais. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017
- DINIZ, Carmen Simone Grilo; DUARTE, Ana Cristina. Parto normal ou cesárea?: o que toda mulher deve saber (e todo homem também). São Paulo: UNESP, 2004.

FREITAS, Daniela Milanez. O direito à saúde: uma análise comparativa da intervenção judicial. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 237, p. 197-221, jul./set. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/44372>. Acesso em: 09 sep. 2023

FIGUEIREDO, Mariana F. Algumas notas sobre a eficácia e efetividade do direito fundamental à saúde no contexto constitucional brasileiro. Direito à saúde - Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo, v. 12, n.3, dez. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047653>. Acesso em: 29. jun. 2023

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991

LOPES, Bráulio Lisboa. A atuação do poder judiciário na implementação de políticas públicas: análise de sua legitimidade. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.13,n.23, p. 329-346, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/85774>. Acesso em: 09 jun.2023

MARTINS, Gustavo Rocha; CARPANEZ, Natã Ferraz. Judicialização da saúde: apontamentos sobre a atuação jurisdicional, uma análise sob a ótica do estado democrático de direito e o acesso à justiça. RevistaViannaSapiens,[S.l.],v.7,n.2,p.5374,2017.Disponívelem:<http://viannasapiens.com.br/revista/article/view/196>. Acesso em: 21 out. 2023

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007

NASCIMENTO, Dulce. Mediação de Conflitos na Área da Saúde: experiência portuguesa e brasileira. Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário, v. 5, n. 3, p. 201-211, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/333>. Acesso em: 21 set. 2023.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, José da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016

VIANNA, Luiz Werneck. A Judicialização da Política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Capítulo 9



10.37423/230908218

TELETRABALHO NA PANDEMIA DO COVID-19: A EXPERIÊNCIA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

Roseli Ferreira Lima

*Pós Graduada do Curso de DIGITAL
BUSINESS - 2022 do MBA USP/ESALQ*

Lisleandra Machado

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais
UNEMAT - Universidade do Estado do Mato
Grosso*

Domingos Sávio da Cunha Garcia

Leonardo Amorim de Araújo

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Carlos Arthur Alevato Leal

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Arthur Nascimento Assunção

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Lucas Mendes Ferreira

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Samuel Alves de Freitas

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Gustavo José Santiago Rosseti

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Silvana Rodrigues Pires Moreira

*IFSUDESTEMG-Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste
de Minas Gerais*

Resumo: O teletrabalho até então visto como uma possibilidade pouco aplicável aos tribunais brasileiros, frente a rigidez da cultura organizacional da administração pública, se tornou uma realidade latente em um curto espaço de tempo, com o advento da pandemia de COVID-19. Essa pesquisa pretendeu analisar a experiência vivida pelos servidores do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), após a adoção do trabalho à distância. Para isso, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, a partir da aplicação de um questionário virtual abrangendo as temáticas diretamente ligadas ao assunto, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) em que foi respondido de forma anônima por 15 servidores do tribunal, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados obtidos foram compilados via planilha de Excel e após revisão sistemática restou evidenciado que na percepção dos participantes, essa mudança trouxe tanto impactos positivos quanto negativos. Se por um lado, os servidores apontaram uma melhora na qualidade de vida pelo fato de não precisarem se deslocar até o local de trabalho e evitar o desgaste diário com o trânsito, por outro lado, alguns expressaram dificuldades em conseguir separar o profissional do pessoal, além da falta de definição de horários gerando sobrecarga na jornada de trabalho. Contudo, apesar dos percalços e aprendizados vividos nessa jornada, os servidores entendem que o trabalho remoto é 100% aplicável ao tribunal.

Palavras-chave: Teletrabalho; Pandemia; COVID-19; Servidores; Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

A transformação digital no âmbito do Poder Judiciário, teve início em 2009, por meio da tecnologia da informação e comunicação (TIC), com a implantação de um sistema totalmente informatizado para tornar os processos que até então eram exclusivamente físicos, em eletrônicos. O conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013 instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje, estabelecendo as regras para seu uso. E finalmente em 2015, o CNJ trouxe para consulta pública uma minuta, que no ano seguinte viria a se tornar a regulamentação do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário - a Resolução nº 227/2016. (ANTUNES & FISCHER, 2020).

Na economia brasileira como um todo, a Indústria 4.0 buscava sempre otimizar as perdas e ganhos inerentes a produtividade de seus trabalhadores, mas ainda tinha como visão padrão uma indústria totalmente submissa ao trabalho presencial. Todavia com o advento da pandemia de COVID-19 esse cenário mudou (CARVALHO et al., 2020).

Com a restrição da convivência social, em razão da pandemia de COVID-19, os tribunais brasileiros precisaram buscar uma alternativa para manter a prestação dos serviços judiciários e a implementação do trabalho à distância foi a solução encontrada para o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), que rapidamente se adequou a essa nova realidade.

Em termos gerais, no trabalho remoto, entre os principais proveitos para os trabalhadores está a flexibilidade da jornada, com economia de tempo e custo, juntamente com maior autonomia, ao passo que o empregador observa uma redução nos seus custos e uma maior produtividade. (GUERRA et al., 2020).

Por outro lado, é importante destacar também os aspectos negativos desse contexto, haja vista que o aumento da produtividade pode ter relação com o fato do trabalhador em “home office” fazer mais horas do que o previsto. Além disso, o isolamento profissional afeta diretamente as interações sociais no trabalho, trazendo à tona a ansiedade e a telepressão, reduzindo também o reconhecimento e o “feedback”. (ANTUNES & FISCHER, 2020).

Eis aqui a problemática a ser discutida nesta pesquisa, a experiência vivida pelos servidores do TJGO com a adoção do teletrabalho, bem como outras nuances dessa nova perspectiva: se houve a criação de uma cultura organizacional voltada ao trabalho à distância, impactos positivos e negativos, gerenciamento de produtividade, controle da jornada e possíveis reflexos da Síndrome de “Burnout”.

MATERIAL E MÉTODOS

Essa pesquisa tem natureza aplicável ao buscar trazer a discussão a experiência vivida pelos servidores do TJGO durante a pandemia, na adaptação do teletrabalho.

O escopo é entender como se deu a transição para essa nova realidade, impactos positivos e negativos, além de outros aspectos relevantes.

O estudo será realizado por meio de uma abordagem quantitativa, com a aplicação de um questionário virtual, composto por questões estruturadas e não-estruturadas, na plataforma Google Forms, com 28 perguntas divididas em blocos (Apêndice).

Para tanto a pesquisa, a pesquisa foi submetida por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), especificamente ao serviço público de informação do TJGO e os participantes responderam a pesquisa no período de 04 a 19/08/22, de forma anônima. Por essa razão, não houve necessidade de submeter o estudo para avaliação da comissão de ética, uma vez que no caso de pesquisas de opinião pública com participantes não identificados, não há obrigatoriedade como preceitua o Art. 1º, I, Resolução 510, CNS.

As perguntas foram tabuladas no MS Excel para obtenção dos resultados quantitativos dessas questões sem deixar de mencionar os dados passíveis de análise qualitativa.

Além do questionário pra coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a fim de comparar aos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a coleta de dados, o questionário virtual (“Google Forms”) foi submetido por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), especificamente ao serviço público de informação do TJGO e os participantes responderam à pesquisa no período de 04 a 19/08/22. A análise foi realizada a partir da filtragem das respostas do formulário e no total foram recebidas 15 respostas. Para melhor entendimento, os resultados serão apresentados conforme divisão do questionário aplicado.

I – ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

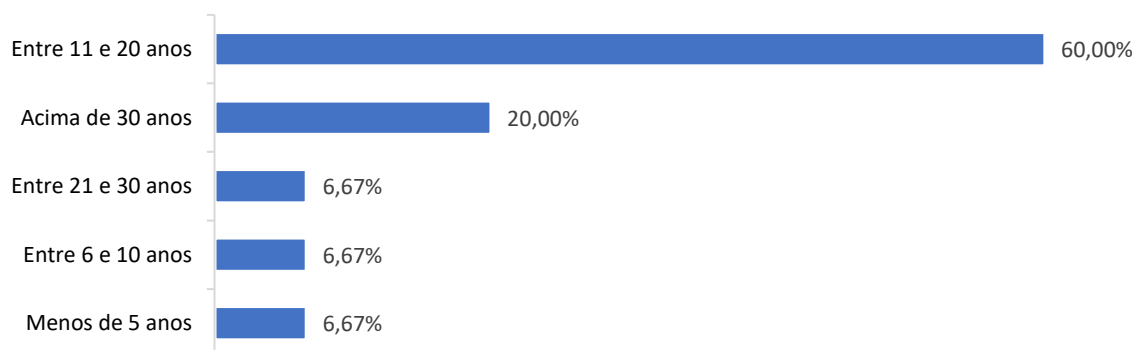


Gráfico 1. Tempo de trabalho no Tribunal
Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

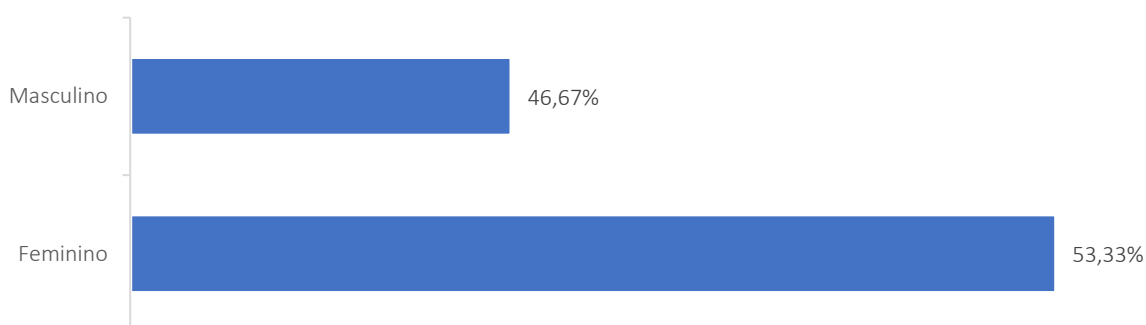


Gráfico 2. Sexo
Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

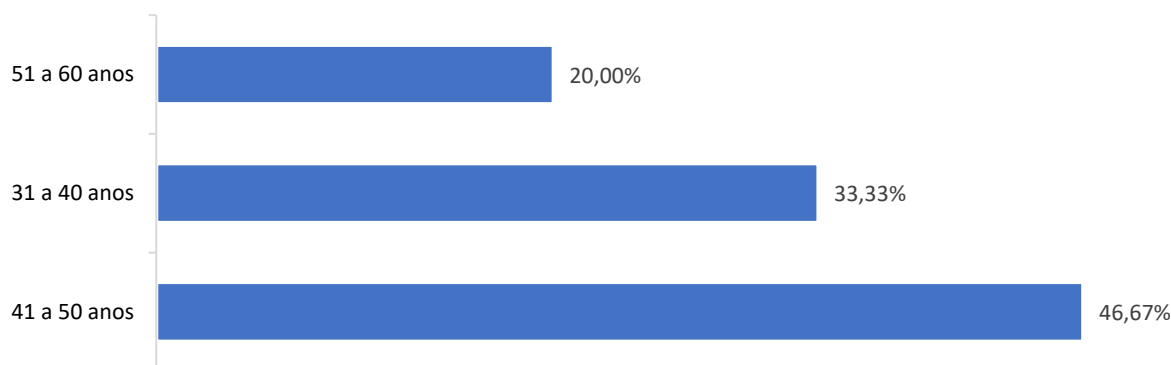
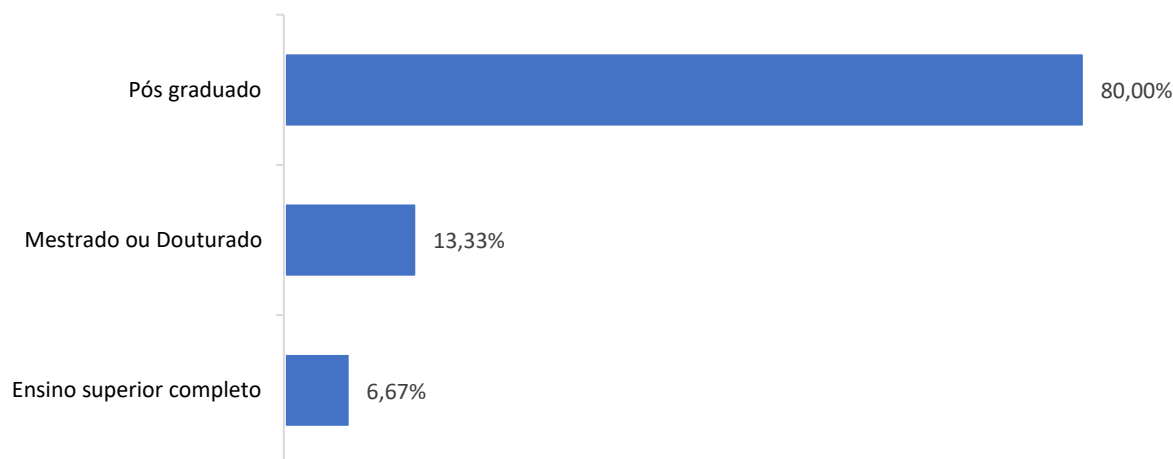
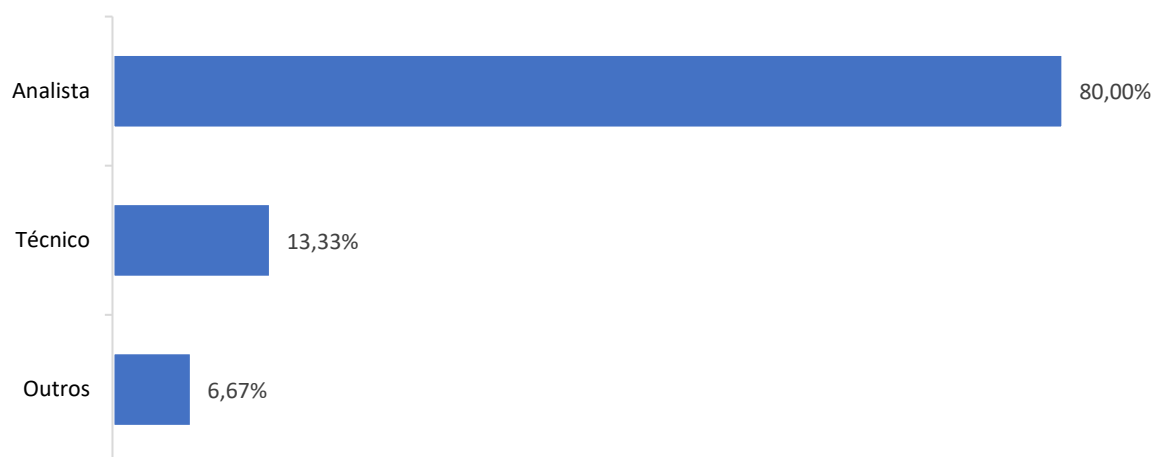


Gráfico 3. Faixa etária
Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

**Gráfico 4. Escolaridade****Fonte:** Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)**Gráfico 5. Cargo****Fonte:** Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

Analisando o primeiro bloco do estudo, observa-se que 60% dos participantes laboram no tribunal entre 11 e 20 anos no tribunal e 20% há mais de 30 anos. A maior parte da população da pesquisa é feminina e representa 53,33% dos que responderam. Já quanto a idade, a amostra está bem dividida, pois 46,67% possuem mais que 40 anos, enquanto 33,33% entre 31 e 40 anos e 20% acima de 51 anos.

No que tange a formação, na literatura, segundo as perspectivas de Belzunegui-Eraso e Erro-Garcé um dos fatores essenciais que favorecem a adoção do teletrabalho é o conhecimento, já que quanto mais alta é a qualificação do profissional, melhor é a produtividade e o grau de autonomia (ANTUNES &

FISCHER, 2020). É exatamente o que confirma a pesquisa, visto que 80% dos respondentes são pós-graduados, enquanto 13,33% são mestres ou doutores. No tocante ao cargo ou função que desempenham, 13,33% dos participantes atuam como técnico, ao passo que mais de 80% são analistas.

II– ADOÇÃO DO TELETRABALHO NA PANDEMIA

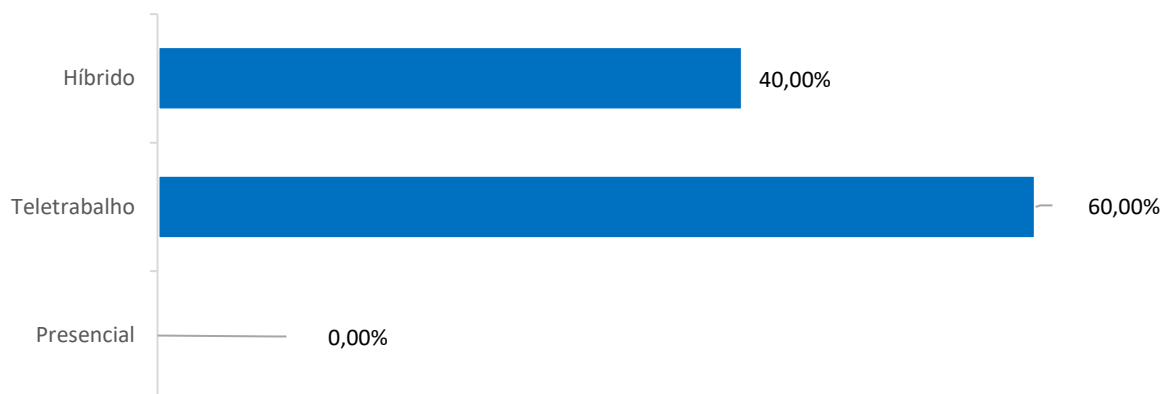


Gráfico 6. Modelo de trabalho durante a pandemia

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

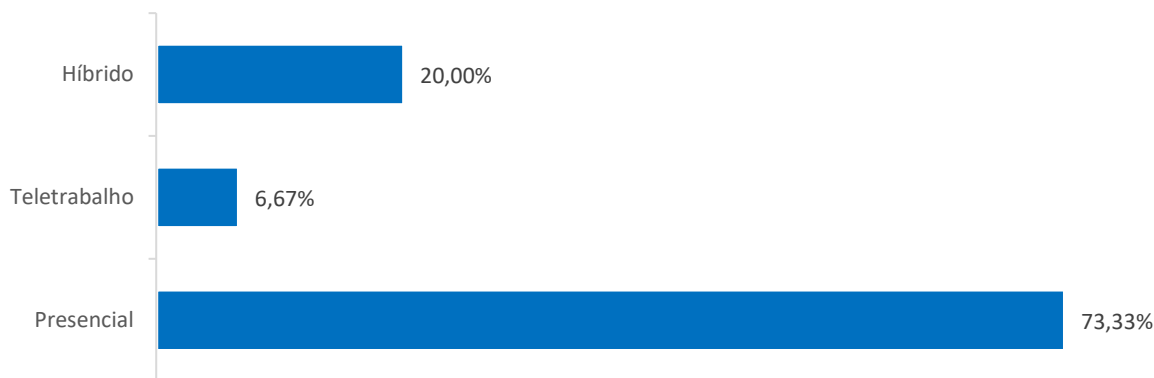


Gráfico 7. Modelo atual de trabalho

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

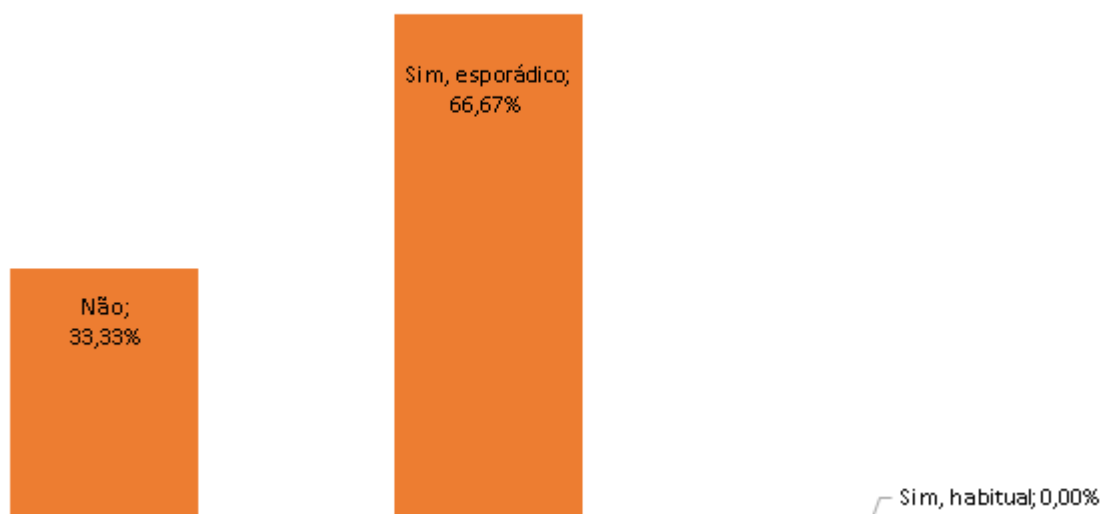


Gráfico 8: Existência da modalidade teletrabalho antes da pandemia

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)



Gráfico 9. Mudança do modelo presencial para teletrabalho durante a pandemia

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho em 2021, estima-se que apenas 3% dos trabalhadores no mundo faziam “home office” antes da pandemia, enquanto no cenário pós-pandemia esse número saltou para 17,4%, ou seja, 557 milhões de pessoas em teletrabalho (ANTUNES, 2022). Durante a pandemia o trabalho 100% presencial foi suspenso no TJGO e 60% dos entrevistados passaram a atuar em “home office” e 40% em modelo híbrido. Contudo, atualmente o cenário mudou. Hoje, 73,33% já retornaram ao trabalho presencial, enquanto apenas 6,67% continuam atuando remotamente e 20% no híbrido.

Ao serem questionados sobre a existência de trabalho remoto antes da pandemia, esse tema 66,67% responderam que o trabalho à distância até então era esporádico. Sobre a questão da mudança do modelo presencial para o “home office”, quase 90% dos relataram que a transição ocorreu de forma tranquila.

III – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

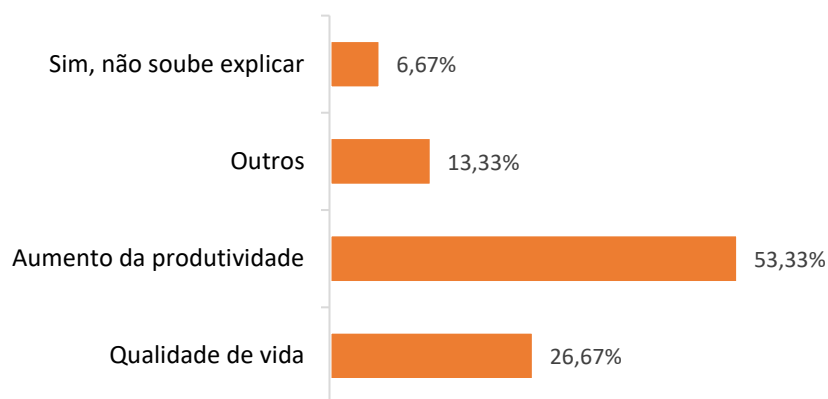


Gráfico 10. Impactos positivos do Teletrabalho

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)



Gráfico 11. Impactos negativos do Teletrabalho

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

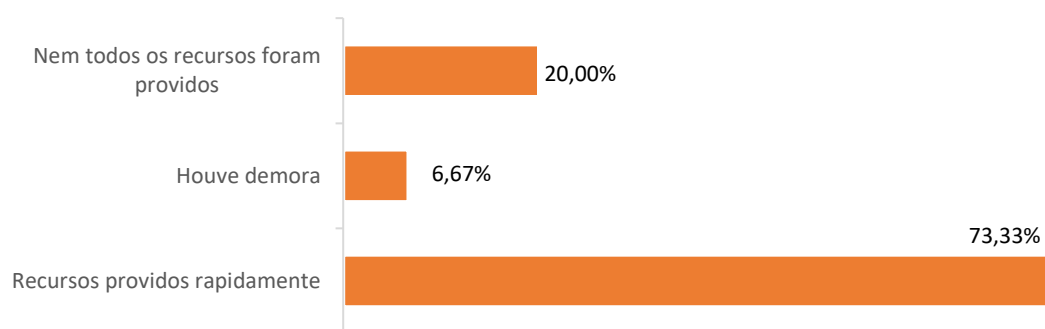


Gráfico 12. Provimento dos recursos necessários as atividades

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

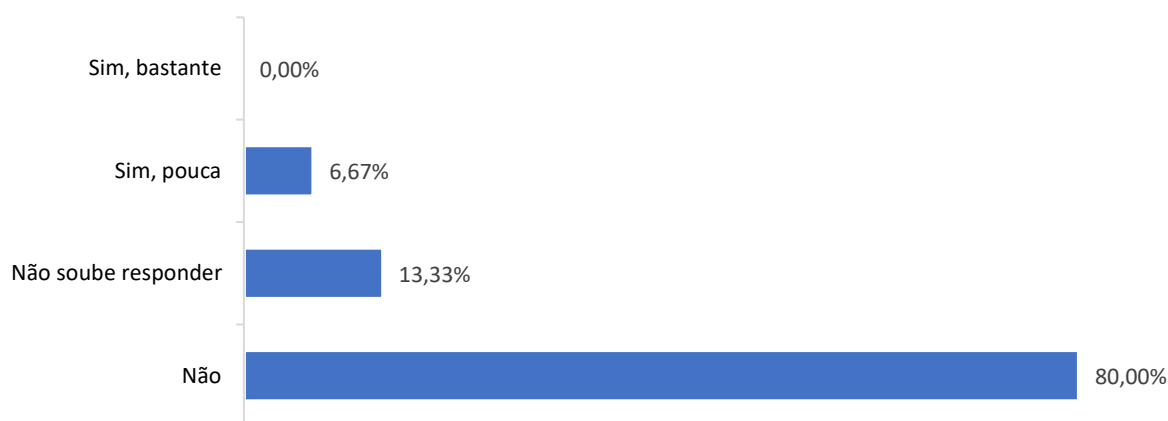


Gráfico 13. Dificuldade na adequação das atividades

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

No que diz respeito aos aspectos positivos, todos os participantes concordaram que houve mais benefícios, entre os principais, eles destacaram o aumento da produtividade 53,33% e da qualidade de vida 26,67%. Foi citado como exemplo do aumento da qualidade de vida, a redução das despesas com deslocamento, melhora na alimentação e maior tempo de convivência com a família.

Sobre os impactos negativos, os respondentes discordaram em suas respostas, já que 40% apontaram a carga horária excessiva, enquanto 26,67% alegaram que não houve nenhum impacto negativo.

No quesito de provimento de recursos necessários ao “home office”, a maior parte dos entrevistados 73,33% relataram que foram providos rapidamente. Entretanto, 20% entenderam que nem todos os recursos foram providos.

Outra abordagem da pesquisa foi quanto a dificuldade de adequação das atividades na modalidade de trabalho remoto, sendo que a maioria, 80% dos respondentes informaram que não houve dificuldade, enquanto 6,67% enfrentaram alguma dificuldade.

IV - PERSPECTIVAS SOBRE GERENCIAMENTO DE PRODUTIVIDADE X CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

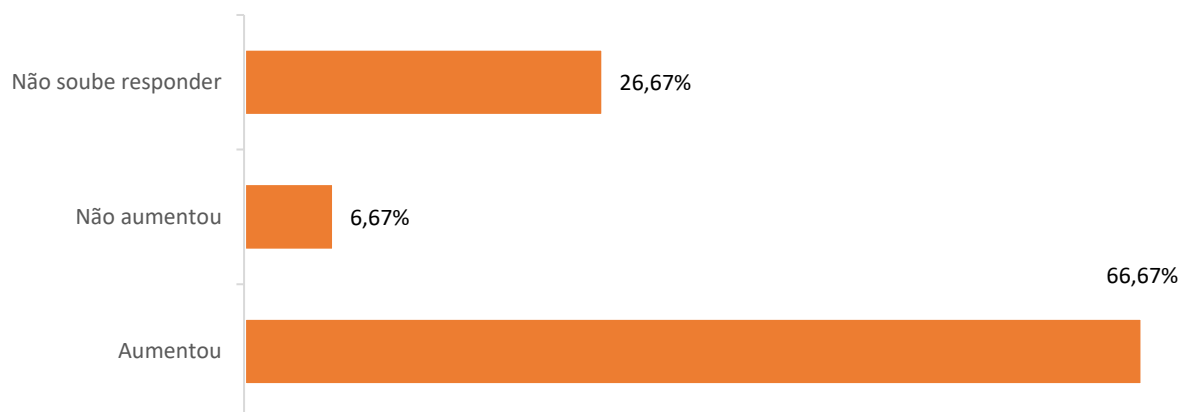


Gráfico 14. Produtividade

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

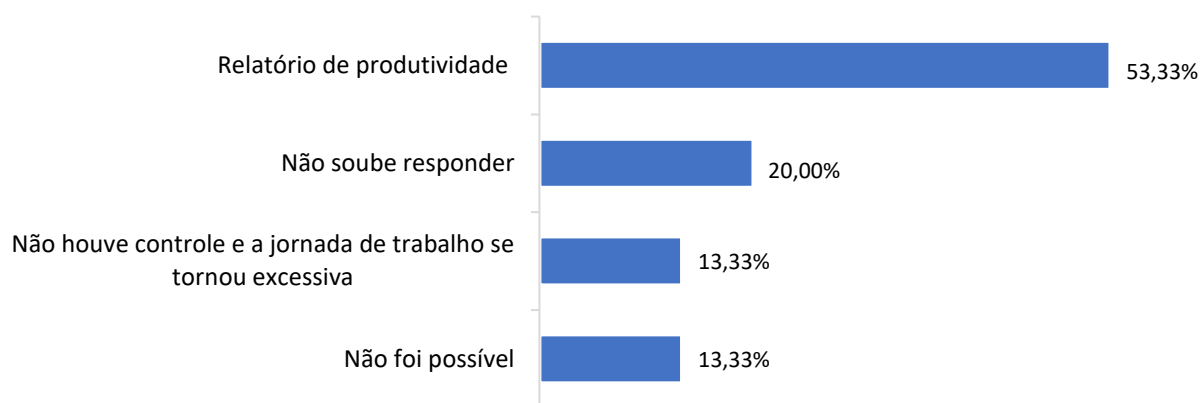


Gráfico 15. Produtividade x controle de jornada

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

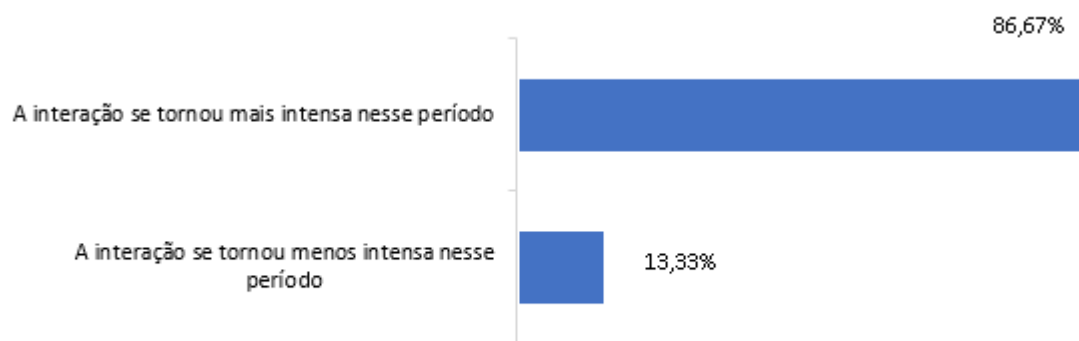


Gráfico 16. Interação com superiores e colegas

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

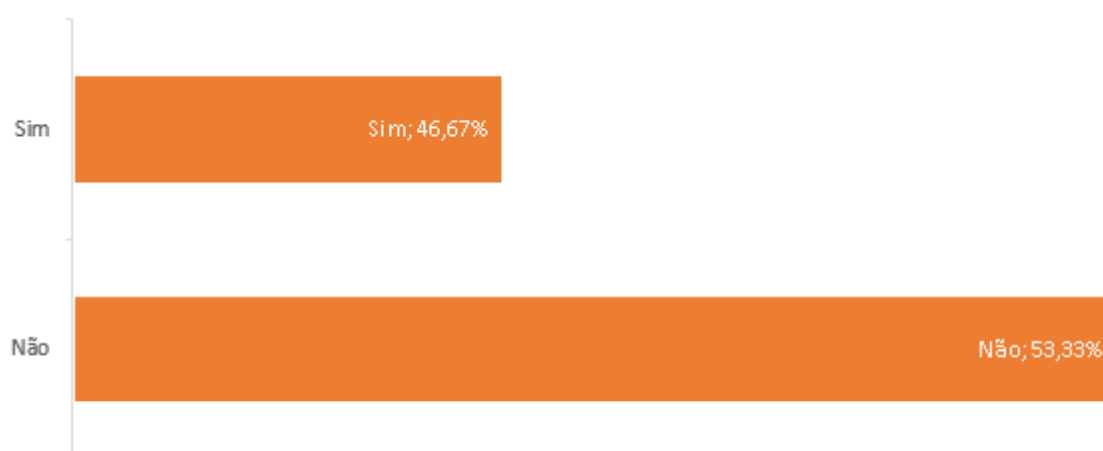


Gráfico 17. Cultura organizacional voltada ao teletrabalho

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

No que tange a produtividade, nenhum dos participantes relatou redução. Pelo contrário, a maioria deles, 66,67% confirmaram que houve aumento, enquanto 6,67% entenderam que não houve aumento.

O gerenciamento de produtividade, bem como controle da jornada de trabalho dividiu opiniões entre os respondentes, pois 53,33% relataram que houve controle por meio de um relatório. Para 13,33%, não houve controle da jornada que acabou se tornando excessiva.

Quando questionados sobre a interação com os superiores hierárquicos e demais colegas de trabalho, mais de 80% dos entrevistados mencionaram que se tornou ainda mais intensa nesse período de teletrabalho.

Sob o prisma da cultura organizacional, sabe-se que um dos grandes desafios da atualidade na gestão corporativa e consequentemente na gestão pública é a criação de uma cultura organizacional eficiente voltada ao “home office”, que consiga proporcionar ao servidor um ambiente saudável para o

desempenho das atividades fora das instalações físicas do órgão em que está lotado. Nesse aspecto, a pesquisa mostrou que as opiniões ficaram divididas e praticamente metade dos servidores (53,33%) entenderam que o tribunal não possui uma cultura organizacional voltada ao trabalho remoto.

V – IMPACTOS NA VIDA DO SERVIDOR

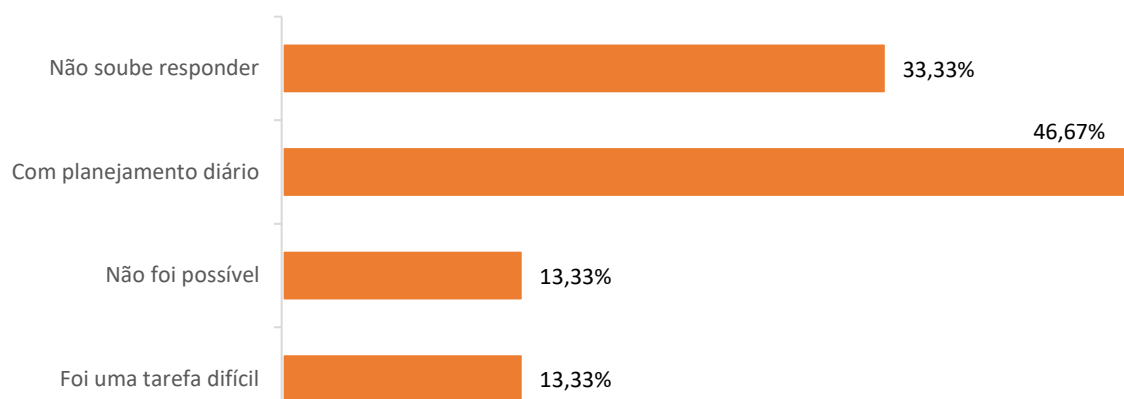


Gráfico 18. Como contornou as distrações existentes no ambiente do lar

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

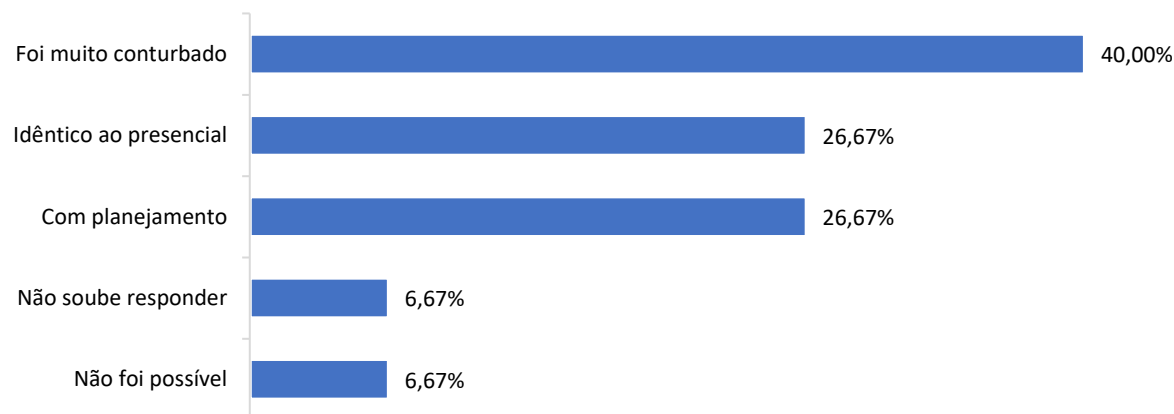


Gráfico 19. Gerenciamento do seu tempo trabalho X pessoal

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

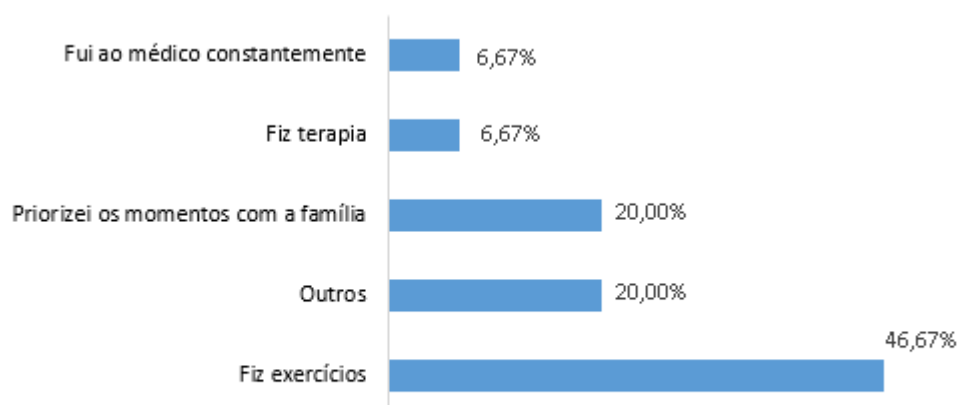


Gráfico 20. Cuidados com a sua saúde física e emocional

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)



Gráfico 21. Interação social na pandemia

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)



Gráfico 22. Ansiedade

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

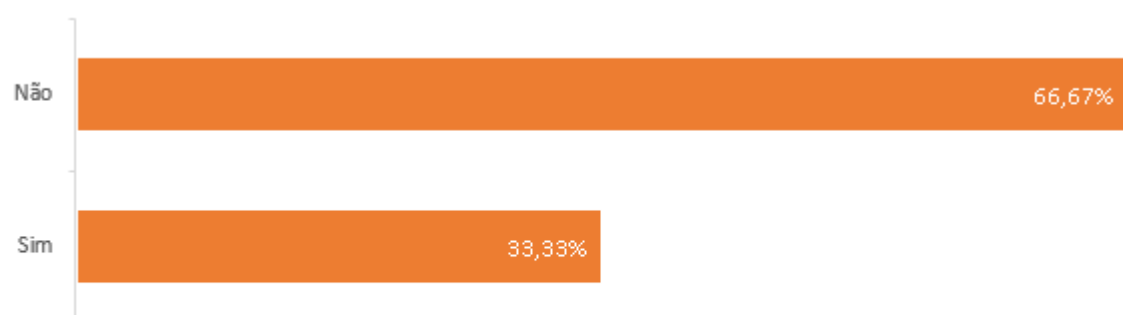
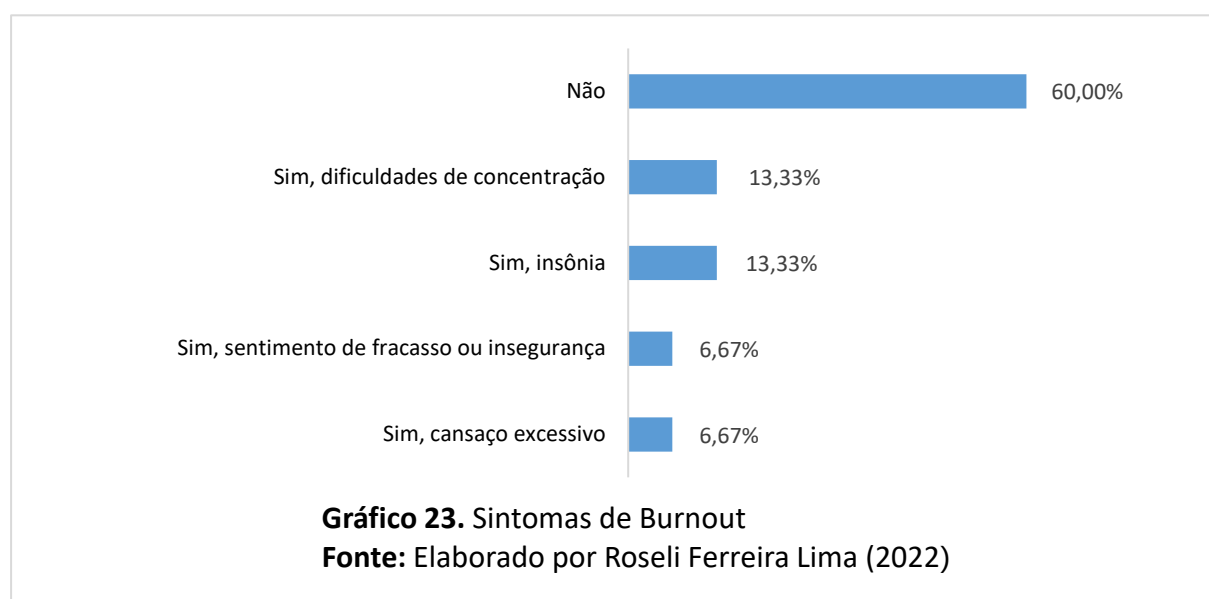


Gráfico 24. Apoio psicológico
Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

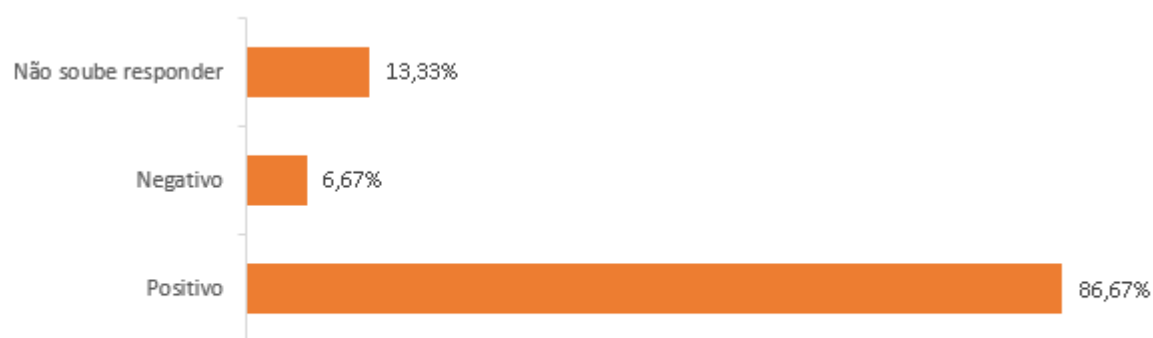


Gráfico 25. Saldo positivo x negativo
Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

Sobre as distrações no ambiente de trabalho remoto metade dos respondentes 46,67% mencionaram que o gerenciamento foi possível graças ao planejamento das atividades diárias, por outro lado 13,33% disseram ter sido uma tarefa bastante difícil.

Já a abordagem sobre o tema gerenciamento de tempo trouxe resultados interessantes, na medida em que as opiniões foram diversas. 40% dos entrevistados disseram que foi conturbado, outros 26,67% relataram que não teve diferença do modelo presencial e mais 26,67% dos participantes apontaram que o controle foi realizado com o planejamento das atividades.

No tocante aos cuidados com a saúde física e mental, grande parte da população da pesquisa, 46,67% optaram por fazer exercício diariamente, enquanto 20% priorizaram os momentos em família.

A maior parte dos entrevistados restringiu as interações sociais 53,33% e em contrapartida 40% relataram que intensificaram o convívio com outras pessoas, durante a pandemia.

Especificamente sobre saúde mental, 40% dos participantes relataram que não tiveram qualquer sintoma de ansiedade, enquanto 33,33% desenvolveram sintomas e 26,67% tiveram apenas episódios. Quando questionados sobre a percepção de sintomas relacionados a Síndrome de “Burnout”, a maioria dos respondentes negaram terem sofrido com isso, 60%. Para os que responderam positivamente, os sintomas relatados foram: dificuldades de concentração, insônia, cansaço excessivo e sentimento de fracasso e insegurança. Quanto a questão do apoio psicológico quase 67% dos servidores disseram que o tribunal não prestou nenhum tipo de suporte ao passo que 33,33% responderam positivamente.

Após a vivência do “home office”, apenas 6,67% da população da pesquisa teve a percepção de que o saldo foi negativo a saúde do servidor. Em sua maior parte, os respondentes relataram que o saldo foi positivo principalmente por não precisar se deslocar de casa para o trabalho e evitar trânsito, ter mais tempo para fazer exercícios, mais tempo de convivência com a família e como consequente, melhora na qualidade de vida, além do aumento da produtividade.

VI – TELETRABALHO COMO REALIDADE



Gráfico 26. Teletrabalho como realidade para os próximos anos

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

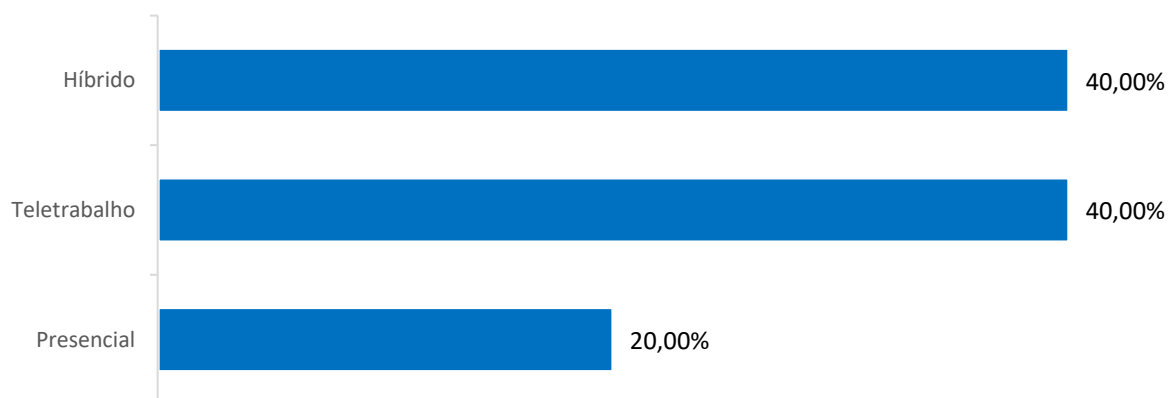


Gráfico 27. Modelo de trabalho preferido

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)



Gráfico 28. O que é necessário para que o teletrabalho seja 100% aplicável no Tribunal

Fonte: Elaborado por Roseli Ferreira Lima (2022)

Em que pese a possibilidade de o trabalho remoto ser uma realidade palpável e aplicável ao tribunal na atualidade e futuro, quando perguntados sobre o tema, quase 100% dos entrevistados responderam positivamente, ponderando que é um processo irreversível, que traz mais flexibilidade, mais qualidade de vida, adequado para o futuro. Contrariamente a 6,67% se opuseram a essa afirmação, pois acreditam que nessa modalidade o controle de jornada é precário tornando a carga horária excessiva.

Quanto a preferência de modelo de trabalho, os respondentes, em sua maioria, elegeram a modalidade de trabalho híbrido (40%) ou “home office” (40%).

Sobre o que pode ser melhorado para que o teletrabalho seja 100% aplicável ao tribunal, as opiniões são diversas, contudo, destacam-se dois pontos como preponderantes: a necessidade de regulamento pela CNJ bem como a falta de um controle efetivo de produtividade.

Quanto as questões de saúde física e emocional, a pesquisa aponta que o trabalho remoto trouxe benefícios, já que houve uma melhora da qualidade de vida, sem a necessidade de deslocamento até o trabalho, maior tempo de convivência com a família, além do tempo para fazer exercícios físicos, mesmo que por outro lado tenha ocorrido uma redução das interações sociais. Esse entendimento coaduna com a reflexão de Gallardo Moya, que defende que o “home office” liberta o trabalhador dos inconvenientes do trabalho industrial, como a falta de autonomia, pouco tempo para o repouso e principalmente a falta de flexibilidade de horários (RODRIGUES, Ana Cristina Barcellos, 2011).

De forma geral, o entendimento dos entrevistados é de que o teletrabalho é aplicável 100% ao tribunal, que o saldo foi positivo para a vida do servidor, pois foram relatados mais benefícios do que malefícios, haja vista que poucos relataram dificuldades na adaptação ou desenvolveram sintomas da Síndrome de “Burnout”, mas sim indicaram um expressivo aumento na qualidade de vida.

CONCLUSÃO

Feitas as devidas ponderações, têm-se que após um período conturbado durante a pandemia de COVID-19, com a necessidade de dar continuidade as atividades laborais e por consequência reduzir os impactos na economia, ocorreu uma grande quebra de paradigmas quanto ao modelo de trabalho tradicional. As tecnologias que até então traziam dúvidas no que se refere ao caráter de segurança, foram a base de sustentação para essa migração para o trabalho remoto.

Na perspectiva do judiciário brasileiro, como forma de manter a prestação jurisdicional o CNJ instituiu a Resolução nº 227/2016 para regulamentar o trabalho à distância e a partir o TJGO precisou se adaptar a essa nova realidade.

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa é que durante a pandemia o trabalho presencial, foi substituído pelo híbrido e remoto, mas atualmente o cenário é exatamente o oposto, ou seja, ainda falta de regulamentação da CNJ, para adoção do teletrabalho como modelo padrão de trabalho. Recentemente após o retorno as atividades presenciais, o TJGO disponibilizou um procedimento para solicitação de continuidade de serviço na modalidade home office para os servidores que assim desejarem, contudo depende de avaliação. Existe uma lacuna quanto a cultura organizacional no TJGO segundo a opinião de seus servidores.

O maior e quase unânime impacto trazido pelo trabalho à distância relatado pelos participantes é o aumento na produtividade, juntamente com aumento da qualidade de vida. Enquanto o principal ponto negativo identificado é a falta de controle da jornada, tornando-a excessiva. Ainda assim, embora os participantes tenham apontado a jornada excessiva como malefício trazido pelo “home office”, eles acreditam que essa modalidade é aplicável 100% ao tribunal e que o saldo dessa experiência foi positivo.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Yasmim, que está junto de Deus e que em sua curta existência me ensinou a ser forte e corajosa. Ao meu marido Hercílio, pelo amor, compreensão e por me motivar todos os dias a ser uma pessoa melhor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. D. Teletrabalho : o novo lócus de trabalho pós-pandêmico?: uma perspectiva transnacional da política e o caso da implementação na Justiça Federal Brasileira antes e durante a pandemia de covid-19 Tese de Doutorado em Saúde Pública - São Paulo : Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/T.6.2022.tde-20092022-164350

ANTUNES, E. D; FISCHER, M. F. A justiça não pode parar?! Os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal – Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000025920>

CARVALHO, A. C. L., BLIACHERIENE, A. C., ARAÚJO, L. V. "Quando Um Vírus Nos Desafia: Pandemia, Novas Tecnologias E Teletrabalho – Desafios Do Século XXI." Revista Controle - Doutrina E Artigos 18.2 (2020): 21-41. Web. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.640>

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BR). Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Brasília, DF: CNJ; 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1933>

GUERRA, M. H. T. S, ROCHA, R. S. N., RANIERI, T. R. GOMES, U. C. "Teletrabalho Estruturado Na Administração Pública." Revista De Administração, Sociedade E Inovação 6.3 (2020): 98-116. Web. Disponível em: <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/465/127>

RODRIGUES, A. C. B. Teletrabalho : a tecnologia transformando as relações de trabalho. São Paulo : Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011. Dissertação de Mestrado em Direito do Trabalho. Disponível em: doi:10.11606/D.2.2011.tde-14062012-112439'

APÊNDICE

BLOCO I – Aspectos gerais da população pesquisada
01. Há quanto tempo você trabalha no Tribunal?
02. Qual o seu sexo?
03. Qual a sua faixa etária?
04. Qual a sua escolaridade?
05. Qual o seu cargo?
BLOCO II – Adoção do teletrabalho na pandemia
06. Durante a pandemia você trabalhou em qual modelo de trabalho?
07. Atualmente você trabalha em qual modelo de trabalho?
08. Antes da pandemia, já existia teletrabalho no Tribunal? Como funcionava?
09. Como se deu a mudança do modelo presencial para o teletrabalho durante a pandemia?
BLOCO III – Aspectos positivos e negativos
10. Houve impacto positivo nos primeiros dias de 100% teletrabalho? Cite exemplos.
11. Houve impacto negativo nos primeiros dias de 100% teletrabalho? Cite exemplos.
12. Como se deu o provimento dos recursos necessários as suas atividades no teletrabalho (notebook, internet, cadeira ergonômica)?
13. Houve dificuldade na adequação das suas atividades ao teletrabalho?
BLOCO IV - Perspectivas sobre gerenciamento de produtividade x controle de jornada de trabalho
14. Você sentiu que houve um aumento ou redução na sua produtividade?
15. Como se deu o gerenciamento da produtividade X controle da jornada de trabalho, no modelo de teletrabalho?
16. Como foi a interação com os seus superiores hierárquicos e com os demais membros da equipe durante o teletrabalho? Selecione apenas uma opção, apenas a que mais se aproxima da sua realidade.
17. O Tribunal possui uma cultura organizacional voltada ao teletrabalho?
BLOCO V – Impactos na vida do servidor
18. Como você contornou as distrações existentes no ambiente do lar, para não impactar as suas atividades laborais?
19. Como se deu o gerenciamento do seu tempo entre atividades do trabalho, de cunho pessoal e cuidados com a família?
20. Quais cuidados você tomou com a sua saúde física e emocional? Selecione apenas uma opção, apenas a que mais se aproxima da sua realidade.
21. Você manteve alguma espécie de interação social, mesmo que a distância, durante a pandemia?
22. Você se sentiu ansioso durante o teletrabalho?
23. Você identificou algum sintoma da Síndrome de <i>Burnout</i> ? Selecione apenas uma opção, apenas a que mais se aproxima da sua realidade.
24. O Tribunal forneceu algum tipo de apoio psicológico nesse período de pandemia?
25. Após ter vivenciado essa mudança do modelo presencial para o teletrabalho, você acha que no geral o saldo foi positivo ou negativo? Exemplifique.

BLOCO VI – Teletrabalho como realidade aplicável ao Tribunal

26. Você acredita que o teletrabalho seja uma realidade adequada para o momento atual/próximos anos? Explique.

27. Qual modelo de trabalho você prefere?

28. O que você acredita que pode melhorar para que o teletrabalho seja um modelo 100% aplicável no Tribunal? Explique.

Capítulo 10



10.37423/230908246

O BRANDBOOK COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DA MARCA

André Luis Gambetta Mafra

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Manoel Alexandre Schroeder

Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Resumo: Este artigo apresenta argumentos sobre a importância da sistematização da identidade visual e o desenvolvimento de um guia para gestão estratégica da marca. Buscou-se entender conceitos sobre posicionamento, identidade e conteúdo de marca, itens importantes para gestão da marca e também a definição de especificações e normas de uso da marca através de um *brandbook*. Para isso, foi realizada uma pesquisa de *benchmarking*¹, que serviu para observação e análise das características empregadas pelas empresas na gestão de marca através de seus manuais. A compreensão destes itens é uma importante oportunidade para empresas alcançarem resultados positivos através do branding, e desenvolver estratégias para criar valor através da imagem corporativa.

Palavras chave: Sistema de identidade visual; Brandbook; branding.

1 INTRODUÇÃO

Este documento apresenta considerações sobre a importância de um *brandbook* para gestão estratégica da marca. A última etapa do desenvolvimento de uma identidade visual é sua sistematização em um manual, que consiste em detalhar como proceder para a correta aplicação da marca, em todos os pontos de contato com os diferentes públicos. Parte-se de uma reflexão de que uma marca forte, se constrói a partir de como ela se relaciona com os consumidores ao longo de sua existência.

Entende-se por identidade visual, “o conjunto de elementos gráficos e visuais que formam a personalidade ou a identidade de um nome, ideia, produto, serviço ou empresa”. (FAGGIANI, 2006, p. 83). Para Peón (2003, p.11), “a rigor, qualquer coisa possui uma identidade visual – ou seja, componentes que a identificam visualmente. A identidade visual é o que singulariza visualmente um dado objeto; é o que o diferencia dos demais por seus elementos visuais”, ainda segundo a autora, quanto o objeto, trata-se de uma empresa, ou seja, uma identidade visual corporativa, a complexidade aumenta, pois, não é esperado que dure apenas algum determinado período e sim, espera-se que a identidade visual perdure durante toda a existência da empresa, mesmo que, por razões diversas, a tendência é que ela venha ser redesenhada ou substituída. (PEÓN, 2003, p. 13).

Apesar de uma identidade visual corporativa ser constituída por componentes gráficos para a sua identificação e diferenciação no mercado, é necessário trabalhar esses elementos para que sejam assimilados pelo público, Martins (2000, p. 73) afirma que, “[...] por mais que um nome pareça perfeito e seja exclusivo, ele apenas existirá como marca quando puder ser percebido como um sinal gráfico pelos consumidores [...]”. A marca só terá cumprido seu papel na construção de valor para a organização, quando a percepção² dos sinais gráfico que formam a identidade visual, forem um diferencial para os consumidores.

Para Keller (2006, p.10), “embora as empresas impulsionem a criação de marcas por meio de programas de marketing e outras atividades, em última instância uma marca é algo que reside na mente dos consumidores”. Ainda segundo o autor, “a criação de uma marca envolve a construção de estruturas mentais para ajudar os consumidores a organizar seu conhecimento sobre os produtos e serviços de um modo que esclareça sua tomada de decisão e forneça valor para empresa”. (KELLER, 2006, p.10). Percebe-se que uma marca só é institucionalizada a partir de quando ela começa a cumprir a função de diferenciação e agregação de valor no imaginário dos consumidores.

Para alcançar este objetivo faz-se necessário aplicar estratégias de gestão da marca desde o início de sua utilização, para tanto, a regulamentação da identidade visual em um sistema de especificações técnicas relativas ao correto uso da marca, bem como disponibilizar um conjunto de conceitos e ideias com uma visão geral sobre sua essência, constituem importantes etapas para o desenvolvimento, fixação e consolidação da marca pelo público.

2 SISTEMA DE IDENTIDADE VISUAL

Com o propósito de promover e estabelecer princípios para formalizar a institucionalização da identidade visual da empresa na percepção dos consumidores, um sistema de identidade visual, pode ser definido, segundo Peón (2003, p. 15), como um “sistema de normatização para proporcionar unidade e identidade a todos os itens de apresentação de um dado objeto, através de seu aspecto visual”. Ainda segundo a autora “o Sistema de Identidade Visual (SIV) – também conhecido como Programa de Identidade Visual (PIV) – é como se configura objetivamente a identidade”. Peón (2003, p. 14).

Para Strunck (2003, p. 26) “um projeto de identidade visual tem que explicar por meio de formas e cores o conceito da marca”. Faz parte do Sistema de Identidade Visual tudo em que houver a imagem da marca da instituição exposta, sistematizada e organizada, conforme os interesses da empresa:

Os elementos de identidade visual podem ser organizados em um sistema planejado e coordenado, coerente, uniforme e controlado, que compreende todos os aspectos visuais de uma publicação, um produto ou uma organização. A programação visual estabelece os elementos de comunicação visual, sua organização, critérios de uso e normatização. (FONSECA, 2011, p. 139).

Os Sistemas de Identidade Visual têm três principais objetivos que são: influenciar o posicionamento da instituição junto daquelas que lhe são semelhantes e concorrentes, ou seja, melhorar a posição da empresa através de sua imagem corporativa; o de controle interno, que compreende em identificar, sejam objetos, produtos ou pessoas, que fazem parte da instituição, pois, todos difundem o nome da empresa; e o objetivo de persuasão para obtenção de resultados, ou seja, convencer o público através da veiculação da imagem da empresa, de que ela é positiva e pode lhe trazer benefícios. (PEÓN, 2003). Através deste processo as marcas passam a desempenhar não só um papel de diferenciação e de relevância para o consumidor, mas também uma forma de contabilizar ativos para empresas.

3 POSICIONAMENTO, IDENTIDADE E CONTEÚDO DE MARCA

Para uma gestão eficaz da marca é indispensável compreender itens como posicionamento, identidade e conteúdo de marca. Esses elementos combinados formam sua essência e orientam as estratégias para sua gestão.

Assim como todo indivíduo tem um comportamento e um modo de lidar com o mundo a sua volta, uma marca também deve ter seu modo de se comportar e de se relacionar com seus consumidores e seus diversos públicos, segundo Kapferer (2004, p. 88) “tradicionalmente, a referência das marcas é ditada por seu posicionamento. Por posicionamento queremos dizer evidenciar as características distintivas em relação à concorrência e motivadoras para o público”. Para Strunck (2003, p. 36) “o posicionamento é a síntese da concepção estratégica da marca, a criação e o desenvolvimento de diferenciais competitivos perfeitamente percebidos pela sociedade e pelos consumidores”, nesse contexto, segundo Wheeler (2012, p. 24) “o posicionamento tira vantagens das mudanças que ocorrem na demografia, na tecnologia, nos ciclos de marketing, nas tendências dos consumidores e nas brechas do mercado para encontrar novos meios de chamar a atenção do público”. Ter um posicionamento de marca bem definido, ajuda a empresa em seu planejamento estratégico, para Kotler e Keller (2013, p. 294):

O objetivo é posicionar a marca na mente dos consumidores a fim de maximizar a vantagem potencial da empresa. Um posicionamento eficaz de marca, ajuda a orientar a estratégia de marketing, esclarecendo a essência da marca, identificando os objetivos que ela ajuda o consumidor a alcançar e mostrando como isso é feito de maneira inigualável. Todos na empresa devem assimilar o posicionamento da marca e usá-la no contexto da tomada de decisões. (KOTTLER; KELLER, 2013, p. 294).

Uma marca também precisa ter uma identidade, assim como uma pessoa possui um documento para sua identificação, a identidade da marca está basicamente relacionada a sua autenticidade, em como ela se identifica para o seu público, segundo Aaker e Joachimsthaler (2007, p. 53), “a identidade de marca é um conjunto de associações de marca que o estrategista deseja criar ou manter. Essas associações implicam uma promessa feita aos clientes pelos membros da organização”. Segundo Kotler e Pfoertsch (2008, p. 69), “marcas não são apenas aquilo que a empresa vende, pelo contrário, elas representam o que a empresa faz e, mais significativamente, o que a empresa realmente é”. Para Kottler e Keller (2013, p. 169), “as marcas também têm uma personalidade própria, e os consumidores tendem a escolher aquelas cuja personalidade combine com a sua”. O autor compreende que em muitas situações a marca é a própria razão de ser da empresa.

Para Kapferer (2004, p. 88), “[...] possuir uma identidade é existir por si mesmo, ser dotado de um projeto pessoal diferente e estável [...]”. A identidade personifica a marca, dando a ela personalidade própria, segundo Schweriner (2010, p. 78):

A identidade de marca é um fator muito importante na construção do brand equity³. Engloba aspectos tanto vinculados ao produto em si, como à empresa que o fabrica, à marca como símbolo, e até mesmo marca como pessoa, também chamado personalidade da marca: é quando se chega a atribuir à marca qualidades humanas. (SCHWERINER, 2010, p. 78).

De modo geral, são várias diferentes características que vão compor a identidade da marca, servindo para incrementar a sua diferenciação. Quando a marca assume uma identidade, com qualidades e características que a humanizam, toma para si uma personalidade. Esta personificação faz com que se torne palpável, sensível e real ao consumidor. Sua identidade está diretamente alinhada ao seu posicionamento e à maneira em que é percebida.

Em relação ao conteúdo, todas as ideias geradas e vinculadas diretamente a marca, com o objetivo de comunicar e persuadir o consumidor, devem ser estruturadas com base no posicionamento e identidade da marca. Para Barwinski (2015, p. 25), “o conteúdo nada mais é do que uma porção de experiências que adquirimos e repassamos aos outros de formas variadas”. Ainda segundo a autora, para relevância do conteúdo:

É preciso fazer com que ele sempre esteja atualizado e de acordo com os assuntos do momento. Saber quais são os principais temas da atualidade no seu nicho passam a real percepção de que a sua marca está preocupada em repercutir (e até mesmo criar, por que não?) Assuntos relevantes. (BARWINSKI, 2015, p. 35-36).

Para Wheeler (2012, p. 280), “cada contato com o consumidor é uma oportunidade para realçar uma conexão emocional. Uma experiência boa gera *buzz*⁴ positivo, uma ruim é uma oportunidade perdida que acaba sabotando a marca”, ainda segundo a autora:

A voz e o tom devem funcionar em harmonia, com clareza e personalidade, para envolver os consumidores, estejam eles ouvindo, observando ou lendo. Cada palavra deve oferecer uma oportunidade para informar, inspirar e alimentar o “boca a boca”. Seja uma chamada à ação, seja a descrição de um produto, a linguagem tem que ser viva, direta, eloquente e sólida. Assegure-se de que o significado seja acessível para todos os clientes. Ao desenvolver as mensagens principais e as descrições da empresa, preserve o impacto cortando os excessos e o que não estiver bem claro. As mensagens de marca funcionam bem quando destilam a essência do produto ou serviço. Uma mensagem memorável cresce quando é repetida, criando vida própria. (WHEELER, 2012, p. 36).

O conteúdo de marca é importante para orientar à comunicação da empresa, seguindo as peculiaridades que ela vai assumir ao longo de sua existência para interagir com os consumidores e com os demais *stakeholder*⁵. Compreender o posicionamento, a identidade e o conteúdo da marca, é fundamental para definir as estratégias para a gestão da marca.

4 GESTÃO DA MARCA (BRANDING)

Foi visto nos tópicos anteriores vários elementos fundamentais para a criação de uma marca, não só os componentes que fazem parte do seu desenho, como também fundamentos que possibilitam a sua diferenciação, tanto esteticamente quanto por sua essência. Entretanto para que estes recursos sejam usados de forma eficiente é necessário estabelecer um processo de gestão da marca. Segundo Aaker e Joachimsthaler (2007, p. 289), “o desafio fundamental da gestão de marca é desenvolver uma identidade de marca clara e bem articulada e então encontrar maneiras de fazer com que essa identidade oriente todas as atividades de construção de marca para nortear estratégias da empresa”.

O processo de desenvolvimento da marca não acontece instantaneamente, requer planejamento de médio e longo prazo.

A gestão de marcas, também chamada de branding, é um processo disciplinado para desenvolver a conscientização e ampliar a fidelidade do cliente, exigindo determinação superior e disposição para investir no futuro. A ideia da gestão de marcas é aproveitar todas as oportunidades para expressar por que as pessoas deveriam escolher uma marca e não outra. O desejo de liderar, de superar a concorrência e de dar aos colaboradores as melhores ferramentas para se comunicarem com os clientes é o motivo pelo qual as empresas utilizam a gestão de marcas. (WHEELER, 2012, p. 16).

Para Silva (2002, p. 14) “identidade de *branding* é formada a partir das necessidades e expectativas dos clientes. É um conceito que está baseado nas relações humanas e nas experiências do cliente em relação a marca e a todos os pontos de contato experienciados por ela”. A marca não é a simples entrega de uma Identidade Visual como um logotipo ou símbolo que a identifique, é importante desenvolver um planejamento contínuo de gestão da marca para obter resultados na geração de valor:

Surgiu um mundo onde design, identidade e estética passaram a ser vistos como parte das comunicações de marketing integradas; um mundo onde designers e consultores de identidade não deveriam se ocupar apenas com artes gráficas e design, mas também com o comportamento dos consumidores e estratégias de marketing; um mundo no qual uma organização e sua identidade de marca passaram a interessar a todas as pessoas envolvidas no planejamento estratégico de orientação corporativa e valor de marca. (SCHIMITT; SIMONSON, 2000, p. 57).

O branding é parte essencial do planejamento estratégico corporativo, para Kotler e Keller (2013) “branding significa dotar bens e serviços com o poder de uma marca. Tem tudo a ver com criar diferenças. Ainda segundo os autores “o branding diz respeito a criar estruturas mentais e ajudar o consumidor a organizar seu conhecimento sobre os produtos de modo a tornar sua tomada de decisão mais clara e, nesse processo, gerar valor à empresa”. (KOTLER; KELLER, 2013, p. 259).

Manter e expandir a força de uma marca é uma tarefa que requer o acompanhamento de novas tecnologias, novas tendências, novos contextos sociais, investidas da concorrência e demais interferências externas que possam influenciar na sua gestão, aliado com estratégias, táticas e ações que dão sustentação a marca.

A marca deixa assim de ser um simples signo de identidade e reconhecimento associado ao produto para instalar-se no mais psicológico do imaginário social. Aí se converte em uma referência – um autêntico estereótipo cultural – na medida em que essa imagem está lotada de aspirações representadas por ela, de satisfações e emoções, e é o símbolo de ligação a um grupo, a um estilo de vida, da encarnação de uma ideia, de um nexo social ou cultural de identidade, de um status ou, como temos repetido, é a autoimagem de seu consumidor/usuário. (COSTA, 2008, p. 124).

A importância do branding deve-se ao fato de que uma marca só passa a cumprir sua função quando é notada significativamente pelos consumidores, sendo relevante de alguma forma e influenciando na escolha de algum produto, serviço ou empresa.

5 DO MANUAL DE USO DA MARCA AO BRANDBOOK

Para uma gestão de marca eficiente, é necessário que os elementos da identidade visual sejam usados corretamente, devem existir normas para evitar o uso da marca de maneira equivocada, sendo que todos os pontos de contato da marca com seus diversos públicos, precisam ser alinhados com o padrão exigido pela empresa, e assim ser representada fielmente. Segundo Pinho (1996, p. 41), “todo programa de identidade corporativa tem um manual, que serve como guia para a execução e manutenção do sistema”.

Nos anos 1970, a busca pela identidade tornou-se mais estratégica, com o envolvimento dos profissionais de marketing, além do próprio dono ou presidente da empresa. Já não bastava mais criar uma logomarca que fosse a assinatura da empresa, ela também precisava ser a melhor para o cliente. Nas décadas seguintes, as empresas ficaram mais eficientes na construção de suas identidades e passaram a elaborar manuais de identidade corporativa. (SERRALVO, 2007, p. 16).

É necessário a existência de um guia para assegurar a padronização da identidade visual da empresa, pois, mais de um departamento está comprometido em requisitar, especificar e produzir materiais utilizando a identidade corporativa. Para Fonseca (2011, p. 140):

Para assegurar o uso correto, a uniformidade, o controle e a manutenção de um programa de identidade visual fazem-se necessárias normas claras exatas e precisas. Essa normatização está reunida em uma publicação, o Manual de Identidade Visual. Nesse instrumento essencial estão normatizadas as características de todos os elementos que compõem o código visual, as dimensões precisas e os diagramas para sua reprodução, a especificação das cores, as determinações, as possibilidades de variação, os critérios e as recomendações de aplicação, manutenção e uso. (FONSECA, 2011, p. 140).

Os manuais de identidade visual costumavam conter somente dados técnicos sobre o uso e aplicação da marca, geralmente estas informações, são de difícil entendimento para todos os departamentos. Entretanto, para conseguir manter um padrão da imagem corporativa, é preciso que o conteúdo deste manual, além de informações técnicas, transmita noções sobre a essência da marca e da empresa. Segundo Aaker e Joachimsthaler (2007, p. 97):

Algumas organizações vão além de um livro e oferecem um manual detalhado que indica exatamente como a marca deverá ser comunicada em todo o mundo. Uma das marcas tem um manual de 350 páginas com diretrizes detalhadas de comunicação, incluindo a especificação do público-alvo, a identidade da marca, a identidade essencial, a essência da marca, o aprimoramento da identidade e a maneira exata como o logotipo e outros símbolos devem ser apresentados – cor, fonte, layout e assim por diante. São explicados os visuais a serem utilizados (e a serem evitados). (AAKER E JOACHIMSTHALER, 2007, p. 97).

Por ser uma nova maneira de entender a marca, caracterizando-se pela forma de ver a marca como um organismo vivo em constante mudança, o *Brandbook* ainda não conta com definições precisas. Porém, é tratado como evolução do Manual da marca, sendo seu conceito mais amplo, pois, abrange toda a história da marca, valores, estratégias, público, apresentando aspectos sobre a natureza da empresa.

Porém, é preciso saber diferenciar o *brandbook* de um manual de identidade. O *brandbook* não é um manual de identidade visual da marca, apesar de, em muitos casos, pode conter este manual em suas páginas, uma vez que a identidade visual faz parte do contexto do branding (é um ponto de contato) e o logotipo representa a síntese visual da marca. O manual de identidade visual se atém a questões técnicas de aplicação do logotipo. Já o *brandbook* tem a função de registrar a essência da marca em todas as suas instâncias para que esta seja compreendida e se mantenha em foco, seja qual for o profissional ou empresa que venha a se engajar a ela. (KUHN, 2013, s.p).

O *brandbook* de uma empresa segundo Aaker (2015, s.p), “não é um livro de regras e proibições com relação a fontes (apesar desse livro ter sua função), mas sim uma comunicação informativa e inspiradora, baseada em metáforas e histórias visuais e conceituais que dão textura à visão de marca”. Embora contenha informações mais técnicas voltadas para profissionais das áreas de design, marketing e comunicação, o *brandbook* também é uma ferramenta para ser usada por outros departamentos internamente, deve ser disponibilizado facilmente para consulta, sendo amplamente divulgado, garantindo assim a correta comunicação do conceito e essência da marca.

6 METODOLOGIA

As análises a seguir foram baseadas em uma pesquisa exploratória⁶ qualitativa⁷ que propiciou informações relevantes sobre como manter o padrão da comunicação depois de constituída uma identidade visual. A análise de brandbooks ajuda a obter dados relevantes com o intuito de entender melhor a necessidade de se desenvolver um guia conciso com as especificações necessárias para o correto uso da marca.

Para o processo de análise, foi escolhida a ferramenta do benchmarking, processo que usa padrões que são determinados em função dos resultados das empresas de referência por sua importância e posição na área de atuação. O estudo propicia entender como empresas que se destacam em diferentes seguimentos, padronizam e normatizam a sua identidade visual, e é de relevante importância para proporcionar diferentes referências para o desenvolvimento de um brandbook.

Entender como empresas padronizam e normatizam a sua identidade visual é de relevante importância para proporcionar diferentes referências para o desenvolvimento de um *brandbook*. Não só nas especificações técnicas de uso da marca, mas também em informações relevantes para transmitir sua essência.

Na análise, levou-se em consideração a observação de itens como especificações sobre composição da marca, símbolo, logotipo, cores, tipografia, usos indicados e indevidos, imagens de referência, posicionamento, missão visão e valores, entre dados primordiais para o correto uso da marca, bem como um conjunto de informações capazes de transmitir a essência da empresa e da marca. em consideração a análise de itens como especificações, composição da marca, símbolo, logotipo, cores, tipografia, usos indicados e indevidos, posicionamento, missão, visão e valores, entre outros dados primordiais para o correto uso da identidade visual, bem como um conjunto de informações capazes de transmitir a essência da empresa e da marca.

7 RESULTADOS

O *brandbook* do Museu do Amanhã traz informações que contextualizam o museu, trazendo explicações detalhadas sobre o posicionamento e a essência da marca, tais como: conceito, propósito, foco, diferencial, relevância, autenticidade, reconhecimento, tom de voz e temas, que conta com os principais tópicos abordados pelo museu, bem como com informações sobre os espaços, apresentando um breve descritivo de cada um deles.

Há também conteúdos sobre a identidade visual da organização, explicando o conceito e estrutura da marca, além do correto uso da marca em diferentes situações. Na sequência conta com informações sobre a tipografia, contendo além do explicativo, vários exemplos de diagramação e estilos para serem usados em textos. Em seguida apresenta a paleta de cores, e alguns exemplos de aplicação da marca.

Com um conteúdo esclarecedor sobre sentido da marca, contendo informações para contextualizar o leitor sobre o posicionamento da empresa, o *brandbook* do Museu do Amanhã oferece amplo material de referência sobre como comunicar a essência de uma marca.

Figura 1 – Amostra das páginas 3, 9, 11, 13, 15 e 20 do brandbook do Museu do Amanhã



Fonte: Museu (2015)

O *brandbook* da marca São Paulo possui 119 páginas, e é disponibilizado em formato PDF em três idiomas diferentes (português, inglês e espanhol), no site da São Paulo Turismo (SPTuris), empresa oficial de turismo e eventos da cidade de São Paulo. O material é bastante diversificado, contendo informações alinhadas com o posicionamento da empresa, transparecendo a essência da marca e detalhada explicação do uso da marca em diferentes contextos. Explica-se no material que as referências utilizadas para a composição dos elementos que compõe a identidade visual, refletem a estratégia de divulgação da cidade no turismo.

Há um breve descritivo dos quatro pilares que foram definidos para o desenvolvimento do projeto de identidade visual. Estes descritivos refletem a essência da marca, que se completa em seguida com

informações como: visão estratégica, valores, proposta, potencial da marca, expressão da marca, tom de voz e valorização.

O *brandbook* da marca São Paulo ainda conta com especificações e exemplos para demonstrar as melhores práticas para trabalhar os seis elementos que a compõe: marca, cores, pattern, fotografia, subgráficos e tipografia. Com demonstrações da linguagem fotográfica, explicando como devem ser produzidas as fotografias e efeitos que devem ser aplicados. Finalizando o material, há uma série de conteúdos explicando sobre a aplicação da marca, além de deixar claro que o uso só é permitido depois do material ser previamente autorizado pela empresa. Também há uma ampla gama de exemplos de aplicações, bem como, algumas amostras de layout para formatação de materiais de divulgação.

Figura 2 – Amostra das páginas 11, 13, 15, 19, 50 e 59 do *brandbook* da Marca São Paulo



Fonte: São Paulo (2015)

Ambos os materiais detalham o significado e inspiração para a criação de símbolo e logotipo e dados como missão, visão, valores, entre outras informações sobre o posicionamento e identidade da marca, estes dados são importantes para alinhar os interesses da empresa aos profissionais que podem vir trabalhar na comunicação da instituição.

Figura 3 – Informações contidas nos *brandbooks* do Museu do Amanhã e Marca São Paulo

✓ - Sim ✕ - Não	Museu do Amanhã	Marca São Paulo
Informações sobre o que é um <i>brandbook</i>	✓	✕
Definições do objetivo da empresa com o guia	✓	✓
Missão, visão e valores	✓	✓
Transmite o posicionamento e a essência da marca	✓	✓
Assinaturas em diferentes versões	✓	✓
Versões de uso restrito	✕	✓
Uso sobre fundo colorido e imagens	✓	✓
Redução mínima e área de proteção	✓	✓
Uso sobre fundos coloridos, imagens e indevidos	✓	✓
Tipografia, cores e outras versões.	✓	✓

Fonte: O autor

Diferente de um manual de uso da marca que explica de maneira clara e objetiva as especificações para o correto uso da marca e suas aplicações. Um *brandbook* é um guia com um conteúdo esclarecedor sobre sentido da marca, contendo informações para contextualizar o leitor sobre o posicionamento e propósito da empresa. Conforme visto na Figura 3, ambos os *brandbooks* oferecem amplo material de referência sobre como comunicar a essência da marca, sem deixar de lado as especificações técnicas para manter a integridade da identidade visual.

8 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Este artigo buscou demonstrar a importância de se ter a identidade visual sistematizada e bem estruturada em um guia da marca. Além da finalidade de ser de guia para uso da marca, também tem o objetivo de servir como uma apresentação da empresa, disponibilizar informações sobre missão, visão, valores, entre outras inerentes ao posicionamento e identidade da marca, são importantes para alinhar os interesses da empresa aos profissionais que podem vir trabalhar a comunicação da

instituição, bem como, inteirar tanto o público interno quanto o externo em relação ao posicionamento da empresa.

Outro objetivo importante do *brandbook*, é especificar de maneira clara e objetiva, os diversos usos da identidade visual, evitando assim, a ocorrência de erros e o uso indevido da marca. Quanto mais detalhado forem as especificações sobre os elementos da identidade visual, menores as chances de ocorrerem dúvidas em relação ao uso da marca.

O *brandbook* não só sistematiza a identidade visual criando regras e deixando clara as especificações para o emprego da marca, como também ajuda no processo criativo, contextualizando o leitor sobre a empresa, seus princípios e valores, seu objetivo não é somente normatizar, é também inspirar. Com finalidade de orientar tanto profissionais das áreas de design, comunicação e marketing, como demais representantes da empresa, sobre que tipo de mensagem a marca deve transmitir.

Por fim, tal projeto demonstra a importância do designer gráfico em cumprir um papel estratégico dentro de uma organização. Com o mercado atual extremamente saturado, se destacar é uma tarefa que exige esforços, estudos e profissionalização. As estratégias de diferenciação e o gerenciamento da comunicação voltado para gestão da marca, influenciam diretamente a imagem percebida pelos consumidores, funcionando como agente influenciador na escolha por empresas, gerando e agregando valor através da marca.

9 REFERÊNCIAS

- AAKER, David A.; JOACHIMSTHALER, Erich. Como construir marcas líderes. Porto Alegre: Bookman, 2007. 321 p.
- AAKER, David A. Administração estratégica de mercado. Porto Alegre: Bookman, 2012. 400 p.
- AAKER, David. (01/2015). On Branding: 20 princípios que decidem o sucesso das marcas, 1st edição. VitalSourceBookshelfOnline.Disponívelem:<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603222/>> Acesso em: 12 set. 2015.
- BARWINSKI, Luísa. Branded Content. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11649023-Branded-content-conteudo-estrategico-para-marcas-luisa-barwinski-www-quarteldigital-com-br.html>> Acesso em: 10 set. 2016
- COSTA, Joan. A imagem da marca: um fenômeno social. São Paulo: Rosari, 2008. 166 p.
- FAGGIANI, Kátia. O poder do Design: Da Ostentação à Emoção. Brasília: Thesaurus, 2006. 144 p.
- FONSECA, Joaquim da. Tipografia & Design gráfico: Design e Produção de Impressos e Livros. Bookman, 2011. 280 p.
- KAPFERER, Jean-Noël. As marcas: capital da empresa: criar e desenvolver marcas fortes. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 459 p.
- KELLER, Kevin Lane. Gestão estratégica de marcas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 289 p.
- KOTLER, Philip; PFOERTSCH, Waldemar. Gestão de marcas em mercados B2B. Porto Alegre: Bookman, 2008. 344 p.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. São Paulo: Pearson, 2013. 765 p.
- KUHN, Calixton. Brand Book: O livro que guarda a essência da marca. (12/2013). Disponível em <<http://www.cafecomgalo.com.br/brand-book-o-livro-que-guarda-a-essencia-da-marca/>> Acesso em 14 out. 2016.
- MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006. xi, 719 p.
- MARTINS, José Roberto. Branding. São Paulo: Negócio Editora, 2000. 348 p.
- MUSEUDOAMANHÃ.Breveguiadamarca.Disponívelem:<<http://www.idg.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/Anexo-I-Breve-Guia-de-Marca-MdA.pdf>> Acesso em 26 ago. 2016
- PEÓN, Maria Luísa. Sistemas de Identidade Visual. 2. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.
- PINHO, J. B. O poder das marcas. São Paulo: Summus, 1996. 143 p.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de comunicação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 795 p.

READE, D. V.; ROCHA, M., OLIVEIRA, S.L.I. D., CHERNIOGLO, A. Marketing estratégico, Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-63878-5/>> Acesso em: 08 abr. 2017.

SÃO PAULO, Brandbook. Disponível em: <<http://spturis.com/marcasp/MarcaSP.pdf> f> Acesso em 26 ago. 2016

SERRALVO, Francisco Antonio. Gestão de marcas no contexto brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007

SCHIMITT, Berndand; SIMONSON, Alex. A estética do marketing: como criar e administrar sua marca, imagem e identidade. São Paulo: Nobel, 2000. 340 p.

SCHWERINER, Mario E. René. Brandscendência: o espírito das marcas. São Paulo: Saraiva, 2010. xvi, 119 p.

SILVA, Adriana Costa e. Branding & design: identidade no varejo. Rio de Janeiro: Rio Books, 2002. 165 p.

STRUNCK, Gilberto Luiz Teixeira Leite. Como criar identidades visuais para marcas de sucesso: um guia sobre o marketing das marcas e como representar graficamente seus valores. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2003. 160 p.

WHEELER, Alina. Design de identidade da marca: guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 320 p.

NOTAS

¹*Benchmarking* - Comparar o desempenho de um componente do negócio com outros é chamado de *benchmarking*. O objetivo do benchmarking é gerar ideias para melhorias, além de definir padrões a serem alcançados. Um dos alvos pode ser os concorrentes: quais custos e níveis de desempenho eles estão alcançando, e como? Conhecer os seus déficits com relação à concorrência é o primeiro passo para o desenvolvimento de programas para eliminá-los. Empresas com melhor prática são outro alvo. Assim, muitos benchmarks como a Disney em termos de prestação de serviço consistente em seus parques temáticos, ou como a Amazon como o padrão de operações de comércio eletrônico na Internet e suporte ao cliente. Olhar para fora da própria indústria é muitas vezes uma forma de romper com o status quo e, assim, criar uma vantagem real. (AAKER, 2012, p. 126).

²Processo, ou conjunto de processos sensoriais, físicos e psicológicos, pelo qual uma pessoa capta informações do mundo ao seu redor e do seu próprio organismo, discriminando e decodificando esses eventos por intermédio dos códigos e valores de sua estrutura cultural e psíquica. O mesmo fenômeno, resultante do somatório de percepções individuais, pode ser considerado também em grupos sociais, como elemento formador da opinião de público e da opinião pública. (RABAÇA, BARBOSA, 2002, p. 559).

³O brand equity é um conjunto de ativos e passivos ligados a uma marca, seu nome, seu símbolo, que se somam ou subtraem do valor proporcionado por um produto ou serviço para uma empresa e/ou para os consumidores dela. (AAKER, 1998, p. 16).

⁴Trata-se de uma estratégia que funciona por meio do boca a boca orgânico, que se sustenta no valor conversacional que ocorre entre pessoas conhecidas. É estratégico, espalhando-se dos geradores de tendências (chamados “Alfa”) para os disseminadores de tendências (chamados “Abelha”), e destes para o público consumidor. É um processo que faz uma ideia migrar dos criadores de tendência para o grande público por meio de um agente comunicador, que a leva de um grupo restrito de consumidores para o grande mercado de massa. (READE ET AL, 2016, P. 17).

⁵Qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que pode afetar a realização dos objetivos de uma organização, ou ser afetado por ela. (RABAÇA, BARBOSA, 2002, p. 693).

⁶A pesquisa exploratória se caracteriza por flexibilidade e versatilidade com respeito aos métodos, porque não são empregados protocolos e procedimentos formais de pesquisa. Raramente envolve questionários estruturados, grandes amostras e planos de amostragem por probabilidade. Em vez

disso, os pesquisadores estão sempre alertas para novas ideias e percepções, a medida que procedem com a pesquisa. (MALHOTRA, 2006, p. 100)

⁷Metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona a percepção e compreensão do contexto do problema. (MALHOTRA, 2006, p. 155)

Capítulo 11



10.37423/230908254

LEVANTAMENTO SOBRE O CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONCEITO DO IT YOURSELF E DE SUA APLICAÇÃO PARA O MERCADO DE MÓVEIS

Flávio da Silva Waltz

Universidade Paulista (UNIP)

Alexandre Berti Valente

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Aline Silva Vieira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Bruno Henrique Tkatch

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Gustavo Florencio e Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Joselena de Almeida Teixeira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Laíze Márcia Porto Alegre

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Roberto Cordeiro Waltz

Universidade Paulista (UNIP)



Resumo: O artigo tem como objetivo levantar o conhecimento a respeito do conceito Do It Yourself (DIY), além de realizar uma análise sobre suas relações com ergonomia, custo-benefício, cliente final e sustentabilidade. A metodologia consiste na obtenção de informações por meio de revisão bibliográfica e a realização de uma pesquisa com formadores de opinião, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, possibilitando uma análise sobre o potencial de mercado apresentado pelo conceito, objeto do estudo. A finalidade do trabalho é promover uma reflexão a cerca da viabilidade de que a oferta desse tipo de alternativa, principalmente em relação ao mercado de móveis DIY, constitua-se em uma oportunidade de negócios e para o desenvolvimento de um maior compromisso com a sustentabilidade nesse setor, o que apresenta sintonia com cenário atual e que se pretende para o futuro.

Palavras-chave: DIY (Do It Yourself); Sustentabilidade; Custo-benefício; Ergonomia; Pesquisa de mercado.

INTRODUÇÃO

O conceito de *Do It Yourself* surgiu nos Estados Unidos na década de 50, quando a montagem se tornou simples o suficiente, devido a modernização dos materiais e técnicas de fabricação, para ser deixada a cargo do cliente final. A partir disso, algumas empresas especializaram-se em fazer móveis do gênero e ganharam força com a popularização do estilo nas décadas seguintes.

Atualmente, o mercado principal se situa na Europa, em países desenvolvidos. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, o mercado permanece pouco explorado. Deve-se levar em conta fatores econômicos e ecológicos, considerando que os móveis DIY diminuem o valor final do produto.

A cidade de São José dos Campos, situada no Vale do Paraíba, em sua porção paulista, foi adotada como referência para a realização de uma pesquisa de mercado, de tal maneira a proporcionar condições de identificação sobre o conhecimento de pessoas que podem ser consideradas formadoras de opinião, a cerca do conceito, de seu interesse a respeito do mesmo e em relação às possibilidades de que o mesmo se torne uma opção atraente para o mercado.

Assim, o objetivo deste artigo é, em meio aos estudos atuais deste conceito aplicado a móveis, explicitar a diversidade dos materiais possíveis em sua produção e apontar suas vantagens e falhas, para, posteriormente, realizar uma breve análise do mercado. Esperam-se resultados que possam contribuir para estudos do DIY no setor mobiliário.

METODOLOGIA

A metodologia consiste na obtenção de informações por meio da revisão de bibliografias relacionadas. Contou com a pesquisa de diversos autores na área de design, dentre eles: Dangelo [1], Santos [2], Teixeira [3], Walter [4], Manzini e Vezzoli [5], Gomes [6], Bezerra [7], Hisamatsu [8], Nunes [9] e Scur [10], essenciais nesta investigação.

Houve revisões e análises de artigos acadêmicos que foram usadas para caracterizar e avaliar as vantagens e desvantagens dos tipos de madeiras utilizadas em móveis DIY, e abordagens que permeiam este conceito como ergonomia, projetos, sustentabilidade e relação usuário-produto.

Uma pesquisa de mercado foi realizada, abordando-se 40 (quarenta) pessoas na faixa etária a partir dos 25 (vinte e cinco) anos, todas residentes em várias regiões e atuantes profissionalmente na cidade de São José dos Campos, sendo a seleção dos entrevistados baseada na capacidade de serem

formadores de opinião, tendo em vista suas áreas de atuação profissional, como professores, comerciantes e profissionais da área de gestão administrativa.

Os resultados da pesquisa foram tabulados e seus principais resultados transformados em gráficos, que possibilitaram ilustrar a perspectiva do conhecimento a cerca do conceito objeto do estudo, bem como a possibilidade de que o mesmo seja considerado em uma possível aquisição ou de adoção do conceito em uma futura compra, associando essa possibilidade à ótica de sustentabilidade ambiental proporcionada pela utilização de material reciclado, com ênfase na madeira para a confecção de móveis.

RESULTADOS

Segundo Dangelo [1], “Produtos *do-it-yourself* (DIY) são aqueles em que o próprio usuário é envolvido no processo de montagem final do produto”. Esses móveis são, em sua maioria, comercializados em madeira, que pode ser maciça ou transformada. Cada material deve ser aplicado de acordo com a finalidade do objeto que será produzido, por exemplo: se o móvel montado for destinado à área externa e, portanto, ficar sujeito a intempéries, o material deverá ser resistente o suficiente para permanecer durável. De acordo com Dangelo [1], é essencial seguir os seguintes conceitos para projetos aplicando o DIY: montagem sem assistência, conforto, manufaturabilidade, peças intercambiáveis, simplificação de ferramentas, homogeneização dos encaixes, incorporação da ferramenta no produto e design informacional (o manual deve ser autoexplicativo). Além disso, como Santos [2] explica, o designer deve considerar o ciclo de vida de um determinado material para mensurar seus possíveis impactos ambientais, ainda na etapa de desenvolvimento do produto.

Manzini e Vezzoli [5] relatam que o design industrial é a atividade que liga o tecnicamente possível com o ecologicamente necessário. Para isso, durante um projeto, deve-se fazer uso de conceitos, como o DIY, pois estes auxiliam no desenvolvimento de produtos de impacto ambiental reduzido, uma vez que são produzidos com madeiras transformadas, que são fabricadas a partir do total aproveitamento da madeira remanescente de outros processos fabris, como restos provenientes de cortes feitos em madeiras maciças e de reflorestamento, evitando desperdícios.

Além da sustentabilidade, a ergonomia é um fator preponderante no setor moveleiro, sendo definida de acordo com Gomes [6] como algo que: “Objetiva a melhor adequação ou adaptação possível do objeto aos seres vivos em geral”. Pensa-se sempre no encaixe de cada peça do móvel. A união entre a forma e os materiais é essencial para evitar falhas, pois, segundo Bezerra [7], existem diversos fatores

de risco ergonômico, independente do tipo de trabalho realizado, sejam instrumentais, movimentacionais, posturais ou acidentais. Visto que os móveis DIY são produzidos com o intuito de que o cliente realize a montagem dos mesmos, o conceito de ergonomia poderia ser aplicado não só ao uso do móvel, mas também ao ato de montagem, que envolve os fatores de risco já citados, quando se consideram o peso, tamanho, encaixes e resistência do material.

Manzini e Vezzoli [5] afirmam que o ciclo de vida de um produto consiste nas seguintes etapas: pré-produção, na qual são produzidos os materiais, isto é, as matérias-primas semielaboradas utilizadas para a produção dos componentes; produção, referente à transformação dos materiais, montagem e ao acabamento do produto; distribuição, na qual ocorre a embalagem, o transporte e o armazenamento do produto; uso, caracterizado pelo uso ou consumo do item; e o descarte, etapa final na qual é feita a eliminação do material.

Ligados aos conceitos de DIY tem-se o *Design for Assembly* (DFA) que Scur [10] define como “Projeto voltado à montagem, que visa garantir que a montagem do produto seja realizada de forma fácil e rápida”. Para isso, deve-se manter o menor número possível de peças e todas com fácil manuseamento. No que diz respeito à desmontagem, temos o conceito de *Design for Dissassembly* (DFD), que de acordo com Manzini e Bezzoli [5], possui a seguinte definição: *Design for Disassembly* (DFD) quer dizer conceber e projetar produtos facilitando a sua desmontagem. Significa, portanto, tornar ágeis e econômicos o desmembramento das partes componentes e a separação dos materiais.

Fica evidente que as vantagens proporcionadas pelo uso de madeira transformada, que consistem basicamente em: leveza, uniformidade e fácil moldagem, na confecção de móveis DIY sobrepõem as vantagens do uso de madeira maciça, que se resumem a: apelo estético, durabilidade e resistência mecânica. Ergonomicamente, móveis feitos em madeira transformada são mais leves e facilmente manipuláveis tanto pelo fabricante, com o uso de moldes variados, quanto pelo consumidor final. Fica claro também o fator da sustentabilidade ligado aos móveis dessa linha, pois, além da madeira transformada ser proveniente de madeira de reflorestamento e ser produzida em maior quantidade com menos matéria prima, o consumidor cria laços que vão além do simples materialismo. Portanto, o apego ao móvel torna-se superior em relação ao momento no qual o produto final já está concluído ou se este fosse montado por terceiros, evitando o descarte por falhas mínimas e aumentando o tempo de vida útil do produto, seguindo uma das propostas dos móveis DIY: a manutenção por substituição da peça danificada.

A pesquisa, realizada na primeira quinzena do mês de agosto de 2013, abordou 45% de pessoas do gênero masculino e 52% do gênero feminino, sendo que 3% abstiveram-se de indicar o gênero. Antes da submissão das perguntas a cerca do conceito DIY foi fornecida aos pesquisados uma breve definição sobre o conceito DIY, equalizando algum tipo de dúvida que a terminologia poderia suscitar. Utilizando-se os dados obtidos por meio da pesquisa realizada, pode-se destacar alguns resultados como a indicação de que 62% dos pesquisados não conheciam o conceito do DIY. Entre os que indicaram conhecer o conceito DIY, foram relacionadas como fonte de informações a respeito as publicações, as lojas, as conversas com amigos e a Internet, nas porcentagens ilustradas pela Figura 1.

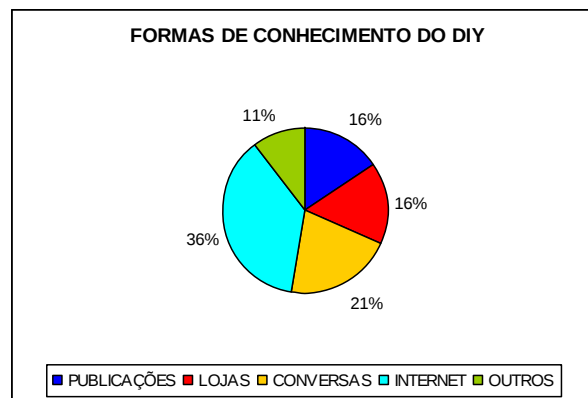


Figura 1 – Formas de conhecimento sobre DIY apontadas pelos pesquisados

Ainda entre os pesquisados que responderam conhecer o conceito de DIY, 67% informaram já haver montado seu próprio utensílio. Desses, 83% disseram-se satisfeitos com os resultados e que estariam dispostos a utilizarem novamente o conceito DIY, e os demais declararam-se parcialmente satisfeitos.

Em relação à opinião dos pesquisados a respeito do conceito DIY, 83% acharam-no interessantes e 15% estimulante, enquanto apenas 3% consideraram-no inviável.

Questionados sobre a disposição para experimentar ou reexperimentar o conceito DIY, as respostas certamente, talvez e eventualmente atenderam às opções dos pesquisados, conforme apresentado pela Figura 2.

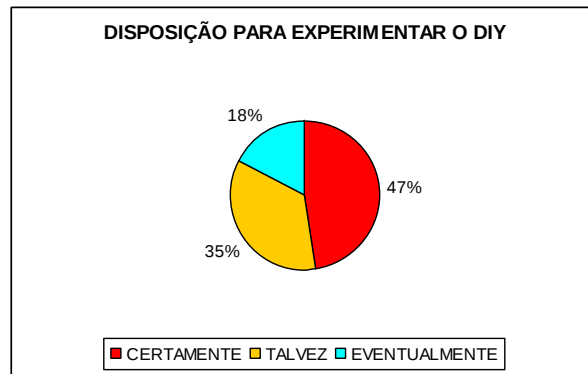


Figura 2 – Disposição dos pesquisados para a utilização do DIY

Finalmente, quando questionados a cerca da contribuição do conceito DIY para o meio ambiente, por meio da utilização de madeira reciclada, 100% dos pesquisados afirmaram que sim, ou seja, que o conceito DIY aplicado á confecção de móveis com madeira proveniente de reciclagem está relacionado à contribuição com o meio ambiente.

DISCUSSÃO

Há vantagens e desvantagens no que diz respeito à aplicação da madeira no design. Segundo Teixeira [3], madeiras maciças apresentam resistência mecânica, porém, há o problema de a estrutura fibrosa do material variar de direção, além da possibilidade desse material sofrer alterações dimensionais ocasionadas pela umidade, deterioração natural e limitação dimensional; já madeiras transformadas, possuem uma gama de vantagens, tais como homogeneidade de composição, preservação, ignifugação e melhorias de propriedades físicas e mecânicas. Devido a essas características, o mercado é dominado pelos móveis DIY fabricados com madeira transformada, pois, diferentemente das madeiras maciças, que são caras e limitadas em formas, madeiras transformadas são mais baratas e facilmente moldáveis, assumindo formas específicas de quaisquer dimensões, o que facilita muito nos processos de planejamento e fabricação da peça. Outro fator relevante é o peso final do produto, que fica mais leve quando confeccionado com madeira transformada, tornando o transporte e a montagem mais práticos.

Os móveis dessa linha se destacam também por sua relação única com o consumidor. Ao adquirir o produto com o conceito DIY, a interação do usuário com o produto torna-se obrigatória, visto que ele necessita montá-lo.

Então, Hisamatsu [8] conclui que a interação usuário-produto é um fator importante a ser considerado e abordado no produto, já que valoriza o aspecto emocional, evitando o descarte precoce.

No entanto, a aplicação dessa teoria na área de móveis como os da linha DIY precisa ser adaptada, já que, ao montar seu próprio móvel, a maior parte dos clientes cria um laço afetivo com seu produto devido ao tempo e esforço empregados por ele no momento da montagem, o que altera, principalmente, a etapa do descarte. Além do fator emocional, por se tratar de um móvel fabricado em partes montáveis e desmontáveis, é possível substituir peças específicas que possam estar danificadas, o que aumenta consideravelmente a vida útil do móvel, adiando o descarte.

Portanto, o produto deixa de ser um mero objeto de necessidade para o usuário e se torna um totem. Com um móvel que consiga atender o conceito DFD e possibilitar a manutenção, reparação e atualização, a vida útil do móvel se prolonga, pois existirá possibilidade de substituir peças que podem, eventualmente, ser danificadas. E assim Hisamatsu [8] conclui que com isto consegue-se suprir as necessidades dos consumidores sem que seja necessária a aquisição de novos produtos e o descarte dos antigos, propõe-se apenas à atualização deles.

O suporte teórico relacionado ao objeto de estudo do presente artigo encontra suporte na pesquisa realizada, cujos resultados apontam claramente um percentual significativo de pessoas que desconhecem o conceito, embora reconheçam no mesmo virtudes que o tornam interessante e que os fazem certamente dispostos a utilizá-lo. Além disso, as pessoas que de alguma maneira já se utilizaram da produção de seus próprios utensílios demonstram plena satisfação com os resultados e a disposição de utilizarem-se novamente.

Finalmente, merece destaque a associação absoluta realizada pelos pesquisados, entre o conceito DIY e a preservação ambiental, colocando o conceito entre uma das alternativas disponíveis para que se obtenha a sustentabilidade ambiental, pelo menos no contexto em que se insere a confecção de móveis em madeira transformada.

CONCLUSÃO

Os estudos revelaram que há grande vantagem no uso de madeiras transformadas em móveis DIY, principalmente no que é relativo aos quesitos de custo e conveniência. O produto também pode ser considerado ecologicamente correto e sustentável por ser fabricado a partir de métodos pouco nocivos ao meio ambiente, já que requerem menor quantidade de matéria-prima, a qual é aproveitada por completo, para a sua fabricação. Nota-se também que o mercado ainda é novo e ascendente no Brasil.

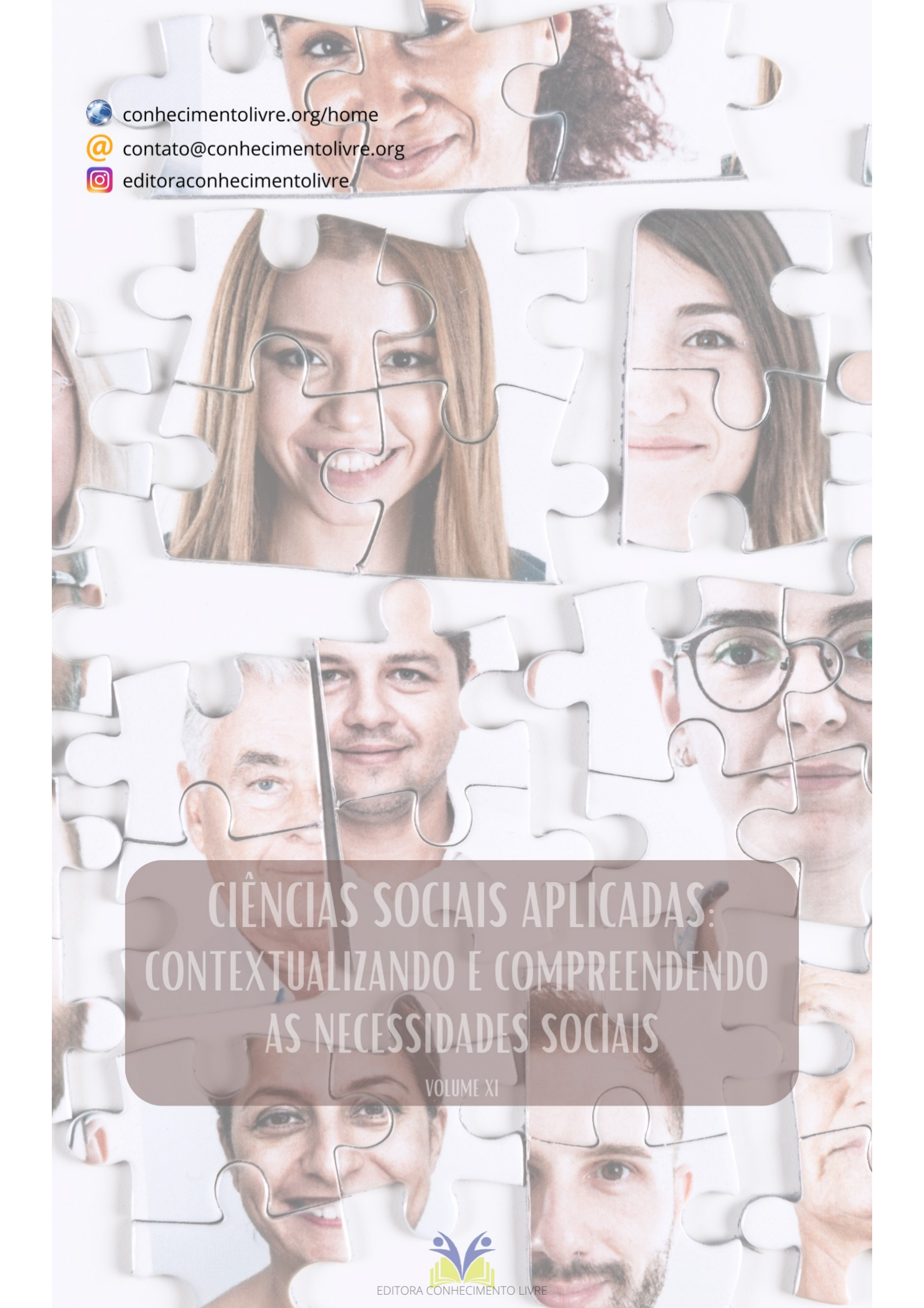
Durante a busca na literatura ficou evidente a escassez de fontes e pesquisas, principalmente no âmbito nacional. Espera-se, assim, contribuir com uma participação para estudos acerca do DIY. É necessária a continuidade de realização de pesquisas na área de design de móveis de madeira aplicando o conceito DIY, pois nota-se que móveis de madeira com a aplicação do conceito rendem benefícios a todas as partes envolvidas nesse setor.

A abordagem adotada com a pesquisa realizada mostra a viabilidade da iniciativa no âmbito também comercial, tendo em vista a atração que exerce entre as pessoas que, embora em sua maioria não conhecessem o conceito, mostraram-se dispostas a experimentá-lo, atribuindo-lhe as virtudes provenientes da busca pela satisfação da realização, que vão além do prazer existente na aquisição de um bem, sem a possibilidade de agregar ao mesmo qualquer outra sensação.

Sugere-se, ao concluir este breve estudo, que a abordagem ambiental seja considerada na realização de novos estudos de tendência e de proposições para uma sociedade mais sustentável, o que é perfeitamente compatível com o conceito do DIY, conforme evidenciado pela associação imediata realizada pelos pesquisados.

REFERÊNCIAS

- [1] DANGELO, R. Kits do-it-yourself sustentáveis para a habitação de interesse social. In: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Curitiba: UFPR, 2006.
- [2] SANTOS, N. et al. Implantação de uma Materioteca no Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da UEPA: a busca do conhecimento para a inovação e sustentabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 10, 2012, São Luis. Anais do X Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Luis: EDUFMA 2012.
- [3] TEIXEIRA, J. Design & Materiais. Curitiba: Cefet-PR, 1999.
- MANZINI, E; VEZZOLI, C. O Desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2002.
- [4] WALTER, Yuri et al. Design e Seleção de Materiais: a possibilidade e a necessidade de um sistema informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 6., 2004, São Paulo. Anais do VI Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Paulo: FAAP, 2004. CD-ROM.
- [5] MANZINI, E; VEZZOLI, C. O Desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- [6] GOMES, J. Ergonomia do Objeto Sistema Técnico de Leitura Ergonômica. São Paulo. Escrituras Editora, 2009. pág. 17.
- [7] BEZERRA, M. P. Ferramenta de Corte Manual de Bambu In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN- P&D DESIGN, 9, 2010, São Paulo. Anais do IX Congresso Brasileiro de Pesquisae Desenvolvimento em Design. São Paulo: Blücher Universidade Anhembi Morumbi, 2010.
- [8] HISAMATSU, H. H. H.; orientador Prof. Dr. PEREIRA. M. A. dos R. Desenvolvimento de mobiliários de bambu laminado colado sob conceitos de Ecodesign. 2011, Londrina. In: Anais do 3º Simpósio Paranaense de Design Sustentável, 2011.
- [9] NUNES, R. F. V. da C. Uma nova estratégia de design de produto virada para o “Faça você mesmo” Fundamentos, aplicabilidade e consequências num futuro social sustentável. Lisboa, Dezembro de 2010.
- [10] SCUR; R. A.; Orientador LORINI; JOSÉ. F. Aplicação do Design for Assembly (DFA) no desenvolvimento do projeto conceitual de um dispositivo funcional. 2009. Tese (Programa de pós-graduação em Design) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.



 conhecimentolivre.org/home

 contato@conhecimentolivre.org

 [editoraconhecimentolivre](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolivre)

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XI